

**Consiglio Nazionale delle Ricerche**

ISBN 9788897317661

ISSN 2035-794X

# RiMe

**Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea**

n. 8/III n.s., giugno 2021

**Portugal na escrita dos Italianos (sécs. XVI-XVIII)**

**Portugal in the writings of Italians (16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries)**

**Organizado por / Edited by**

Nunziatella Alessandrini - Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini

DOI: <https://doi.org/10.7410/1474>

**Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea**  
<http://rime.cnr.it>





## Special Issue

Portugal na escrita dos Italianos  
(sécs. XVI-XVIII)

Portugal in the writings of Italians  
(16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries)

Organizado por / Edited by

Nunziatella Alessandrini - Mariagrazia Russo  
- Gaetano Sabatini

## **Direttore responsabile | Editor-in-Chief**

Luciano GALLINARI

## **Segreteria di redazione | Editorial Office Secretary**

Idamaria FUSCO - Sebastiana NOCCO

## **Comitato scientifico | Editorial Advisory Board**

Luis ADÃO DA FONSECA, Filomena BARROS, Sergio BELARDINELLI, Nora BEREND, Michele BRONDINO, Paolo CALCAGNO, Lucio CARACCILO, Dino COFRANCESCO, Daniela COLI, Miguel Ángel DE BUNES IBARRA, Antonio DONNO, Antonella EMINA, Vittoria FIORELLI, Blanca GARÌ, Isabella IANNUZZI, David IGUAL LUIS, Jose Javier RUIZ IBÁÑEZ, Giorgio ISRAEL, Juan Francisco JIMÉNEZ ALCÁZAR, Ada LONNI, Massimo MIGLIO, Anna Paola MOSSETTO, Michela NACCI, Germán NAVARRO ESPINACH, Francesco PANARELLI, Emilia PERASSI, Cosmin POPA-GORJANU, Adeline RUCQUOI, Flocel SABATÉ i CURULL, Eleni SAKELLARIU, Gianni VATTIMO, Cristina VERA DE FLACHS, Przemysław WISZEWSKI.

## **Comitato di redazione | Editorial Board**

Anna BADINO, Grazia BIORCI, Maria Eugenia CADEDDU, Angelo CATTANEO, Isabella CECCHINI, Monica CINI, Alessandra CIOPPI, Riccardo CONDRÒ, Alberto GUASCO, Domenica LABANCA, Maurizio LUPO, Geltrude MACRÌ, Alberto MARTINENGO, Maria Grazia Rosaria MELE, Maria Giuseppina MELONI, Rosalba MENGONI, Michele M. RABÀ, Riccardo REGIS, Giovanni SERRELI, Giovanni SINI, Luisa SPAGNOLI, Patrizia SPINATO BRUSCHI, Giulio VACCARO, Massimo VIGLIONE, Isabella Maria ZOPPI.

## **Responsabile del sito | Website Manager**

Claudia FIRINO

### **© Copyright 2021: Author(s)**

Gli autori che pubblicano con *RiMe* conservano i diritti d'autore e concedono alla rivista il diritto di prima pubblicazione con i lavori contemporaneamente autorizzati ai sensi della

Authors who publish with *RiMe* retain copyright and grant the Journal right of first publication with the works simultaneously licensed under the terms of the

“Creative Commons Attribution - NonCommercial 4.0 International License”.



*RiMe. Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea* (<http://rime.cnr.it>)

Direzione e Segreteria | Management and Editorial Offices: via G.B. Tuveri, 128- 09129 Cagliari (I).

Telefono | Telephone: +39 070403635 / 070403670.

Invio contributi | Submissions: [rime@isem.cnr.it](mailto:rime@isem.cnr.it)

## RiMe 8/III n.s. (June 2021)

### Special Issue

Portugal na escrita dos Italianos (sécs. XVI-XVIII)

Portugal in the writings of Italians (16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries)

Organizado por / Edited by

Nunziatella Alessandrini - Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini

### Table of Contents / Indice

Nunziatella Alessandrini - Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini <i>Introdução / Introduction</i>	7-9
Cecilia Veracini <i>Uso e commercio degli animali non umani nell'espansione portoghese (secoli XV e XVI): le testimonianze dei viaggiatori italiani / Use and trade of non-human animals in Portuguese overseas expansion (15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries): Evidence from Italian travellers</i>	11-42
Nunziatella Alessandrini <i>Vincenzo Tron e Girolamo Lippomani: a Lisboa de Quinhentos em espelho / Vincenzo Tron and Girolamo Lippomani: the 16<sup>th</sup> century Lisbon in the mirror</i>	43-61

Rui Loureiro	63-81
<i>Breves notas sobre as cartas lisboetas de Filippo Sassetti (1578-1583) / Brief notes about the Lisbon letters of Filippo Sassetti (1578-1583)</i>	
Luís Costa e Sousa	83-112
<i>Portugal 1580: o itinerário gráfico de Stefano Angarano / Portugal 1580: Stefano Angarano's graphic itinerary</i>	
João Cabeleira	113-144
<i>Visão da paisagem seiscentista portuguesa através das vedute de Pier Maria Baldi e da Relazione ufficiale de Lorenzo Magalotti / A view of the 17<sup>th</sup> century Portuguese landscape through the vedute by Pier Maria Baldi and the Relazione ufficiale by Lorenzo Magalotti</i>	
Mariagrazia Russo	145-162
<i>Antonio Albergati, colector em Portugal (1622-1624): uma presença contra a escravidão. Documentos inéditos em bibliotecas romanas / Antonio Albergati, collector in Portugal (1622-1624): a presence against slavery. Unpublished documents in Roman libraries</i>	
Cristina Bravo Lozano - Roberto Quirós Rosado	163-183
<i>Evangelizzare nella tempesta. Fra' Bonaventura d'Alessano, la 'Restauração' in Portogallo e le origini della Missione del Congo / Evangelising in the storm. Friar Bonaventure d'Alessano, the 'Restauração' in Portugal and the origins of the Congo Mission</i>	
Ricardo Bernardes	185-198
<i>Vivat Maestri Scolari: a presença de Giuseppe Scolari e as suas óperas em Lisboa entre 1766 e 1774 / Vivat Maestri Scolari: the presence of Giuseppe Scolari and his operas in Lisbon from 1766 to 1774</i>	
Elfrida Ralha	199-238
<i>João Ângelo Brunelli (1722-1804). Episódios históricos marcados por um matemático bolonhês contratado por D. João V / João Ângelo Brunelli (1722-1804). Historical episodes marked by a Bolognese mathematician hired by D. João V</i>	
Ana Paula Avelar	239-259
<i>A Alteridade na reavistação de um Portugal setecentista. As "Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie" de Giuseppe Gorani / The Otherness in</i>	

the re-visitation of a 18<sup>th</sup> century Portugal. The “*Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie*” by Giuseppe Gorani

### Focus

Antonio González Valverde - José Javier Ruiz Ibáñez

263-298

*El derecho y el azar testamentario: mérito, promoción social, normativa y tiempos en la sucesión del maestro de campo don Juan de Rivas, castellano de Cambrai (1596-1616) / Testamentary law and chance: merit, social promotion, norms and times in the succession of the maestro de campo Don Juan de Rivas, castellan of Cambrai (1596-1616)*



## Introdução

### Introduction

O caminho dos ciclos de conferências dedicados ao estudo da relações luso-italianas teve início em 2011 e concretizou-se na realização de seis volumes e um dossier publicado na Revista *Estudos Italianos em Portugal*, do Istituto Italiano de Cultura de Lisboa, em 2018, em ocasião das comemorações dos 500 anos da fundação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa. O dossier que agora se apresenta constitui, portanto, o segundo no seu género, e nele se acolhem os contributos do nono ciclo de conferências que, desde 2011, empenha estudiosos de diversas áreas culturais. Interdisciplinaridade, interculturalidade e internacionalidade são os pilares sobre os quais se funda esta rede de relações, que une cada vez mais estudiosos de diferentes nações em torno de áreas temáticas específicas escolhidas de ano para ano e elaboradas de acordo com perspectivas e ópticas diferentes, mas com um *file rouge* constante: as relações entre Itália e Portugal. O presente dossier segue a mesma metodologia: nas suas páginas atravessa-se a história ítalo-portuguesa desde o século XV até ao XIX, destacando aspectos culturais, históricos, diplomáticos, artísticos, musicais, literários. O eixo condutor tomado neste volume é a ‘pena’, entendida como escrita, como realização ‘gráfica’ do contacto entre os dois mundos. A ‘anotação’ representa a consciência do encontro de duas realidades diferentes colocadas em interconexão entre si, de forma que uma vai representar e re-projectar a outra: uma mediação cultural produzida por um contacto capaz de (re)criar novas dimensões numa perspectiva cíclica de renovação das relações continuamente revisitada. A odeporica, considerada no sentido mais amplo da literatura produzida em torno de uma mudança, um movimento, uma missão política, diplomática ou religiosa, neste como em outros volumes, representa, portanto, a espinha dorsal deste volume.

A narrativa de viagem dos italianos que de várias maneiras participaram na fase de expansão portuguesa nos séculos XV e XVI é examinada por Cecilia Veracini para destacar o papel dos animais, a sua estrita ligação com a história dos humanos e o seu uso directo e indirecto que foi feito neste contexto; a *Relazione* da viagem de Vincenzo Tron e Girolamo Lippomani, dois embaixadores extraordinários da República de Veneza, tomados em consideração por Nunziatella Alessandrini, descrevendo a Lisboa de 1581, oferece uma leitura da capital portuguesa logo a seguir aos acontecimentos políticos de 1578-1580. É, sensivelmente, o mesmo período que está descrito nas

cartas de Filippo Sassetti, mercador humanista florentino, enviadas de Lisboa e apresentadas por Rui Manuel Loureiro, nas quais se destacam inúmeros aspectos da realidade sócio-económico-política da capital portuguesa da altura. Com a *Relatione* de 1580 de Stefano Angarano, examinada por Luís Costa e Sousa, coloca-se a ênfase na força militar portuguesa e na sua arte de guerra no momento crucial da batalha de Alcântara e fecha-se o grupo de contributos que se debruçam sobre o século XVI. Entrando no século XVII, a representação das etapas da viagem de Cosme III de' Medici (1668-1669)- desde a entrada em Portugal por Campo Maior até à saída de Lisboa com direcção a Santiago de Compostela- é examinada por João Cabeleira que observa atentamente a paisagem urbana portuguesa através do olhar de um nobre florentino. Aspectos do séculos XVII da realidade portuguesa são reportados através da documentação inédita conservada na *Biblioteca Corsiniana* de Roma e utilizada por Mariagrazia Russo no intuito de considerar a atenção do colector apostólico Antonio Albergati (1622-1624) para o problema da escravidão em terras ultramarinas. Ainda ligada à odeporica missionária está também a documentação encontrada e examinada por Cristina Bravo Lozano e Roberto Quirós Rosado em relação ao frade capuchinho Bonaventura d'Alessano orientada para as terras do Congo. Não foram apenas eclesiásticos, diplomatas e mercadores a nos deixar informações sob forma de relatos e cartas, e, de facto, o século XVIII é representado pelas “escritas” dum músico, dum matemático e dum diplomata –viajante. A música teve um papel importante, como se depreende pelo texto de Ricardo Bernardes que se debruça sobre a vida e a obra do artista Giuseppe Scolari, presente em Lisboa entre 1766 e 1774, capaz de dar impulso, com a sua obra musical, a uma nova interpretação, mais italiana, da música portuguesa. Originário de Bolonha, o padre matemático João Ângelo Brunelli é o protagonista do contributo de Elfrida Ralha. A autora, através dum documento inédito, nos dá a oportunidade de conhecer o que aconteceu em Lisboa no que diz respeito à matemática e ao seu ensino. Finalmente, com o texto de Ana Paula Avelar, no qual se aprofunda a leitura das *Mémoires* deixadas pelo escritor e diplomata italiano naturalizado francês Giuseppe Gorani, coloca-se a ênfase no discurso autobiográfico de um importante colaborador do Marquês de Pombal e desenha-se o último retrato de Portugal do século XVIII deste dossier.

A viagem, portanto, ligada à permanência, à observação, à comparação de situações, à interpretação de uma realidade que os olhos de quem nela está imerso não vêem e não sabem ler: a pena torna-se meio, escrever como cristalização de uma realidade capaz de fotografar o instante, na consciência de

um passado para construção futura, para indicar à posteridade o caminho a seguir. Viajar como um itinerário do homem, mas ao mesmo tempo da mente, da sociedade que o próprio homem representa e carrega consigo no momento do deslocamento; e fixação através da descrição, da relação, da letra, da nota, da anotação, do desenho, do esboço... e o mosaico constrói-se adicionando peças de um puzzle importantes e capazes de reabrir discursos e novas percepções.

Nesta viagem das relações luso-italianas encontrámos estudiosos preparados e apaixonados que, através das suas incansáveis pesquisas, nos suportaram neste percurso, oferecendo-nos os resultados das suas investigações numa panóplia de contributos interdisciplinares, alargando, assim, o âmbito das relações luso-italianas a áreas de estudo muito diversificadas mas complementares.

Queremos dedicar este dossier à nossa amiga e colega Daniela Viggiani, investigadora sensível e delicada, que nos deixou inesperadamente em 2020, poucos meses depois de ter apresentado, no âmbito deste nono ciclo luso-italiano, a sua comunicação intitulada *Notas sobre colecções de arte em Lisboa no século XVIII*. Com Daniela queremos continuar o caminho entre Itália e Portugal, entre o que foi, o que é e o que será.

Lisboa-Roma, Junho 2021



Daniela Viggiani (1974 - 2020).

Foto tirada em ocasião da sua apresentação no 9º Ciclo de Conferências Relações Luso Italianas "Portugal pela pena dos Italianos. Séculos XVI-XVIII". Sociedade de Geografia de Lisboa, 21 de Maio 2019.



## Uso e commercio degli animali non umani nell'espansione portoghese (secoli XV e XVI): le testimonianze dei viaggiatori italiani

Use and trade of non-human animals in Portuguese overseas expansion (15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries): Evidence from Italian travellers.

Cecilia Veracini

(CAPP - ISCSP, Universidade de Lisboa)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 08/04/2021

### *Riassunto*

La storia umana è intimamente connessa al mondo degli animali non umani e la loro importanza ha in taluni casi influenzato o modificato profondamente la storia stessa. Gli aspetti culturali e simbolici di questa coesistenza s'intersecano con quelli legati alla cultura materiale e al ruolo che gli animali non umani hanno rivestito dal punto di vista alimentare, ludico ed economico nel corso dei millenni. Questo studio, partendo dalla narrativa di viaggio degli Italiani che a vario titolo presero parte all'espansione portoghese nei secoli XV e XVI, si è focalizzato sugli aspetti legati all'uso diretto e indiretto degli animali; in particolare analizza quei passi che forniscono evidenze dell'apporto che il commercio e l'uso degli animali non umani diede all'espansione portoghese.

### *Parole chiave*

Espansione portoghese; animali non umani; commercio; viaggiatori italiani; secoli XV e XVI.

### *Abstract*

Human history is intimately connected to non-human animals. Their importance has in some cases been able to modify or profoundly influencing history itself. The cultural and symbolic aspects of human – nonhuman animal coexistence, intersect material culture and the role that nonhuman animals have played in term of food, recreation and economics over the millennia. This work, based on the travel narratives of the Italians who took part in the Portuguese expansion in the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries, focuses on the aspects linked to the direct and indirect use of animals. In particular it will be analysed those parts which provide data about the role of non human animals during the Portuguese expansion.

### *Keywords*

Portuguese expansion; No-Human animals; Trade; Italian travellers; 15th and 16th centuries.

*Introduzione: una storia multispecie. - 1. Oltre lo Stretto di Gibilterra, verso mezzogiorno. - 2. Un Mondo Nuovo di pappagalli e scimmie. - 3. Oltre il Capo di Buona Speranza. - 4. Riflessioni conclusive. - 5. Ringraziamenti. - 6. Bibliografia. - 7. Curriculum vitae.*

*Introduzione: una storia multispecie*

Ha portato il cuoio d'uno animale della grandezza della lontra, ma coperto di squame durissime; ha la testa di testuggine, gambe di coccodrillo e la scaglia della schiena si raccoglie come fa la parte di sopra delle manopole di ferro o i cosciali d'una armadura; e la coda è della medesima materia e viene giù distinta a nodo a nodo fino a che ella viene sottilissima (Flippo Sassetti, Lisbona, 1578)

Nascosti tra le righe di libri e manoscritti, dimenticati dalle revisioni storiche o semplicemente considerati parte di una storia minore e poco importante, gli animali non-umani o altri animali<sup>1</sup> sono diventati oggetto d'interesse delle discipline umanistiche solo negli ultimi decenni. Attraverso una profonda revisione epistemologica cominciata già nel secolo scorso, le basi etiche e filosofiche dell'eccezionalismo umano rispetto agli altri animali sono state messe in discussione. Di conseguenza la presenza animale, che popola i margini della storia, dell'antropologia, della filosofia, della sociologia e della letteratura, ha acquisito una sua legittimazione (e.g. Corbey, 2006; Fudge, 2006; Brown, 2010; Corbey - Lanjouw, 2013; Drummond Braga, I. - Drummond Braga, P., 2015; Kirksey - Helmerich, 2018; Ohrem - Calarco, 2018).

La complessa interazione tra gli esseri umani e gli altri animali (solo animali nel resto del testo) coinvolge una serie di questioni ampie e interdisciplinari, che toccano praticamente ogni campo del sapere (e.g. Resl - Kalof, 2007; Kalof, 2017). Il mondo animale fornisce un ricco thesaurus per l'espressione d'idee sociali, morali-religiose e cosmologiche fondamentali, giacché gli animali sono a noi legati affettivamente, esteticamente e intellettualmente (Stercky, 2002, p. 3). Il lato culturale e simbolico s'interseca, inoltre, con quello legato alla cultura materiale e al ruolo che gli animali rivestono dal punto di vista alimentare, ludico ed economico, aspetto questo alla base delle società umane passate e contemporanee (e.g. Drummond Braga, I. - Drummond Braga, P., 2015). Appare

---

<sup>1</sup> Dopo la rivoluzione darwiniana, usare il termine animali per riferirsi unicamente agli animali non umani risulta superato, essendo noi stessi animali appartenenti all'Ordine dei Primati, Famiglia Hominidae, la quale comprende oltre a noi anche le altre grandi scimmie antropomorfe (scimpanzé, gorilla e orangò). L'abbandono di questa accezione e le sue implicazioni simboliche e culturali si riallacciano alla recente discussione sul concetto di alterità. Si veda per esempio: Boorkfelt, 2011.

oggi anacronistico ignorare che la storia umana sia intimamente connessa al mondo degli animali (e in ultima analisi a ciò che nella cultura occidentale è chiamato 'mondo naturale'<sup>2</sup>) considerando che, in taluni casi, la loro importanza ha potuto modificare o influenzare profondamente la storia stessa (Pastoureau, 2011; Resl - Kalof, 2007; Belozerskaya, 2006; Veracini, 2020). Come affermato dagli storici Isabel e Paulo Drummond Braga (2015, p. 23) “perdere la nozione che le relazioni tra gli animali e gli esseri umani siano intrinsecamente legati alla società e alle sue alterazioni é sinonimo di una storia di cattiva qualità”.

Esaminando attentamente la storia dell'espansione europea dei secoli XV e XVI, nel nostro caso quella portoghese, è evidente che gli animali sono stati una presenza costante che ne ha accompagnato ogni momento (Veracini - Casanova, 2016; Veracini - Teixeira, 2017; Holm *et al.*, 2019). Potremmo anche affermare che, probabilmente, non ci sarebbe stata nessuna espansione oltreoceano senza di essi. Gli animali costituivano una fonte di cibo fondamentale per la sopravvivenza nei lunghi viaggi oceanici: potevano essere imbarcati al momento dello scalo o raccolti durante gli sbarchi in terre straniere; quelli domestici potevano essere lasciati in terre remote per riprodursi<sup>3</sup>, comprati o barattati per altre merci con le popolazioni locali; molti animali esotici vivi o le loro parti giungevano in Europa entrando a far parte di un commercio molto redditizio, una rete commerciale globale fonte di lucro e guadagno, uno dei grandi motori dell'espansione europea assieme alle spezie, al legname, ai metalli preziosi e al traffico di esseri umani (Dean, 1997; Gorgas, 1997; Alecastro, 2008; Teixeira - Papavero, 2009; Veracini, 2017a).

A partire dalla seconda metà del 1400, gli animali esotici, cioè endemici dei luoghi che gli europei stavano esplorando, fecero il loro ingresso in Europa anche attraverso i racconti, le descrizioni e rappresentazioni dei viaggiatori, influenzando vari aspetti della cultura del primo periodo moderno, ma, soprattutto, fornendo un incentivo allo sviluppo delle scienze naturali<sup>4</sup>. Molte di queste testimonianze erano il frutto di osservazioni precise e meticolose e si differenziavano dalla tradizione dei bestiari medievali. Oggi questi resoconti possono fornirci preziose informazioni sull'antica distribuzione geografica e sugli aspetti demografici degli animali descritti, oltre ad offrire testimonianze uniche riguardo all'etnozoologia pre-coloniale.

L'espansione transoceanica, iniziata dal Portogallo nel XV secolo con l'esplorazione delle coste dell'Africa occidentale, fu motivata soprattutto da

<sup>2</sup> In altre culture non esiste questa separazione tra esseri umani e natura.

<sup>3</sup> Si veda l'ormai classico libro di Crosby, 1992.

<sup>4</sup> Questo tema è stato molto studiato, un esempio è l'importante lavoro di Olmi, 1992.

fattori economici<sup>5</sup>. Nell'arco di pochi decenni questa monarchia si porrà al centro di un sistema economico atlantico, dove Lisbona diviene centro di smercio dei prodotti che giungevano in quantità sempre più crescente dai vari continenti. Molti saranno gli Italiani coinvolti a vario titolo in questo processo e il loro ruolo come mercanti, agenti, ambasciatori, esploratori, navigatori è stato evidenziato in un ampio e noto corpus di letteratura (e.g. Alessandrini, 2006; Alessandrini, 2007; Guidi Bruscoli, 2014). Coloro che seguirono i Portoghesi oltremare lasciarono importanti testimonianze che descrivevano in dettaglio le vicende storiche ed economiche, ma anche la geografia, i popoli, la natura e le curiosità scoperte nei loro viaggi.

Il presente studio riguarda le testimonianze relative agli animali degli Italiani che presero parte all'espansione portoghese nei secoli XV e XVI. La narrativa di viaggio di quest'ultimi, così come la loro storia, è ampiamente conosciuta, ma il fine di questo lavoro è evidenziare alcuni dei dettagli che permetteranno di dispiegarci sugli aspetti legati all'uso diretto e indiretto degli animali. Il criterio metodologico che è stato seguito è stato innanzitutto per aree geografiche (Africa, America e Asia) e cronologico (quattrocento e primi decenni del cinquecento). Laddove, però, vi fosse una testimonianza importante anche successiva, sono stati scelti estratti e passi che potevano completare il quadro del diverso apporto dato all'espansione portoghese dal commercio e uso degli animali. Tra le specie animali, sono state esaminate quelle menzionate con maggior frequenza, anche considerando gli apporti letterari e iconografici del periodo storico in esame. Ovviamente, date le restrizioni di spazio, questo lavoro non vuole essere esaustivo. L'argomento affrontato non si esaurisce, infatti, nel periodo in esame e neppure con i protagonisti qui considerati. E', piuttosto, un tentativo di fornire un quadro generale su un tema, molte volte sottostimato.

### 1. *Oltre lo Stretto di Gibilterra, verso mezzogiorno*

Esendo io Aluise da Cha da Mosto stato el primo che dela nostra nobil Citade de Venexia sia demosso a nauigar el mare oceano di fori dei streto de Zibelter verso le parte dá mezo dí' ... (Alvise de Ca' da Mosto, ca. 1460).

Alvise de Ca' da Mosto (Venezia, 1432 - 18 luglio 1488), noto in Portogallo come Luis Cadamosto, è stato uno dei primi Italiani ad essere coinvolti

---

<sup>5</sup> Tra i vari fattori economici possiamo ricordare il bisogno di oro, l'espansione della coltivazione della canna da zucchero, la richiesta di materie prime tropicali, la manodopera servile. Ricordiamo il lavoro classico di Magalhães, 1997.

nell'espansione portoghese in Africa occidentale. Al servizio dell'Infante Henrique di Portogallo (Enrico il Navigatore) per alcuni anni, comandò due spedizioni (1455 e 1456) che avevano il fine di esplorare la costa occidentale africana. Gli sono attribuite l'esplorazione della foce del fiume Gambia e della costa adiacente e la scoperta di alcune delle isole di Capo Verde. Il resoconto dei viaggi suoi e del suo amico Pedro de Cintra venne scritto intorno al 1460, dopo il suo secondo e ultimo viaggio, e pubblicato a Milano nel 1507, nella famosa opera di Antonio Francazio da Montalboddo (1507). Il testo di Ca' da Mosto, considerato molto importante per le descrizioni concernenti la geografia dei luoghi incontrati, dei popoli e delle usanze, abbonda anche di particolari riguardanti la fauna e la flora. In molti, casi gli animali sono descritti in dettaglio e ciò permette, di ricostruirne il comportamento e identificarne la specie. La testimonianza di Ca' da Mosto è inoltre rilevante perché offre molti spunti sull'utilizzo e commercio di animali da parte dei portoghesi e consente di introdurre questo tema partendo dalle prime esplorazioni in Africa occidentale.

Prima di raggiungere l'Africa subsahariana, la spedizione di Ca' da Mosto fece tappa nel Golfo di Arguin, oggi appartenente alla Mauritania. L'isola di Arguin (Arguim in portoghese) era un importante avamposto commerciale, usato dai Portoghesi per il commercio di schiavi. L'Infante Henrique aveva affittato l'isola per dieci anni, in modo che, come notava lo stesso Ca' da Mosto, "nessuno potesse entrare in questo golfo per trafficare con gli arabi nomadi". In questo modo, i Portoghesi riuscivano a importare ogni anno "da 800 a mille schiavi da Arguin" (Cadamosto, 1988, p. 3). Il testo di Ca' da Mosto descrive con minuzia le isole che si trovano nel suddetto golfo, tra cui l'isola detta delle Garze "perché li Portogallesi, primi, vi trovarono in essa tante uova di questi uccelli marini, che ne caricarono due barche delle caravelle" (Ramusio, 1837, p. 180). Il termine 'garças' in portoghese è un nome generico, usato oggi per gli ardeidi (aironi, garzette etc.). Varie specie di ardeidi come la garzetta africana, *Egretta gularis*, (Bosc, 1792), l'airone grigio, *Ardea monicae*, Jouanin & Roux, 1963 ed anche la spatola europea, *Platalea leucorodia*, L. 1758, di morfologia simile a quest'ultimi per un occhio inesperto, ancora oggi scelgono questi lidi - oggi area protetta dall'Unesco - per riprodursi in grande quantità. È probabile che l'insieme movimentato e vocante di questi uccelli possa aver suggerito il nome dell'isola. Come riferito da Ca' da Mosto, le popolazioni locali che vivevano nell'entroterra del Golfo di Arguin non usavano nessun tipo d'imbarcazione ("quando arrivarono i portoghesi, con le vele dispiegate, pensarono che fossero grandi uccelli") e ciò facilitava copiose raccolte di uccelli e le loro uova, poiché gli esseri umani non erano riconosciuti come predatori. Lo stesso avvenne

quando nel suo secondo viaggio Ca' da Mosto giunse alle isole di Capo Verde: i navigatori arrivarono in un'isola dove "c'era gran copia de colombi li quali si lasciavano pigliar con la mano non conoscendo qual fosse l'uomo e di quelli molti ne portarono alla caravella, che con bastoni e mazze avevamo preso" (*Ibi*, p. 194).

Non solo uccelli ma anche tartarughe marine facevano parte delle scorte che i navigatori imbarcavano come provviste:

in un'altra isola [di capo Verde] troviamo una gran quantità di bisce scudellare, o sian gajandre<sup>6</sup> a nostro modo, delle quali ne prendemmo alcune, e le amazzarono. Altre volte ne avevano mangiato nel Golfo de Arguin, e ne salarono molte, che in parte furono buona munizione nel viaggio (Ramusio, 1837, p. 194).

Le tartarughe marine erano tra gli animali prediletti per le scorte alimentari dei viaggi oceanici. Alcune delle Isole di Capo Verde sono tuttora usate da varie specie come luogo di riproduzione, per esempio dalla tartaruga caretta, *Caretta caretta* L. 1758, oggi in pericolo d'estinzione. Ca' da Mosto poteva riferirsi a questa e ad altre specie più comuni in passato nelle isole di Capo Verde (e.g. *Chelonia mydas*, L. 1758). Anche l'entroterra del Golfo di Arguin forniva alimenti ai navigatori, poiché qui: "si trouva copia di leoni e lioparti, e struzzi, dell'uova de' quali ò mangiato assai volte, e sono buone" (*Ibi*, p. 181).

Giunto in Senegal, Ca' da Mosto rimane affascinato dall'abbondanza delle tante specie animali tra cui felini, antilopi, uccelli e rettili<sup>7</sup>. Da questa regione descrive per la prima volta gli elefanti africani e i metodi di caccia usati dalle popolazioni locali<sup>8</sup>, smentendo i miti e le leggende su questi plantigradi allora prevalenti in Europa<sup>9</sup>. Offre poi una descrizione della morfologia delle loro varie parti del corpo, come i denti, la coda e le zampe. Una zampa proveniente da un elefante di grandi dimensioni, assieme ad una zanna di avorio, fu portata in Portogallo e recapitata all'Infante Henrique che "molto desiderava avere di queste cose strane che giungevano dai distanti luoghi scoperti per suo conto" (*Ibi*, pp. 188 - 189).

---

<sup>6</sup> Nell'antico dialetto veneziano la "gagiandra" è la testuggine e/o tartaruga, si veda: Boerio, 1829, p. 241.

<sup>7</sup> *Ibi*, p. 188. Ca' da Mosto fornisce la prima descrizione del *Python sebae* (Gmelin, 1788), il pitone delle rocce africano, di cui descrive il modo di riprodursi e la sua capacità di nutrirsi di grandi animali.

<sup>8</sup> Probabilmente Ca' da Mosto si riferiva all'elefante di savana, *Loxodonta africana* (Blumenbach, 1797) allora comune in Senegal.

<sup>9</sup> Per esempio il mito che non avevano articolazioni del ginocchio secondo la Bibbia.

Le impressioni riportate da Ca' da Mosto e dai navigatori successivi (e.g. D'Almada, 1594; Monod *et. al.*, 1951) dopo il primo contatto con questi pachidermi erano sempre di timore e meraviglia. L'aspetto che maggiormente li colpì fu il loro grande numero e l'incredibile dimensione delle zanne, cosa che offriva grandi opportunità economiche (Veracini – Casanova, 2016). Come notato da Zurara (1841), gli europei scoprirono solo nel XV secolo il commercio d'avorio in Africa occidentale, perché prima di allora questo raggiungeva l'Europa dai porti del Levante tramite gli Arabi (Håkasson, 2004). D'Almada osservava che "ogni anno da un solo porto della Guinea erano esportate 300 tonnellate di avorio" (D'Almada, 1594). L'intensa attività economica portoghese intorno all'avorio, destinato non solo all'Europa, è confermata anche dal recente studio di archeozoologia condotto sui resti animali incontrati sulla nave portoghese *Bom Jesus*, affondata in Namibia nel 1533 mentre era diretta in India. La nave trasportava 100 zanne d'avorio appartenenti a elefanti di foresta, *Loxodonta cyclotis*, Matschie, 1900 e la loro provenienza poteva essere sia la regione del Senegambia che quella del Golfo di Guinea (Flamingh *et al.* 2021).

In passato le popolazioni di elefanti africani erano vaste e diffuse e nel XVI secolo l'avorio divenne uno dei principali prodotti tra quelli acquisiti nella costa atlantica Africana, dal Senegal alla Serra Leone (D'Almada, 1594). Sembra che il declino del commercio di avorio (una conseguenza della riduzione delle popolazioni d'elefanti) in questa parte dell'Africa sia iniziato intorno al 1650 (Hair, 1990). L'avorio era ancora esportato, ma doveva essere raccolto in regioni lontane dalla costa. Gli elefanti di savana (*L. africana*) scomparvero completamente dalla costa occidentale dell'Africa alla fine del XVIII<sup>10</sup> secolo.

Descrivendo in maniera dettagliata due specie di pappagalli, Ca' da Mosto introduce un altro dei temi ricorrenti dell'espansione portoghese: il commercio uccelli tropicali in particolare di pappagalli. Quest'attività divenne molto comune e redditizia sia in Africa sia, come vedremo, nel Nuovo Mondo.

Uccelli di queste parti vi sono di diverse sorti e massime, pappagalli in gran numero, i quali vanno volando in tutto il paese...ma io ne vido salvo di due sorti: l'una è come quelli che vengono da Alessandria, ma parono un poco più piccoli; l'altra sono molto più grandi e hanno il collo benettino con la testa, becco e piedi, e il corpo giallo verde, ed abbine di queste due sorti molti, e specialmente piccoli di nido, de' quali molti me ne morittero e gli altri portai in Ispagna [Portogallo]: e la caravella venuta in Ispagna con me ne portò da 150 in suso, vendendoli per

---

<sup>10</sup> Cfr. Hair, 1990. Oggi, solo alcune popolazioni relitte di questa specie possono essere trovate in Africa occidentale, IUCN RED LIST, 2021, <<https://www.iucnredlist.org/species/12392/3339343>>, ultimo accesso 26 Aprile 2021.

mezzo ducato l'uno<sup>11</sup>.

Il primo pappagallo citato da Ca' da Mosto è il parrocchetto dal collare, *Alexandrinus krameri* (Scopoli, 1769), (Figura 1) il quale ha un'ampia distribuzione in Africa e in Asia.

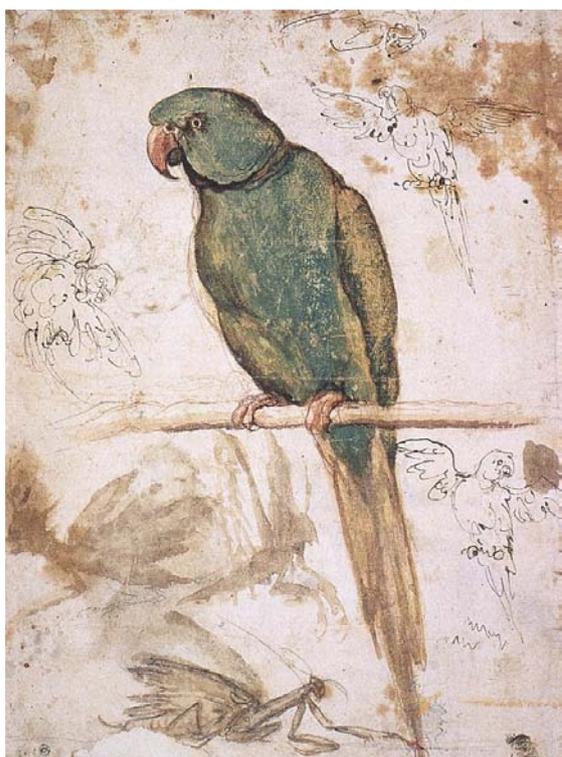


Fig. 1. Parrocchetto dal collare (Giovanni da Udine, ca. 1515-20).

Incontrato in Europa come animale da compagnia sin dall'epoca romana, dopo l'espansione portoghese divenne un animale abbastanza comune nelle corti europee, assieme ad altre specie della Famiglia Psittacidae (Teixeira, 2017). Oggi, dopo innumerevoli introduzioni, questo parrocchetto vive in Europa stabilmente, essendosi adattato anche a latitudini molto basse (Heald *et al.* 2019). L'altro pappagallo menzionato è una specie endemica dell'Africa occidentale, *Poicephalus senegalus* (L., 1766), noto come il pappagallo del Senegal, specie anch'essa molto usata come animale da compagnia, benché non completamente addomesticabile.

Nel secondo viaggio il navigatore veneziano riesce a risalire il fiume Gambia e entra in contatto con le popolazioni locali che giungevano "da una parte all'altra del fiume per vendere alcune cosette loro". Portavano sia tessuti di vario tipo che animali. Tra questi "anco molti gatti mammoni e babbuini grandi e piccoli di diverse sorti; e davanli a baratto per cosa di poca valuta, cioè di 10 marchetti [antica valuta veneziana], molto meno del valore di un'oncia di zibetto (50 marchetti)" (Ramusio, 1837, p. 197). Oltre a Ca' da Mosto, altre fonti successive fanno riferimento ai primati non umani (conosciuti all'epoca come gatti mammoni e babbuini), i quali erano spesso un dono offerto agli europei dai governanti locali (Monod *et al.*, 1951). In breve, primati di varie specie cominciarono a divenire tra gli animali più comuni ad essere esportati vivi in

---

<sup>11</sup> Cfr. Ramusio 1837, *Degli uccelli di detto paese*, pp. 188-189.

Europa. Le belle scimmie colorate come i cercopiteci africani erano una novità per le corti europee e divennero rapidamente apprezzate come animali da compagnia. La loro importazione dall'Africa occidentale iniziò nel XV secolo, come si evince sia da fonti iconografiche che letterarie (Veracini, 2011 e 2017a). Anche lo zibetto, *algalia* in portoghese, ricordato da Ca' da Mosto, sarà menzionato come un prodotto molto ricercato nella maggior parte delle successive cronache riguardanti l'Africa occidentale (e.g. Monod *et al.*, 1951; Donelha, 1625; Lemos Coelho, de, 1685). Lo zibetto, composto odoroso, è prodotto dalle ghiandole perineali poste tra lo scroto e il prepuzio nei maschi e tra l'ano e la vulva nelle femmine di alcuni animali dell'ordine Carnivora (Famiglia Viverridae). L'estratto di zibetto, utilizzato in taluni casi ancora oggi per produrre profumi, proveniva sia dalla civetta africana, *Civettictis civetta* (Schreber, 1776) (Figura 2) originaria di Etiopia, Guinea, Senegal e altre regioni dell'Africa equatoriale, sia da quelle asiatiche del genere *Paradoxurus* spp.



Fig. 2. Civetta africana  
(fonte: Conrad Gesner, *Historia animalium*, 1551)

Benché lo zibetto fosse conosciuto in Europa sin dal medioevo attraverso il commercio arabo, la sua fama crebbe con la sua maggiore disponibilità, risultata dall'espansione dei traffici europei. La sua domanda nel vecchio continente divenne così grande che gli animali asiatici e africani furono portati in Europa e allevati privatamente dalle persone abbienti. Nel 1469 lo zibetto era considerato un

prodotto così prezioso che il 19 ottobre 1470 il re Alfonso V dichiarò un monopolio reale sui prodotti della "Guinea" africana, tra cui zibetto, pepe di *malagueta*, unicorno (corno di rinoceronte), spezie e pietre preziose (Vogel, 1989). In generale, diverse donne nobili, oltre alla sostanza odorosa, ambivano ad avere una civetta viva per la produzione di zibetto<sup>12</sup>. La civetta africana fu

<sup>12</sup> La Duchessa di Firenze Eleonora ordinò a Lorenzo di Andrea Pagni una civetta per ottenere del profumo. Dalla lettera del 17 Dicembre 1546, scritta da Lorenzo di Andrea Pagni a Pier Francesco Riccio: "La Duchessa vuole ch'io li compri in Venetia un gatto da far muschio, et che la S. V. per pagarlo mi facci fare una lettera di credito, che mi siano pagati e' dinari in Venetia. Ho voluto dirlo alla S. V. adciò possi far fare domani la lettera et ch'io la trovi fatta domandasera, perché postdomani è domenica et e' mercanti non stanno a' bottega [...]".

introdotta in molti luoghi al di fuori del suo areale originario: per esempio a Bioko, l'antico Fernando Po', ma anche in molte isole delle Indie Occidentali (Masseti, 1977).

Anche dopo la venuta Ca' da Mosto, il Gambia continuò ad essere il luogo preferito per l'approvvigionamento degli animali da parte degli Europei. Dalla seconda metà del XV secolo fino al 1586, i Portoghesi furono assidui nelle fiere e nei mercati che avevano luogo in questo fiume e in altri porti dell'Africa occidentale (Godinho, 1977, p. 178). Animali vivi (come civette, felini, pappagalli e scimmie) (cfr. Veracini, 2017a) e derivati animali (avorio, pelli e pellicce di ungulati e carnivori, corna, denti di ippopotamo, penne, conchiglie, etc.) erano tra le merci più vendute dagli abitanti locali. Nel corso del 1500, ai Portoghesi che continuarono le loro attività commerciali in Africa occidentale, si aggiunsero anche Inglesi, Fiamminghi, Francesi e Spagnoli, come nota lo storico d'Almada nella sua opera del 1594 (D'Almada, 1594).

Nel corso del XVI secolo e successivamente, alcune specie animali africane saranno introdotte in ambienti insulari tropicali, seguendo la rotta degli schiavi. Le isole di Capo Verde, luogo strategico per la navigazione atlantica e la tratta degli schiavi, furono colonizzate dai portoghesi dal 1462, cominciando dall'isola di Santiago. Qui molti mammiferi terrestri furono rilasciati, spesso a scapito degli endemismi locali. Il mercante fiorentino Francesco Carletti, sbarcato a Capo Verde nel 1594, menziona la presenza di molti zibetti, che i portoghesi nutrivano con carne di pesce "che è di poca spesa e ne cavano assai zibetto" (Carletti, 1701, p. 12) e di scimmie:

vi è similmente un numero infinito di bertucce che noi chiamiamo Gatti mammoni, che hanno le code lunghe, nominate quivi da' Portoghesi Bugios, alle quali insegnano ballare, e a fare molt'altri giochi, e buffonerie, e io ne ho vedute di quelle stare sopra un cantyo della Tavola mentre si cena con una candela in mano facendo ume, a quelli che vi mangiano con un certo avvedimento non ordinario di non gocciolare sopra la tovaglia... (*Ibidem*).

Le 'bertucce' di Carletti erano in realtà una specie di cercopiteci verdi, *Chlorocebus sabaues*, L. 1758, originaria dell'Africa occidentale. I primati, usati per lo più come animali da compagnia e venduti a caro prezzo una volta arrivati in Europa (Veracini, 2017a), potevano divenire una fonte di cibo nei lunghi viaggi e si pensa che questa potesse essere la ragione della loro introduzione a Capo Verde e in altri luoghi facenti parte della rotta degli schiavi, come le isole delle Indie Occidentali (Masseti, 201). Oggi esistono

colonie di questi animali nell'arcipelago delle Antille, comprese diverse isole come Sant Kitts e Nives tra le altre.

Pappagalli e scimmie, furono tra gli animali più frequentemente importati vivi in Europa per le loro dimensioni in genere modeste che favorivano il trasporto, per la bellezza e curiosa intelligenza. Come si vedrà nel prossimo paragrafo, questi animali divennero un importante fonte di lucro per i Portoghesi e altri mercanti europei sin dai primi anni della scoperta delle Americhe.

## 2. *Un Mondo Nuovo di pappagalli e scimmie.*

De sopra del capo de Bona Speranza, verso garbin, hanno discoperto una terra nova, chiamano la terra de li Papagà, per esser li papagà longi uno brazo e più, de vari colori, de li qual ne hanno visto doy. Iudichano questa terra esser terra ferma, perché corsero per costa duo mila miglia e più, né mai trovorno fin” (Domenico Pisani, Lisbona, 27 Luglio 1501)<sup>13</sup>.

Così scriveva Domenico Pisani, Ambasciatore della Repubblica di Venezia stanziato a Lisbona, in una lettera inviata alla Serenissima repubblica avida d’informazioni di prima mano sulle nuove possibili rotte commerciali. Nella nuova terra trovata nell'emisfero meridionale, che si diceva fosse terraferma, vi erano dei pappagalli enormi, molto diversi dagli asiatici ma anche dissimili dagli africani già noti ai Portoghesi. Questi pappagalli di grandi dimensioni e dai colori spettacolari (genere *Ara*, Lacepede, 1799) sono distribuiti nelle zone di foresta tropicale e subtropicale dell'America. Domenico Pisani ne aveva visti due tra quelli che erano giunti a Lisbona. La fortuna che ebbe questa lettera conferì al territorio oggi appartenente al Brasile il nome di ‘terra dei pappagalli’ e, in molti testi dell'epoca, sarà così identificato. Molti dei navigatori giunti nell'America tropicale ne descrissero il fascino e la bellezza e soprattutto ne notarono il gran numero che, come notava Cristoforo Colombo, giungeva ad oscurare persino il sole<sup>14</sup>. Ancora oggi, osservare questi e altri uccelli volare alti nella foresta e disperdersi per chilometri e chilometri in stormi o in coppie suscita una grande emozione. Non possiamo quindi stupirci se le parole usate dai primi Europei giunti in queste latitudini ne lodassero l’amenità e l’incanto oltre ad evidenziare lo stordimento dei sensi che il contatto con la natura americana provocava. Sono le stesse emozioni che ciascuno di noi ancora prova quando entra in una foresta tropicale ricca di profumi, canti e colori infiniti.

<sup>13</sup> Lettera di Domenico Pisani, Ambasciatore della Repubblica di Venezia, Lisbona, 27 Luglio 1501, in Berchet, 1892 (1985).

<sup>14</sup> Cristoforo Colombo *apud* Masseti - Veracini, 2014.

E così sembra essere stato per Amerigo Vespucci arrivato in Brasile nel 1501 al seguito della spedizione inviata dal re del Portogallo e comandata da Gonçalo Coelho. Tanto si è scritto sulle sue descrizioni del nuovo mondo che egli associava al paradiso terrestre, e sull'influenza che questo ebbe nella costruzione dell'idea di America<sup>15</sup>.

Quello che vidi fu (...) tanti pappagalli e di tante diverse specie che era una meraviglia; alcuni colorati di verde, altri di uno splendido giallo limone e altri neri e ben in carne; e il canto degli altri uccelli che stavano negli alberi era cosa così soave e melodica, che molte volte rimanemmo ad ascoltare tale dolcezza. Gli alberi che vidi sono di tale e tanta bellezza e leggerezza che pensammo di trovarci nel paradiso terrestre...<sup>16</sup>.

E il paradiso terrestre fu da lì a poco portato in Europa sebbene non per mano di Vespucci. Il primo a trasportare animali e piante dal Brasile a Lisbona fu Gaspar de Lemos in una caravella che tornò in Portogallo dalla nuova terra trovata da Pedro Cabral il 21 aprile 1500. Gaspar de Lemos recò notizia di un'isola trovata a 15 gradi di latitudine sud, e, oltre alle lettere di Cabral, portò anche diversi pappagalli, alcune scimmie, dei minerali, tronchi di legno e un indio brasiliano della famiglia Tupi-Guarani, il primo ad essere sbarcato in Europa (Teixiera - Papavero, 2010). Però Vaz de Caminha, arrivando a Bahia, aveva subito accennato che tra le merci offerte dalle popolazioni native c'erano i pappagalli. 40 pappagalli erano già arrivati in Europa con Cristoforo Colombo al ritorno dal suo primo viaggio e un pappagallo americano arrivò a Venezia già nel 1497, per mano di Francesco Capello, ambasciatore veneziano a Burgos. Altre notizie giunte a Venezia nel 1501 parlavano del Brasile come un luogo con "copia de legnami (...) et sopra tutto de pini da fare arbori e antenne da navi. Per che questo serenissimo re mostra haver grandissimo utile da questa terra"<sup>17</sup>. Re Manuele I di Portogallo, sulla base dei primi beni riportati dal Brasile e dei racconti pervenutigli, ritenne che quella terra non offrisse molte ricchezze oltre

---

<sup>15</sup> Moltissima è ormai la letteratura sulle opere di Amerigo Vespucci e sulla percezione della natura americana che contribuì a coniare e stigmatizzare l'America nel bene e nel male. Ricordiamo anche, tra i molti lavori che riguardano gli animali e la loro percezione da parte degli europei, l'ampio studio di Asia - French, 2005 e Veracini - Teixeira, 2017 sui primati non umani.

<sup>16</sup> Amerigo Vespucci, *Lettera a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici da Lisbona 1502*, cfr. Pozzi, 1984.

<sup>17</sup> Lisbona, 19 ott 1501. Cod. Marciano *Viaggi*, VII, 208. c. 141. (Testo pubblicato nei *Paesi Novamente ritrovati* ed. 1507) e nell'*Itinerarium Portugallensium*, Milano 1508. E ancora nei diari di Sanuto, *Diari IV*, 221.

agli animali e al legno verzino<sup>18</sup> e si concentrò maggiormente sul commercio di spezie che giungevano dalle Indie attraverso la rotta africana. Intorno al 1503 la corona portoghese 'affittò' il Brasile a un consorzio di mercanti diretto da Fernando di Noronha<sup>19</sup> a cui veniva fornito il monopolio dei commerci in quella terra. Cominciò così uno sfruttamento intensivo delle materie prime di valore: il verzino, il cotone in forma minore, oli, sementi e animali, soprattutto pappagalli, scimmie e felini, o meglio le pelli di quest'ultimi.

Le materie prime e gli animali erano raccolti dagli indigeni. La loro tecnologia non conosceva il ferro per cui scambiavano questo loro lavoro con oggetti di metallo come coltelli, cucchiai e ami da pesca o per altri oggetti quali gli specchi. Quando le navi della flotta spagnola di Magellano arrivarono a Rio de Janeiro nel 1519, i marinai entrarono in contatto con la popolazione locale che teneva vari animali selvatici come animali da compagnia. Antonio Pigafetta, che scrisse il primo resoconto del viaggio intorno al mondo del portoghese Magellano, in una di queste occasioni commentò: "hanno infinitissimi papagali e ne danno 8 o 10 per uno speco, e gati maimoni piccoli, fati como leoni, ma ialli, cosa bellissima". Il gatto maimone o maimone di Pigafetta era il leontocebo dorato, *Leontopithecus rosalia* (L., 1766) e questa è la prima testimonianza conosciuta dell'esistenza di questo primate, endemico dello stato di Rio de Janeiro. Questo piccolo primate sarà menzionato in quasi tutte le cronache successive e considerato uno degli animali più belli che potevano essere trovati in Brasile. Diventerà una delle specie di primati più ambite in tutto il periodo moderno, fino alla sua quasi completa estinzione nel secolo scorso (cfr. Veracini, 2017b). Grazie alle sue piccole dimensioni era facilmente imbarcato in grandi quantità benché riuscisse a stento ad arrivare vivo poiché come riportato da vari viaggiatori portoghesi: "morivano tutti di crepacuore appena sentivano il rullio di una nave"<sup>20</sup>.

Assieme ai pappagalli le scimmie neotropicali erano sempre incluse nelle descrizioni e nelle prime mappe riguardanti l'America (Figura 3).

---

<sup>18</sup> Il verzino (in portoghese *pau brasil*), una pianta a grande fusto diffusissima in passato lungo il litorale atlantico (oggi è rimasta in pochi esemplari solo negli orti botanici e nelle riserve forestali!), era molto richiesto perché usato in Europa per l'estrazione del pigmento rosso. La pianta il cui nome locale è *ibirapitanga* (*Caesalpinia echinata*, Famiglia Cesalpincea) era dello stesso genere di un'altra allora già usata che giungeva già da molto tempo in Europa dall'India (*Caesalpinia sappan*) ed era chiamata brasil.

<sup>19</sup> Fernando de Noronha ebbe questa concessione almeno fino al 1511. Già dal 1506 il re portoghese si compromise per impedire l'importazione del verzino indiano garantendo il monopolio a Noronha.

<sup>20</sup> La maggior parte degli animali imbarcati moriva sia per il freddo sia per un'alimentazione inadeguata.



Fig. 3. *Terra brasiliæ*, Atlas Miller, 1519.  
Particolare con pappagalli e scimmie.

oceanica (Veracini, 2011 e 2017a).

In queste prime spedizioni i marinai portavano avanti il proprio business prendendo e rivendendo gli animali in patria; ciò non era molto difficile per il fatto che, come si è visto, vari primati e uccelli erano frequentemente mantenuti in cattività dai nativi brasiliani<sup>21</sup>. Dai libri di bordo delle navi giunti fino a noi possiamo farci un'idea di quello che fu il traffico di biodiversità dal Brasile all' Europa durante il Cinquecento. In media Portoghesi e Francesi portavano in Europa ca. 8 mila tonnellate annue di legno. Già nel 1558 i migliori alberi di "pau-brasil" potevano trovarsi solo a più di 20 km dalla costa (Bueno, 1998, p. 75). La nave Bretoa col suo carico è un esempio della quantità e del tipo di merci che provenivano dal

Già Amerigo Vespucci aveva parlato di gatti mammoni e "babuini". Quest'ultimi non esistono in Sud America ma le prime mappe del nuovo continente mostravano primati che assomigliano ai babbuini, mentre in quelle successive troviamo già scimmie con la coda simili ai cebi (generi *Sapajus* spp. e *Cebus*, spp. endemici del Sudamerica, cfr. Figura 4), i quali erano tra i pochi ad arrivare in Europa riuscendo a sopravvivere ai lunghi mesi di traversata



Fig. 4. *Azulejo de Rodapè* raffigurante un cebo cappuccino di Marcgrave (*Sapajus flavius*), specie endemica del Nord-Est del Brasile (fonte: Museu Nacional dos Azulejos, Lisbona, ca. 1565)

<sup>21</sup> Questa pratica è ancora diffusa tra le etnie indigene tuttora superstita. I cuccioli di mammiferi sono in genere strappati alla madre dopo esser stata uccisa e allevati come membri della famiglia e spesso allattati al seno delle donne.

Brasile nei primi anni dopo la sua scoperta. Essa apparteneva ad un consorzio di mercanti tra cui il banchiere fiorentino Bartolomeo Marchioni<sup>22</sup>. Nel *“Livro da Viagem e Regimento da Nau Bretoa”*<sup>23</sup> si legge che la nave Bretoa partì il 22 febbraio da Lisbona arrivando nell'attuale stato di Bahia in Brasile. Alcuni membri dell'equipaggio rubarono dei coltelli per scambiarli con gli indios, ricevendo in cambio penne di uccelli e scimmie. Il 26 di maggio 1511 la nave arrivò a Cabo Frio (stato di Rio de Janeiro) dove caricò 330 tronchi di “pau brasil” al giorno, equivalenti a 8 tonnellate (Perrone-Moisés, 1995). La nave arrivò a pesare 100 tonnellate. I membri dell'equipaggio potevano ricevere animali dagli indigeni ma ogni bene caricato doveva essere annotato dallo scrivano della nave minuziosamente. Già sin dall'esplorazione africana, era costume comune tra i naviganti portoghesi di ritorno dai vari viaggi portare sempre con sé anche animali che potevano costituire un guadagno extra una volta venduti in patria. Così sappiamo che più di 60 animali furono portati a Lisbona tra cui 22 parrocchetti, 15 pappagalli, 16 felini, 3 scimmie e 16 *saguis*<sup>24</sup>. Il viaggio di ritorno durava tre mesi ed è per questo che molti degli animali raccolti morivano. La quantità di animali della Bretoa appare contenuta quando comparata alla nave francese *La Pélerine* che, giungendo dal Brasile, fu catturata nel 1531 dai Portoghesi a Malaga, mentre era di ritorno dal Brasile. Nelle sue stive erano stipati: 300 tonnellate di tronchi di verzino, 3000 pelli di felini, 600 pappagalli, 300 scimmie, 300 quintali di cotone oltre a oli medicinali e pepperoncino (Dean, 1997, p. 48).

Gli europei si rifornivano anche di piume di uccelli come l'ema (*Rhea americana*, L. 1758) o i tucani (*Ramphastos* spp. L. 1758). Le spoglie di un cervo valevano una tazza e un punzone. Una carcassa di anta (*Tapirus terrestris*,

<sup>22</sup> Chiamato anche Bartholomio Fiorentin. Si trattava di Bartolomeo Marchionni, un ricco banchiere fiorentino che visse a Lisbona tra la fine del XV secolo e il primo quarto del XVI e lavorò come finanziatore dell'espansione marittima e del commercio ultramarino portoghese durante il regno di Dom João II (1481-1495) e Dom Manuel I (Re Manuele I). Cfr. Guidi - Bruscoli, 2014.

<sup>23</sup> Manoscritto posseduto dall'*Arquivo da Torre do Tombo* (Lisbona) scoperto nel 1854 dallo storico Adolfo Varnhagen. È costituito da pagine manoscritte di Duarte Fernandes. Cfr. Varnhagen, 1867, pp. 97-111

<sup>24</sup> Il testo originale sui dei prodotti imbarcati sulla Nave Bretoa, riportato dallo storico Capistano de Abreu, 1998, p. 38 dice: *“Levou cinco mil toros de pau-brasil; vinte e dois tuins, dezasseis saguis, dezasseis gatos, quinze papagaios, tres macacos, tudo avaliado em 24.220 reis; quarenta peças de escravos, na maioria mulheres, avaliados ao preço medio de 4 reis.....”*. (La nave imbarcò 22 parrocchetti, 16 *saguis* (piccole scimmie della Famiglia Callitrichidae), 15 pappagalli, 3 scimmie (si riferisce alle scimmie di maggiori dimensioni che potevano essere cebi cappuccini), il tutto valutato in 24.220 reis (moneta portoghese); 40 “pezzi” di schiavi, in maggioranza donne, valutate un prezzo medio di 4 reis ciascuna.

Brisson, 1762), mammifero che arriva fino a 300 chili, si scambiava per una grande scodella e due forbici; 80 anatre per 20 scodelle e sei ami da pesca (Teixeira - Papavero, 2010, p. 256)<sup>25</sup>. Il guadagno che ciascun marinaio poteva fare rivendendo in patria gli animali era notevole. Per esempio un singolo uistiti poteva essere rivenduto a 226 reais, che in Portogallo corrispondeva al 28,2% del ricavato mensile di un soldato o all' 80, 7% di quello di un lavoratore non qualificato (Teixeira - Papavero, 2010, p. 258).

Anche le navi che tornavano dall'India potevano facilmente raggiungere le coste del Brasile grazie ai venti favorevoli e da qui giungere in Europa (Alecastro, de 2000, pp. 62-66). Negli scali fatti in Brasile, molte delle navi approfittavano per caricare altre mercanzie e/o animali che spesso erano portate come zavorra e che costituivano un'ulteriore fonte di guadagno (Pieper, 1998, p. 368). Per questo molti degli animali erano denominati genericamente 'indiani', senza fare distinzione tra i diversi luoghi di provenienza.

Il commercio di verzino e quello degli animali crebbe esponenzialmente durante tutto il XVI secolo facendo di Lisbona una piazza importante per il commercio e lo smercio di animali che da questo porto giungevano in ogni parte d'Europa (cfr. Gschwend-Jordan, 2009. p. 35; Gschwend-Jordan - Lowe, 2015).

L'apporto degli animali fu anche culturale. Gli animali vivi che giunsero in Europa e le descrizioni che li accompagnavano, contribuirono a creare l'idea di America (cfr. Asua - French, 2005). In particolare pappagalli e scimmie, arrivando per primi in Europa in gran numero, svolsero un ruolo di mediazione culturale tra l'America e l'Europa (Pieper, 2006). Nell'arco di pochi anni occuparono un posto di rilievo nelle residenze dei nobili portando con loro i colori, i suoni, gli odori e i comportamenti associati a una realtà completamente diversa e lontana, avvicinando così gli Europei al nuovo continente.

### *3 Oltre il Capo di Buona Speranza*

Ivi la terra è fertilissima e piena di frutti a nostro costume e delle sorte che sono in India; è copiosa d'ogni animale così domestico come silvestre. Trovansi nella terra ferma molti tigri e serpenti d'incredibil grandezza.... (Andrea Corsali, Goa

---

<sup>25</sup> Questi valori si ritrovano nelle opere di vari viaggiatori giunti a vario titolo sul litorale brasiliano nel Cinquecento. I beni che i Portoghesi scambiavano con gli indigeni sembrano non essere stati i migliori secondo il francese Léry (1578): un ulteriore lucro sarebbe nato dalla vendita delle manufatti di bassa qualità destinate al Brasile. Abusi simili arriveranno a un punto tale da essere puniti nel 1572 quando la riforma degli ufficiali meccanici di Lisbona stabilì severe multe. Cfr. Correia, 1926 *apud* Teixeira - Papavero, 2010, p. 257.

1515)<sup>26</sup>.

Andrea Corsali così descriveva le sue prime impressioni della natura indiana copiosa di piante e animali di ogni tipo. Egli era uno dei tanti mercanti stranieri che operavano a Lisbona, ed era arrivato in India al seguito di un'ambasceria portoghese. Durante il 1400 la presenza di mercanti stranieri nella capitale portoghese era andata di pari passo con le varie scoperte di oltreoceano, in particolare con l'arrivo nel 1498 di Vasco da Gama nel porto di Calicut, che aveva aperto infinite possibilità commerciali per la corona portoghese. Gli 'Italiani' erano ben rappresentati come operatori commerciali di vario tipo, sia come singoli che per conto di aziende le quali avevano la propria filiale a Lisbona (Spallanzani, 1997; Alessandrini, 2006). Molti giovani s'imbarcavano per le Indie nelle navi portoghesi, molti erano inviati come dipendenti di compagnie mercantili e bancarie. Il corpus dei resoconti dei viaggiatori italiani in Asia nel XVI secolo è molto ampio, giacché molti mercanti fiorentini, genovesi e veneziani si spinsero in Asia a fianco dei Portoghesi. Altri, come alcuni mercanti veneziani giungevano in Oriente passando per la mesopotamia fino a Basra e poi s'imbarcavano per Goa a Ormuz (Grossato, 1994) o, come nel caso di Ludovico de Varthema (o Barthema), vi giungevano dopo viaggi avventurosi passando dalla Mecca e dal Mar Rosso.

Sebbene vari animali asiatici e i loro prodotti fossero noti in Europa fin dall'antichità, la maggior parte era conosciuta attraverso le narrazioni di viaggiatori che mescolavano fatti veridici con mito e fantasia. Durante molti secoli e fino alla fine del quattrocento il traffico mercantile tra l'Europa e l'Asia, avvenuto principalmente via terra, non aveva permesso l'arrivo di molti animali vivi. Per questo, oltre che dalle storie orali che potevano circolare, la conoscenza degli animali asiatici derivava dalla Bibbia, da alcuni autori classici e da autori medievali<sup>27</sup>. Con l'espansione portoghese la natura orientale si dischiuse ad un'osservazione più oggettiva, che produsse una notevole quantità

---

<sup>26</sup> Corsali, *Due lettere dall'India*, Cfr. Ramusio, 1978-79, Vol. II. p. 461.

<sup>27</sup> Tra gli autori medievali ricordiamo le opere di frate Giovanni de Pian Carpini, del religioso fiammingo Guillaume de Rubruck e del missionario Odorico di Pordenone, oltre al *Milione* di Marco Polo che, per ca. 200 anni fino all'arrivo dei portoghesi in India nel 1498, fu il grande manuale europeo sulla geografia e antropologia dell'Asia. Ed ancora il *Libro delle Meraviglie* di John de Mandeville redatto intorno al 1356 o 1357. Si veda anche Grossato, 1994, p. 4.

di relazioni sulla flora e la fauna dell'Estremo Oriente<sup>28</sup>. Benché le descrizioni faunistiche non fossero esenti dalla fascinazione per la fauna asiatica che include animali carismatici come elefanti<sup>29</sup>, coccodrilli, rinoceronti, serpenti, scimmie e uccelli di vario tipo, questi testi riportano anche molte informazioni sui prodotti o derivati animali quali il muschio, lo zibetto, la pietra bezoar, le lacche e illustrano le varie attività commerciali legate a quest'ultimi e quelle relative ad altre specie.

Andrea Corsali ce ne fornisce un esempio. Egli scrisse relazioni minuziose e puntuali dei suoi viaggi negli anni 1515 e 1517, che inviò direttamente ai Medici, Giuliano figlio di Lorenzo il Magnifico e Lorenzo duca di Urbino. Ci ha lasciato così un'importante testimonianza che riguarda il commercio dei cavalli arabi da parte dei portoghesi (Gorgas, 1996; Loureiro, 1999).

Goa è di grandissimo tratto e ogni giorno vai ampliando per la gran quantità di cavalli che vengono da Ormuz dal sino Persico, vendonsi a' signori de Paleacati e del re Narsinga e fanno capo a quell'isola perché s'altrove sbarcassino i Portoghesi che sono signori del Mare, con licenzia dei quali si naviga piglierebbero le navi e tutto saria perduto" (Corsali, cfr. Ramusio, 1978-79, p. 462).

---

<sup>28</sup> La corte portoghese ebbe sin dai primi tempi la preoccupazione di inviare persone specializzate che non solo supervisionassero l'acquisizione imballaggio e rimessa di prodotti asiatici diretti in Portogallo, ma anche dedicassero qualche attenzione allo studio e descrizione di piante e animali. Il contatto diretto dei Portoghesi con il mondo orientale suscitò una grande produzione di testi, in cui uomini con esperienza dell'ultramar tentavano di fornire informazioni sulla fauna incontrata nei loro incessanti viaggi nel continente asiatico. E.g. Fontoura da Costa, 2009.

<sup>29</sup> Gli elefanti indiani sono gli animali che troviamo con più frequenza nelle cronache sull'India, si veda a questo proposito Ludovico de Varthema che ne descrive l'intelligenza: "il detto animal è di tanto ingegno, discrezion e memoria, che vi manca poco ad esser animal razionale, e ha la maggior forza che animal che sia sopra la terra. [...] L' elefante che ha più ingegno e più discrezione e sentimento che non han molte sorte di genti che ho ritrovato". Da Varthema, *Itinerari*, cfr. Ramusio, 1978, vol. I. Si veda anche Sassetti, 1995, p. 57.



Fig. 5. Persiani di Ormuz con cavallo ritratti da anonimo porto-ghese (fonte: *Codice Catanese*, Biblioteca di Casanata, Roma, ca. 1540).

I Portoghesi dopo la conquista di Ormuz da parte di Afonso de Albuquerque sostituirono gli arabi nel commercio dei cavalli arabi e persiani che erano molto apprezzati in India (Figura 5). Corsali ritiene che fu proprio questo tipo di commercio, e i dazi che i portoghesi chiedevano agli altri mercanti che dovevano fare capo ad Ormuz per raggiungere l'India, le principali ragioni della conquista di questa città dove giungevano "tutti i mercanti persiani, turchi, armeni o di Arabia Felice, che vogliono con cavalli e altre mercanzie passare in queste parti per levare spezie..... e pigliar securtà di navigare" (*Ibi*, p. 463).

Per questa causa fu l'anno passato il capitan maggiore all'isola d' Ormuz (...) uccise il governatore di essa, perché dal re d'Ormuz si era ribellato e avea ordinato tradigione, per tagliare a pezzi il capitan maggiore e bruciar l'armata. Or avendo il capitan maggiore ridotta la città a sua obbedienza, fece una fortezza, ch'oltre a molt'altre edificate per ordine suo nell'India, questa è la principale e di più importanza, perché al presente nessun mercatante persiano o d'Arabia Felice o armeno o sia d'altre parti che venga nel sino Persico, può levar cavalli all'India né portare spezie, se non fa capo a Ormuz, pigliando la securezza e pagando il dazio al re di Portogallo; e levando cavalli per crescere l'entrata di Goa, è necessario che di là gli lievi (*Ibi*, p. 462).

Sottolinea poi che "nessuno può navigare senza lor [dei Portoghesi] licenza, o senza pericolo di perder le navi e mercanzie, perché l'armata che tengono nell'India va navigando, scorrendo per tutte le parti: che ponno esser circa quaranta navili, computando navi, caravelle e galere". Il principale cliente era il regno indù di Vijayanagar. All'epoca dell'arrivo dei Portoghesi l'India era un mosaico di stati grandi e piccoli, musulmani e induisti e Vijayanagar era molto vasto e raggiunse il suo apogeo con la dinastia Narsiga. Il commercio dei cavalli arabi e persiani, molto apprezzati dai Narsiga, costituiva la fortuna di Goa e di Bijapur ancor prima della conquista portoghese. Una volta a Goa i cavalli erano trasportati a piedi in centinaia alla volta fino alla città reale di Bezener in otto

giornate di cammino<sup>30</sup>. Questi cavalli erano così preziosi perché appartenevano ad una razza selezionata dai beduini nella penisola araba sin dall'antichità ed avevano caratteristiche uniche che li rendevano molto apprezzati. Come riporta minuziosamente il Corsali, erano venduti a peso d'oro una volta entrati nelle acque dell'isola di Goa.

Arà forse V.S. ammirazione intender un cavallo ordinariamente a costume di nostra terra vendersi quattrocento ducati, cinquecento e anche settecento, e quando passa l'ordinario novecento, mille e duomila, per il che pagano al re, nell'entrare dell'isola, quaranta ducati d'oro per cavallo, e quest'anno il dazio ha renduto trentamila ducati" (Corsali, in Ramusio, 1978-79, p. 462).

Altri viaggiatori italiani descrivono Ormuz e i suoi commerci (Pinto, 1962 (a cura di), p. 7), tra questi Cesare Federici Veneziano che intraprende il viaggio in Oriente nel 1563. Giunto a Ormuz provenendo dalla Mesopotamia e imbarcatosi a Basra, descrive la fortezza come:

bellissima vicina al mare, nella quale risiede un capitano de re di portogallo. Si fanno in questa faccende grossissime d'ogni sorte di spetiarie, di drogarie, sete, panni di seta, broccati e de diverse altre mercantie che vengono di Persia; e tra l'altre gran traffico è quello de cavalli, che qui si portano in India.....Ha quest'isola un proprio re moro, di generatione persiano, il qual però vien creato dal capitano della fortezza in nome del re di Portogallo (*ibidem*). [...] M'imbarcai in Ormos per Goa, città dell'India in una nave che portava 80 cavalli. Avertisca il mercante che vuol passare d'Ormus a Goa, d'imbarcarsi su nave che porti cavalli. che vi passano anco nave e navili che non portano cavalli; perciocché tutte le navi che portano da venti cavalli in sù sono privilegiate, che tutta la mercantia, ch'in essa si ritrova e sia pur di chi esser si voglia, non paga datio alcuno; ove la mercantia, ch'è caricata sopra legni, che non portano cavalli, è sottoposta a pagar di datio otto per cento" (*Ibi*, p. 8)<sup>31</sup>.

I Portoghesi controllavano anche la raccolta delle perle nel Golfo di Ormuz: sempre il Federici ricorda che "ivi vi pescano quelli che vogliono purché paghino un tanto di risponsione o censo al Re del Portogallo e ad una chiesa di certi reverendi Padri di San Paolo" (*Ibi*, p. 129).

Con l'arrivo dei Portoghesi in Giappone, anche il commercio di cavalli persiani e altri animali si ampliò. Elefanti indiani, tigri, pavoni e altri animali

---

<sup>30</sup> Si veda anche Cesare Federici. *Viaggi di Federici e Balbi alle Indie orientali*. Cfr. Pinto, 1962 (a cura di) p. 14.

<sup>31</sup> Sul dazio che si pagava ai portoghesi si veda anche il Balbi, *Ibi*, p. 146.

sbarcavano, assieme ai cavalli nel porto di Nagasaki (Veracini, in prep), come mostrano molti tra i 'biombos Nambam' che sono giunti a noi (Curvelo, 2015).

Tra prodotti di origine animale frequentemente menzionati, di cui si faceva un grande commercio in Asia troviamo lo zibetto e il muschio (*almíscar* in portoghese), entrambi usati per la fabbricazione di profumi. Il primo, di cui si è già parlato, proveniva dalle civette delle palme e gli animali vivi erano venduti fino a 4 ducati a Pegu, secondo Ludovico de Varthema<sup>32</sup>.

Il muschio era ottenuto invece da una ghiandola situata tra i genitali e l'ombelico, presente nei maschi dei cervi muschiati<sup>33</sup> (genere *Moschus*, L. 1758, Famiglia Moschidae, Figura 6) originari delle aree montane dell'Eurasia centrale. Fin dall'antichità, il muschio era stato apprezzato come profumo nella farmacopea, o anche come afrodisiaco in Cina, e perciò è stato oggetto di un grande commercio che ha contribuito a ridurre severamente le popolazioni



Fig. 6. Il cervo muschiato (fonte: Pennant Thomas, *Synopsis of quadrupeds*, 1771).

di cervi muschiati. Sconosciuto ai Greci, apparve in Europa verso la fine dell'impero Romano. In Epoca medievale si diffuse il suo uso farmacologico e in profumeria come risultato dell'influenza islamica, giacché per questa civiltà il muschio divenne la più importante di tutte le sostanze aromatiche, a cui si attribuiva un importante valore simbolico e sacro (cfr. King, 2017). Con l'espansione portoghese il suo uso si diffuse ampiamente in Europa, diventando un bene molto prezioso (Borschberg, 2004, pp. 1-12). I luoghi di esportazione del muschio erano Canton, Macao, Manila, Banten, Pegu e Malacca, come ricorda il Federici quando menziona i prodotti che giungevano in quest'ultimo porto per essere imbarcati: "gran quantità di muschio, oltre che panni damaschini, taffetà, rame canfora, panni e molte radici, ottone in verghe etc." (Federici, in Pinto, 1962, p. 34). Ma Ludovico de Varthema ricordava che il

<sup>32</sup> Ludovico de Varthema (anche Barthema), *Itinerario*, in Ramusio, 1978. Vol I. p. 429. Tra le tante menzioni dello zibetto ricordiamo anche il Sassetti nella *Lettera a Baccio Valori*, Lx 10 ott. 1578, cfr. Sassetti, 1970, p. 218.

<sup>33</sup> Tutte le specie di cervi muschiati sono oggi in pericolo d'estinzione. Benché protetti questi animali sono ancora cacciati e il loro muschio è venduto al nero a prezzi altissimi. Cfr. IUCN, RED LIST 2021, <<https://www.iucnredlist.org/search?query=Moschus&searchType=species>>.

muschio che arrivava in Europa era tutto contraffatto, poiché i commercianti locali, per ottenere più profitto, riempivano la ghiandola dell'animale con altre sostanze (Varthema, in Ramusio, 1978, vol. I, p. 404).

I proventi delle vendite del muschio giunto in Europa erano altissimi, con un margine di profitto che poteva andare dal 1500% al 300%. I Portoghesi ne imbarcavano ingenti quantità in ogni viaggio, come dimostrano i dati giunti a noi delle caracche attaccate dagli Olandesi: la caracca portoghese Santa Catarina, attaccata e depredata dall'ammiraglio olandese Jakob van Heemskerck al largo della costa di Singapore nel 1603, portava a bordo "diverse centinaia di once" di sostanza odorosa mentre un'altra aveva "diciotto scatole di palle [chiamate *papos* in portoghese] di muschio" (Borschberg, 2004, p. 6).

Altri prodotti animali molto richiesti erano le pietre bezoar (anche bazar)<sup>34</sup>. Queste 'pietre' sono degli agglomerati di minerali e altre sostanze che si trovano nel sistema digerente di vari animali, soprattutto degli erbivori (Samaio Barroso, 2013). Ritenuti un potente antidoto contro diversi veleni, erano molto ricercati soprattutto da principi e re, che vivevano con la paura di essere avvelenati. Vi era poi la cosiddetta pietra di porcospino (un altro tipo di bezoar che si scioglieva in acqua) come ci ricorda Filippo Sassetti.

Filippo Sassetti, partito da Lisbona l'8 d'aprile 1583 con motivazioni economiche, ma anche col desiderio di "andare là a vedere e toccare e scrivere" (Sassetti, 1996), arriva a Cochín il 8 Novembre e rimane in costante contatto con Francesco de Medici, Granduca di Toscana. In una lettera del 22 gennaio 1584 scrive di aver cercato qualcosa di degno da inviargli:

Aveva comprato una pietra bazar<sup>35</sup> d'un'oncia e mezzo e nel farla pulire si è trovata fessa; ho comprato una piccola pietra di porco spino, cosa assai rara s'ella fosse stata alquanto maggiore, le virtù della quale, se le son tutte vere, son molte. Almeno si conosce in lei al gusto qualche qualità, ché ne l'altre cose qua non si ha questa soddisfazione, perché l'è amara come il medesimo fiele. L'uso di essa è pigliare una scodella d'acqua, porvela dentro e lassarla stare un pochetto, tanto che l'acqua pigli la sua qualità; questa poi beuta, oltre al valer contra ogni efficace veleno, dicono essere contr'ogni infermità e particolarmente contra a quelle che procedono da collora" (*Ibi*, p. 53).

La pietra di porcospino costava "40 serafini". Il Carletti la chiama invece pietra di Malacca:

---

<sup>34</sup> Pietra Bazar: (nota: ne parla anche il Carletti, 1701, pp. 167. Odoardo Barbosa la chiama paxar, cfr. Ramusio, vol. II, p. 616)

<sup>35</sup> Sassetti ne aveva già mandato una da Lisbona a Baccio Valori, lettera 1580, cfr. Sassetti, 1970, pp. 246-247.

questa pietra così chiamata impropriamente, è come un bitume, o per meglio dire l'assomiglia piuttosto a un palla di sapone, per essere tenera, et si consuma stando nell'acqua. Le più sono di color giallo oscuro et di saper amarognolo, che toccandola con le punta della lingua si sente subito e dicono he si trova nel fiele dell'istrice" (Carletti, 1701, pp. 167-168).

Sono molte altre le descrizioni degli animali che gli Italiani in Oriente ci hanno lasciato e non solo riguardo al loro valore commerciale. Molte di queste sono di rara bellezza: ricordiamo i famosi uccelli del paradiso, l'unicorno (rinoceronte), i primati, le volpi volanti, i marsupiali, i vari tipi di pesci e tante altre creature.

Per concludere, è interessante citare un passo del Sasseti che ci ricorda come l'interesse per gli animali esotici - considerati in Europa sia *status symbol*<sup>36</sup>, sia animali da compagnia e inoltre fonte dei più svariati prodotti e guadagni - facesse parte intrinsecamente del processo d'espansione europeo anche per la curiosità e emozioni che le nuove e strane creature suscitavano. La qual cosa si poteva toccare con mano vivendo nella città di Lisbona dove, come si è già osservato, animali di tutti i tipi e da tutte le regioni del mondo giungevano vivi o morti.

Conduconci tali volte, ma poche, delle novità stravaganti, e perciò dilettevoli, come animali e altre cose create dalla natura; e ora ci si trova la bada, altrimenti banda<sup>37</sup>, dagli antichi detta rinoceronte, ancora che in Persia ella detiene un nome antico. La quale è una bestia tanto contrafatta e tanto nuova e così fuori dall'immaginazione di chi non l'ha veduta, che concetto malvolentieri potre' farsene. E andando pure veggendo a quello che io potessi aguagliarvela, dopo molto pensare mi risolve che ella somiglierebbe Madonna Laura, se ella fosse viva, perché ciascuno di loro ha questo, che e' somiglia se stesso e non altri.<sup>38</sup> E perché talora ogni cosa mi rincresce, non sono poche le volte che io vo a starmi seco e per l'anima di quattro mele li fo fare cento giuochi, e a vedere dei colli qui vicino a Firenze, così è piccinina. E io se potrò una volta addimesticarmi più seco, io intendo di ragionarvene più a lungo, perché il nero che la governa (se bene ella ne ammazzò uno con calci non ha molti giorni) favella seco come voi favellate con la vostra vecchia serva. E l'peggio è che ella intende e obidisce. Ma ci sono

<sup>36</sup> Su questo argomento è stata prodotta nelle ultime due decadi molta letteratura, si veda ad esempio riguardo alla relazione Portogallo – Italia e animali esotici: Masseti - Veracini, 2010; Masseti, 2018.

<sup>37</sup> Chiamata *ganda* in portoghese si veda: Costa, 1937.

<sup>38</sup> Accostamento del Petrarca, canzoniere CLX, 1-4: simili nell'assomigliare solo a se stessi, Nota a p. 227 in Sasseti, 1970.

centomila altre cose, delle quali a suo tempo<sup>39</sup>.

#### 4. *Riflessioni conclusive*

Lo sguardo dei viaggiatori italiani sempre nuovo, attento e avido di cose insolite ha fornito, in questa breve rassegna, un'idea generale del ruolo avuto dagli animali non umani durante uno dei processi più importanti della storia umana: l'espansione europea dei secoli XV e XVI. In particolare questo lavoro si è focalizzato sul ruolo dei Portoghesi come agenti di un commercio globale di animali e dei loro prodotti. Sin dalle prime incursioni nell'Africa occidentale fino all'occupazione dei territori asiatici e del nuovo mondo, gli animali sono stati protagonisti della vita di navigatori, esploratori e colonizzatori europei. Gli animali domestici sono serviti come cibo e per colonizzare nuovi mondi, quelli raccolti lungo il cammino come riserve di cibo nei lunghi viaggi. Prodotti animali incontrati nei nuovi territori quali avorio e altri denti di grandi animali, muschio, zibetto, seta, pelli, coralli, perle, conchiglie, penne, pietre bezoar, uova di struzzo, grasso animale tra i molti altri, risultavano estremamente redditizi quando venduti in Europa. Molti di questi potevano avere anche un valore simbolico, terapeutico e apotropaico che aumentava il loro pregio. Gli animali vivi che potevano essere trasportati con facilità e che riuscivano a resistere ai lunghi viaggi oceanici, come certi tipi di uccelli -soprattutto pappagalli- e alcune specie di primati, occuparono un posto di rilievo tra le classi nobili e mercantili europee. Essi fungevano da animali da compagnia e da affascinanti status symbol e l'aumento della loro richiesta favorì il nascere di una vasta rete commerciale che partiva da Lisbona e da altri centri atlantici per raggiungere ogni luogo del continente. Grandi animali carismatici come rinoceronti ed elefanti, riuscivano a raggiungere raramente l'Europa, ma fornivano uno status inarrivabile a coloro che riuscivano a possederli ed esibirli.

Molto si è scritto sull'apporto culturale dato dal contatto tra il mondo europeo e la fauna extraeuropea e sull'uso e ostentazione degli animali da parte delle classi nobili dell'Europa rinascimentale. Ma l'interesse per gli animali esotici delle grandi potenze europee in corsa per il commercio dell'oltremare, fu in gran parte legato alla loro dimensione economica. Nel corso del 1500 si produsse il primo grande fenomeno a livello globale di commercio di animali e delle loro parti – e di altre risorse naturali come il verzino e le spezie - sia in termini qualitativi che quantitativi. Tuttora non abbiamo un quadro preciso delle conseguenze di tutto questo, ma è certo che milioni di animali sono stati

---

<sup>39</sup> Dalla "Lettera a Francesco Bonciani, Lisbona 19 febbraio 1579", in Sassetti, 1970, pp. 227-228.

rimossi dai loro ecosistemi d'origine, dove ricoprivano una funzione ecologica importante come dispersori di semi, impollinatori e rigeneratori di foreste. È anche difficile stabilire l'impatto culturale che tutto questo ebbe sulle popolazioni umane native, le quali erano coesistite in un equilibrio, più o meno stabile, con queste specie per decine di migliaia di anni. Molti dei problemi ai quali assistiamo oggi – dalla perdita generale di biodiversità, all'estinzione di numerose specie, alla diffusione di quelle invasive, ai problemi di salute e alla diffusione dei parassiti – furono probabilmente innescati in questo periodo e continuarono a un ritmo sempre crescente per tutta l'età moderna e contemporanea.

### 5. Ringraziamenti

Vorrei ringraziare Nunziatella Alessandrini per avermi invitato a contribuire a questo libro. Il lavoro proposto è una piccola parte di molti anni di studio svolto su questi temi sia in Italia che in Portogallo e per questo le persone da ringraziare sarebbero molteplici. Ma non posso non ringraziare Catarina Casanova che mi ha dato l'opportunità di cominciare a lavorare su questi temi in Portogallo. Ringrazio inoltre Michela Grazzini per la rilettura del testo e i suoi suggerimenti. Questa ricerca è stata finanziata dal governo portoghese attraverso la FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia - tramite il contratto n. 4,5,6, dell'articolo 23, D.L. n. 57/2026 e 57/2017.

### 6. Bibliografia

#### *Fonti primarie*

Arquivo da Torre do Tombo (Lisbona) *Livro da Nau Bretoa*, Nucleo Antigo. PT/TT/OVNA/759

Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato 1172, fol. 21.

Barthema (Varthema), Lodovico (1978) 'Itinerario', in Ramusio, Giovanni Battista, *Delle Navigazioni e Viaggi* (a cura di Marica Milanese), Vol. I, Torino: Einaudi, pp. 379-449.

Berchet, Guglielmo (1892) *Fonti Italiane per La storia della Scoperta del Nuovo Mondo Vol I. Carteggi Diplomatici*. Roma: Ministero della Pubblica Istruzione.

Boerio, Giuseppe (1829) *Dizionario del dialetto veneziano*. Venezia: Andrea Santini & Figlio.

- Capistrano de Abreu, João (1998) *Capítulos de historia colonial*. Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal.
- Carletti, Francesco (1701) *Ragionamenti di Francesco Carletti Fiorentino sopra le cose da lui vedute nei suoi viaggi... (1594-1606)*. Firenze: Giuseppe Manni.
- Corsali Andrea (1978) 'Due lettere dall'India', in Ramusio, Giovanni Battista, *Delle Navigazioni e Viaggi*. Marica Milanese (a cura di), Vol. II, pp. 456-485.
- Coelho, F. de Lemos (1953) *Duas descrições seiscentistas da Guiné: manuscritos inéditos/publicados com introdução e anotações históricas por Damião Peres, (1669 - 1684)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- D'Almada, André Alvares (1594) *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde; Desde o Rio de Sanagá até aos Baixos de St<sup>a</sup> Ana; de todas as Nações de Negros que há na dita Costa, e de seus Costumes, Armas, Trajes, Juramentos e Guerras*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada..
- Cadamosto, Luis de (1988) *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da Historia.
- Donelha, André (1977) *Descrição da Serra Leoa e Dos Rios de Guiné Do Cabo Verde, (1625)*. Teixeira da Mota, Avelino ed., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (Coleções Memórias do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga).
- Francazio de Montalboddo Antonio (1507) *Paesi Nuovamente Retrovati et Novo Mondo da alberico Vespucio Florentino Intitulato*. Vicenza.
- Hair P.E.H. (ed.) (1990) *Manuel Alvares: Ethiopia minor and a Geographical Account of the Province of Sierra Leone (c. 1615)*. Liverpool: University of Liverpool.
- Monod, Th. - Mota A. T. - Maunt, R. (1951) *Description de la Cote Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap sw Monte, Archipels) Par Valentim Fenandes 1506-1510*. Bissau: Memórias do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Pinto, Olga (a cura di) (1962) 'Viaggi di Federici e Balbi alle Indie orientali', in *Il Nuovo Ramusio*, Vol. IV, Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.
- Pozzi, Mario (a cura di) (1984) *Il nuovo mondo di Amerigo Vespucci. Vespucci autentico e apocrifo*. Milano: Serra e Riva editori.
- Ramusio, Giovanni Battista (1837) *Il viaggio di Giovan Leone e le navigazioni di Alvise da Ca da Mosto, di Pietro di Cintra, di Annone, di un piloto portoghese e di Vasco di Gama quali si leggono nella raccolta di Giovambattista Ramusio*. Venezia, Co' Tipi di L. Plet.

- (1978-79) *Delle Navigazioni e Viaggi*, Marica Milanese (a cura di), Vol. II. Ed. Online. Torino: Einaudi, <<http://www.e-text.it/>> Ultimo accesso, 20 Aprile 2021.
- Sassetti, Filippo (a cura di Adele Dei) (1995) *Lettere dall'India*. Salerno Editrice: Roma.
- (1970) *Lettere da vari paesi: 1570-1588*. Milano: Longanesi.
- Varnhagen, F.A. (ed) (1867) *Diario de Navegação de Pedro Lopes de Souza pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532) acompanhada de varios documentos e notas e Livro da viagem da nao "Bretoa" ao Cabo Frio (em 1511) por Duarte Fernandes*. Rio de Janeiro: Typ. de D. L. dos Santos.
- Zurara, Gomes Euanes de (1841) *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. J. P. Aillaud, Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, pp. 1410-1474.

#### *Letteratura secondaria*

- Alecastro, Luiz Felipe, de (2008) *O Trato do Vivente, Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alessandrini, Nunziatella (2006) 'La presenza italiana a Lisbona nella prima metà del Cinquecento', *Archivio Storico Italiano*, 164 (1), pp. 37-54.
- (2007) 'Image of India through the Eyes of Filippo Sassetti, a Florentine Humanist Merchant in the 16th Century', in Harris, Mary N. (ed.), *Sights and Insights: Interactive Images of Europe and the Wider World*. Pisa: Edizioni Plus, Pisa University Press, pp. 43-58.
- Asua, Miguel, de - French, Roger (2005) *A New World of Animals. Early Modern Creature of Iberian America*. Burlington: Ashgate.
- Belozerskaya, Marina (2006) *The Medici giraffe and other tales about exotic animals and power*. New York: Little, Brown and Company.
- Boorkfelt, Sune (2011) 'Non-Human Otherness: Animals as Others and Devices for Othering', in, Yi Sencindiver, Susan - Beville, Maria - Laurantzen. Marie (Eds.) *Otherness a Multilateral Perspective*. Bern: Peter Lang.
- Borschberg, Peter (2004) 'The European Musk Trade', *The Heritage Journal* 1, pp. 1-12.
- Brown, Laura (2010) *Homeless Dogs and Melancholy Apes. Humans and Other Animals in the Modern Literary Imagination*. Ithaca & London: Cornell University Press.

- Bueno, Edoardo (1988) *A viagem do Descobrimento: a Verdadeira História da Expedição de Cabral. Objetiva*: Rio de Janeiro.
- Corbey, Robert (2005) *The Metaphysics of Apes: Negotiating the Animal–Human Boundary*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corbey, Raymond - Lanjouw, Annette (orgs) (2013) *The Politics of Species: Reshaping our Relationships with Other Animals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Costa, Abel Fontoura da (1937) *Deambulações da ganda de Modafar, Rei de Cambaia, de 1514 a 1516*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Crosby, Alfred W. (1992) *Lo scambio colombiano. Conseguenze biologiche e culturali del 1492*. Torino: Einaudi.
- Curvelo, Alexandra (2015) *Obras-primas dos biombos Nanban, Japão-Portugal século XVII*. Paris: Chandeigne.
- Dean, Warren (1997) *With Broadax and firebrand. The destruction of the Atlantic Forest*. University of California Press.
- Drummond Braga, Isabel - Drummond Braga, Paulo (eds.) (2015) *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Flamingh, Alida de - Coutu, Ashley - Sealy, Judith *et. al.* (2021) 'Sourcing Elephant Ivory from a Sixteenth-Century Portuguese Shipwreck', *Current Biology*, 31 (3), pp. 621-628, <<https://doi.org/10.1016/j.cub.2020.10.086>>.
- Fontoura da Costa, Palmira (2009) 'Secrecy, ostentation, and the illustration of exotic animals in sixteenth-century Portugal', *Annals of Science*, 66 (1), pp. 59-82.
- Fudge, Erika (2006) *Brutal Reasoning: Animals, Rationality, and Humanity in Early Modern England*. Ithaca & London: Cornell University Press.
- Gorgas, Michael (1997) 'Animal trade between India and western Eurasia in the sixteenth century - the role of the Fuggers in animal trading', in Mathew, K.S., ed., *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany: sixteenth century*. New Delhi: Manohar Publishers.
- Grossato Alessandro (1994) *Navigatori e viaggiatori veneti sulla rotta per l'India*. Firenze: Leo S. Olschki.
- Gschwend - Jordan, Annemarie (2009) 'A procura portuguesa por animais exóticos/The Portuguese quest for exotic animals', in Hallett, Jessica., ed.,

- Cortejo triunfal com girafas/Triumphal procession with giraffes*. Lisbon: Fundação Ricardo do Espírito Santi Silva, pp. 32-42.
- Gschwend Jordan, Annemarie, - Lowe, K. J. P (2015) *The Global City. On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing
- Guidi Bruscoli, Francesco (2004) *Bartolomeo Marchionni 'homem de grossa fazenda' (ca1450–1530): un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki.
- Håkasson, N. Thomas (2004) 'The Human Ecology of World Systems in East Africa: The Impact of the Ivory Trade', *Human Ecology*, 32 (5), pp. 561-591.
- Heald, O. J. N. - Fraticelli, C - Cox, S. E. - et al. (2019) 'Understanding the origins of the ringed parakeet in the UK ', *Journal of Zoology*, <<https://doi.org/10.1111/jzo.12753>>.
- Holm, Paul - Ludlow, F. - Scherer, C. - Travis, C. - Allaire, B. - Brito, Cristina - Nicholls, John (2019) 'The North Atlantic Fish Revolution (ca. AD 1500)'. *Quaternary Research*, 1-15, doi: 10.1017/qua.2018.153.
- IUCN (2021) *Red List of Endangered Primates*. <<https://www.iucnredlist.org>>, ultimo accesso, 26 Aprile 2021.
- Kalof, Linda (2017) *The Oxford Handbook of Animal Studies*. Oxford University Press, Oxford.
- Kalof, Linda - Resl Brigitte (2007) *A cultural history of animals*. Vol. 1, Oxford: Berg.
- King, Anya H. (2017) *Scent from the Garden of Paradise. Musk and the Medieval Islamic World*. Leiden and Boston: Brill (Islamic History and Civilization, Vol 140).
- Kirksey, Eben - Helmerich, Stefan (2010) 'The Emergence of Multispecies Ethnography', *Cultural Anthropology*, 25, pp. 545-576.
- Loureiro, Rui M. (2009) 'Portuguese Involvement in Sixteenth Century Horse Trade through the Arabian Sea', in Fragner, Bert G. - Kauz, Ralph – Roderich, Ptak - Schottenhammer, Angela (eds), *Horses in Asia: History, Trade and Culture*. Vienna: Osterreichische Akademie der Wissenschaften. pp. 137-143.
- Magalhães, Vitorino Godinho (1997) *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol. I, Lisboa: Editora Arcadia.
- Masseti, Marco (2011) 'Anthropochorous mammals of the Old World in the West Indies', *Mammalia*, 75, pp. 113-142.

- (2018) 'New World and other Exotic Animals in the Italian Renaissance: the Menageries of Lorenzo Il Magnifico and his Son, Pope Leo X', in Arthur Mac Gregor (ed) *Naturalist in the field*. pp. 40-75.
- Masseti, Marco - Veracini, Cecilia (2010) 'The early importation of South American primates in 16<sup>th</sup> century in Italy: the case of the marcgrave's capuchin monkey, *Cebus flavius* (Schreber, 1774)'. *Archives of natural history*, 37 (1), pp. 91-101.
- Masseti, Marco - Veracini, Cecilia (2014) 'Early European knowledge and trade of Neotropical mammals: a review of literary sources between 1492 and the first two decades of the 16<sup>th</sup> century', *British Archaeological Review*, 2662, pp. 129-138.
- Ohrem, Dominik - Calarco, Matthew (Eds) (2018) *Exploring Animal Encounters*. Palgrave Macmillan. London and New York.
- Olmi, Giuseppe (1992) 'Magnus Campus: i naturalisti italiani di fronte all'America nel secolo XVI', in Olmi Giuseppe, (ed), *L'inventario del mondo. Catalogazione della natura e luoghi del sapere nella prima età moderna*. Bologna: Il Mulino.
- Pastoureau, Michel (2001) *Les animaux célèbres*. Paris: Bonneton.
- Perrone-Moisés, Luis (1995) *Voyage de Gonneville (1503-1505). Et la découverte de Normandie par les indiens du Brésil*. Paris: Chandeigne.
- Pieper, Renate (1998) 'Raw materials from overseas', in *Prodotti e tecniche d'oltremare nelle economie europee Secc XIII e XVIII*. A cura di Simonetta Cavaciocchi. Firenze: Le Monnier (Istituto Datini di Prato, 29).
- Pieper, Renate (2006) 'Papagayos americanos, mediadores culturales entre dos mundos' in Stols E - Werner Thomas - Verberckmoes Johan (eds). *Naturalia, Mirabilia & Monstrosa en los Imperios Ibéricos*. Leuven: Leuven University Press, pp. 123-134.
- Samairo Barroso, Maria do (2013) 'Bezoar stones, magic, science and art', *Geological Society London Special Publications*, 375 (1), pp. 183-207.
- Spallanzani, Marco (1997) *Viaggiatori fiorentini nell'Asia portoghese (1500-1525)*. Firenze: SPES.
- Sterckx, Roel (2002) *The animal and the Daemon in early China*. New York: State University of NY Press.
- Taylor N - Signal, T (2011) *Theorizing Animals: Re-thinking Humanimal Relations*. Leiden and Boston: Brill.

- Teixiera, Dante M. (2017) 'Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia'. *An. mus. paul.*, 25 (1), <<https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0104>>.
- Teixeira, Dante M. - Papavero, Nelson (2010) 'O Tráfico de Primatas brasileiros nos séculos XVI e XVII', in Pessoa M. L. - Correa Tavares W. - Siliciano S., (eds), *Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil*. Rio de Janeiro: SBMz, Sociedade Brasileira de Mastozoologia. Museu Nacional, pp. 253-282.
- Teixeira, Pedro (1920) *The Travels of Pedro Teixeira*. London: Hakluyt Society.
- Veracini, Cecilia (2011) *La conoscenza dei primati neotropical nell'Europa Rinascimentale*. Tesi di Dottorato, Università di Pisa, Facoltà di Storia e Filosofia.
- (2017a) 'Non-human Primate Trade in the Age of Discoveries: European Importation and Its Consequences', in Joanaz de Melo, C. - Vaz, E.- Costa Pinto, L.M. (orgs), *Environmental History in the Making*. White Horse Press, pp. 147 – 171. URL: <<http://www.springer.com/gp/book/9783319411378>>.
- (2017b) 'Beautiful Pets, Menageries and Extinction: The Case of the Golden Lion Tamarin, from the 16<sup>th</sup> century until now'. Abstract in, *1<sup>st</sup>. International Meeting Histories of Nature and Environments: Perspective and dialogues*, Lisbon, March, 16-17, 2017, <<http://ihnemeeting2017.wixsite.com/imhne>>.
- (2020) 'A Landscape without Nonhuman Primates? The Case of the Barbary Macaque, *Macaca sylvanus*, (Linnaeus, 1758) and Its Interaction with Humans throughout Recorded Time', *Humanities*, 9 (3), 92; <<https://doi.org/10.3390/h9030092>>.
- Veracini, Cecilia - Casanova, Catarina (2016) 'How non-human primates and other terrestrial West African mammals were described in the Portuguese literary sources of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries', *Annali on line*. 11 (2), <<http://annali.unife.it/museologia/article/download/1330/1171>>.
- Veracini, Cecilia - Teixeira Dante M. (2017) 'New World non-human primates in the travel literature of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries: from myth to natural history', *Annals of Science*. Volume 74 (1), pp. 1-39. DOI: <[10.1080/00033790.2016.1242778](https://doi.org/10.1080/00033790.2016.1242778)>.
- Vogel, Susan (1989) 'Africa and the Renaissance: Art in Ivory', *African Arts*, 22 (2), pp. 84-89.

### *7. Curriculum vitae*

Cecilia Veracini è laureata in Scienze Biologiche (Università di Pisa) ed ha conseguito un M.Sc e un Dottorato in Scienze Antropologiche (Università di Firenze) con uno studio in natura sull'ecoetologia di due primati neotropicali. Ha lavorato come Professore a contratto presso le Università di Firenze e Pisa e come ricercatrice presso l'NIH (USA), nei Musei di Storia Naturale di Firenze e Barcellona (SP). Nel 2011 ha conseguito il Dottorato di Ricerca in Storia della Scienza (Università di Pisa). Le sue ricerche includono: la relazione animali umani-non umani, storia e antropologia ambientale, conservazione. È attualmente ricercatrice integrata presso il CAPP / ISCSP, Università di Lisbona.

## Vincenzo Tron e Girolamo Lippomani: a Lisboa de Quinhentos em espelho

### Vincenzo Tron and Girolamo Lippomani: the 16<sup>th</sup>-century Lisbon in the mirror

Nunziatella Alessandrini  
(CHAM / FCSH - Universidade NOVA de Lisboa)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 30/04/2021

#### *Resumo*

Os eventos políticos ocorridos em Portugal nos anos 1578-80 catalisaram a atenção de todos os estados europeus e foram detalhadamente estudados e avaliados pela República de Veneza que, de imediato, pôs em movimento a sua bem estruturada máquina diplomática. Dois embaixadores extraordinários, Vincenzo Tron e Girolamo Lippomani, foram enviados, acompanhados por um secretário, ao reino de Portugal com o objectivo de recolher informações e relatar a situação do país à beira do Atlântico. Entre 26 de Julho e 14 de Agosto de 1581, os dois diplomatas venezianos habitaram em Lisboa e redigiram uma *Relazione* na qual anotaram, com singular perspicácia, as peculiaridades da capital portuguesa.

#### *Palavras-chave*

Diplomacia; Veneza; Lisboa; Embaixadores; Século XVI.

#### *Abstract*

The political events that occurred in Portugal in the years 1578-80 catalysed the attention of all European states, and were being thoroughly studied and evaluated by the Republic of Venice, which set in motion its well-structured diplomatic machinery. Two extraordinary ambassadors, Vincenzo Tron and Girolamo Lippomani, were sent, accompanied by a secretary, to the kingdom of Portugal in order to gather information and report on the situation in the country on the edge of the Atlantic. Between 26 July and 14 August 1581, the two Venetian diplomats stayed in Lisbon and drew up a *Relazione* in which they noted, with particular insight, the peculiarities of the Portuguese capital.

#### *Keywords*

Diplomacy; Venice; Lisbon; Ambassadors; 16th century.

---

1. *Bibliografia*. - 2. *Curriculum vitae*.

*Non ha la Grecia sì piacevol clima  
Come questa d'Ulisse alma cittade,  
Ché né verno né state  
Non regna qui, ma sempre vi è la prima-  
vera e l'autunno coi lor fiori e frutti,  
Perché questo benigno e dolce cielo  
Non fa caldo né gelo,  
Né troppo molli i campi o troppo asciutti;  
Onde che questo sia quasi mi è avviso  
Del primo Padre il dolce Paradiso.*

(Ieronimo de' Franchi Conestaggio, *Rime*)

Uma rápida digressão acerca da historiografia que se tem debruçado sobre as relações entre o reino de Portugal e a República de Veneza no século XVI, remete para alguns contributos redigidos com a utilização de fontes documentais – *Dispacci*, relações de embaixadores, relações de mercadores, cartas, descrições de carácter mais geral do reino de Portugal –, proporcionando aos historiadores uma ferramenta de trabalho imprescindível para o conhecimento, por um lado, do funcionamento da organização política e diplomática da cidade lagunar e os princípios orientadores que o regulavam e, por outro, oferecendo material para o aprofundamento de temáticas económicas e sócias nas relações entre o reino de Portugal e a Sereníssima (Marchesi, 1887; Cervelli, 1996; Marques de Oliveira, 1999 e 2000).

Nestas páginas, aproveitaremos a relação da viagem para Portugal de dois embaixadores extraordinários enviados pelo Senado veneziano no verão de 1581, contextualizando a sua viagem no ambiente português da altura.

Deve-se, desde já, sublinhar que a ida para Lisboa de Vincenzo Tron (1533-?) e Girolamo Lippomani (1538-1591) insere-se na estratégia diplomática que, ao longo dos séculos, caracterizou as relações entre a República de Veneza e o Reino de Portugal. A complexa estrutura administrativa da Sereníssima assumia a organização da máquina diplomática como elemento determinante, cuja finalidade principal consistia em manter a estabilidade política e económica da cidade. A rápida e antiga expansão comercial de Veneza no Mediterrâneo, desde o século XII, teve como consequência a urgência de criar figuras que desempenhassem funções de representação do governo no estrangeiro. A eleição dos representantes do Estado era efectuada tendo em

conta quer as características da personalidade e as capacidades da pessoa, quer a tipologia da missão para a qual estavam a ser chamados e que, forçosamente, dependia dos acontecimentos políticos e/ou económicos do país em questão.

É, nesse sentido, importante frisarmos alguns tópicos necessários para entendermos a modalidade subjacente à descrição da estadia na cidade de Lisboa que os dois diplomáticos apresentaram ao governo da Sereníssima, tendo em consideração que os aspectos da capital portuguesa detectados e descritos pelos agentes venezianos deviam ser os que interessavam de ser reportados.

Iremos, portanto, após uma breve apresentação das figuras dos dois embaixadores, debruçarmo-nos sobre os importantes acontecimentos políticos e económicos ocorridos no reino de Portugal nos anos imediatamente anteriores, os quais tiveram largo impacto em toda a Europa cristã, muito em particular ao nível da organização geoestratégica e dos grandes poderes políticos subjacentes.

Se pouco sabemos acerca de Vincenzo Tron, temos, no entanto, uma biografia bastante significativa sobre Girolamo Lippomani que nos ilustra a personalidade do agente veneziano (Gullino, 2005). Eram ambos descendentes de famílias patrícias venezianas, cujos membros tinham tido importantes cargos no governo da cidade lagunar. No que diz respeito a Girolamo Lippomani, sabe-se que o avô, de quem o nosso protagonista mantinha o mesmo nome, era dono de um banco que caiu em falência. A família optou, portanto, pelas carreiras política e eclesiástica e Girolamo, nascido em 1533, ingressou na estratégia familiar fazendo parte, em 1562 – e apesar de ainda não ter a idade requerida de 25 anos –, do *Collegio dei Savi*, nomeadamente entre os *Savi agli Ordini*<sup>1</sup>. Manteve-se nos *Savi agli Ordini* até 1567, em semestres alternados, e foi nestes anos que as suas capacidades oratórias se manifestaram e lhe deram a possibilidade de se entregar à carreira diplomática. Entre os cargos mais significativos, lembramos o de embaixador veneziano junto do duque de Sabóia, Emanuele Filiberto, em 1570. A seguir, representou o governo veneziano junto do rei Henrique IV na Polónia até finais de 1574 e no início de 1575 estava novamente em Veneza, agora já contabilizado entre os *Savi di Terraferma*<sup>2</sup>. Não conseguiu tornar-se efectivo porque um novo cargo estava à

---

<sup>1</sup> Desde os inícios do século XIV, os cinco *Savi agli Ordini* deviam ocupar-se da navegação e, mais em geral, com assuntos relativos à matéria marítima. Mais tarde, devido ao progressivo interesse da política da Sereníssima pelo território continental, começaram a perder importância e o cargo passou a ser considerado o grau inicial do *cursus honorum*, isto é, entrava-se nos *Savi agli Ordini* mais para aprender do que para actuar. Cf. Archivio di Stato di Venezia, La Guida al patrimonio documentario <<http://www.archivio.distatovenezia.it/siasve/cgi-bin/pagina.pl?Tipo=ente&Chiave=129>>.

<sup>2</sup> Os cinco *Savi di Terraferma* tornaram-se definitivos por volta de 1420, passando a assumir

sua espera e a 10 de Junho de 1575 foi eleito representante de Veneza junto de D. João de Áustria (1557-1578), meio-irmão do rei de Castela Filipe II, em Nápoles. Em 1576 regressou a Veneza e teve, novamente, que abandonar a sua actividade entre os *Savi di Terraferma* devido a um novo cargo que lhe foi outorgado pelo governo da Sereníssima junto à corte de França, onde chegou a 23 de Maio de 1576. Deixou Paris a 26 de Novembro de 1579 e, de volta a Veneza, ocupou mais uma vez lugar entre os *Savi della Terraferma* durante o 1º semestre de 1580. A 8 de Outubro do mesmo ano foi eleito embaixador extraordinário, juntamente com Vincenzo Tron, para se congratular com Filipe I de Portugal pela aquisição da coroa portuguesa.

As várias relações que Girolamo Lippomani teve que redigir e apresentar ao Senado da cidade lagunar no fim de cada missão revelam a capacidade do diplomata em captar pormenores incisivos das diversas realidades. Exemplo paradigmático deste facto é, como veremos, a ampla *Relazione*, que relata a viagem da comitiva veneziana desde a partida de Veneza a 28 de Março de 1581 até ao seu regresso em Dezembro do mesmo ano, depois de terem passado por Espanha, Portugal e França.

As breves notas biográficas sobre Girolamo Lippomani mostram-nos as qualidades político-diplomáticas e as capacidades oratórias do agente veneziano. Intencionalmente, a biografia foi organizada até 1581, ano em que, juntamente com Vincenzo Tron e o secretário Girolamo Ramusio, o *Jovem* (1555-1610), neto de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), a comitiva iniciou a aventura na Península ibérica. Como já foi adiantado, a eleição dos dois embaixadores extraordinários ocorreu a 8 de Outubro de 1580 e, como facilmente se pode deduzir, a mesma obedeceu a critérios definidos no âmbito de resoluções diplomáticas.

Percorrendo as fases mais significativas dos acontecimentos políticos do reino de Portugal que, no lapso de poucos meses, o privaram da sua independência, podemos, sem qualquer dúvida, marcar como fundamental a data de 4 de Agosto de 1578: o desaparecimento do jovem rei português D. Sebastião (1554-1578) na batalha de Alcácer Quibir, em Marrocos, deixou o Reino de Portugal órfão do seu monarca que não tinha deixado descendência directa. Este facto abriu caminho para intensas discussões políticos-jurídicas<sup>3</sup>

---

competências e cargos específicos em relação à cidade. Cf. Archivio di Stato di Venezia, La Guida al patrimonio documentario <<http://www.archiviodistatovenezia.it/siasve/cgi-bin/pagina.pl?Tipo=ente&Chiave=129>>.

<sup>3</sup> O aspecto jurídico da questão foi tratado, entre outros, por J. Veríssimo Serrão, “Fontes de Direito para a História da Sucessão de Portugal”, in Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra, 1960, vol. 35; Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarchia Hispânica*

relativas à sucessão portuguesa e veio desvendar a intricada teia de relações que, na altura, existiam entre as cortes italianas e as cortes da Península Ibérica.

O triste e inesperado evento da morte de D. Sebastião e a subida ao trono do familiar mais próximo do falecido rei, o seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique – o qual tinha mantido a regência durante a menoridade do sobrinho – alertou os governos dos estados italianos e, entre eles, a Sereníssima, cujo Senado logo providenciou a eleição dum embaixador extraordinário para Portugal, Matteo Zane (1545-1605), a 6 de Dezembro de 1578, sendo que as credenciais foram entregues a 7 de Março de 1579.

O diplomata devia expressar ao novo rei a “antiqua affetione et vera amicitia nostra” (Marques de Oliveira, 2000, p. 285), mostrar “il grande et ragionevole dispiacere nostro della perdita dell’esercito et della persona del S.mo Ré nepote”, e, antes de chegar a Lisboa, era conveniente “passar per li regni di S. M.tà catholica volemo che se ne vadi à quella corte che cosi conviene alla particular osservanza nostra verso quella M.tà et procurata coll’Ambasciator nostro Moresini residente à quella corte” (Marques de Oliveira, 2000, p. 285). O embaixador extraordinário surgia, portanto, como figura eleita em concomitância com eventos bastante importantes e repentinos, que podiam mudar o andamento das relações até então enlaçadas. Era uma figura da diplomacia cuja acção estava estreitamente relacionada com a do embaixador residente na corte de Castela, sendo, por um lado, um enviado do governo da Sereníssima com o cargo de o representar e, por outro, um agente oficial incumbido de investigar e avaliar o novo quadro político bem como as intenções do novo rei<sup>4</sup>.

Nessa altura, Março de 1579, apesar de, aparentemente, a situação estar controlada, sendo rei o Cardeal D. Henrique, era evidente que, devido à idade avançada e à falta de descendência deste último, o reino de Portugal poderia

---

(1580-1640). *Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Madrid, 1987, 2 vols. (Teses Doutoramento); Carlos, J. Margaça Veiga, *Perda da independência, 1578-1583*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

<sup>4</sup> Ao longo do século XVI, o Senado veneziano tinha enviado embaixadores extraordinários em Portugal para recolherem notícias em momentos particularmente significativos: recordamos a vinda de Lunardo Cà Masser em 1504 que tinha a missão de enquadrar a situação económico-política-social de Portugal consequência da expansão marítima. Cf. Magalhães Godinho, 1979. A acção de Cà Masser devia ser parecida à de agente secreto como se lê na *Commissione* que lhe foi entregue pelo Senado: “Te cometemo che immediate te debi metter a camino et cum quella mazor celerità potrai, te conferirai a Lisbona tuta volta privatamente come semplice merchadante”. Marques de Oliveira, 2000, p. 51. Outro momento sensível do século XVI foi o da preparação, por parte da Sereníssima, da Liga contra o Turco. Nesse sentido, Veneza enviava a Lisboa um embaixador extraordinário, Antonio Tiepolo, com decreto de 4 de Maio de 1571 e credenciais de 5 de Novembro de 1571.

subitamente ficar sem governo. Elucidativas são as palavras do embaixador veneziano residente em Madrid, Giovan Francesco Morosini (1537-1596), que declarava ao senado veneziano, num *Dispacci* de 7 de Março de 1579, os seus palpites acerca de uma provável invasão de Portugal por Filipe II, embora camuflada com preparativos para uma expedição a Berbéria, “peró con il tempo si scoprirà la verità”<sup>5</sup>.

O evento que todos temiam apresentou-se passados poucos meses, em Janeiro de 1580, aquando do falecimento do Cardeal D. Henrique. Nestes anos difíceis e de grande incerteza, Portugal atraía a atenção dos estados italianos que olhavam para o pequeno país com o mesmo interesse de quando, há oito décadas, este tinha tornado viável o caminho marítimo para a Índia. O que estava a ser cuidadosamente analisado era o facto de Filipe II poder anexar o reino de Portugal ao seu já vasto território. O rápido evoluir dos acontecimentos portugueses mantinha em estado de alerta os governos dos estados italianos, e Veneza não era excepção.

A 15 de Fevereiro de 1580, duas semanas após o falecimento do Cardeal D. Henrique, Giovan Francesco Morosini informa o senado da Sereníssima que tinham chegado forças italianas e que “s’attende con diligentia alle preparazioni della guerra” (Marques de Oliveira, 1999, p. 185), confirmando, assim, os receios há poucos meses apresentados. A iminência da guerra tinha-se tornado um receio que serpenteava também na comunidade italiana em Lisboa. Em Junho de 1580, Filippo Sassetti (1540-1588), mercador florentino residente na capital portuguesa, escrevia ao amigo Francesco Valori que o medo da guerra tinha sido uma constante a partir do momento em que tinha ocorrido o falecimento do cardeal D. Henrique, “ultimo de’ re portoghesi” (Sassetti, 1970 p. 258).<sup>6</sup>

Através dos *Dispacci* do embaixador veneziano residente em Madrid, Giovan Francesco Morosini, o senado veneziano tinha informações sobre o andamento da tomada de Portugal por parte dos espanhóis, e era noticiado dos ataques às casas dos venezianos que residiam em Lisboa e dos saques que os mercadores da Sereníssima tinham sofrido (Marques de Oliveira, 1999, p. 242).

Em Setembro de 1580, Filipe II anexou Portugal e oficializou a sua posição prestando juramento passados poucos meses, a 16 de Abril de 1581, em Tomar, onde foram reunidas as Cortes.

Os acontecimentos políticos e as repercussões económicas que tais acontecimentos inevitavelmente geravam, estavam estreitamente interligados e

<sup>5</sup> Os *Dispacci* de Giovan Francesco Morosini de 1578 até 1581 foram transcritos e publicados por Marques de Oliveira, 1999, pp. 133-267. O *Dispacci* citado, p. 133.

<sup>6</sup> Sobre as cartas enviadas de Lisboa pelo mercador florentino, veja-se o contributo de Rui Loureiro neste dossier.

monitorados pelo Senado veneziano. O andamento do comércio das especiarias interessava à cidade lagunar, visto que esta tinha perdido a sua primazia no comércio do Levante nos anos 70 de *Quinhentos* devido à guerra contra o Turco e à interrupção da passagem do Mar Vermelho por via da insurreição árabe contra os Otomanos. A praça de Veneza tinha ficado desprovida de especiarias e os mercadores que costumavam ali abastecer-se, começaram a socorrerem-se da praça de Lisboa onde o cônsul da nação veneziana, Giovanni dall’Olmo (1513-1589ca)<sup>7</sup> tinha apresentado uma petição à fazenda Real, em 1577, propondo que se favorecesse a entrada no porto de Lisboa de navios venezianos. A estes navios deviam ser concedidos privilégios de modo a “acrescerli la volontà di tal viaggio”<sup>8</sup>. Tendo em consideração que a comunidade veneziana em Lisboa não era muito numerosa e que a preocupação principal do rei D. Sebastião, na altura, era a de encontrar dinheiro para a empresa de África, os pedidos do cônsul venezianos foram atendidos e a taxa de 20% para os navios que não carregassem dentro de três meses foi reduzida a 4%: “per parte delli mercanti veneziani mi fu richiesto che le navi veneziane che fussero noleggiate per fuori di questo Regno, ed entrassero nel Porto della Franchiggia di questa città, e volesse la condizione del 4% le sia concessa con tempo d’un anno per caricare le mercanzie che portassero fuori dal regno”.<sup>9</sup> Os contractos mais cobiçados, entre os quais o da pimenta, foi entregue a um grupo de contratadores entre os quais alguns italianos, o milanês Giovan Battista Rovellasca, o genovês Giovan Battista Litta e o florentino Jacome de Bardi possuíam 3.5 quotas num total de 12. O maior accionista era o alemão Konrad Rott com 5 partes, sendo que António Fernandes d’Élvas, Thomas Ximenes de Aragão e Luís Gomes d’Elvas fruía do restante 3.5<sup>10</sup>. Após o desaparecimento de D. Sebastião em Alcáçer Quibir e durante o reinado do cardeal D. Henrique o contrato da pimenta manteve-se nas mãos destes comerciantes e quando

<sup>7</sup> Podemos confirmar a data de nascimento de Giovanni dall’Olmo através duma carta que Girolamo Lippomani escreveu ao Senado veneziano de Madrid alguns anos depois, em 1586, em ocasião do seu regresso à Península Ibérica com o cargo de embaixador residente. No *Dispacci*, Lippomani menciona o velho cônsul Giovanni dall’Olmo com quem tinha privado há 6 anos, em 1581, durante a sua estadia em Lisboa: “Il povero consule di Portogallo S. Gio:dall’Olmo, vecchio di 73 anni et indisposto della vita, come lo vidi già sei anny in Lisbona...”.

<sup>8</sup> Archivio Correr Venezia, (ACV) Codice Cicogna 3036/6-10 *Petição que o cônsul dos venezianos em Lisboa, João dall’Olmo, fez à Fazenda Real em 1577*. Transcrita e publicada por Alessandrini, Giovanni dall’Olmo, cit. 2013, pp. 174-175.

<sup>9</sup> ACV, Codice Cicogna, 3036/6-10, f. 227.

<sup>10</sup> Sobre o contrato em questão, veja-se, entre outros, Boyajian, 1993; Alessandrini, 2010; Crivelli, 2017.

Filipe I de Portugal começou o seu reinado não interveio com modificações significativas, embora sempre tentasse avaliar as melhores condições para a coroa.

Nestes anos (1578-1580) bastante conturbados da vida política e económica de Portugal, circulava, para além dos documentos diplomáticos nos quais eram relatados os acontecimentos e também o estado de espírito em que o povo se encontrava, um tratado intitulado *Ritrato et Rivero del regno di Portogallo*, sem data e de autor anónimo. Os estudiosos que dele se interessaram trabalharam sobre manuscritos diferentes: um encontrado na Biblioteca de Hannover (Niedersächsisches Staatsarchiv) (A.H. Oliveira Marques, 1984); o segundo na Biblioteca Nazionale di Firenze (Radulet, 1997); um terceiro exemplar no *Fundo Confalonieri* do Archivio Segreto Vaticano (Russo, 2018); e, finalmente, um exemplar aparecido na Biblioteca Apostolica Vaticana, contemplando, no entanto, apenas a primeira parte, ou seja, o *Ritratto* (Russo, 2018).

Apesar de o autor do tratado ainda não ter sido identificado, o exemplar presente na Biblioteca Apostolica Vaticana, dá-nos uma importante notícia no próprio título: *Ritratto del Regno di Portogallo. 1580*. Até ao achamento, por parte de Mariagrazia Russo, deste precioso exemplar, a data de composição do tratado oscilava entre 1578 e 1580, sendo que, agora, a colocação cronológica pode considerar-se resolvida. Podemos extrapolar outras interessantes indicações ao investigarmos a tipologia de miscelâneas onde o dito tratado está recolhido. Seguindo o estudo de Mariagrazia Russo repara-se que o exemplar da Biblioteca Nazionale di Firenze está encadernado numa recolha de relatos de embaixadores, “*Relazioni diverse d’Ambasciatori*”, e aparece colocado entre a *Relazione di Francia di Giovanni Correro* e a *Relazione di Napoli al tempo di D. Giovanni d’Austria del Clarissimo Girolamo Lippomanno*.

O manuscrito do *Ritratto e Reverso* encontrado no *Fundo Confalonieri* remete para o interesse que Giovanni Battista Confalonieri (1561-1648)<sup>11</sup> secretário do

---

<sup>11</sup> Giovanni Battista Confalonieri deixou as suas impressões na obra *Della Grandezza e Magnificenza della Città di Lisbona*, na qual, como era costume no ambiente diplomático pontifício, procedeu à descrição da cidade de Lisboa de modo a apresentar a realidade sócio-político-cultural na qual os núncios iam ser integrados. O interesse que Confalonieri tinha manifestado em conhecer a realidade lisboeta é manifestado pela cópia que o próprio secretário efectuou duma relação redigida por Raffaele Fantoni, mercante florentino residente em Lisboa na 2ª metade do século XVI. A relação intitulada “*Relatione del Regno di Portogallo fatta da Rafael Fantoni Fiorentino*” não tem data mas não deve ser posterior ao ano de 1598. Encontra-se no Archivio Vaticano, *Fondo Confalonieri*, 34, fls. 158-160r. Foi publicada por Demoulin, 1974. Sobre a presença e a actividade de Raffaele Fantoni em Lisboa: Alessandrini, 2010, pp. 248 e seg.

colector Fabio Biondi em Lisboa de 1592 até 1596, assim como a própria Nunciatura tinham para este manuscrito que, podemos pensar, circulava entre a comunidade italiana e não só, em Lisboa e na Itália. Finalmente, o manuscrito do “Ritratto del Regno di Portogallo. 1580” está incluído na colectânea chamada “Oratorum Venetorum relationes et historia varia” (Russo, 2018, pp. 60-63). O tratado circulava, portanto, sem dúvida, no ambiente eclesial e no ambiente diplomático veneziano e podemos confirmar com alguma segurança, que o cônsul veneziano Giovanni dall’Olmo tivesse acesso a ele, o conhecesse e o tivesse mostrado aos dois embaixadores extraordinários, Tron e Lippomani, no verão de 1581. A intenção do autor do *Retrato et Rivero*, explica Radulet, não era a redacção “de uma memória ou de um itinerário, mas sim de um tratado que tem por objectivo facultar ao leitor o “retrato” de um determinado país” (Radulet, 1997, p. 101).

A historiadora sugere ainda, após a análise do texto, que o autor “conhecia profundamente a realidade portuguesa, a vida quotidiana, a organização política, administrativa e religiosa do reino, facto que deveria excluir uma frequência exterior e limitada como, com toda a probabilidade, era aquela de um membro de uma embaixada” (*Ibi*, p. 100).

Sem querermos fazer afirmações categóricas, sendo a nossa investigação ainda incipiente nesse sentido, podemos, no entanto, colocar a hipóteses que o *Retrato e Rivero* possa ter sido uma base de leitura para a redacção da relação de Tron e Lippomani que se apresenta ser uma relação articulada e repleta de notícias, como veremos, apesar do pouco tempo de permanência na capital portuguesa da comitiva veneziana.

Na *Relazione di Spagna* de Giovan Francesco Morosini, de 1581, e publicada por Eugenio Albéri (1861, pp. 281-338), há menção do envio, por parte do senado veneziano, de “un’ambascieria così illustre ed onorada per rallegrasi dell’acquisto del regno di Portogallo, come è stata quella dei clarissimi ambasciatori Tron e Lippomano”. No entanto, o editor Albéri não inclui a *Relazione* da viagem de Tron e Lippomani e, aliás, admite que não tem conhecimento da sua existência.

As pesquisas realizadas por Mariagrazia Russo indicam que no Fundo *Reginense Latino*<sup>12</sup> da Biblioteca Apostolica Vaticana encontra-se uma descrição pormenorizada da viagem de Tron e Lippomani desde a partida de Veneza até Espanha, Portugal e França escrita por um anónimo – provavelmente o secretário que os acompanhava, Girolamo Ramusio, o *Jovem*.

---

<sup>12</sup> Russo, 2018, Fondo Reginense Latino 949, *Commentarii per Italia, Francia, et Spagna l’anno MDLXXX*, p. 71.

Na Biblioteca de Ajuda, em Lisboa, encontra-se uma transcrição da viagem da comitiva veneziana desde a partida de Veneza até ao regresso na mesma cidade em Dezembro de 1581. Não podemos afirmar com absoluta certeza, por não ter sido, até agora, possível de o consultar, que o texto que se encontra no Fundo *Reginense Latino* seja absolutamente igual ao que está conservado em Lisboa no volume V da colectânea *Rerum Lusitanicarum*. Podemos, no entanto, avançar uma hipótese tendo em conta que Mariagrazia Russo afirma que frases do texto do Fundo *Reginense Latino* “ocorrem, traduzidas, nos *Opúscolos* de Alexandre Herculano” (Russo, 2018, p. 74).

Ora, Alexandre Herculano (1810-1877) foi chamado pela Rainha D. Maria II<sup>13</sup> para ser gerente da Biblioteca de Ajuda, a Real Biblioteca. Tinha 29 anos e até ao fim da vida manteve a função de Bibliotecário-Mor de Sua Magestade com o cargo de *sovrintendente*. Publicou a *Viagem a Portugal dos cavalleiros Tron e Lippomani*, traduzindo para português alguns trechos da *Relazione*, baseando-se, como não podia deixar de ser, no texto que se encontrava na Real Biblioteca de Ajuda: *Commentarij per Italia, Francia, Spagna e Portogallo overo Relazione del Viaggio de Sig.ri Cav.ri Tron e Lippomani eletti Ambasciatori dalla Rep.ca Veneta Al Re Cattolico per complementare sua Maestá per la conquista di Portogallo l'anno MDLXXXI*.

Na introdução ao seu trabalho, Herculano levanta algumas críticas ao autor veneziano, sublinhando que

Na descrição geral de Lisboa e particular das egrejas, paços reaes, hospital etc., nada ha notável n'esta viagem, senão os muitos erros ácerca de quasi tudo o que é historico, em que o actor só parece ter consultado pessoas menos instruidas em taes materias(Herculano, 1884, p. 120).

De salientar que a tradução de Herculano é, até agora, a única versão portuguesa da viagem de 1581, e, apesar de estar incompleta, é frequentemente utilizada em trabalhos sobre a descrição da cidade de Lisboa no século XVI e a sua actividade comercial.

O incipit da *Relazione*<sup>14</sup> é esclarecedor: para além da data da partida de Veneza, 28 de Março de 1581, somos informados das razões da viagem e sabemos que o autor do texto, juntamente com os “clarissimi Signori Andrea Marcello, fu del clarissimo Signor Tommaso, et Signor Angelo Gradenigo” foram ter com “gl’illustrissimi Signori Vincenzo Tron, et Girolamo Lippomano,

---

<sup>13</sup> A rainha D. Maria II reinou de 1826 até 1828; o segundo reinado foi de 1834 até à morte que ocorreu em 1853.

<sup>14</sup> Utilizamos o manuscrito da Biblioteca de Ajuda, 46-IX-5 (*Rerum Lusitanicarum*, vol. V).

cavalieri eletti Ambasciatori fin'a 8 ottobre 1580 al Serenissimo Filippo II Re di Spagna per rallegrarsi colla maesta a nome della ser.ma repubblica dell'unione del regno di Portogallo alli regni di Castiglia dopo la morte del cardinale Enriço" (f. 187).

É lógico pensar que a *Relazione* tenha sido redigida por Girolamo Ramusio o *jovem*: está provado que os secretários ao séquito das embaixadas tinham o cargo de organizar os relatos para serem apresentados ao Senado e, nesse caso, Girolamo Ramusio, neto de Giovanni Battista Ramusio, tinha os requisitos necessários: teve formação literária e a documentação revela a importância que o estudo teve no seu percurso vivencial. Na *Cronaca Ramusia*<sup>15</sup> estão recolhidas as notícias e a reconstrução da sua carreira com as numerosas missões no estrangeiro na qualidade de secretário de embaixadores. Acompanhou Girolamo Lippomani na missão objecto deste ensaio e na seguinte à Alemanha, para onde se deslocaram, a 19 de Abril de 1582, poucos meses depois de terem regressado da Península Ibérica (Donattini, 2016).

A construção da *Relazione* seguia os cânones das relações dos embaixadores: a entrada em Lisboa, o encontro com o rei, a descrição do rei, da sua figura, dos seus hábitos, da sua atitude para com o povo. Descrições geográficas e históricas do país, características e peculiaridades da capital.

Era costume chegar a Lisboa a partir da Aldeia Galega, a actual Montijo, "capitano lá tutti i passeggeri che si conducono a quella città", e o autor da *Relazione* informa que esta era uma pequena cidade, sem muralhas, com pouca gente, casas vazias, provavelmente devido aos surtos de peste. No entanto, "Si trova in quel luogo abbondanza grande di due cose, di pesce di meravigliosa grandezza e bontà, di sale in grandissima copia" (f. 210v.). Devido a problemas de logística em Lisboa, os embaixadores ficaram 5 dias em Aldeia Galega, de 21 a 26 de Julho, tendo a possibilidade de conhecer mais de perto a pequena vila que foi comparada à vila de Chioggia.

Em Lisboa, passados três dias, foram recebidos por Filipe I de Portugal. O embaixador Morosini apresentou então os embaixadores extraordinários Tron e Lippomani, bem como Matteo Zane, que o teria substituído no cargo de embaixador em Madrid, "Qui terminò il fine del servizio dell'Ill.mo Moresini, et ebbe principio il carico dell'Ill.mo Zane" (f. 213).

As páginas seguintes são dedicadas à descrição do rei Filipe I de Portugal que, na altura, tinha 54 anos de idade. A descrição física captura as características

---

<sup>15</sup> Biblioteca Marciana Venezia, Ms. It. VII.325 (8839).

que, de facto, nos remetem para as pinturas que o representam. O mesmo acontece com a descrição do vestuário, “Vestiva un taglio di fernandina lungo sino al ginocchio, coll’Ordine del Tosone al collo. Una cappa lunga fino a terra pur di fernandina, e stivaletti, com’è costume di Portogallo” (f. 216r.). São descritas algumas peculiaridades das atitudes mais intimistas de Felipe I, parecendo serem, à primeira vista, contraditórias. Uma natureza “malinconica e flemmatica”, que, no entanto, não impedia a tomada de decisões resolutas. Mais, a impassibilidade e a inescrutabilidade dificultavam o transparecer de emoções, quer de alegria ou de dor. No entanto, amava divertir-se no seu aposento e ouvir pessoas a contar piadas. Gostava de estudar, principalmente a história, que considerava mestra de vida; era grande conhecedor da geografia e apreciador da escultura e da pintura ao ponto de “passato in Spagna Tiziano, due volte d’ordine dell’Imperatore che lo fece cavaliere con amplissimi privilegi, Sua Maestá cattolica ancora lo accarezzò, l’onorò, e alla sua partenza per l’Italia gli fece ricchissimi doni” (f. 217). Amava a língua latina, compreendia o italiano e falava um pouco de francês. Amante da música, cercava-se dos melhores músicos, preferindo entre os instrumentos, o fagote. Muito regrado, cuidava da sua pessoa e no verão preferia a solidão e a tranquilidade, dando, raramente audiências. Era igualmente moderado no consumo de comida e bebida.

No que diz respeito às emoções mais íntimas do rei, o autor, ao referir os casamentos e os filhos de Filipe I, sublinha que a morte da última esposa, Ana de Áustria, em Outubro de 1580, foi encarada “con estremo dolore di Sua Maestá e della corte tutta per le sue singularissime qualità”. (f. 222v.)

No que diz respeito à descrição da cidade de Lisboa, o autor é bastante detalhado. É evidente que deve ter tido contactos com italianos que aqui viviam, para além do veneziano Giovanni dall’Olmo e do seu irmão, Vincenzo; e já apresentámos a hipótese de que deve ter lido o relato do *Retrato e Roverso*.

A descrição da cidade de Lisboa através dos olhos dos estrangeiros ocorre, quase sempre, através de uma panóplia de imagens que captam logo as características que diferem dos lugares de proveniência dos visitantes. Assim, apesar de Veneza ser uma cidade lagunar, o porto de Lisboa devia ser, em comparação, espectacular e de rara beleza (e eficácia) à vista dos próprios venezianos, com embarcações vindas de todas as partes da Europa: “Il porto di Lisbona si può veramente affermare che sia uno dei più belli d’Europa non solo per la grandezza sua, ma per essere in ogni tempo ripieno di piu di 200 navi, oltre altri vascelli spagnoli, fiamminghi, Germani, italiani e Levantini”. Certamente seria uma visão muito agradável observar o movimento do porto, a entrada e partida dos navios (mais de 200) de tipologias diversas. Não era

apenas imaginação dos venezianos que este seria um dos mais impressionantes portos da Europa.

No ensaio de Rui Loureiro, a título de exemplo, podemos verificar o que o mercador-humanista florentino Filippo Sassetti escreve de Lisboa em cartas dirigidas a amigos e familiares, ou seja, precisamente as mesmas impressões sobre o porto de Lisboa, a sua grandeza, a quantidade de navios estrangeiros, a variedade de mercadores. Da mesma maneira expressa-se o mercador florentino Raffaele Fantoni na citada *Relatione*, confirmando a notável dimensão do porto de Lisboa e o “gran concorso de popoli che ci è si naturali come forestieri, oltre all’armate pubbliche e tanto numero di nave forestiere, è naturale che di questo rio partono per diversi viaggi et alla continua ci vengono di fuora” (Demoulin, 1974, p. 165).

A conformação geográfica de Lisboa, com o seu terreno irregular, é outro elemento que captura a atenção: a imagem de Lisboa, vista de Almada, podia parecer a bexiga dum peixe. No entanto, se o terreno não tivesse sido tão irregular, podia ter a forma dum arco. A fertilidade da terra, o clima temperado, a variedade de frutos ao longo de todo o ano constituíam outros aspectos positivos relevantes da capital portuguesa.

Ainda de acordo com as considerações de Filippo Sassetti, os venezianos relevam que na capital portuguesa não se encontram edifícios ou palácios “di privato o di principiabile cavaliero” dignos de consideração, nem “quanto alla materia, e quanto all’Architettura”, e observam o mau estado das ruas, as quais “sebben larghe sono però molto incomode, poiché di quando in quando ascendono e discendono per l’inegualità del terreno” (f. 262)<sup>16</sup>.

Mas a atenção do venezianos foi capturada pela Rua Nova dos Mercadores, a artéria principal do comércio lisboeta. Merece aqui ser transcrito o trecho que descreve a “via nuova”:

Quanto sono stravaganti le strade e incomode per camminarci non solo a piedi ma in cocchio ancora, tanto è bella dilettevole e facile la via nuova e per la larghezza e per la lunghezza sua; ma sopra il tutto per essere adorna d’una infinita di botteghe, tutte ripiene di diverse merci necessarie all’uso quotidiano d’una nobile e real città (f. 263) tra tante se ne vedono quattro o sei, che vendono cose portate dall’Indie, come porcellane finissime in varie forme; conchiglie o nautilij; noce d’India accomodate diversamente; casselle guarnite di madreperle,

<sup>16</sup> Seria interessante, vistas as semelhanças entre as descrições, investigar se houve um encontro entre a comitiva veneziana e o florentino Filippo Sassetti. No entanto, seguindo o fluxo das cartas de Sassetti no período da estadia de Tron e Lippomani em Lisboa, sabemos que em Agosto de 1581 Sassetti estava em Madrid. Não há missivas enviadas em Julho de 1581, nem de Madrid, nem de Lisboa.

et altri simili lavori che già si havevano per convenienti prezzi, ma erano allora carissime per tre rispetti: perl a peste che haveva travagliata la città tutta, per il sacco fatto dai Castigliani quando entrarono in Lisbona, tutto che il Re avesse comandato al duca d'Alva che i soldati si dovessero astenere dai bottini; e sopra tutto perchè di due anni non erano venute flotte dall'Indie. Nella medesima strada vi sono molte librerie, con infinito numero di libri in língua portoghese, castigliana, (f. 263v.) latina et italiana. Tutti si vendono molto cari, onde li scolari per la povertà loro accostumano pittosto che di comprarli, d'alchilarli, come dicono essi, che da noi riuscirea togli a nolo a tanto il giorno.

A Rua Nova dos Mercadores corria paralela à zona ribeirinha de Lisboa, à qual estava ligada através de arcos, e na praça à beira rio uma variedade de mercadores e homens que ganhavam a vida pondo à disposição as suas especialidades.<sup>17</sup> Entre eles, o autor da *Relazione* descreve ter reparado em homens que, sentados em bancos na praça, vendiam o seu estilo na arte de escrever versos, orações fúnebres, sermões, cartas de amor, em suma, tudo o que o freguês desejava:

molti uomini a sedere ad alcune banche, i quali possono esser chiamati notarj o copisti senz'alcun carico della città, li quali col loro esercizio si guadagnano il vivere quotidiano, perché inteso il pensiero d'ognuno, che va a loro, subito in quel medesimo luogo scrivono quanto si desidera, in tanto che o compongono lettere amorse, delle quali si servono assai, o elogij, orazioni, versi, sermoni, funerali, dimande (f. 264)

Perto da Rua Nova dos Mercadores encontravam-se vielas com lojas de mercadorias específicas. No que dizia respeito às lojas de ourivesaria, estas estavam “sfornite di pietre preciose, di perle, d'ambra, di muschio; e quel poco che vi si trovava si vendeva a prezzo eccessivo” (f. 264) devido ao atraso na vinda dos navios da carreira da Índia.

Relativamente à prata, esta “è gentilmente lavorata in belle e varie forme, accostumando cosi li nobili, come i popolari li piatti e bacili d'argento” (f. 264).

Outras curiosidades eram as lojas repletas de “confetture e di frutti secchi e canditi lavorati in eccellenza, delle quali se ne fa gran traffico, essendo mandate per il mondo con eguale stima delle siroppade di Napoli e delle paste di Genova.” (f. 264v.)

---

<sup>17</sup> Sobre a Rua Nova dos Mercadores, é imprescindível o contributo de Jordan Gschwendt e Lowe, 2015.

Aos olhos dos venezianos apresentam-se mercadorias preciosas e curiosas para satisfazer todos os gostos, uma tipologia de artesanato local que utilizava os produtos orientais para o comércio local: chapéus de chuvas feitos com espinhas de baleias, nozes da Índia utilizadas como copos, lindos trabalhos com a madeira do Brasil. Sublinha-se que “i traffichi sono grandissimi, e li mercanti ricchissimi” (f. 265).

Não podendo aqui analisar em profundidade a *Relazione*, resolvemos traçar um esboço dos temas que nela foram tratados. Acrescentamos mais alguns pormenores como a descrição de conventos, igrejas, hospitais, a enumeração de freguesias, a descrição do povo português, os seus usos e costumes.

A 11 de Agosto, os quatro embaixadores – Morosini, Tron, Lippomani e Zane – foram novamente recebidos pelo rei para se despedirem. O rei, sem que ninguém tivesse sido avisado e surpreendendo todos os presentes, quis eleger cavaleiro Giovan Francesco Morosini, presenteando-o a ele, a Tron e Lippomani, “di tre ricchissime collane di valore di 2000 scudi l’una” (f. 298), esclarecendo ainda que teria reservado a mesma homenagem a Matteo Zane aquando do fim da sua embaixada.

A estadia em Lisboa estava a chegar ao fim. A 14 de Agosto deixaram a capital portuguesa, “uscendo fuori della porta di S. Domenico, e per quasi una lega camminammo per li borghi della città nelle quali vedemmo Mulejo Xequé figliolo del Serifo che morí con D. Sebastiano nella battaglia d’Africa, al qual Xequé erano assegnati dieci scudi al di per le spese d’ordine di Sua Maestà cattolica” (f. 298v.).

A descrição da cidade de Lisboa do século XVI que nos é apresentada através do olhar de estrangeiros, sejam eles mercadores, eclesiásticos, diplomáticos, é transmitida num caleidoscópio de imagens em cartas, *Relationi*, tratados. A capital portuguesa é fotografada quer na sua vertente físico-geográfica, quer na sua essência de vida quotidiana, de cores e de gentes, e é contada através da sua história.

Apesar da curta permanência dos dois embaixadores venezianos Tron e Lippomani que, de facto, não ultrapassou as de três semanas, o autor conseguiu recriar a imagem da capital do reino português dos últimos vinte anos do século XVI, retratando as suas principais características. Uma leitura atenta da *Relazione*, até agora pouco estudada senão nos trechos traduzidos por Alexandre Herculano, pode, sem qualquer dúvida, constituir uma ferramenta importante para os investigadores que se debruçam sobre o século XVI.

## 1. Bibliografia

- Albéri, Eugenio (1861) *Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato durante il secolo decimosesto*. Firenze: A spese dell'Editore, serie I, vol.V. Consultabile in <[http://www.archive.org/stream/s1relazionidegli05albuoft/s1relazionidegli05albuoft\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/s1relazionidegli05albuoft/s1relazionidegli05albuoft_djvu.txt)>.
- Alessandrini, Nunziatella (2010) *Os Italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*. Tese de Doutoramento Universidade Aberta Lisboa.
- (2013a) 'Giovanni Dall'Olmo um veneziano em Lisboa: comércio e diplomacia (1541-1588)', in *Ammentu, Bollettino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo*, 3, pp. 155-175.
- (2013) 'Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes', in Cardim, Pedro - Soares da Cunha, Mafalda - Freire Costa, Leonor (eds.), *Portugal na Monarquia Espanhola- Dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: CHAM / CIDEHUS-Universidade de Évora / GHES-UTL, pp. 107-134.
- Baschet, Armand (1862) *La diplomatie vénitienne. Les Princes de l'Europe au XVI siècle*. Paris: Ed. Plon.
- Boyajian, James C. (1993) *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press.
- Cacciavillani, Ivone (1985) *La Repubblica Serenissima, profilo della costituzione veneziana*. Padova: Signum Edizioni.
- Castilho, Julho de (1892) *A Ribeira de Lisboa - Descrição histórica da Margem do Tejo - desde a Madre de Deus até Santos-o- Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cervelli, Innocenzo (1966) 'Intorno alla decadenza di Venezia. Un episodio di storia economica, ovvero un affare mancato', *Nuova Rivista Storica*, L, pp. 596-642.
- Cessi, Roberto (1950) *Deliberazioni del Maggior Consiglio di Venezia*. Bologna: Zanichelli.
- Coelho, António Borges (1986) *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Confalonieri, Gianbattista (2002) 'Da Grandeza e Magnificência da Cidade de Lisboa, Transcrição Cristina Aragão. Tradução Marta Duarte. Notas Hélder Carita', in *Por terras de Portugal no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 161-281.

- Crivelli, Benedetta (2017) *Commercio e finanza in un impero globale. Mercanti milanesi nella Penisola Iberica (1570-1610)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- Demoulin, Louis (1974) 'Le Portugal, son économie et son trafic d'outre mer vers 1600, vus par le Florentine Raffael Fantoni', *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome XLIV*, pp. 165-173.
- Donattini, Massimo (2016) *Ramusio, Girolamo Juniore*, Dizionario Biografico degli Italiani, vol. 86, <[.](https://www.treccani.it/enciclopedia/girolamo-juniore-ramusio_(Dizionario-Biografico)/></a>.</p>
<p>Gullino, Giuseppe (2005) <i>Dizionario biografico degli italiani</i>, vol. 65, s.v. Lippomano Girolamo. Roma: Treccani, visível em <<a href=)
- Herculano, Alexandre (1884) 'Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani, 1580', in *Opúsculos*, T. VI, Lisboa: Viúva Bertrand, pp. 118-133.
- Infelise, Mario (2002) *Prima dei giornali. Alle origini della pubblica informazione. Secoli XVI e XVII*. Roma-Bari: Laterza.
- Informazione di Giovanni dall'Olmo, console veneto in Lisbona sul commercio dei veneziani in Portogallo e sui mezzi più adatti a ristorarlo, 1584*, publicado por Cecchetti Nozze, 1869.
- Jordan-Gschwend, Annemarie - Lowe, Kate J. P. (eds.) (2015) *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. Londres: Paul Hobertson Publishing.
- Maczak, Antoni (1996) *Viajes e Viajeros en la Europa Moderna*. Barcelona: Ediciones Omega.
- Magalhães Godinho, Vitorino (1979) 'Portugal no começo do século XVI: Instituições e Economia. O relatório do Veneziano Lunardo da Cà Masser', *Revista de História Económica e Social*, 4, pp. 75-88.
- Marchesi, Vincenzo, (1887), 'Le Relazioni tra la Repubblica Veneta e il Portogallo dall'anno 1522 al 1797', *Archivio Veneto*, XXXIII e XXXIV.
- Marques, A.H. Oliveira de (1984) 'Uma descrição de Portugal em 1578-1580. Apresentação, transcrição do documento, tradução do italiano e notas', *Nova História. Século XVI*, n. 1, Lisboa.
- Oliveira, Julieta Teixeira Marques de (2000) *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- (1999) *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pedani, Maria Pia (2007) 'Consoli veneziani nei porti del Mediterraneo in Età Moderna', in Cancila, Rossella (org.), *Mediterraneo in armi, (secc. XV-XVIII)*. Vol. I, Palermo: Associazione Mediterranea, pp. 175-205.
- Preto, Paulo (2004) *I servizi segreti di Venezia - Spionaggio e Controspionaggio ai tempi della Serenissima*. Milano: Il Saggiatore.
- Radulet, Carmen (1997) 'Um retrato italiano do Reino de Portugal no século XVI', *Mare Liberum*, 14, pp. 99-114.
- Russo, Mariagrazia (2018) 'Odepórica Diplomática Ítalo-Lusitana nos finais do século XVI', in Pacheco Ferreira, Maria João - Vale, Teresa Leonor M. (org.), *Diplomacia e Transmissão Cultural*. Lisboa: Althum.com, pp. 58-81.
- (2019) 'Os italianos e o porto de Lisboa nos séculos XV e XVI', in Nunziatella, Alessandrini - Russo, Mariagrazia - Sabatini, Gaetano (org.), "*Chi fa questo camino é ben navigato*" - *Culturas e dinâmicas nos portos de Itália e Portugal (sécs. XIII-XVIII)*. Lisboa: CHAM.
- Santos, Maria Emília Madeira (1965) *Relações diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-1649)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Sassetti, Filippo (1970) *Lettere da vari paesi, 1570-1588*, ed. Vanni Bramanti. Milano: Longanesi & C.
- Soveral, Visconde de (1893) *Apontamentos sobre as antigas relações políticas comerciais de Portugal com a república de Veneza*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Tovar, Conde de (1933) *Portugal e Veneza na Idade Média (até 1495)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

## 2. Curriculum vitae

Nunziatella Alessandrini é doutorada em História Moderna pela Universidade Aberta de Lisboa. É investigadora contratada no CHAM (Centro de Humanidades) da Universidade Nova de Lisboa. É coordenadora do grupo de investigação "Economias, sociedades e culturas mercantis", e autora de mais de 40 artigos sobre a presença italiana em Portugal e de 9 livros sobre as relações económicas, sociais, diplomáticas, culturais entre Itália e Portugal na Idade Moderna.

É Membro Associado na Classe de História Marítima da Academia de Marinha de Lisboa.

É directora do Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa.



## Breves notas sobre as cartas lisboetas de Filippo Sassetti (1578-1583)

### Brief notes about the Lisbon letters of Filippo Sassetti (1578-1583)

Rui Manuel Loureiro

(Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes &  
CHAM / FCSH - Universidade NOVA de Lisboa)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 14/04/2021

#### *Resumo*

Filippo Sassetti viajou para Portugal em 1578. Durante cinco anos residiu em Lisboa, envolvendo-se nos negócios que nesta cidade eram desenvolvidos pela comunidade italiana. O florentino dirigiu regularmente cartas a familiares, amigos e conhecidos residentes em Itália. As quarenta missivas hoje conhecidas são agora objecto de análise cuidada, já que constituem um repositório extraordinário de curiosíssimas notícias não só sobre o próprio Sassetti e o seu círculo de correspondentes, mas também sobre Portugal e o seu império, registadas pela pena de um homem muito indagador e extremamente culto.

#### *Palavras-chave*

Filippo Sassetti; Lisboa; Epistolografia; Escrita de viagens; Século XVI; Intertextualidade.

#### *Abstract*

Filippo Sassetti traveled to Portugal in 1578. For five years he resided in Lisbon, getting involved in the businesses that were being developed in this city by the Italian communities. The Florentine regularly addressed letters to family, friends and acquaintances residing in Italy. The forty extant missives are now the subject of a careful analysis, since they constitute an extraordinary repository of very curious news not only about Sassetti himself and his circle of correspondents, but also about Portugal and its empire, registered by the pen of a very inquisitive and extremely learned man.

#### *Keywords*

Filippo Sassetti; Lisbon; Epistolography; Travel writing; Sixteenth century; Intertextuality.

---

#### 1. Bibliografia. - 2. Curriculum vitae

Filippo Sassetti não é um nome especialmente conhecido nos meios historiográficos portugueses, que nunca lhe dedicaram especial atenção<sup>1</sup>, ao contrário do que sucede em Itália, evidentemente, onde é um personagem bem conhecido e estudado<sup>2</sup>. Recentemente, alguns investigadores mais atentos à história das relações luso-italianas têm destacado a importância da epistolografia sassettiana no âmbito da presença portuguesa, e também europeia em sentido mais lato, na Ásia (Alessandrini, 2007 e 2012; Marcocci, 2015; Baker, 2019; Brege, 2019). Com efeito, o viajante e mercador florentino viveu em Goa durante cinco anos, entre 1583 e 1588, data da sua morte, e daquela cidade indiana escreveu dezenas de cartas mais ou menos extensas a diversos correspondentes italianos, nas quais transmitia notícias de elevado interesse sobre o mundo humano e natural asiático, sobre a sua vida quotidiana em contexto ultramarino, sobre a vasta rede mercantil euro-asiática, e também sobre os mecanismos políticos e culturais da sociedade luso-indiana na qual estava integrado.

A cidade de Goa era então o centro estratégico do chamado *Estado da Índia*, designação atribuída à dispersa constelação de portos, pequenos territórios costeiros, fortalezas e feitorias controlados pela Coroa de Portugal na costa oriental de África e ao longo da Ásia marítima, desde as primeiras décadas do século XVI<sup>3</sup>. A partir dessa metrópole, Sassetti exerceu diligentemente as suas funções de representante de interesses mercantis italianos e, ao mesmo tempo, funcionou como informador privilegiado sobre o mundo asiático de finais de Quinhentos. A sua formação humanística, associada à experiência de longas viagens marítimas e à vivência em territórios asiáticos, faz dele um observador notável das *coisas do Oriente*. Mas, antes de largar com rumo à Índia, em 1583, Filippo Sassetti viveu outros cinco anos em Lisboa, de onde também remeteu para Itália um alargado conjunto de missivas, dirigidas a familiares, colegas e mestres<sup>4</sup>.

Antes de analisar essa correspondência lisboeta mais em pormenor, contudo, vejamos algumas informações biográficas essenciais. Sassetti nasceu em 1540, na cidade italiana de Florença, numa família de mercadores relativamente abastados. Disfrutou de uma sólida educação humanística, e sabe-se que na sua residência familiar havia especial interesse pela literatura relacionada com viagens, navegações e descobrimentos. Gianbattista Sassetti, o pai de Filippo, era

---

<sup>1</sup> Durante o século XX, aparentemente, apenas um estudo parcelar lhe foi dedicado: Azevedo, 1932, pp. 97-135.

<sup>2</sup> Ver o estudo fundamental de Milanese, 1973, que cita a bibliografia essencial. As notas seguintes contêm algumas actualizações bibliográficas.

<sup>3</sup> Sobre Goa no século XVI, ver o estudo de Santos, 1999.

<sup>4</sup> Para uma abordagem recente destas cartas, ver Loureiro, 2019b.

leitor assíduo das *Navigazioni et Viaggi*, a grande colectânea de relatos de viagem organizada por Giovanni Battista Ramusio, cujo primeiro volume foi publicado em Veneza, em 1550, sendo os outros dois impressos na mesma cidade em 1556 (terceiro volume) e 1559 (segundo volume). Posteriormente, haveria muitas outras reedições destes três volumes, que foram sendo sucessivamente actualizados e alargados<sup>5</sup>. Os volumes de Ramusio seriam, durante muitas décadas, a mais importante e mais sistemática recolha europeia de escritos sobre viagens ultramarinas<sup>6</sup>.

Em 1556, o pai Sassetti ofereceu aos filhos (Filippo e o irmão Francesco) uma transcrição manuscrita, por si comentada, de um texto extraído do primeiro volume das *Navigazioni et Viaggi*, o ensaio ‘sopra il crescere del fiume Nilo’ (ou seja, ‘sobre as cheias do rio Nilo’), da autoria do médico e humanista Gerolamo Fracastoro, um dos colaboradores de Ramusio<sup>7</sup>. Tratava-se de um problema geográfico de extrema actualidade, que despertava a atenção de determinados meios humanísticos italianos, e que era especialmente enigmático pela circunstância de não se conhecerem na Europa dados concretos sobre as fontes do grande rio que corria em território egípcio<sup>8</sup>. O comentário do pai Sassetti estava repleto de referências eruditas, com menções a Aristóteles, Dioscórides, Galeno, Dante, Petrarca, Boccaccio, e outros, transmitindo uma ideia clara do tipo de requintada educação de que os dois filhos teriam beneficiado<sup>9</sup>. Assim, o fascínio de Filippo Sassetti tanto pelos temas geográfico-culturais como pelas terras exóticas datará certamente da sua juventude, desenvolvendo-se paralelamente às suas diversas atividades nas empresas comerciais da família.

Por volta de 1564, quando contava 24 anos de idade, Sassetti conseguiu de alguma forma libertar-se das suas ocupações mercantis e passou a dedicar-se a tempo inteiro aos estudos humanísticos. Quatro anos mais tarde inscrevia-se na universidade de Pisa, e durante alguns anos trabalhou com diversos mestres activos naquele importante centro universitário italiano. E entre estes, o famoso humanista Pier Vettori, que entre muitos outros assuntos era especialista em filologia grega e sobretudo na obra de Aristóteles<sup>10</sup>. Por influência deste mestre, Sassetti dedicou-se ao estudo do filósofo grego e à tradução de uma das suas

---

<sup>5</sup> Ver o estudo de Parks, 1967-1970. Para uma edição moderna da colectânea ramusiana, ver Ramusio, 1978-1988.

<sup>6</sup> Sobre a colectânea de Ramusio, ver a tese de doutoramento de Lejosne, 2016.

<sup>7</sup> Ver uma edição moderna deste texto de Fracastoro em Ramusio, 1978-1988, vol. II, pp. 387-428.

<sup>8</sup> Ver, a respeito desta questão, Wolff, 2003.

<sup>9</sup> O manuscrito de Gianbattista Sassetti foi parcialmente publicado em Milanese, 1973, pp. 94-98.

<sup>10</sup> A respeito de Vettori e seus discípulos, ver Mouren, 2007.

obras. Entretanto, Pier Vettori tinha visitado a Península Ibérica na sua juventude, e escrevera mesmo uma obra, que teve bastante sucesso editorial, sobre o cultivo da oliveira, o *Trattato delle lodi et della coltivatione degl'Vliui*, primeiro impresso em Florença, em 1569. Mais tarde, Sassetti citará esta obra do seu mestre numa das cartas que escreveu de Lisboa (Sassetti, 1970, p. 216), pelo que não é impossível que Vettori lhe tivesse despertado o interesse pelos assuntos ibéricos.

Outros mestres de Sassetti em Pisa foram o médico e naturalista Andrea Cesalpino, que fora director do jardim botânico daquela cidade italiana, e o médico Francesco Buonamici, que era professor de filosofia natural<sup>11</sup>. Com eles, Sassetti desenvolveu um acentuado interesse pelo meio ambiente e pela história natural, que estará presente em muitos dos seus escritos posteriores. O jovem Sassetti rapidamente ganhou reputação como letrado, e parecia destinado a uma carreira na área das letras, totalmente dedicada ao estudo, ao debate e à escrita, pois desde logo começou a redigir eruditas cartas, panfletos e tratados, que circularam em manuscrito nos círculos humanistas de Florença. Entre muitos outros temas, interessou-se pelos fenómenos naturais (e sobretudo pela meteorologia), pela botânica (e nomeadamente pela utilização medicinal das plantas), e também pela língua e pela literatura italianas.

Conhecem-se hoje cinquenta e quatro cartas de Filippo Sassetti, de extensão variada, escritas em Itália entre 1570 e 1578<sup>12</sup>. As cartas italianas eram sobretudo dirigidas a familiares, a colegas de estudo e a alguns dos seus mestres universitários. O principal destinatário, a quem foram dirigidas vinte e nove destas missivas, era Lorenzo Giacomini, primo de Sassetti e autor de uma obra humanística muito variada<sup>13</sup>. Estas cartas estavam repletas de referências eruditas, e nelas se discutiam muitos dos temas estudados na universidade de Pisa, como a filologia, a filosofia natural, a botânica, a astronomia, a literatura, e outros. Não será aqui abordado este conjunto epistolar em pormenor, mas interessa notar que Sassetti assume por completo esta prática, tão em voga entre os humanistas do seu tempo, de utilizar as cartas não só para comunicar assuntos de foro pessoal ou particular, mas também para se envolver em discussões eruditas com os seus pares. O século XVI assistiu à formação de vastas redes de correspondência entre eruditos interessados em temas afins, que trocavam entre si cartas, manuscritos e impressos de forma mais ou menos intensa<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Sobre Cesalpino, ver Bellorini, 2016; sobre Buonamici, ver Helbing, 1986.

<sup>12</sup> Estas cartas estão coligidas em Sassetti, 1970, pp. 31-209.

<sup>13</sup> Sobre Giacomini, ver Blocker, 2016, pp. 38-52.

<sup>14</sup> A respeito da importância da correspondência nesta época, ver Bethencourt - Egmond, eds., 2007; e também Findlen - Sutherland, eds., 2019.

Entretanto, alguma coisa se terá alterado nas circunstâncias de Sassetti, pois por volta de 1577 ele estava de regresso aos negócios familiares, assumindo agora um papel de ‘mercador-letrado’, ou seja, dedicando-se ao comércio, mas não esquecendo as suas preocupações literárias. Neste mesmo ano, Sassetti redigiu um *Ragionamento sul commercio tra la Toscana e le nazione levantine*<sup>15</sup>. Tratava-se de um relatório que fazia a apologia do desenvolvimento de relações comerciais regulares entre Florença e o império otomano. Aparentemente, a redacção deste tratado por Sassetti – talvez uma encomenda dos círculos governamentais toscanos – terá sido motivada pela estratégia florentina de transformar o porto de Livorno numa escala do tráfico internacional de especiarias<sup>16</sup>. É decerto que a família Sassetti estaria interessada nestes potenciais desenvolvimentos.

O *Ragionamento* era dedicado a Bongianni Gianfigliuzzi, um cavaleiro de Malta, personagem assaz curioso, que participara na batalha de Lepanto em 1571, e que estivera cativo diversos anos em Constantinopla, para onde foi depois enviado como embaixador, em 1578<sup>17</sup>. Alguns anos mais tarde, este mesmo Bongianni Gianfigliuzzi viria a ser embaixador do ducado da Toscânia junto de Felipe II. Numa carta mais tardia, Sassetti comparará Constantinopla com Lisboa, e provavelmente estaria a basear-se em informações recolhidas junto deste cavaleiro de Malta, pois não há notícia de que tenha visitado a grande metrópole das margens do Bósforo (Sassetti, 1970, pp. 248 e 400). Apesar de ter escrito um relatório sobre o império otomano em 1577, Filippo Sassetti não viajou para Constantinopla com o seu amigo Bongianni Gianfigliuzzi, como seria expectável, mas antes em sentido totalmente contrário. Nos primeiros meses de 1578, com efeito, partia de Florença para a Península Ibérica, na companhia de Pietro de’ Medici, o irmão mais novo de Francesco I, o grão-duque da Toscânia<sup>18</sup>.

Em finais de 1578 Sassetti já se encontrava em Lisboa, onde fixou residência como representante de casas comerciais florentinas, sobretudo dos Capponi. Sassetti permanecerá em Lisboa até 1582-1583, fazendo, entretanto, algumas viagens a Sevilha, a Madrid e a Medina del Campo, por motivos relacionados com as suas actividades mercantis. As casas comerciais italianas estavam também interessadas nos produtos oriundos das chamadas Índias Ocidentais, que então estavam a ser exploradas e colonizadas pelos espanhóis. Daí o interesse de Sassetti por Sevilha, epicentro deste intenso comércio euro-americano<sup>19</sup>. Mas Lisboa era então um dos grandes centros portuários da Europa, que mantinha

---

<sup>15</sup> O tratado de Sassetti foi publicado em Polidori, ed., 1853.

<sup>16</sup> Ver, sobre esta conjuntura, Carosio - Arfaioli, eds. (2016); e Tazzara, 2017.

<sup>17</sup> A respeito deste personagem, ver Ilg, 2016.

<sup>18</sup> Sobre este personagem, ver Volpini, 2010.

<sup>19</sup> A respeito de Sevilha, ver Loureiro, 2018, e a bibliografia aí citada.

relações directas com múltiplos espaços ultramarinos, pois Portugal controlava bases estratégicas no litoral de África, no Brasil, e em numerosas regiões da Ásia marítima. Aportavam regularmente a Lisboa as mais valiosas e mais raras mercadorias exóticas, razão pela qual numerosas casas comerciais europeias mantinham os seus feitores na capital portuguesa<sup>20</sup>.

Filippo Sassetti chegou a Portugal logo depois do desastre de Alcácer-Quibir, onde em 1578 o exército de el-rei D. Sebastião sofreu uma pesada derrota face a uma aliança de diversos potentados marroquinos, com a morte do próprio monarca<sup>21</sup>; viveu em Lisboa durante o breve reinado do cardeal D. Henrique, regente até à data da sua morte, em 1580<sup>22</sup>; assistiu à conquista da cidade pelas tropas espanholas do duque de Alba<sup>23</sup>, neste último ano, bem como aos episódios de resistência protagonizados por D. António, Prior do Crato, o principal candidato português à sucessão<sup>24</sup>; e permanecia na capital portuguesa quando da subida ao trono lusitano do poderoso Felipe II de Espanha. Por isso, o mercador florentino foi uma testemunha privilegiada deste período conturbado da história portuguesa<sup>25</sup>.

Durante a sua residência em Portugal, e por ocasião das diversas viagens que efectuou a Espanha, Sassetti manteve uma actividade epistolar regular, pois conhecem-se hoje quarenta cartas por ele escritas de diversas cidades ibéricas: seis de Madrid, uma de Sevilha, e trinta e três de Lisboa (Sassetti, 1970, pp.213-373). Provavelmente teria escrito muitas mais, mas apenas estas se conservam, dando uma média de mais ou menos oito cartas por ano. Os destinatários destas missivas eram variados, e incluíam familiares, amigos, colegas de estudo, e personalidades de relevo na vida de Florença, como o grão-duque Francesco I. Mas a maioria das cartas (isto é, trinta e duas) foram dirigidas aos irmãos Baccio e Francesco Valori, seus amigos e companheiros de estudos<sup>26</sup>. Estas quarenta cartas, evidentemente, são uma fonte de informação de primeira importância, pois Sassetti era um homem extremamente culto, como foi já referido, e era também um observador atento e curioso do mundo que o rodeava. Além do mais, era um estrangeiro numa terra estranha, desde logo especialmente atento às diferenças culturais.

---

<sup>20</sup> Para uma abordagem genérica deste tema, ver Alessandrini, 2013.

<sup>21</sup> Sassetti, 1970, p. 225: “El re morì, perdessi l’esercito”.

<sup>22</sup> *Ibi*, p. 258 “morì Monsignor Arrigo ultimo de’ re portoghesi”.

<sup>23</sup> *Ibi*, p. 273 “dove io mi trovai”.

<sup>24</sup> *Ibidem*, “Don Antonio quale finalmente sta in Inghilterra”.

<sup>25</sup> Sobre este complicado período da história portuguesa, ver Valladares, 2010.

<sup>26</sup> Sobre a família Valori, ver Jurdjevic, 2008.

Não será agora a oportunidade para analisar em grande pormenor todas estas cartas, que estão há anos criticamente editadas num volume que reúne toda a correspondência conhecida de Filippo Sassetti<sup>27</sup>. Mas valerá a pena destacar, em breves notas, alguns aspectos essenciais, relativamente às cartas de Lisboa. E deve sublinhar-se, antes de tudo, que as cartas de Sassetti ficaram manuscritas na época, e só muito mais tarde começaram a ser impressas. Tal não quer dizer que não tivessem circulado em Itália, pois na realidade as epístolas foram geralmente escritas por Sassetti num estilo muito cuidado, em termos de forma e de conteúdo, pressupondo-se, como era hábito entre os humanistas na época, que seriam circuladas pelo destinatário dentro de um círculo mais ou menos alargado de amigos e colegas.

A primeira carta escrita por Sassetti de Lisboa, a Baccio Valori, em 10 de Outubro de 1578, é especialmente interessante pelo panorama que traça do mundo português<sup>28</sup>. O viajante italiano ficou impressionado com a dimensão do porto de Lisboa, “grandíssimo”, como ele escreve, e espantava-se com as dimensões do rio Tejo, que considerava um autêntico “braccio di mare”, no qual ancoravam centenas de navios. Já os edifícios lisboetas não o impressionaram por aí além, pois, com excepção do palácio real que se situava junto ao rio, considerava que “Non ha nessuno bello edifizio”. Na sua apreciação, o clima em Portugal, mesmo durante o mês de Outubro, era verdadeiramente abrasador, pois o calor tudo queimava. Reparou que os habitantes de Lisboa comiam sobretudo peixe e, na sua opinião, toda a cidade cheirava a frituras: em “ogni via e in ogni casa è bottega che cuoce e vende pesce ogni giorno e ogn’ora”.

Assinalou Sassetti, talvez com algum exagero, que Portugal não produzia praticamente nada, e que os portugueses viviam daquilo que importavam: “tutti vivono di vettovaglia portataci per mare, o la maggiore parte, ché il paese è sterile e non colto”. Como anotava, até os ovos e as galinhas pareciam vir de fora! Por isso mesmo, havia sempre no porto de Lisboa uma infinidade de navios, “vengono qui navili infiniti”, oriundas da Dinamarca, da Holanda, da Flandres, de Inglaterra, da França, de Itália, de Espanha, e de outras regiões europeias. De resto, Sassetti reparava na abundância de oliveiras por toda a cidade, embora as considerasse muito maltratadas, de forma a desesperar qualquer pessoa que se interessasse pelo cultivo desta planta em particular. Nota-se aqui, decerto, um reflexo da leitura que fizera do tratado que o seu mestre Pier Vettori tinha em tempos dedicado ao cultivo da oliveira, já acima referido.

---

<sup>27</sup> Cf. Sassetti, 1970, *passim*. As cartas de Sassetti, lamentavelmente, nunca foram traduzidas para português.

<sup>28</sup> *Ibi*, pp. 216-223, de onde são retiradas as citações que se seguem.

De acordo com a avaliação de Sassetti, a cidade de Lisboa teria na época uns 240 mil habitantes, que se repartiam em três grupos distintos: os cristãos velhos (que por sua vez se dividiam entre fidalgos e gente do povo); os cristãos-novos (que à partida não lhe mereciam grande confiança); e os escravos. A opinião inicial de Sassetti sobre os portugueses, tanto os cristãos velhos como os cristãos-novos, foi extremamente negativa, e mesmo muito anedótica. A respeito dos cristãos velhos, dizia que eram pouco cultos, muito soberbos, extremamente teimosos, e vaidosos em excesso. Mudar a opinião de um português sobre algum assunto, segundo Sassetti, seria sinónimo de algo impossível. Os portugueses eram tão vãos, na sua apreciação, que três quartos das palavras que pronunciavam eram “Vostra mercé”, bem como juramentos “por los Sanctos Evangelios ou “por estas barbas”. Quanto aos cristãos-novos, achava que eram “gente poco meglio che infame, cattivi, perfidi, senza fè, senz’onore o cosa che buona sai”. Mas atribuía-lhes um “intendimento sotilíssimo”, que fazia deles uns negociantes exímios. Os escravos, enfim, mereceram a Sassetti uma cuidada atenção. Eram eles que se ocupavam de todos os trabalhos mais práticos e mais pesados. O observador florentino estimava que estes constituiriam cerca de um terço da população de Lisboa, ou seja, uns 80 mil, o que, face aos dados oriundos de outras fontes, parece algo exagerado<sup>29</sup>. Os escravos eram oriundos de todas as partes do mundo: africanos, indianos, chineses, japoneses. Apenas do Brasil não vinham escravos, como informa, pois quando os indígenas brasileiros eram escravizados, abandonavam a vontade de viver e rapidamente morriam<sup>30</sup>.

A parte final desta primeira carta traçava um quadro muito amplo e muito preciso da geografia comercial do império português. Evidentemente, Sassetti estava em Portugal ao serviço de uma casa comercial italiana. Por isso mesmo, dedicava uma especial atenção às redes mercantis que tinham o seu epicentro no porto de Lisboa, e se estendiam em direcção a África, Brasil e Ásia<sup>31</sup>. Em duas páginas, o seu correspondente italiano ficaria com uma ideia da diversidade de produtos que chegavam a Lisboa, incluindo os respectivos valores: das ilhas de Cabo Verde chegavam couro, algodão, açúcar; da fortaleza da Mina, grande quantidades de ouro (em 2 navios, apenas, chegaram 200 mil ducados em barras); do arquipélago de São Tomé e Príncipe, vinha açúcar vermelho (7 milhões de libras); do Brasil, açúcar branco; de Moçambique vinha o marfim; e da Índia, a

---

<sup>29</sup> A respeito da demografia portuguesa nesta época, ver Dias, 1996.

<sup>30</sup> Para um confronto com outras descrições de Lisboa, ver Jordan-Gschwend – Lowe, eds., 2015. Para uma outra anónima descrição italiana de Lisboa e de Portugal, exactamente na mesma época, ver Marques, 1987, pp. 127-245 (*Ritratto et riuerso del Regno di Portogallo*); ver sugestão de autoria em Radulet, 1997.

<sup>31</sup> A respeito desta realidade, ver Loureiro, 2016 e 2019.

pimenta, a canela, o gengibre, a noz-moscada, a maçã, o cravo, as pedras preciosas, as sedas, as porcelanas, e muitos outros produtos.

Nos quatro anos seguintes, até 1582, Sasseti foi aprofundando os seus conhecimentos sobre Portugal e sobre o seu império ultramarino, transmitindo regularmente aos seus correspondentes italianos novas informações, que obtinha quer junto de capitães e pilotos de navios portugueses, quer junto de outros mercadores com quem se cruzava em Lisboa. Vejamos alguns exemplos. Em Fevereiro de 1579, numa carta dirigida a Francesco Bonciani<sup>32</sup>, falava de um rinoceronte asiático que tivera oportunidade de observar ao vivo, trazido da Índia a bordo das naus portuguesas, “una bestia tanto contrafatta e tanto nuova e così fuori della imaginazione di chi non l’há vedita” (Sasseti, 1970, p. 228). Em Janeiro do ano seguinte, Sasseti discutia as virtudes do marmelo e da marmelada que se comia em Portugal, e as propriedades do mel feito com flores de laranjeiras da serra de Sintra.

Num reflexo tipicamente humanista, tanto mais que se dirigia ao seu antigo mestre Pier Vettori, logo convocava passagens das obras de Virgílio e de Plínio a respeito destes produtos alimentares portugueses<sup>33</sup>. Noutra carta do mesmo mês de Janeiro de 1580, desta vez endereçada a Baccio Valori, o mercador florentino fazia referência a diversos produtos exóticos que enviara para Itália, e nomeadamente a umas pedras bezoares de origem asiática, um conhecido antídoto contra venenos, cujas propriedades e formas de utilização descrevia, não se esquecendo de citar os escritos dos naturalistas Galeno e Alberto Magno. Na mesma missiva, Sasseti fazia também alusão ao envio para Florença de um vaso de porcelana chinesa cheio de noz-moscada em conserva<sup>34</sup>, e mencionava ainda o seu insucesso em adquirir umas aves que por vezes eram trazidas do longínquo arquipélago de Maluco, decerto as famosas aves-do-paraíso<sup>35</sup>.

A sua atenção aos mais exóticos produtos do comércio ultramarino continua a manifestar-se nas sucessivas cartas que vai remetendo para os seus correspondentes em Florença. Assim, em Junho de 1580 escrevia ao mesmo Baccio Valori a respeito do almíscar, substância odorífera e medicinal oriunda da China<sup>36</sup>. Na mesma carta, mencionava também diversas madeiras orientais que chegavam regularmente a Lisboa, e nomeadamente o calambuco, cujo aroma considerava “atto a risuscitare un morto” (Sasseti, 1970, p. 252). Em Março de 1583, em carta ao mesmo amigo, referia-se novamente ao calambuco ou pau-de-

---

<sup>32</sup> Sobre este humanista, ver Siekiera, 2014.

<sup>33</sup> Cf. Sasseti, 1970, pp. 243-244.

<sup>34</sup> Cf. *ibi*, pp. 246-248.

<sup>35</sup> Cf. *ibi*, p. 248.

<sup>36</sup> Cf. *ibi*, p. 252.

águila, descrevendo as propriedades desta madeira exótica de origem asiática<sup>37</sup>. E assim sucessivamente, ia precisando o retrato de Portugal que queria apresentar aos seus diversos correspondentes, com uma grande variedade de informações. Estas notícias, entretanto, eram complementadas por sucessivas encomendas que remetia regularmente para Itália, sobretudo com produtos de origem ultramarina.

Nas cartas de Lisboa, Filippo Sassetti continuou a citar regularmente os livros que recebia, que adquiria ou que mais lhe interessavam. Era um ‘mercador-letrado’, que ao correr da pena ia dando conta da sua erudição e dos seus interesses literários. Por um lado, em algumas das cartas cita obras de tipo humanístico, quando discute com os seus correspondentes assuntos de natureza literária ou filosófica. Assim, aparecem menções regulares a escritos de Aristóteles, Catão, Plauto, Lucrécio, Virgílio, Plínio, Petrarca ou Boccaccio<sup>38</sup>. Por vezes é mesmo possível identificar as edições que Sassetti teria manuseado, como é o caso da obra de Catão, o Velho, preparada por Pier Vettori, seu antigo mestre, *De re rustica libri*, que foi impressa em Lyon em 1541<sup>39</sup>; ou como as *Annotationi et discorsi sopra alcuni luoghi del Decameron*, editadas em Florença em 1574, sob a coordenação do humanista Vincenzo Borghini, outro dos seus conhecidos<sup>40</sup>.

Por outro lado, encontram-se também referências nas cartas de Sassetti a livros que este adquiriu em Portugal ou em Espanha, e de certo modo relacionados com a expansão ibérica. E estes são decerto os mais curiosos, já que representam a abertura de um homem de formação humanística aos novos saberes resultantes das grandes viagens de exploração. Em finais de 1579, escrevendo a Francesco Bonciani, referia as suas leituras de “qualche libretto delle novità d’India, del Verzino e della China”. E acrescentava que, enquanto lia estas obras, sonhava com o momento em que poderia “andarle là a vedere e toccare e scrivere” (Sassetti, 1970, p. 240). Não é complicado identificar estas leituras, que revelam um Sassetti atento às novidades editoriais referentes aos mundos ultramarinos.

Assim, o mercador florentino referia-se sucessivamente a alguma das várias colectâneas de cartas jesuítas que foram impressas em Portugal depois de meados do século XVI<sup>41</sup>; ao tratado descritivo sobre o Brasil de Pêro de Magalhães de Gândavo, intitulado *Historia da prouincia sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos*

<sup>37</sup> Cf. *ibi*, p. 366.

<sup>38</sup> Cf. *ibi*, 1970, pp. 225, 229, 226, 232, 234, 243, 243, 276, 352. Sobre a faceta humanista de Sassetti, ver Milanesi, 1973, pp. 53-77; e Blocker, 2010-2011.

<sup>39</sup> Cf. Sassetti, 1970, p. 234.

<sup>40</sup> Cf. *ibi*, p. 276. Sobre Borghini, ver Beloni - Drusi, eds., 2002.

<sup>41</sup> Ver uma listagem das edições de cartas jesuítas em Garcia, 1994, pp. 234-243.

*Brasil*, que saiu dos prelos em Lisboa, em 1576<sup>42</sup>; e ao *Tractado das cousas da China*, de frei Gaspar da Cruz, que foi publicado em Évora em 1569-1570, por um dominicano que anos antes visitara a cidade chinesa de Cantão. Esta última obra, aliás, é citada expressamente por Sasseti numa carta de Junho de 1580, quando se refere ao método de fabrico da porcelana<sup>43</sup>. Também o movimento de expansão europeia em direcção do Novo Mundo lhe mereceu alguma atenção, e terá adquirido, durante uma passagem por Sevilha, um exemplar da obra do médico Nicolás Monardes, provavelmente a *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal*, impressa em Sevilha em 1574, que Sasseti cita implicitamente a respeito da pedra bezoar e que refere como “um libreto in língua castigliana” (Sasseti, 1970, p. 247)<sup>44</sup>. E aludirá numa das suas cartas, anos mais tarde, ter lido em Lisboa “in lingua franzese una storia d’uno Andrea Tevet” (Sasseti, 1970, p. 424). Referia-se, muito provavelmente, ao tratado que o cosmógrafo francês André Thevet dedicou ao Novo Mundo, *Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique*, que foi publicado em Paris, em 1557-1558<sup>45</sup>.

Curiosamente, algumas das missivas lisboetas de Sasseti mencionam outros viajantes italianos que de alguma forma se relacionaram com os espaços ultramarinos orientais frequentados pelos portugueses. Bastará citar dois exemplos. Por um lado, o florentino refere-se repetidamente a Antonio Carletti, um seu conterrâneo que em finais de 1582 estava em Lisboa, de partida para Itália. Aparentemente, Carletti acabara de chegar ao Tejo a bordo de uma nau designada como “*Sant’Antonio*”, e Sasseti entregou-lhe uma encomenda dirigida a Baccio Valori, constituída por um cofre com calambuco e por um tecido indiano de algodão que refere como ‘canichino’ (Sasseti, 1970, pp. 331 e 336). Antonio Carletti era pai de Francesco Carletti, um jovem florentino que poucos anos mais tarde, em 1593, partiria de Sevilha, acompanhado pelo pai, num longuíssimo périplo que eventualmente o levaria a efectuar a circum-navegação do globo<sup>46</sup>. Por outro lado, Sasseti menciona um seu conhecido de Florença, “Messer Batista Vecchietti”, que em finais de 1582 lhe escrevia uma carta para Lisboa, anunciando que estava de partida para o Oriente, pela via de “Alessandria d’Egitto”, e combinando um encontro “di là di que’ paesi” (Sasseti, 1970, 341). Giovan Battista Vecchietti, juntamente com o seu irmão Gerolamo, viajaram efectivamente através da Ásia, estanciando nomeadamente na ilha de Ormuz,

<sup>42</sup> A respeito deste tratado, ver Gândavo, 2004.

<sup>43</sup> Cf. Sasseti, 1970, p. 251. Sobre a obra do dominicano português, ver Cruz, 2010.

<sup>44</sup> Sobre Monardes, ver Guerra, 1961; e também Beecher, 1997.

<sup>45</sup> A respeito do cosmógrafo francês e desta obra, ver Thevet, 1997.

<sup>46</sup> Ver uma edição moderna do relato do viajante florentino, que na época ficou manuscrito, em Carletti, 1987.

que era então controlada pelos portugueses. Giovan Battista Vecchietti, como prometido, encontrar-se-ia com Sassetti em Goa, anos mais tarde<sup>47</sup>.

Nesta brevíssima abordagem a Filippo Sassetti, não é possível aprofundar ainda mais a análise das suas cartas de Lisboa. Mas é importante referir um outro núcleo informativo que nelas é desenvolvido. Uma vez chegado a Portugal, Sassetti decidiria eventualmente viajar para Oriente, a bordo de um dos navios portugueses da *carreira* da Índia, que anualmente faziam a ligação com os portos de Cochim e Goa. Com essa intenção em mente, o florentino foi recolhendo em Lisboa informações sobre a viagem e foi adquirindo instrumentos náuticos. Tinha uma bússola e vários astrolábios de latão e de madeira, por exemplo, e adestrava-se diariamente no seu uso, como escrevia em Junho de 1580 a Francesco Valori: “Ho similmente veduto dell’uso di quella mia girella” (Sassetti, 1970, p. 259). Embora não lhe faça referência explícita, não é improvável que conhecesse o *Tratato dell’Uso et della Fabrica dell’Astrolabio*, que fora publicado pelo cosmógrafo Egnazio Danti em Florença, em 1569<sup>48</sup>. Entretanto, Sassetti foi consultando outras obras sobre questões ligadas à navegação e à cosmografia. Na mesma carta dirigida a Francesco Valori, refere um popular manual de astronomia do matemático francês Oronce Finé que adquirira, “la sfera d’Oronzio” (Sassetti, 1970, p. 258), uma referência ao *De mundi sphaera, sive cosmographia*, primeiro impresso em Paris em 1532<sup>49</sup>. E em inícios de 1582, por ocasião de uma deslocação a Madrid, comprou “um Tolomeo comentato e con annotazioni d’un Michelle Villanova” (Sassetti, 1970, p. 367), ou seja, uma *Geografia* de Ptolomeu, numa edição da década de 1530, da responsabilidade de Miguel Servet<sup>50</sup>.

Em Abril de 1582, finalmente, Filippo Sassetti embarcou numa das naus da armada que nesse ano largava de Lisboa com rumo à Índia, nau essa que era capitaneada por António de Melo e Castro. Mas a viagem não correu da melhor forma e, depois de encontrar grandes calmarias e de atingir o litoral do Brasil, o navio regressou ao porto de partida cinco meses mais tarde. Sassetti escreveu uma carta a Baccio Valori em Setembro de 1582, relatando a fracassada viagem com enorme detalhe (Sassetti, 1970, pp. 314-316). Curiosamente, o mercador florentino prestava especial atenção às questões de navegação astronómica: descrevia o Cruzeiro do Sul, “che si vede dalla banda di mezzogiorno”; comentava a variação da agulha magnética, observando que a “calamita è uno strano strumento per la sua varietà, della quale è difficil cosa a trovare la causa”; queixava-se da dificuldade em obter medidas rigorosas a bordo de um navio em

<sup>47</sup> Cf. Sassetti, 1970, p. 547. A propósito dos irmãos Vecchietti, ver Bernardini, 2011.

<sup>48</sup> Sobre as obras de Danti, ver Rosen, 2015.

<sup>49</sup> A respeito de Finé, ver Marr, ed., 2009.

<sup>50</sup> Sobre Servet, ver Hernando Rica, 2006.

constante movimento, comentando “in nave è impossibile il fare osservazione nessuna”; e exprimia as suas dúvidas sobre a possibilidade de medir a longitude através da declinação da agulha, afirmando peremptoriamente que “per farne regola per trovare la longitudine, come molti si stimano, è impossibile” (Sasseti, 1970, p. 315). Ou seja, Sasseti mostrava-se perfeitamente informado sobre alguns dos problemas mais candentes que eram enfrentados pelos navegadores portugueses da *carreira* da Índia<sup>51</sup>.

Alguns meses mais tarde, em Março de 1583, ainda em Lisboa, Sasseti escreveu uma carta ainda mais longa a outro dos seus amigos, Francesco Buonamici, na qual reflectia novamente sobre a fracassada viagem para a Índia (Sasseti, 1970, pp. 352-365). Mas desta vez fazia-o como um humanista, pois relembra a obra de Aristóteles sobre a *Meteorologia*, que estudara em Pisa, para discutir os fenómenos naturais que tivera oportunidade de observar durante a travessia do Atlântico: a chuva, as calmarias, os ventos, a luz, as marés, etc.<sup>52</sup>. Provavelmente teria consigo uma das edições da obra aristotélica preparada por Francesco Vimercato, *In quatuor libros Aristotelis Meteorologicorum Comentarium*, primeiro impressa em Paris em 1556, e à qual se referira numa das suas cartas de juventude (Sasseti, 1970, p. 82)<sup>53</sup>. Sasseti mencionava também, a propósito da fauna marinha que pudera observar durante a viagem, a obra “dal Rondoletto” (Sasseti, 1970, p. 361), uma alusão ao naturalista francês Guillaume Rondelet, autor de *De piscibus marinis*, obra publicada em Lyon em 1553-1554<sup>54</sup>. Pouco depois de escrever esta carta, Filippo Sasseti embarcou novamente na mesma nau, com o mesmo capitão António de Melo e Castro, a caminho da Índia. E desta vez chegaria efectivamente a Cochim a salvamento, para se estabelecer em Goa, onde viria a falecer em 1588<sup>55</sup>. Curiosamente, na mesma armada de 1583 embarcara também o viajante neerlandês Jan Huygen van Linschoten, que também residiu durante cinco anos em Goa, trabalhando como secretário do arcebispo de Goa, antes do seu regresso à Europa<sup>56</sup>. Na Índia, Filippo Sasseti continuaria a escrever cartas de forma regular aos seus correspondentes italianos, transmitindo notícias, impressões, reflexões, sobre o mundo oriental. As cartas indianas de Sasseti, que foram editadas autonomamente (Sasseti, 1995), são tão interessantes e tão importantes como as de Lisboa, e constituem uma fonte de

<sup>51</sup> Para uma abordagem destas questões técnicas na *carreira* da Índia, nesta mesma época, ver a obra algo esquecida de Monteiro, 1985.

<sup>52</sup> Sobre esta problemática, ver Martin, 2019.

<sup>53</sup> A respeito de Vimercato, ver Gilbert, 1965.

<sup>54</sup> A respeito deste ictiologista, ver Barthe, 2017.

<sup>55</sup> Sobre o período indiano da carreira de Sasseti, ver: Boutier, 1994; Alessandrini, 2007; Karl, 2008; Alessandrini, 2012; Marcocci, 2015; Karl, 2016; Baker, 2019; e Brege, 2019.

<sup>56</sup> Ver relato da viagem em Linschoten, 1996, pp. 73-79.

primeira ordem sobre o *Estado da Índia* e sobre o mundo asiático na década de 1580.

As cartas de Lisboa, como se pode comprovar, possibilitam diversas abordagens complementares, dando a conhecer as impressões de Sasseti sobre Portugal e os portugueses, as suas leituras e interesses, e também o conteúdo da sua biblioteca, o seu círculo de correspondentes e as interacções entre todos eles, as suas observações sobre o mundo que o rodeava, as suas actividades mercantis, os seus projectos e ambições, enfim, o seu desenvolvimento cosmopolitismo, que parece desabrochar na grande metrópole portuguesa (e mais tarde, na Índia), perante a novidade imensa dos novos mundos ligados pelas grandes navegações lusitanas. O valor documental das missivas sassetianas tem sido comprovado por diversos investigadores, mas elas continuam a ser relativamente pouco conhecidas, quer dos especialistas, quer do público culto em geral. Por isso, e à guisa de conclusão destas breves notas sobre as cartas lisboetas de Filippo Sasseti, aqui fica o apelo para que algum italianista se abalance na tradução para português da epistolografia do mercador e humanista florentino, a fim de lhe dar a divulgação que de facto merece em Portugal, como fonte de primeira ordem sobre um período especialmente complexo da história portuguesa d'aquém e d'além-mar.

### 1. Bibliografia

- Alessandrini, Nunziatella (2007) 'Images of India through the Eyes of Filippo Sasseti, a Florentine Humanist Merchant in the 16th Century', in Harris, Mary N.- Lévai, Csaba (eds.), *Sights and Insights: Interactive images of Europe and the wider world*. Pisa: Edizioni Plus / Pisa University Press, pp. 43-58.
- (2012) 'Goa "principal terra d'India" nas cartas de Filippo Sasseti', in Teodoro de Matos, Artur - Teles e Cunha, João (eds.), *Goa: Passado e Presente*. Vol. II, Lisboa: CEPCEP / CHAM, , pp. 629-640.
- (2013) 'Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes', in Cardim, Pedro - Soares da Cunha, Mafalda - Freire Costa, Leonor (eds.), *Portugal na Monarquia Espanhola - Dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: CHAM / CIDEHUS-Universidade de Évora / GHES-UTL, pp. 107-134.
- Azevedo, João Lúcio de (1932) *Novas Epanáforas: Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Baker, Nicholas Scott (2019) "'Tutto il mondo è paese" - Locating Florence in premodern Asian commerce', in Scott Baker, Nicholas - Jeffrey Maxson, Brian

- (eds.), *Florence in the Early Modern World: New Perspectives*. London: Routledge, pp. 50-67.
- Barthe, Pascale (2017) 'Guillaume Rondelet's Monkfish, or Natural History as Social Network', in Persels, Jeff - Tarte, Kendall - Hoffmann, George (eds.), *Itineraries in French Renaissance Literature*. Leiden: Brill, pp. 377-397.
- Beecher, Donald (1997). 'The Book of Wonders of Nicolas Monardes of Seville', *Cahiers Elisabethains*, 51, pp. 1-14.
- Bellorini, Cristina (2016) *The World of Plants in Renaissance Tuscany*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Belloni, Gino - Drusi, Riccardo (eds.) (2002) *Vincenzo Borghini: filologia e invenzioni nella Firenze di Cosimo I*. Firenze: Leo S. Olschki.
- Bernardini, Michele (2011) 'Giovan Battista and Gerolamo Vecchietti in Hormuz', in Matthee, Rudi - Flores, Jorge (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. Leiden: Peeters, pp. 265-281.
- Bethencourt, Francisco - Egmond, Florike (eds.) (2007) *Correspondence and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blocker, Déborah A. (2010-2011) 'Le lettré, ses pistole et l'académie: comment faire témoigner les lettres de Filippo Sassetti, *accademico Alterato?*', *Littératures classiques*, 71, pp. 29-66.
- (2016) 'Pro or/and anti-Medici? Political ambivalence and social integration in the Accademia degli Alterati (Florence, 1569-ca 1625)', in. Everson, Jane E - Reidy, Denis V. - Sampson, Lisa (eds.), *The Italian Academies 1525-1700: Networks of Culture, Innovation and Dissent*. Cambridge: Modern Humanities Research Association / Routledge, pp. 38-52.
- Boutier, Jean (1994) 'Les habits de l'"Indiatico". Filippo Sassetti entre Cochin et Goa (1583-1588)', in *Actes du colloque international 'Découvertes et explorateurs'*. Paris: L'Harmattan, pp. 157-166.
- Brege, Brian (2019) 'A Florentine humanist in India: Filippo Sassetti, Medici agent by annual letter', in Findlen, Paula - Sutherland, Suzanne (eds.), *The Renaissance of Letters: Knowledge and Community in Italy, 1300-1650*. Abingdon, Oxon: Routledge, 19 pp.
- Carletti, Francesco (1987) *Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo*. Ed. Adele Dei. Milano: Mursia.

- Caroscio, Marta - Arfaioli, Maurizio (eds.) (2016) *The Grand Ducal Medici and the Levant*. Turnhout: Brepols.
- Cruz, Gaspar da (2010) *Tratado das coisas da China*. (ed.) Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Sociedade Editora de Livros de Bolso.
- Dias, João José Alves (1996) *Gentes e Espaços: Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.
- Findlen, Paula - Sutherland, Suzanne (eds.) (2019) *The Renaissance of Letters: Knowledge and Community in Italy, 1300-1650*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Gândavo, Pêro de Magalhães de (2004) *A Primeira História do Brasil*. ed. Sheila Moura Hue - Ronaldo Menegaz. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Garcia, José Manuel (1994) *Ao Encontro dos Descobrimentos: Temas de História da Expansão*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 234-243.
- Gilbert, N. W. (1965) 'Francesco Vimercate of Milan: A bio-bibliography'. *Studies in the Renaissance*, 12, pp. 188-217.
- Guerra, Francisco (1961) *Nicolas Bautista Monardes: su vida y su obra*. México: Compañía Fundidora de Fierro e Acero de Monterrey.
- Helbing, Mario O. (1986) *La Filosofia di Francesco Buonamici, professore di Galileo a Pisa*. Pisa: Nistri-Lischi.
- Hernando Rica, Agustín (2006) 'La reforma de la mirada: Logos y retórica en la *Geographia* de Ptolomeo (1535)', *Ería*, 69, pp. 5-33.
- Ilg, Ulrike (2016) 'Visiting the "Serraglio del Gran Signore": Medici Diplomacy and Cross-Cultural Contacts during the Rule of Francesco I', in Caroscio, Marta - Arfaioli, Maurizio (eds.), *The Medici and the Levant: Interlacing Cultures from Florence to the Eastern Mediterranean (1532-1743)*. Turnhout: Brepols, pp. 87-99.
- Jordan-Gschwend, Annemarie - Lowe, Kate J. P. (eds.) (2015) *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Hobertson Publishing.
- Jurdjevic, Mark (2008) *Guardians of Republicanism: The Valori Family in the Florentine Renaissance*. Oxford: Oxford University Press.
- Karl, Barbara (2008) "'Galanterie di cose rare...". Filippo Sassetti's Indian Shopping List for the Medici Grand Duke Francesco and His Brother Cardinal Fernando', *Itinerario*, 32, pp. 23-41.

- (2016) 'Gardening in Goa: Filippo Sassetti's Experiences with Indian Medicine and Plants', in Anderson, Christina M. (ed.), *Early Modern Merchants as Collectors*. London: Routledge, pp. 63-79.
- Lejosne, Fiona (2016) *Giovanni Battista Ramusio et la constitution d'un savoir géographique à Venise au XVIe siècle*. Lyon: Université de Lyon, <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-02375323v2>>.
- Linschoten, Jan Huygen van (1996) *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Ed. Pos, Arie - Loureiro, Rui Manuel. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Loureiro, Rui Manuel (2016) 'Algumas notas sobre as cargas de retorno da carreira da Índia no porto de Lisboa', *Revista Rossio - Estudos de Lisboa*, 7, pp. 81-91.
- (2018) 'Sevilla como centro de recogida y tratamiento de información sobre las Indias Orientales, 1650-1580', in Iglesias Rodríguez, Juan José - García Bernal, José Jaime - Díaz Blanco, José Manuel (eds.), *Andalucía en el mundo atlántico moderno: Ciudades y redes*. Madrid: Sílex, pp. 439-452.
- (2019) 'A Expansão Portuguesa e o estabelecimento de novas rotas mercantis', *Argos - Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, 7, pp. 79-84.
- (2019b) 'As cartas de Lisboa de Filippo Sassetti, 1578-1583', *Memórias da Academia de Marinha*, 49, pp. 641-649.
- Marcocci, Giuseppe (2015) 'Renaissance Italy meets South Asia: Florentines and Venetians in a Cosmopolitan World', in Lefèbvre, Corinne - Zupanov, Ines G. - Flores, Jorge (eds.), *Cosmopolitismes en Asie du sud: Sources, itinéraires, langues (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, pp. 45-69.
- Marques, A. H. de Oliveira (1987) *Portugal Quinhentista*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Marr, Alexander (ed.) (2009) *The Worlds of Oronce Fine: Mathematics, Instruments and Print in Renaissance France*. Donington, Lincolnshire: Shaun Tyas / Paul Watkins Publishing.
- Martin, Craig (2019) 'Astrological Debates in Italian Renaissance Commentaries on Aristotle's Meteorology', *Early Science and Medicine*, 24, pp. 311-339.
- Milanesi, Marica (1973) *Filippo Sassetti*. Firenze: La Nuova Italia Editrice.
- Monteiro, Joaquim Rebelo Vaz (1985) *Uma Viagem Redonda da Carreira da Índia (1597-1598)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

- Mouren, Raphaële (2007) 'Un professeur de grec et ses élèves: Piero Vettori (1499-1585)', *Lettere italiane*, 59 (4), pp. 473-506.
- Parks, George B. (1967-1979) 'The Contents and Sources of Ramusio's *Navigazioni*', in Gian Battista Ramusio, *Navigazioni et viaggi: Venice, 1563-1606*, ed. Skelton, R. A. - Parks, George B. vol. I, Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum, pp. 1-39.
- Polidori, Filippo-Luigi (ed.) (1853) 'Sul commercio tra la Toscana e le nazioni levantine: Ragionamento di Filippo Sassetti (1577)', *Archivio Storico Italiano*, 9, pp. 169-188.
- Radulet, Carmen (1997) 'Um retrato italiano do Reino de Portugal no século XVI', *Mare Liberum*, 14, pp. 99-114.
- Ramusio, Giovanni Battista (1978-1988) *Navigazioni e Viaggi*. Ed. Marica Milanese, 6 vols. Torino: Einaudi.
- Rosen, Mark (2015) *The Mapping of Power in Renaissance Italy: Painted Cartographic Cycles in Social and Intellectual Context*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, Catarina Madeira (1999) *Goa é a chave de toda a Índia: Perfil político da capital do estado da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Sassetti, Filippo (1970) *Lettere da vari paesi, 1570-1588*. Ed. Vanni Bramanti. Milano: Longanesi & C.
- (1995) *Lettere dall'India (1583-1588)*. Ed. Adele Dei. Roma: Salerno Editrice.
- Siekiera, Anna (2014) 'Ancora sull'Accademia degli Alterati: il *Trattato di lingua toscana* di Francesco Bonciani', *Quaderni Veneti*, 3 (1-2), pp. 89-96.
- Tazzara, Corey (2017) *The Free Port of Livorno and the Transformation of the Mediterranean World, 1574-1790*. Oxford: Oxford University Press.
- Thevet, André (1997) *Le Brésil d'André Thevet: Les Singularités de la France Antarctique (1557)*. Ed. Frank Lestringant. Paris: Éditions Chandeigne.
- Valladares, Rafael (2010) *A Conquista de Lisboa (1578-1583): Violência militar e comunidade política em Portugal*. Lisboa: Texto.
- Volpini, Paola (2010) 'Pietro e i suoi fratelli. I Medici fra politica, fedeltà dinastica e corte spagnola', *Cheiron*, 53-54, pp. 127-162.
- Wolff, Anne (2003) *How Many Miles to Babylon? Travels and Adventures to Egypt and Beyond, from 1300 to 1640*. Liverpool: Liverpool University Press.

## *2. Curriculum vitae*

Rui Manuel Loureiro é doutorado em História pela Universidade de Lisboa. Investigador do CHAM (Universidade Nova de Lisboa), tem-se especializado nos contactos culturais entre Portugal e o mundo asiático nos séculos XVI e XVII, área em que tem publicado muitas dezenas de trabalhos académicos. É também professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, e membro emérito da Academia de Marinha.

Rui Manuel Loureiro holds a PhD in History from the University of Lisbon. Researcher at CHAM (New University of Lisbon), he specialized in the history of cultural contacts between Portugal and the Asian world in the 16th and 17th centuries, an area in which he has published widely. He is also a professor at the Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, in Portimão, and emeritus member of the Academia de Marinha.



## Portugal 1580: o itinerário gráfico de Stefano Angarano<sup>1</sup>

### Portugal 1580: Stefano Angarano's graphic itinerary

Luís Costa e Sousa  
(CHAM / FCSH -  
Universidade NOVA de Lisboa)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 07/03/2021

#### Resumo

Propõe-se fazer o enfoque na componente iconográfica da *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L'anno 1580*, cujos desenhos ilustram os três aspectos que caracterizam o desempenho de uma força militar no terreno: a forma do acampamento militar, a organização da coluna de marcha e o itinerário. É um texto raro que junta a descrição gráfica de um acampamento militar associada ao desenho da organização da coluna de marcha, e tudo isto descrevendo um mesmo evento bélico, a invasão de Portugal pelo exército espanhol em 1580.

#### Palavras-chave

Castrametação; guerra; Portugal; século XVI.

#### Abstract

We proposed to focus on the iconographic component of the *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L'anno 1580*, whose drawings illustrate the three aspects that characterize the operational performance of a military force: the shape of the military camp, the organization of the march column and the army's itinerary. It is a rather unusual text that comprises the graphic description of a military camp associated with the design of the organization of the march column describing the same military event, the invasion of Portugal by the Spanish army in 1580.

#### Keywords

Castrametation; War; Portugal; 16<sup>th</sup> century.

---

*Introdução.* - 1. *Stefano Angarano.* - 2. *A cidade militar. O acampamento de Cantillana.* - 3. *Coreografia da guerra. A ordem de marcha do exército espanhol.* - 4. *O exército em marcha: itinerário Cascais-Alcântara.* - 5. *Conclusões e tópicos a desenvolver.* - 6. *Bibliografia.* - 7. *Curriculum vitae.*

---

<sup>1</sup> Texto produzido no âmbito do projecto *De re militari. Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)*, (PTDC/ ART-HIS/32459/2017), financiado pela F.C.T.

### Introdução

A campanha militar de 1580, conhecida como “guerra de anexação” (Inclán, 1897), que teve lugar depois da morte do rei D. Sebastião em Marrocos, selou a constituição da Península Ibérica como um todo político. Do ponto de vista militar, é um tema que continua pouco trabalhado no âmbito da historiografia portuguesa. Geralmente visto como um mero passeio militar, tem escapado ao crivo de uma análise mais detalhada, isto apesar de se tratar de uma complexa movimentação terrestre e marítima, apoiada numa vasta rede de informação, e cujo resultado final esteve longe de se encontrar garantido á partida.

De todas as informações escritas sobre a campanha de anexação de 1580, a *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L'anno 1580* sobressai. Não apenas por se tratar de um autor fora círculo dos habituais (e ainda os mais detalhados) testemunhos espanhóis que sustentam os estudos sobre a guerra de anexação (Miraflores-Salvá, 1859-62), mas pela qualidade da componente gráfica do manuscrito. Os desenhos que acompanham a *Relatione* de Stefano Angarano são parte integrante da narrativa, e descrevem os três aspectos que caracterizam o desempenho de uma força militar no terreno; a divisão do tempo de um exército, “marching, camping and fighting” (Wood, 2002), que já ensaiamos aplicado ao estudo do exército que o rei D. Sebastião levou a Marrocos em 1578 (Sousa, 2018, pp. 49 e ss.). As imagens do texto de Angarano descrevem a forma do acampamento militar espanhol antes da invasão, a organização da coluna de marcha, e o itinerário seguido pelo exército, desde Cascais até Alcântara, local onde se feriu a batalha que decidiu o futuro do reino de Portugal. Documento como este adquirem um âmbito tão completo como raro, pois é invulgar depararmos com a representação gráfica de um acampamento militar associada ao desenho da organização da coluna de marcha, todas relativas ao mesmo evento bélico.

Os temas que se podem caracterizar como ligados com a logística, ainda que se trate de um termo oitocentista, têm sido abordados por vários autores, nomeadamente a propósito da campanha francesa de Henrique VIII em 1513 (Cruikshank, 1991), o acampamento militar espanhol de finais que Quinhentos e início de Seiscentos (O'Donnell, 2017), e o conceito de cidade militar itinerante (Martines, 2013). Porém, o estudo da estrutura física das colunas militares e dos acampamentos construídos ao longo dos itinerários, carece de aprofundamento pela história militar portuguesa. O trabalho realizado sobre estas duas temáticas, nomeadamente o itinerário do exército sebástico que combateu em Ksar El Kebir e a localização e forma dos sucessivos acampamentos, revelou um potencial ainda por explorar. O projecto “De Re militari” (que contempla a

inventariação, tão exaustiva quanto possível, de iconografia e textos sobre a temática militar), trouxe à colação a análise da documentação relativa ao acampamento espanhol de Cantillana (1580) representado por Stefano Angarano, e a relação com a fatal expedição portuguesa no que respeita aos modelos teóricos em jogo, e aos protagonistas de um conhecimento militar que naturalmente atravessou as fronteiras dos dois reinos, Espanha e Portugal.

Curiosamente, a historiografia portuguesa pouca atenção devotou a este documento, para além de disponibilizar duas cópias, uma oitocentista, outra em publicação mais recente, mas truncada da componente iconográfica (Oliveira, 2000). O potencial historiográfico deste riquíssimo documento, contudo, foi sinalizado por Guido Beltramini, sendo que o fólio com a imagem mais apelativa – o itinerário final, de Oeiras a Alcântara - foi magnificamente reproduzido em todo o esplendor do traço sépia e apontamentos a tinta vermelha (Beltramini, 2009). Este texto pretende servir como ponto de partida para o desenvolvimento de um trabalho pluridisciplinar, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento da componente arqueológica e posterior análise comparativa com a campanha militar de 1578.

### 1. *Stefano Angarano*

Apresentando-se como o “Co. Stefano Angarano”, o nosso autor não adianta outra informação acerca da sua eventual participação na campanha militar de 1580. Seria um voluntário ao serviço de Filipe II de Espanha? A designação que precede o nome, *Co.*, pode indicar que Angarano era soldado de carreira; ou pode tratar-se de um posto militar, ainda que inferior aos lugares de topo da hierarquia espanhola; poderia ser um “capitão” – “Co.” –, oficial no comando de uma das dezenas de companhias do contingente italiano do qual, por essa razão, dificilmente encontramos rasto. A *Relatione* informação de carácter militar muito precisa, o que poderá indicar que o autor domina a matéria. Contudo, o texto é omissivo a qualquer facto sobre a sua biografia. Sabe-se que Stefano Angarano era um nobre vicentino que terá falecido – ou foi dado como desaparecido – em 1588. Era filho do conde Giacomo Angarano, a quem Palladio dedicou os dois primeiros volumes do tratado *I quattro libri dell'architettura* (1570). O traçado do Palácio (vila) Angarano, habitação de Giacomo, é da sua autoria, e encontra-se representado no Livro II do tratado.

Angarano enviou a sua relação ao influente colecionador Giacomo Contarini, protector de Andrea Palladio, em cuja casa o arquitecto passou os últimos anos de vida, solicitando que o manuscrito lhe fosse entregue (Beltramini, 2009, pp. 12 e ss.). Aparentemente, Angarano movimentava-se num círculo onde se

encontravam representantes ilustres das Artes e da guerra (Beltramini, 2009, p. 73). De facto, as várias personagens envolvidas na produção e recepção da *Relatione* encontram-se ligadas à Accademia Olimpica, da qual faziam parte Andrea Palladio, e com a qual Contarini mantinha contacto através do poeta Gianbattista Maganza (Hochmann, 1987, p. 49). Sabemos o papel cultural e social destas sociedades intelectuais, e a Accademia Olimpica cultivava as Artes, com especial prevalência das Matemáticas e disciplinas associadas (Everson-Reidy-Sampson, 2016). O exercício das armas, como a esgrima ou a equitação, faziam também parte do leque de temas abordados durante os encontros, que incluíam exposições orais e debate entre os membros. Um episódio revelador desta transversalidade de saberes, já referido por Hale (1984, pp. 471 e ss.), envolveu um exercício militar organizado por Palladio e outro dos membros da academia, o coronel de cavalaria Valerio Chieragati:

E Andrea Palladio Vicentino architetto di professione, e Valerio Chiericato, non da guerra veduta à no ftri giornine suna, ma da libri di Eliano, e di Leone, di Cesare, seponno fare istupire, chivide à quegli votare, con ordine marauiglioso di ciurma, e di soldati una galea. E à questi far fare à 500 fanti con grande ordine, e facilità tutti i moti militari di Eliano. (Patrizzi, 1595, p. 149)

O interesse dos arquitectos pela fortificação tem sido amplamente referido desde os trabalhos de Hale, e pode ser sintetizado na frase “la tensione culturale entro cui si origina la nuova architettura è quella scientifica della geometria” (Fara, 1988, p. 96). Um exemplo desta teia de conhecimentos é o tratado de esgrima de Camilo Agrippa (1553). Sendo um amador, por sinal arquitecto/engenheiro e matemático, reequacionou a pedagogia do ensino da esgrima incorporando-lhe os novos conceitos artísticos, ciência e filosofia (Mondschein, 2009). Poder-se-ia dizer que esta abordagem pouco convencional – o manual de Agrippa contrasta com o carácter corporativo da obra que o precedeu, o tratado de Achille Marozzo (1536) – não vingaria senão nos círculos diletantes, mas a sua influência fez-se sentir em obras posteriores, nomeadamente na escola de esgrima espanhola, corporizada no tratado de Jeronimo de Carranza (1582).

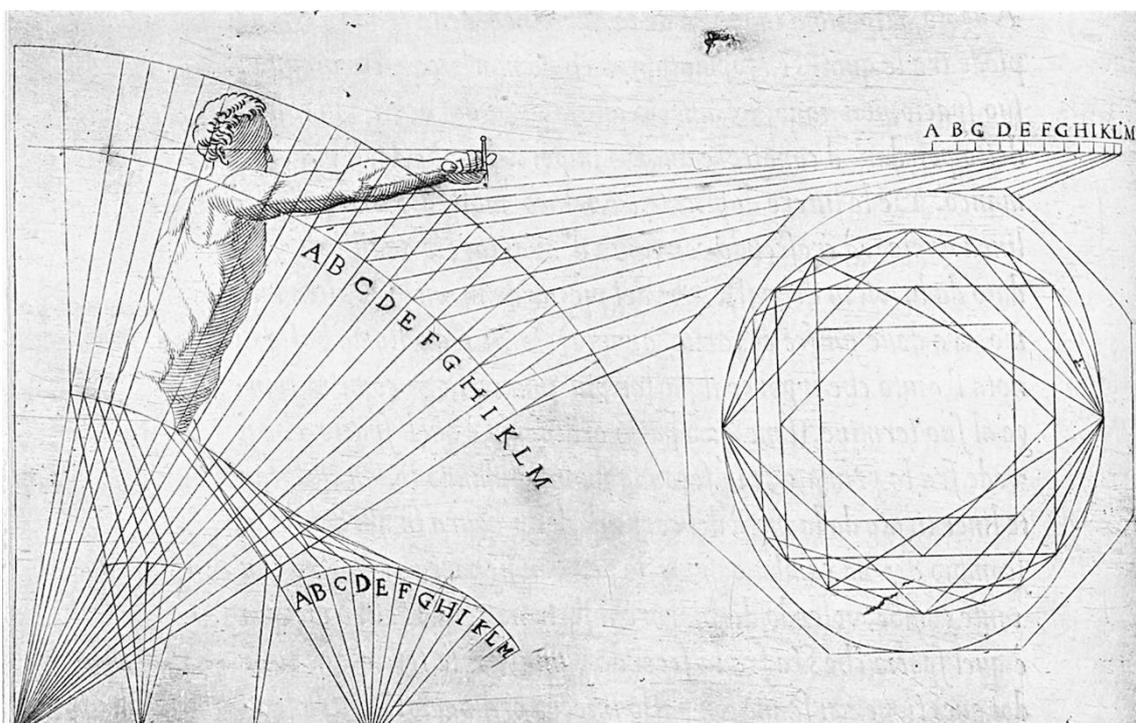


Imagem 1: *Tratatto di scientia d'arme com un dialogo di filosofia*, Roma, 1553.

A utilização cada vez mais sofisticada da matemática e da geometria encontra-se na base conceptual da evolução da artilharia e arquitectura militar, no estudo balístico do “tiro artiglieresco”, e no traçado (arquitectónico) angular destinado a resistir-lhe (Fara, 1988, pp. 73 e ss.). O enleir das ciências matematizadas da balística e fortificação com outras ciências geométricas – medição territorial, óptica, perspectiva (cf. Fara, 1988 e Lefèvre, 2004) – foi uma característica fundamental deste período formativo na arte da guerra, que abriu espaço ao envolvimento de matemáticos e geómetras na redefinição da arte da guerra (Kemp, 1990). O campo de batalha quinhentista transformou-se num complexo fenómeno visual, envolvendo princípios de composição como as relações de simetria e proporção na colocação dos soldados no espaço físico. As batalhas foram analisadas e dissecadas não só pela palavra escrita, mas também através da representação gráfica. Na pintura de Ticiano, nas gravuras de Dürer, ou nos desenhos dos participantes nas incontáveis batalhas do século XVI, recorreu-se à perspectiva e projecção ortogonal para transmitir o máximo detalhe dos diferentes aspectos da atividade bélica, desde “a forma dos exércitos, da fortificação dos redutos, e trincheiras”<sup>2</sup>, ou da imagem dos soldados. A teoria e prática da guerra durante o século XVI não se reduziu, portanto, à organização do contingente militar ou ao confronto entre dois

<sup>2</sup> Título do manual militar atribuído ao rei D. Sebastião (Barbosa Machado, 1752, p. 677).

exércitos, mas consistiu num modelo de ocupação territorial com regras específicas (Sousa, 2008), que se aproxima de outras actividades dedicadas à modelação do espaço, como arquitectura e urbanismo.

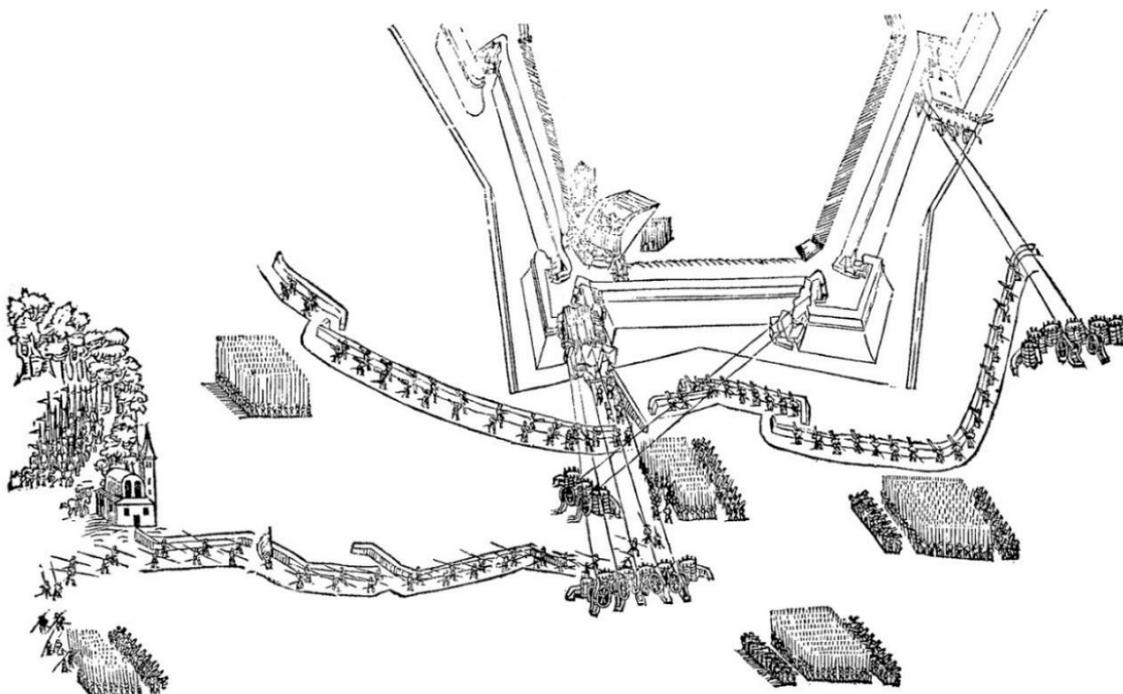


Imagem 2: Girolamo Cataneo, “Opera nuova di fortificare, offendere, e difendere”, Brescia, 1564.

O manuscrito de Stefano Angarano assume uma forma invulgar pela maneira como articula o conteúdo textual e gráfico. Esta ligação estreita entre escrita e imagem foi desenvolvida, de forma sistemática, em grande parte da tratadística quinhentista, cujo produção impressa teve o seu epicentro em Itália (López, 2001). A tradição clássica encontra-se igualmente presente desde o início do surto editorial, que afinal assinala o ambiente intelectual desde meados e finais do “Quattrocento”, isto é, o reconhecimento da utilidade do passado militar da Grécia e (especialmente) Roma na formação do soldado da época (López, 2001). A componente gráfica, apesar de ausente em muitos impressos, desempenha um papel formativo – pedagógico, porque auxiliares na compreensão da palavra escrita – noutros tantos trabalho como os de Giovan Batista Della Valle (1521) – contemporâneo de Machiavelli e precursor deste género de literatura –, Girolamo Cataneo (1563), Girolamo Maggi (1564) ou Giovanni Batista Cicogna (1567) (Sousa, 2015, pp. 183 e ss.).

A componente gráfica da “Relatione” consiste, assim, num aspecto particularmente significativo. Além de ser uma peça pouco comum em testemunhos presenciais, trata-se do registo gráfico regista os três momentos definidores da vida útil de um exército quinhentista, a saber, o acampamento, a marcha, e a batalha (Sousa, 2018, pp. 49 e ss.). É, portanto, um registo dinâmico em jeito de narrativa, do qual temos um dos primeiros exemplos na conhecida gravura de Albrecht Dürer; influência que, diga-se, se estendeu às representações posteriores, como as ilustrações de Políbio da autoria de Andrea Palladio (Beltramini, 2009, p. 67), destinatário do testemunho de Angarano.

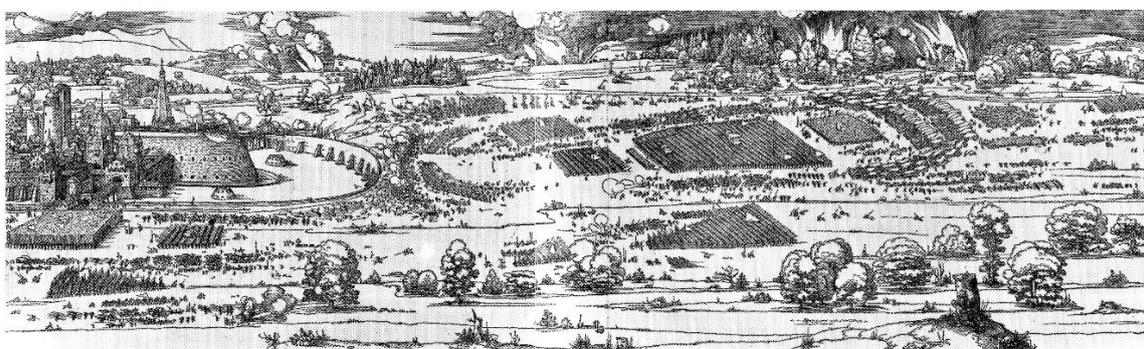


Imagem 3: Albrecht Dürer, *Cercos a uma cidade*, 1527.

A fita temporal da “Relatione” abarca três fases distintas da organização espacial do exército, o acampamento inicial, a organização da coluna de marcha, e a disposição do(s) exército(s) em Alcântara, às portas de Lisboa. Vários manuais da época, em particular aqueles que foram escritos por gente prática da guerra, associam estas três fases à própria função da hierarquia militar superior associada ao “gobierno” do exército – o “gobierno del orden en el marchar, alojar y peleyar” (Valdés, 1989, p. 35): “the cumulative impact of the movement and actions of this great conglomeration of violent strangers [...] which established and principally defined the nature of war’s presence in any theatre of operations” (Wood, 2002, p. 237).

## 2. A cidade militar

### *O acampamento de Cantillana*

Además de mujeres, niños y lacayos, podían encontrarse entre ellos diversos artesanos, como carpinteiros, ruederos y herreros, amén de vivandeiros (vendedores de alimentos y bebidas), prestamistas, curandeiros, veteranos y toda la suerte de parasitos. Aquel colectivo formaba una verdadeira comunidade, la

sociedad del ejército de la Europa de la Edad Moderna temprana (Martines, 2013, p. 170).

O conjunto do exército, esse aglomerado de “gente violenta” que fere o território e as gentes que o ocupam, possuía uma organização própria, da qual os espanhóis estiveram na vanguarda. Como se sabe, adoptaram um modelo de enquadramento dos soldados cuja orgânica perdurou, com alterações de detalhe mais do que de substância, ao longo de mais de um século. Este modelo foi plasmado nas unidades militares mais famosas da época, os “tercios”, que atingiram a forma canónica por volta dos anos 30 do século XVI. Estas unidades possuíam um efectivo teórico de 3.000 homens, distribuídos por 12 companhias, constituindo-se como micro-sociedades. Desenvolviam-se aqui lealdades próprias entre os seus membros, quase relações de parentesco, que se estendiam, transversalmente, a toda a cadeia hierárquica (Quatrefages, 1979). Era frequente os exércitos aglutinarem vários destas unidades militares, atingindo assim dimensões verdadeiramente excepcionais. Com o núcleo duro formado por uma ou mais das unidades permanentes criadas desde 1536 – os chamados “tercios viejos” –, juntavam-se outros “tercios” de recrutas, os chamados “bisonhos”, e ainda os “regimentos” de mercenários alemães (os portugueses chamavam-lhes “tudescos”) e “coronelas” de italianos. Acrescia, finalmente, a multidão dos acompanhantes, a que alguns estudos atribuem um rácio de 1:1, ou seja, um acompanhante por cada soldado (Martines, 2013, pp. 170). Assim, um exército de 10.000 homens, cifra atingida sem dificuldade na maior parte dos reinos da Europa de então, facilmente se convertia numa multidão de 20.000 almas.

Tratando-se de alojar uma população considerável para qualquer padrão europeu da época, a construção do acampamento militar consiste, necessariamente, num exercício de urbanismo. Aqui, como em tantas outras vertentes da cultura Quinhentista, também se encontra reflectida a tradição da Antiguidade, nomeadamente os modelos romanos; o termo que designa esta actividade, “castrametação”, provém do latim, “castra” (acampamento) e “metati” (medir) (Corvisier, 1988, p. 150). O próprio nome atribuído aos especialistas encarregados do assentamento do exército, “assentadores” ou “metadores” (Merino Peral, 2002, pp. 235-236), encontra-se ligado a esta mesma etimologia associada à medição territorial, oriunda da “agrimensória” da época romana (Arévalo, 2002, pp. 21-34). A metodologia de construção do acampamento militar sedimentou-se sobre a leitura ininterrupta dos dois autores da Antiguidade romana, Vegécio para a arte militar, e Vitruvius na arquitectura. Estes dois textos “de re militar” e “de re architettura” resumem a

castrametação a dois modelos genéricos (O'Donnell, 2007, p. 384): os acampamentos provisórios, os *castra* “aestiva”, destinados aos alojamentos diários construídos durante a marcha do exército e os “*castra hiberna*” ou “*stativa*”, destinados ao alojamento de inverno (Vegécio, 2009, n. 159). As referências explicativas mais ou menos genéricas de Vitruvius e Vegécio completam-se com outras descrições muito mais detalhadas, como as que constam nos *Comentarios* de César e, especialmente, em Políbio.

A recepção de Políbio foi idêntica ao caso de Vitruvius. O texto de arquitectura formador da tratadística moderna sobre a coisa da arquitectura, escrito por Alberti, consiste numa leitura do texto fundador de Vitruvius. E assim sucedeu como os autores que lhe seguiram, como Daniele Barbaro ou Cesare Cesariano, cuja diferença relativamente ao modelo foi a inclusão de imagens. Da mesma forma as leituras modernas de Políbio diferiram na interpretação gráfica do conteúdo original, adquirindo um valor próprio intrínseco, qual sobreposição de velaturas, transformando-se por sua vez em obras exemplares (Pezzolo, 2009, pp. 240-253). Assim, no primeiro tratado “de re militar” impresso do século XVI, a “Arte de la guerra” de Nicollò Macchiavelli (1521), propõe-se o primeiro diagrama interpretativo do acampamento romano provisório segundo Políbio (Fiore, 2017, pp. 191-192), ponto de partida para as versões posteriores. Guillaume du Bellay (1548), Guillaume du Choul (1555), Gabriele Simeoni (1558), dedicaram passagens extensas ao acampamento romano (Fiore, 2017). Sebastiano Serlio, arquitecto e tratadista bolonhês ao serviço de Francisco I de França, seguiu nesta esteira, imponto nova carga gráfica que reinterpretou os textos clássicos: “La castramentazione di Polibio, per quanto la interpretano alcuni, quantunque ci siano varie opinioni” (Fiore, 2017, p. 196). Apenas no início do século XVII, o matemático Simon Stevin lhe dedicou um texto específico, “Legermeting”, no qual apresenta a forma clássica do campo romano, e a adaptação deste modelo resultante da sua experiência ao serviço das Províncias Unidas.

Em Espanha, a leitura do acampamento romano inicia-se a partir do texto da Maquiavel pela pena de Diego de Salazar, soldado às ordens de Gonçalo de Córdoba durante as guerras de Itália (Salazar, 1536). Uma das passagens reproduz uma exposição oral sobre o acampamento militar que o “Gran Capitán” proferiu perante D. Francisco de Lara (Merino-Peral, 2002, p. 227). Curiosamente, outra palestra sobre o mesmo texto “castramentatio” de Políbio teve lugar 10 anos depois, no palácio de Fontainebleau; desta vez, pelo filho de Lorenzo Strozzi, a quem Maquiavel dedicou o seu tratado (Paolo Fiore, 2017, pp. 192-193). A associação dos Strozzi na divulgação de Políbio, associando a exposição pública com a autoria da primeira tradução impressa italiana,

transformou a corte francesa num importante foco de disseminação deste texto. Em 1548 é publicada a primeira edição das “Instructions sur le fait de la Guerre”, no qual podemos apreciar novas interpretações gráficas, com diferenças significativas em relação aos diagramas de Maquiavel e Salazar.

A versão mais notável do acampamento romano descrito por Políbio foi a reconstituição gráfica executada por Sebastiano Serlio, cuja encomenda terá surgido quando da exposição de Strozzi; os desenhos, sobretudo a interpretação do acampamento aplicada ao traçado de uma cidade civil, seriam destinados a Francisco I, que pretendia refundar duas cidades, Vitry-le-François (no Marne) e Villefranche-sur-Meuse (Paolo fiore, 2017, p. 193). As “Instructions” foram depois traduzidas em italiano (1558). Nova edição, desta vez em espanhol, foi publicada em Barcelona pelo editor de origem francesa Claudio Bonat (1566), com tradução do humanista Diego de Gracián de Alderete (Diaz Moreno, 2006).

Do conjunto de obras que referem a forma de alojar o exército, o “Epitomi dela manera de alloggiare un campo” (1560) propõe uma abordagem inovadora. Este texto, integrado no conjunto de três que versam a “fortificatione moderne” e o “tratatto del’artiglieria”, foi o primeiro dedicado exclusivamente à castrametação, propondo uma aproximação crítica ao modelo de implantação romano adaptado à prática operacional. O autor, Giovanni Battista Antonelli, teve uma longa carreira militar ao serviço de Filipe II. Veterano de várias campanhas militares desde meados do século, acumulou funções como “ynginiero militar y de alojar exército” durante as guerras no Piemonte, participando nas operações de guerra que culminaram na batalha de São Quintino (1557), que serviram de base para a redacção do “epitoma”. Este texto junta a influência dos tratadistas contemporâneos, nomeadamente aqueles dedicados à fortificação e como Pietro Cataneo (1554), Giovanni Battista Zanchi (1554), Giacomo Lanteri (1557 e 1559), e Giovan Battista Beluci (1595), mas também as obras dos autores clássicos como Vitruvio, Políbio e Vegécio (Echávarri, 2014, pp. 113-134). O alojamento do exército imperial entre Amiens e Dourlens (1557), apresentado no *Epítomi*, o articula o modelo teórico com a topografia existente, “consoante as necessidades do lugar”. Antonelli, foi um dos engenheiros militares que participaram na campanha de anexação de Portugal (1580), juntamente Jacome Fratin (Câmara, 1998, p. 98), e é de crer que foi o responsável pela construção do acampamento espanhol construído em Cantillana. A localização do “Real” descrita nas várias relações e relatórios da campanha, é confirmada por Angarano: “si allogio lontan da Badagioz circa una Lega sul fiume detto Xevora” (Angarano, 1580, p. 373). O desenho que acompanha a “Relatione” identifica o rio Gévora (com três braços) e a ponte de Cantillana construída por Gaspar Méndez, arquitecto da cathedral de Badajoz.

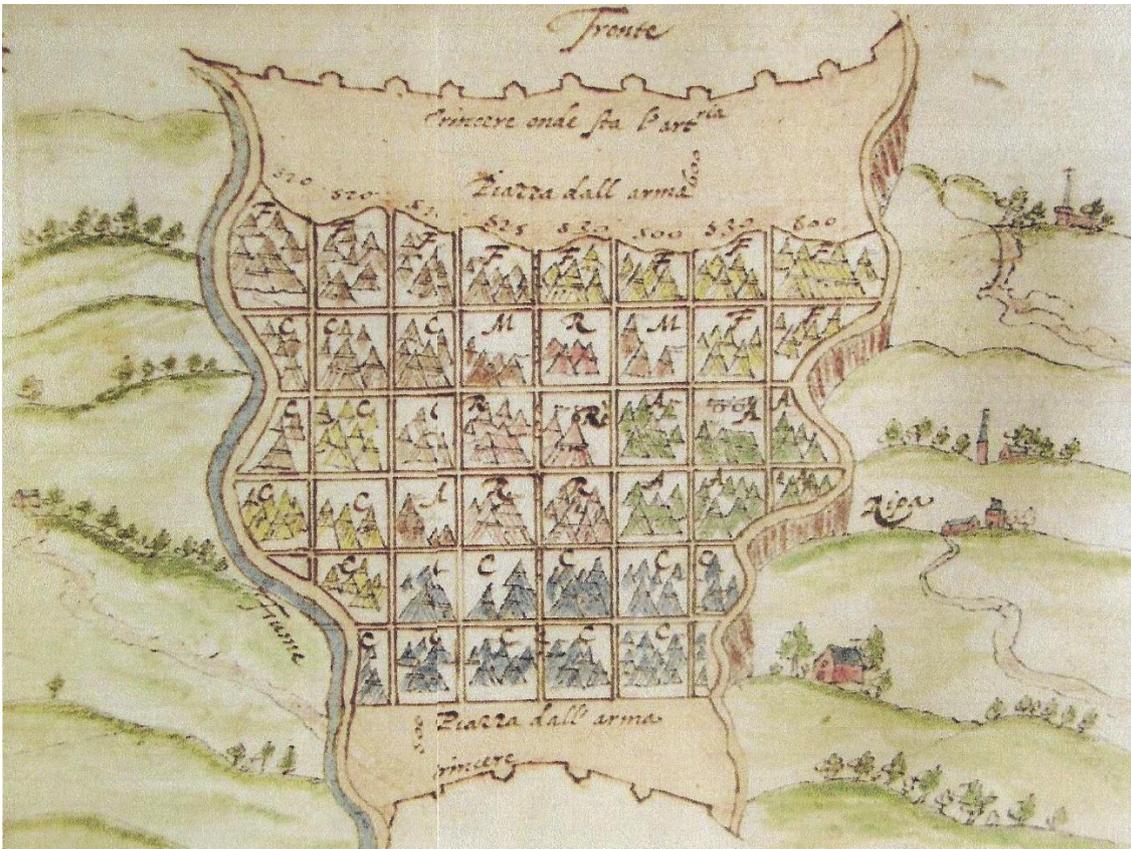


Imagem 4: Giovan Battista Antonelli, “Epitomi dela manera de alloggiare un campo”, fol. 134r.  
 Museo del Ejército, ME (CE) 44.100.

Estes pontos de referência perduram no território a ponte, o rio Gévora, o seu afluente principal “arroyo Bermejo” e outros dois seus afluentes, “de los Enviciados” e “Grulla”. Orientando o desenho de acordo com a legenda principal a Poente, a base do acampamento fica alinhada com o rio Gévora, que corre na direcção Norte-Sul, desde a ponte até aos “arroyos”. A Sul e Oeste abre-se o campo, permitindo desenvolver um ângulo recto.

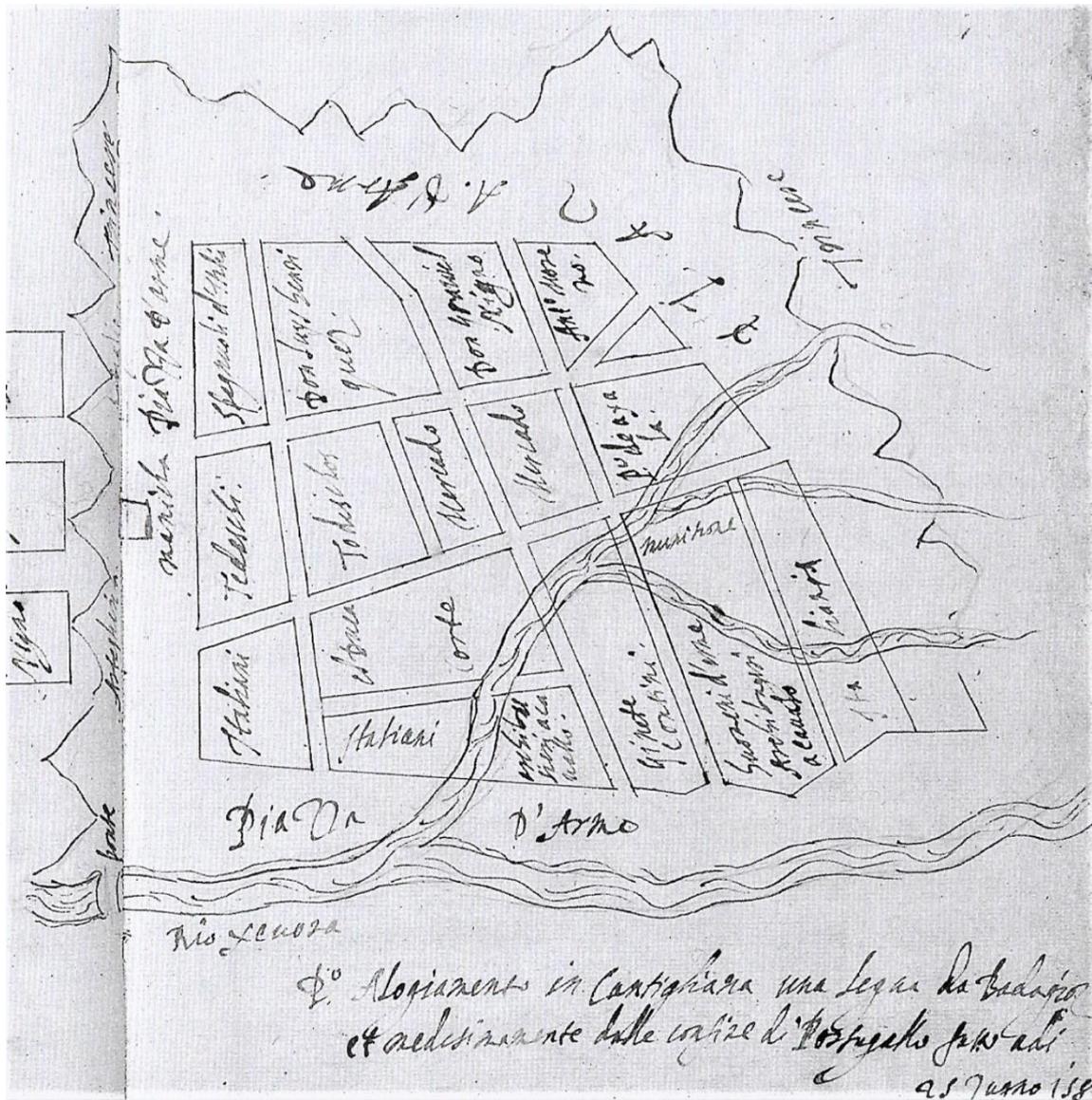


Imagem 5: O acampamento de Cantillana. Segundo Stefano Angarano.

Legenda, da esquerda para a direita, cima para baixo:

1º arruamento, “Spagnuoli d’italia, tedeschi, italiani”; 2º arruamento, “Don Luis de Henriques, tedescos” (na direita, “mercado”), “il duca” (na direita, a “corte”), “italiani” (na direita, “archibugieri a cavallo”); 3º arruamento, “Don Graviel Nigno; mercado, ginete contini; 4º arruamento, Antº Moreno, Pº de Ayala, Huomini d’armi, archibugieri a cavallo” (na direita, “munizione”); “italiani”.

O local escolhido é estratégico: suficientemente perto de Badajoz, a pouca distância da fronteira portuguesa do rio Caia, com um vasto território onde desdobrar as tropas. Implantado sumariamente o desenho no terreno, conclui-se que o acampamento ocuparia uma área que poderia variar, entre 4-4,5 km<sup>2</sup>.

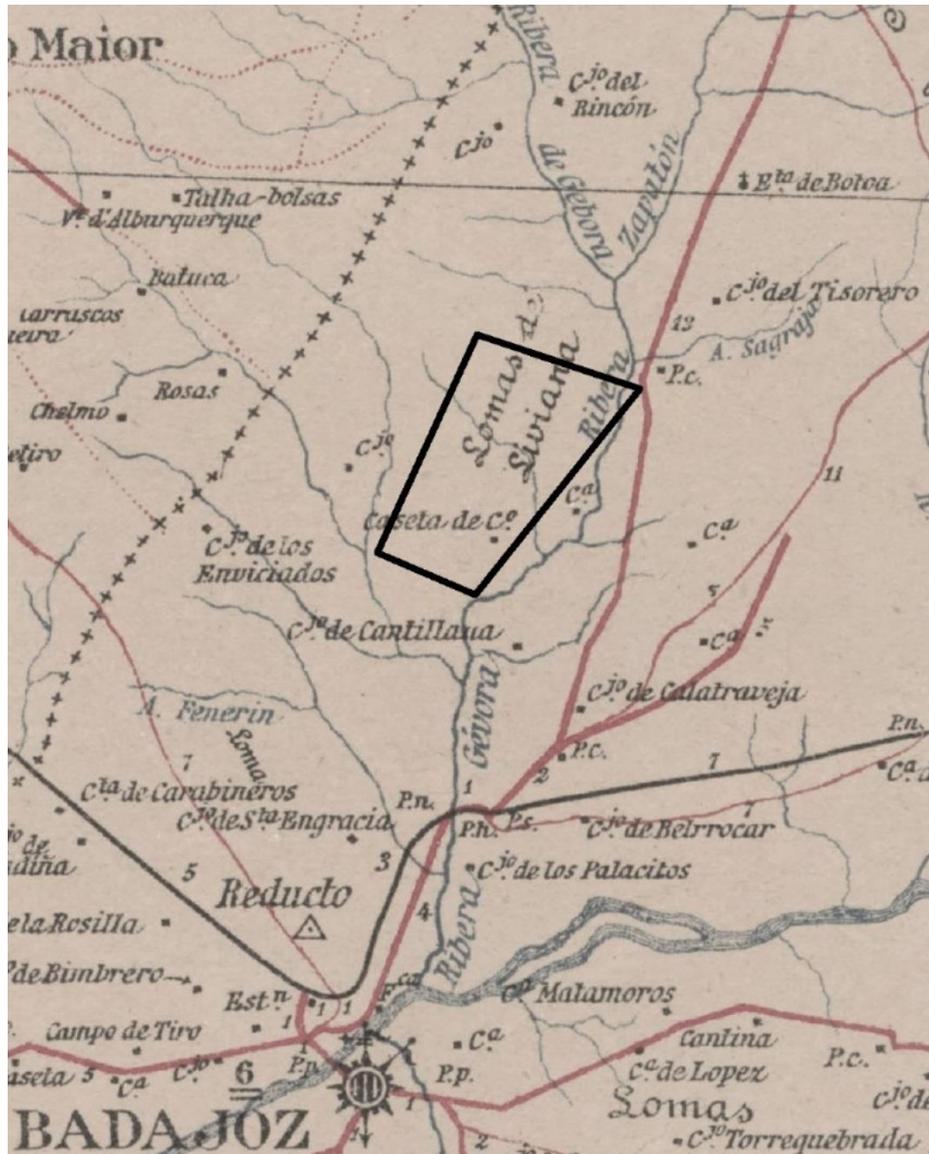


Imagem 6: implantação do acampamento espanhol de 1580 na cartografia actual

A configuração irregular do acampamento desenhado por Angarano parece afastar-se das interpretações de Políbio; situação aparente, porque observado o lado sul e oeste verificamos a ortogonalidade do desenho. Facilmente se conclui a existência do rio Gévora distorce o modelo quadrangular em virtude da necessidade de implantar o acampamento junto de cursos de água. A tradição romana está, por isso presente, até porque a adaptação do modelo às condições

práticas foi também contemplado: “poderá ser montado o acampamento, ora quadrado, ora circular, ora triangular, ora oblongo, consoante as necessidades do lugar e sem que a forma prejudique a função” (Vegécio, 2009, p. 279). A regularidade do traçado dos arruamentos do acampamento de Cantillana é evidente, ainda que não obedeça à ortogonalidade do esquema de Políbio, contudo, mas (como noutros casos) a referência ao modelo teórico mantém-se.

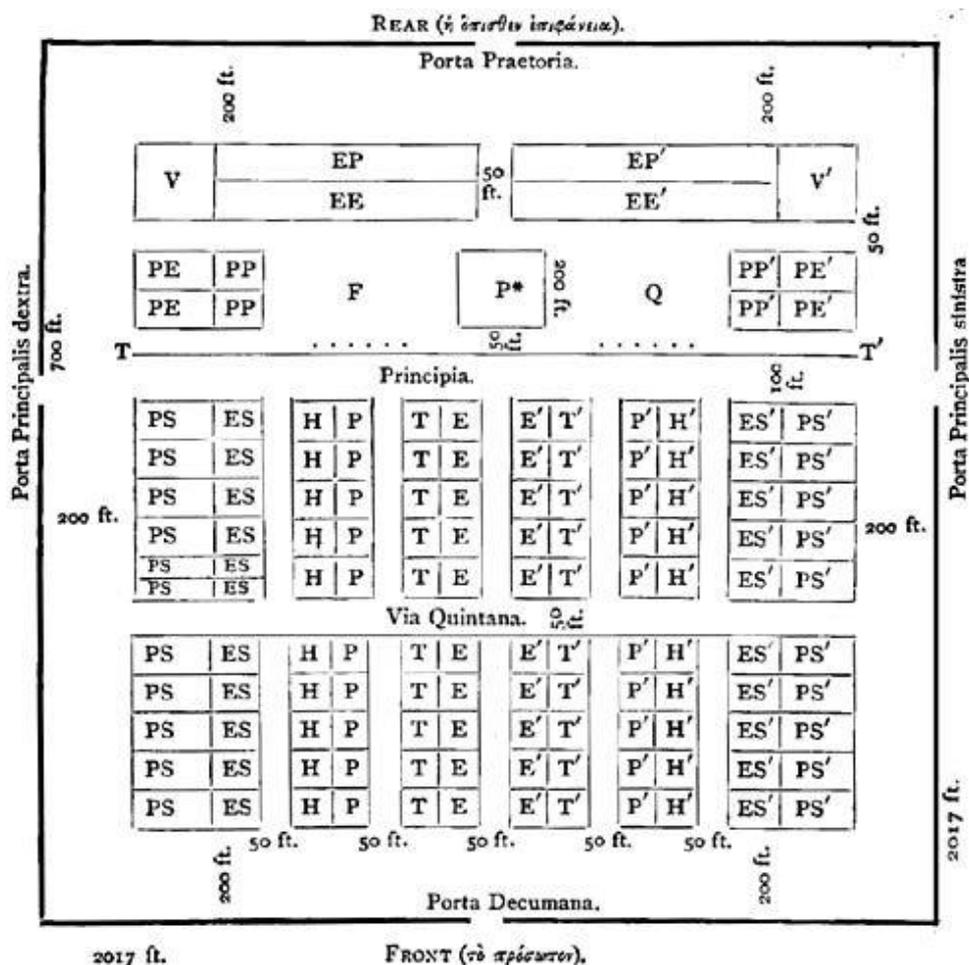
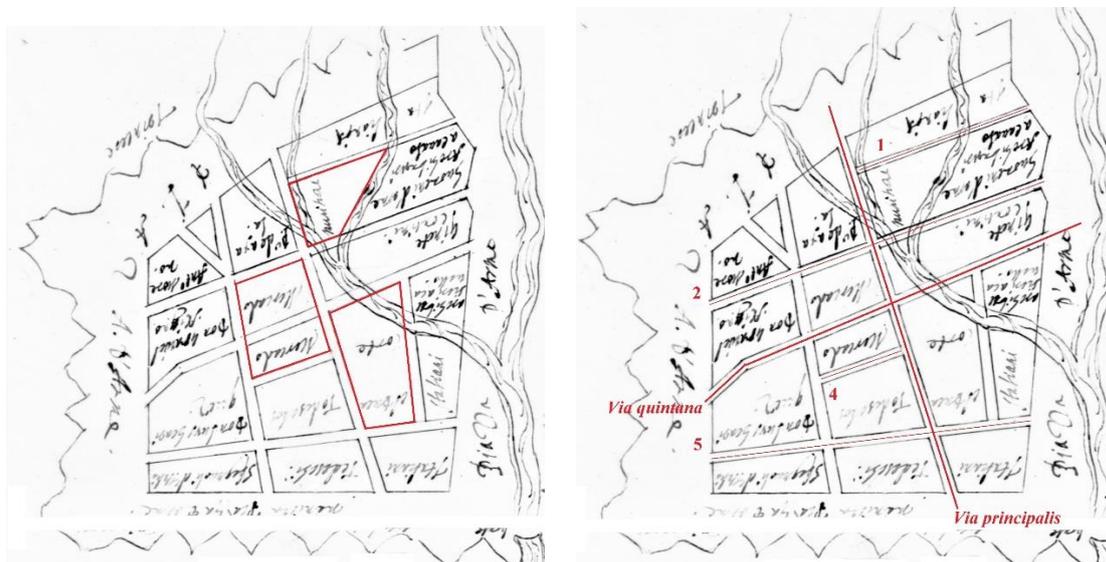


Imagem 7: o campo militar romano segundo Políbio, Evelyn Shuckburgh, 2013, “The Project Gutenberg e-Book of The Histories of Polybius” vol. I., book VI, p. 22.

O traçado não se encontra longe da interpretação de Beccarie/Belay e a versão espanhola da leitura maquiavélica de Políbio de Diego Salazar. O comandante do exército encontra-se no centro do campo, sendo eliminada a duplicação da *via* “principalis”, orientado segundo o cânone N/S; vemos ainda representados o(s) mercados(s), e o lote destinado às munições. Um arruamento central atravessa o acampamento, ligando aquela que poderá considerar-se

como sendo a “porta praetoria”, por se localizar junto do local de comando, deslocada da posição canónica para beneficiar de uma localização próxima da ponte. A “via quintana”, o arruamento que intersecta a “via principalis”, a “via quintana”, situa-se, como o indica Políbio, no meio dos lotes atribuídos a cada um dos “tercios”:

Between the fifth and sixth squadrons of cavalry, and the fifth and sixth maniple of infantry, there is a space of fifty left, so that another road is made across the camp at right angles to the others and parallel to the tents of the Tribuni, and this they call the Via Quintana, as it runs along the fifth squadrons and maniples. (Shuckburgh, 2013, p. 215).



Imagens 8 e 9: identificação do local de comando, mercados, munições e vias no acampamento espanhol de 1580.

O vínculo mais evidente deste desenho encontra-se, naturalmente, no “epitomi” de Antonelli. Tendo-se proposto ao sobreano espanhol em função do conhecimento do território e defesas, “por la noticia que tengode la tyerra y de las cosas de la guerra, en particular de alojar un exercito” (Sartor, 2009, p. 359, n. 238), protagonizou os episódios militares cruciais da “jornada” de Portugal. Os vários exemplos propostos no manuscrito de Antonelli possuem estão organizados em função de uma rectícula ortogonal, que se encontra distorcida no acampamento de Cantillhana, como aliás noutras situações. A este propósito, a acomodação dos modelos teóricos em função das “necessidades do lugar”, Angarano refere o castelo do Outão, “fabricato alla moderna com bellovardi in forma quadramgulare (Angarano, 1580, p. 375); de facto, ainda que o modelo teórico deste forte um quadrado, a implantação na difícil

topografia – “l’asperezza del monte” (Angarano, 1580, p. 375) – traduziu-se na distorção dos três lados desta figura geométrica... afinal, a relação entre teoria e prática, tão cara ao Renascimento.

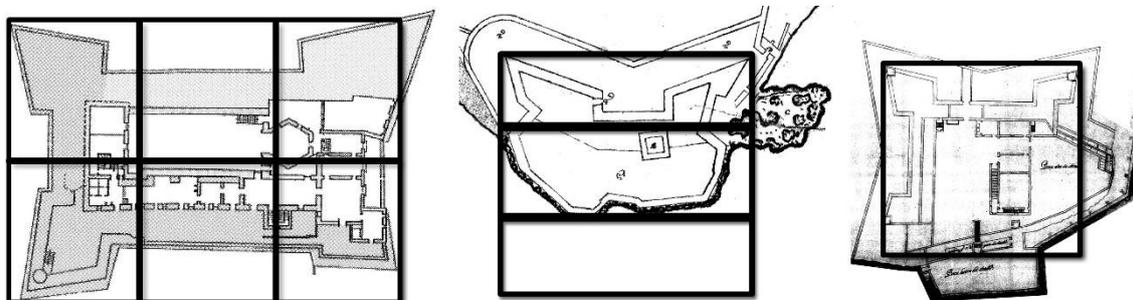


Imagem 10: distorção à configuração geométrica nos fortes de São João da Foz (c. 1570), Santiago do Outão (1572) e São Sebastião da Caparica (1569-1572).

No caso do acampamento de Cantillana, apesar da subversão da ortogonalidade face os acidentes topográficos, a estrutura interna é idêntica. A “piazza dall’arma” deste “alloggiamenti”, situa-se na “parte che guarda verso il nemico, o per dove egli possa venire” (Antonelli, 2009, p. 354), isto é, nas frentes Norte-Oeste-Sul (Imagem 5). Estas faces do acampamento, mais expostas, encontram-se defendidas por uma trincheira - “circondandone il campo ed attrave[r]sandoli nelle più facile entrate” (Antonelli, 2009, p. 353). As “due stradi [...] sia egualmente diviso in quattro altri quadri” (Antonelli, 2009, p. 354), coincidem também com a configuração geral do acampamento de Cantillana (Imagem 10). O “epitomi” e a “relatione” coincidem – grosso modo – na posição dos aquartelamentos das tropas, a infantaria estacionada nos locais mais expostos (cf. Imagens 4 e 5).

### 3. Coreografia da guerra

#### *A ordem de marcha do exército espanhol*

Com mais uma década de experiência no reconhecimento e representação do território, e vasto tirocínio em questões de fortificação (Cámara, 1998, p. 212), Antonelli ocupou-se do registo das defesas em Portugal. Foi este seu trabalho, juntamente com outros “espias” como Juan Batista Gésio e Filippo Terzi serviu de base ao itinerário de invasão. Mas o papel de Antonelli não se limitou à sondagem das defesas, pois também protagonizou algumas das operações militares cruciais da campanha, nomeadamente os cercos do forte do Outão e de São Julião da Barra. O tratadista Cristóbal de Rojas estabelece a analogia

entre formatura de batalha dos soldados – que designa, utilizando a nomenclatura da época, por “escuadrón” (cf. Sousa, 2007 e Merino-Peral, 2002, pp. 127-138) – e uma fortificação, analogia que resume o “largo espaço” em que se desenvolvia a guerra, fosse na defesa e assalto das fortificações: ou no confronto entre exércitos:

[Escuadrón] No es outra cosa, sino una fortificación muy complica, porque la frente del escuadrón de las picas significa la cortina, o lienço de la muralla, y los travesses o flancos, son las mangas de arcabuzeros, y las casamatas son las mangas de mosqueteros, que están a cada lado, entre los arcabuceros (Cámara, 1998, p. 222).

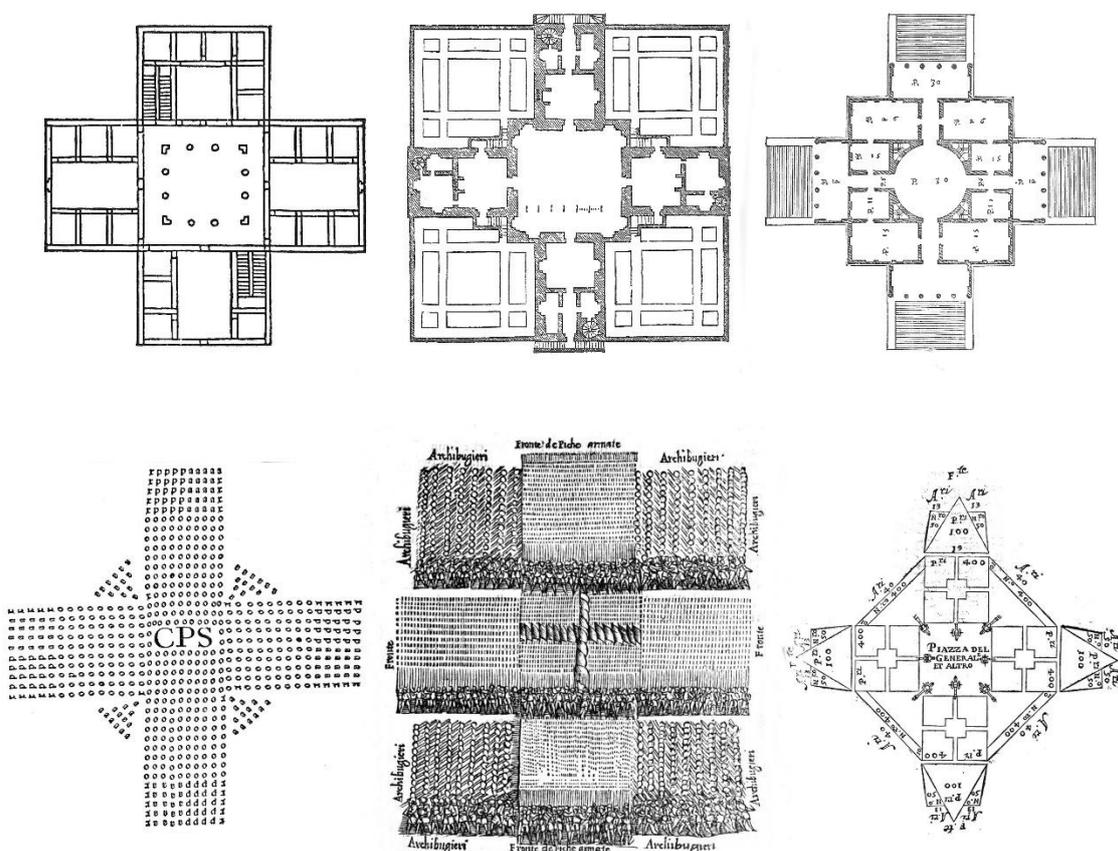
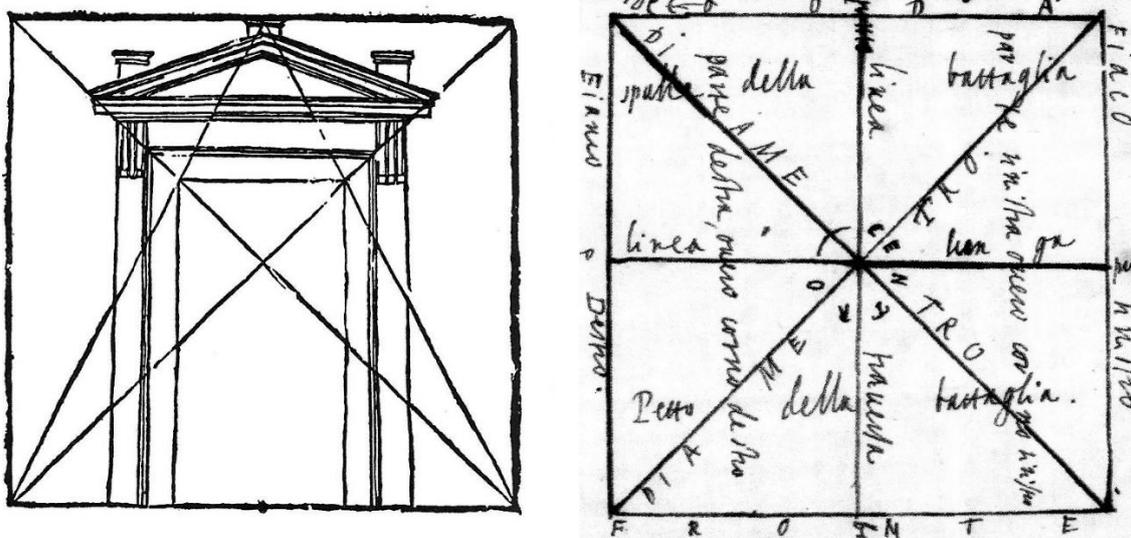


Imagem 11: plantas quadrangulares para edifícios e “escuadrões”, Pietro Cataneo (1554), Jean Cousin (1560) e Andrea Palladio (1570), Diego de Salazar (1536), Francesco Ferretti (1569) e Giovanni Altoni (1604).

Esta analogia reflecte o cruzamento entre a arquitectura e a vertente tática da guerra, isto é, a colocação dos soldados no campo de batalha. A organização das formaturas militares – na época designava-se por “ordenar os esquadrões” – implicava a observância de um conjunto de regras, juntando as novidades

bélicas da época, a influência da antiguidade clássica, cálculos matemáticos, operações de geometria euclidiana e métodos de composição transpostos das artes. Trata-se de um processo que se intersecta com a concepção arquitectónica no âmbito de uma “poética da ordem” (Tzonis - Lefaivre, 1999), e cuja face mais visível e imediata se pode encontrar na transversalidade dos modelos gráficos veiculados na tratadística quinhentista, seja “de re militar” ou “de re aedificatoria”.



Imagens 12: Construção geométrica de um pórtico, Sebastiano Serlio (1575) e linhas notáveis da construção geométrica de um esquadro, Valerio Chieragatti (c. 1574?).

A matemática, como matriz da ordem de toda a realidade tangível, associada à observância de uma geometria rigorosa, encontra-se no cerne do método para construir os “esquadrões” (cf. Quatrefages, 1979, pp. 114-122, e Sousa, 2007, pp. 295-312). A dimensão de cada lado da forma rectangular de um “esquadro” era determinada pela raiz quadrada do total de soldados disponíveis. Os capitães, cabos de esquadra, bandeiras, tambores, etc., ocupavam esta malha ortogonal em função de princípios de simetria, e utilizando as linhas notáveis da figura geométrica em causa. Da mesma forma que se adornava uma fachada com os elementos arquitectónicos – colunas, frontões, etc. O exército, constituído por vários “esquadrões”, era construído de acordo com as mesmas disposições, tornando o conjunto geometricamente coerente.

É difícil determinar qual o papel dos arquitectos e engenheiros militares neste processo. Tratando-se de um tema essencialmente militar, logicamente que o protagonismo seria atribuído aos soldados, e são várias as referências coevas à tomada de decisão sobre a formatura a adoptar para enfrentar os

inimigos (Valdés, 1989, p. 44), tratadista e veterano das guerras da Flandres, ou durante as expedições marroquinas de D. Sebastião em 1574 (Sousa, 2019, p. 317) e 1578 (Sousa, 2015, pp. 27-299). Porém, a campanha de 1580 diverge – poder-se-ia dizer que completa o panorama – pois sabemos que Antonelli desenhou a coreografia de, pelo menos, uma das quatro paradas que tiveram lugar em Cantillana. Um aspecto particularmente interessante, referido no “*epitomi*”, é dar-nos a conhecer que a implantação dos aquartelamentos dos diversos contingentes podia ter uma estreita relação com a respectiva posição na coluna de marcha. “*Presuponesi quest exercito [...] servirassi dei nomi di vanguardia, battaglia et retroguardia per alloggiare, como se ne serve nel marciare ety nel combater*” (Antonelli, 2009, p. 354). O que vem colocar a participação dos “engenheiros” militares no processo decisório num perspectiva bem concreta.

Marchar em formação possuía uma função de treino. A forma de incorporar um recruta sem experiência no conjunto do exército seria adestrá-lo nos movimentos colectivos das grandes formações militares (Parker, 2004, p. 10). As paradas e demonstrações militares do género dos episódios de Cantillana, enquadram-se neste âmbito, associando a função militar mais estrita com um carácter ostentatório do festival. As “mostras” e as paradas não possuem a urgência ou o objectivo imediato de cumprir uma função militar imediata, como sucede com as colunas de marchas. Ainda assim, encontramos traços da tradição Clássica no seu imprescindível planeamento para levar a cabo uma campanha militar bem-sucedida. Uma passagem do inevitável Vegécio enquadra a importância desta fase da guerra: “é habitual que os perigos surjam em maior número durante a marcha do que no próprio combate” (Vegécio, 2009, p. 269).

A construção da coluna de marcha devia acautelar estes perigos, que Políbio particulariza quando se tratava de atravessar território hostil (Shuckburgh, 2013, p. 28). Políbio sugere desdobrar a coluna em três colunas paralelas, caso o terreno o permita (Shuckburgh, 2013, p. 28); trata-se, afinal, de facilitar a construção da ordem de batalha e atalhar surpresas. Os espanhóis recorreram com frequência a este expediente, nomeadamente na campanha da Hungria e da Frísia (Shuckburgh, 2013, p. 28); Francisco de Valdés também descreve esta organização na batalha de Mook (Valdés, 1989, p. 44); em Alcácer Quibir, o exército de D. Sebastião “sargenteado” por Francisco de Aldana – protegido do duque de Alba –, fez a marcha de sete dias, formado para dar batalha (Sousa, 2015, pp. 300-302). Para além destas indicações, Vegécio e Políbio descrevem a organização da coluna que os romanos utilizavam desde finais da República (Vegécio, 2009, p. 440): “primeiro os cavaleiros, depois os peões; as bagagens, as

bestas de carga, os serventes das carroças devem seguir no meio, de forma a que as tropas ligeiras de peões e de cavaleiros venham a seguir” (Vegécio, 2009, p. 273). Esta configuração permitia à coluna enfrentar qualquer ameaça que se desenvolvesse pelo lado direito ou esquerdo, sem que a posição das bagagens interferisse nas movimentações dos soldados para responder ao combate (Shuckburgh, 2013, pp. 28-29).

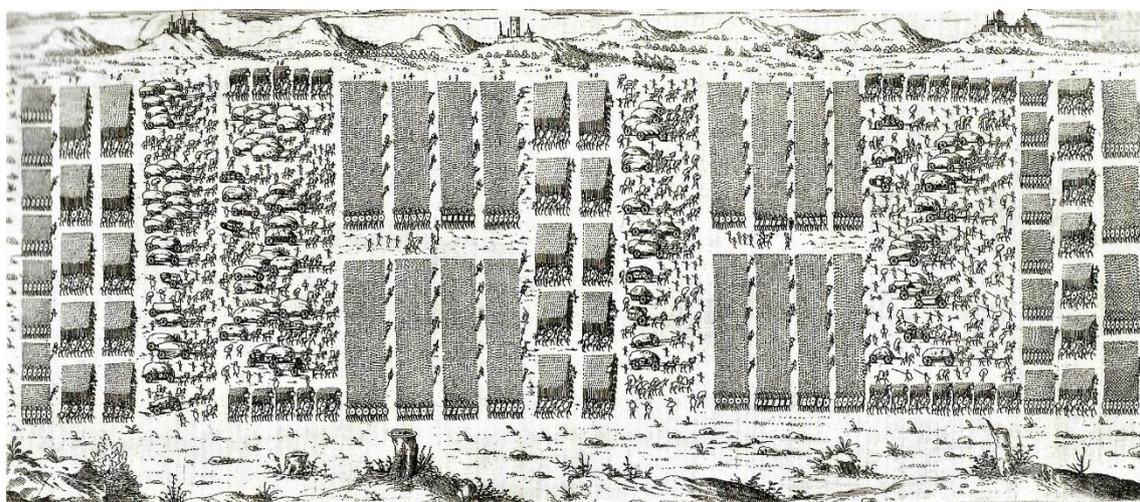


Imagem 13: Legião romana em marcha, in Giovanni Franco, *Gl'ordini della militia romana*, Veneza, 1573.

[Campo] 'Real', 13 de Junho

Instalado em Badajoz, Filipe II, deslocou-se ao acampamento, situado a “uña légua pequena de Badajoz” (CODOIN, v. XL, pp. 316-322). O local foi previamente preparado para receber o rei, tendo sido construído “un cadaalso cubierto com ramas y entapizado en el aposento que hacia debajo dél com cueros e tapices (CODOIN, *ibi*, p. 316). Os membros da família real – SS. MM., e rainha nuestra señora, o príncipe cardenal [Alberto]; as infantas, e a condessa de Paredes y de Barajas”, Inés Manrique de Lara y Manrique de Lara (Sicard, 2014), “com las damas” acomodaram-se em função da respectiva posição na corte. A forma como os membros da corte se instalaram no “cadaalso” é curiosa em relação com outras situações, nomeadamente no Portugal da época joanina, tal como descrito nno texto “Das cortezias q fazião os Reys de Portugal quando erão visitados” (*Movimento do Orbe Lusitano*, BN Ajuda, cod. 50-V-35, pp. 418-419v.). A este propósito tem foi referido algum paralelismo entre a forma como se ocupa o espaço – físico – cortesão ibérico, remanescente de uma tradição mudéjar (Moreira, 1995, p. 363): a utilização de tapetes, ou a posição de assento dos

membros da corte mais jovens, a infantas, “en almohadas” (CODOIN, v. XL, p. 316) O duque de Alba alojou-se ao lado do palanque, portanto em posição inequivocamente subsidiária do rei, mas manifestamente preponderante no que respeita à direcção da coreografia militar em causa, pois desta posição transmitia as suas ordens aos oficiais das tropas (CODOIN, *ibidem*): os soldados do contingente de cavalaria, intercalados pelos “soldados viejos do tercio de Sicilia Lombardya” (CODOIN, *ibi*, p. 319), cujo desfile se prolongou pela tarde com os soldados “bisonhos do tercio de D. Luís Enriquez” (CODOIN, *ibi*, p. 320).

*“Real” (perto de Cantillana?), 16 de Junho*

Não temos informação desta “mostra” para além da breve referência: “volverá S. M. el juéves 16 deste campo donde estará toda la caballería y infanteria puesta en escuadron” (CODOIN, *ibi*, p. 322). Esperava-se a chegada do resto do contingente nesse dia, os mercenários italianos de Pedro de Medicis, e os alemães de Gerónimo de Lodron; o rei poderia então apreciar o exército formado com o efectivo completo. Não temos registo da segunda “mostra”, mas a parada final – antes de iniciada a invasão – pode servir como exemplo, dados ter envolvido a totalidade dos efectivos militares do exército espanhol.

*“Mostra” em Cantillana, 27 de Junho*

A parada de 27 de Julho é a única – da campanha de 1580 – cujo desenho se pode atribuir a Antonelli. Podemos confrontar três fontes distintas, Angarano, a “carta de Badajoz de 27 de junio” (CODOIN, v. VII, pp. 306-308), e Herrera (Herrera, 1591, pp. 88v-90v), e todas são coincidentes na descrição geral da formatura. Evidentemente que os vários textos se complementam, mas é curioso notar que Herrera, cronista tardio de uma década, esmiuçou os detalhes militares mais ásperos. Segundo Herrera, Antonelli entregou um desenho ao rei, “un papel en que estava traçado este exercito de la manera que yua ordenando camiñado”(Herrera, 1591, p. 90); podemos suspeitar que foi este *papel* que serviu de base ao desenho da “Relatione” de Angarano.

A descrição que Angarano faz desta coreografia sintetiza a organização básica do contingente apeado do exército, repartido em “vanguarda, bataglia e retroguarda” (Angarano, 1580, p. 373). A divisão do exército em três partes, com raízes numa tipologia genérica comum na época medieval, continuou a desempenhar um papel importante no contexto da arte militar hispânica, desde Ravena (1512) até à batalha de Nieuwpoort (1600). Privilegiava-se a densidade e profundidade das formaturas tácticas, meios para desenvolver uma maior disciplina em condições de combate, em paralelo com o empenho de soldados profissionais dos “tércios” permanentes da Sicília, Lombardia e Nápoles. A

cavalaria desdobrava-se, escalonada, pelos flancos da formatura - as “alas” ou, recorrendo à terminologia construtiva, os “traveses”.

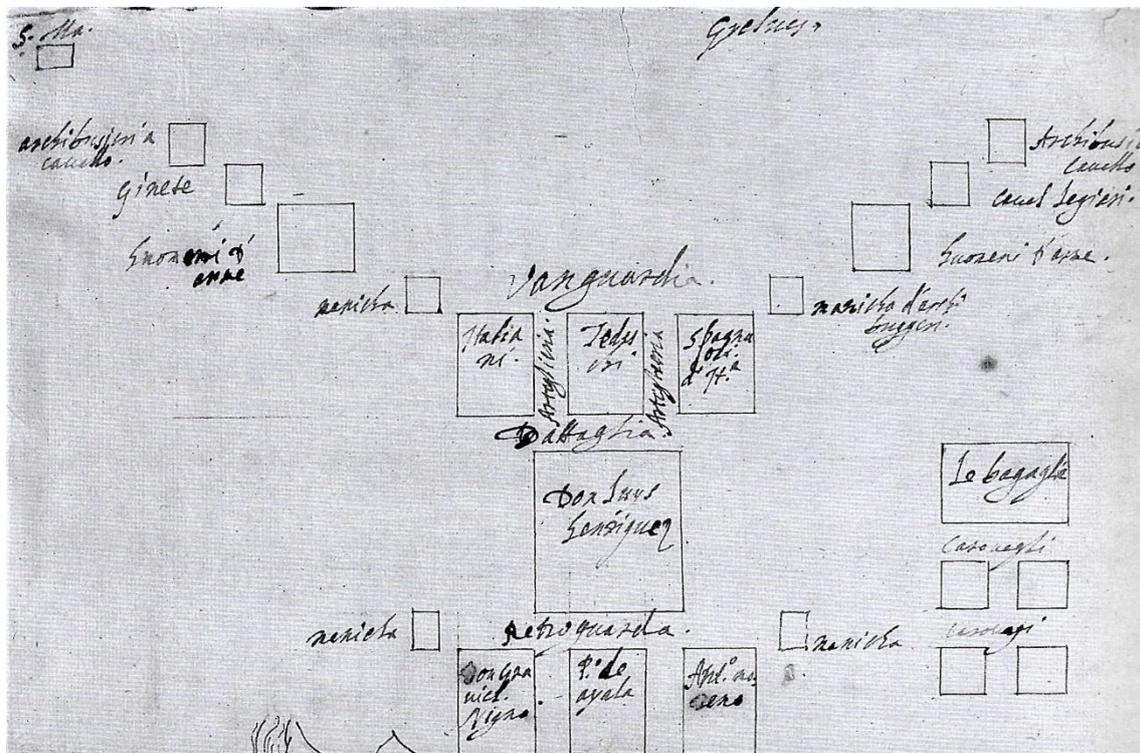


Imagem 14: “Relatione do Co. Stefano Angarano...”, cit, fl. 18.

Da informação que se recolhe na carta de Badajoz podemos aprofundar os dados sobre o efectivo dos vários contingentes, que na “Relatione” se encontram reduzidos a uns genéricos 20.000 soldados de infantaria e 1.500 cavaleiros (Angarano, 1580, p. 373). Já Herrera discrimina outros detalhes como o desdobramento de cada contingente no terreno, nomeadamente o número de fileiras de algumas das formaturas de cavalaria, ou a distância entre as várias unidades tácticas nucleares – os “esquadrões”. São dados importantes, que podem ser comparados com outros episódios militares de época para os quais não existe informação suficiente para uma análise fina da organização dos dispositivos tácticos.

A estrutura da formatura da parada, nomeadamente a posição das “nationi” do exército espanhol é semelhante à implantação dos respectivos quartelamentos no alojamento de Cantillana. Como Antonelli refere no seu “epitomi”, servirassi dei nomi di vanguardia, battaglia et retroguardia per alloggiare, como se ne serve nel marciare ety nel combater, benché il medesimo si possa fare per nationi (Antonelli, 2009, p. 354)

No acampamento: linha no topo, 1º arruamento, “Spagnuoli d’italia, tedeschi, italiani”; 2º arruamento, “Don Luis de Henriques, tedescos”, “italiani”; 3º arruamento, “Don Graviel Nigno; 4º arruamento, Antº Moreno, Pº de Ayala.

Na parada: na vanguarda, “italiani, tedeschi, spagnuoli d’italia”; batalha, “Don Luis de Henriques; retaguarda, Don Graviel Nigno; Pº de Ayala; Antº Moreno.

#### *“Mostra” em Portugal, 29 de Junho*

A quarta “muestra general” teve lugar três dias depois da saída da Cantillana; o local escolhido foi a “media lleua”, já em território português (CODOIN, *ibid.*). Com a principal praça da fronteira segura, Elvas, esta “mostra” não teria o mesmo objectivo das precedentes. Preparava-se o movimento seguinte na direcção do “Pueblo” de Estremoz, “muy bueno e forte que no se ha querido dar”, mas sem mais detalhes sobre o exercício que uma breve descrição: “pasaron [os soldados] como se lel enemigo los estuviere aguardando: disparói la artillería y arcabucería, que fué mucho de ver” (CODOIN, *ibid.*). Tratou-se, portanto, de uma clara demonstração do poder de fogo das tropas.

#### *4. O exército em marcha: itinerário Cascais-Alcântara*

El ejército de tierra vay caminando com fin de tomar á Setubal lo primeiro, donde acudirá luego la dicha armada [...] y de la gente que fuere en el ejército de tierra, á su tiempo se meterá en la armada de mar la necessária para acometer lo de Lisboa (CODOIN, v. XXXIV, p. 337).

O caminho para Lisboa iniciou-se com as operações de ocupação da península de Setúbal, conseguida depois de rendido o forte do Outão, o único local que opôs uma defesa sólida à progressão dos espanhóis. Antonelli foi protagonista do assédio, quando fez deslocar duas peças de grande calibre para uma plataforma dominante, donde bateu a posição antonina e provocou a sua rendição. Não é por acaso que a “Relatione” dedica a este episódio uma extensa memória (Angarano, 1580, pp. 375-376), mais longa do que mereceu o cerco ao forte de São Julião da Barra, o *escudo do reino* - nas palavras de Angarano, “la principale fortrezza di quel Regno”. O desenho mais divulgado do manuscrito representa esta fase crucial da guerra, e descreve o itinerário do exército a caminho de Lisboa depois do desembarque no Ramil, no dia 29 de Julho, e os locais depois sujeitos a assédio: Cascais, fortaleza de São Gião (São Julião da Barra), o forte de madeira da Cabeça Seca (Bugio), a Torre de Belém e, finalmente, a batalha decisiva de toda a campanha, que foi travada na ribeira de Alcântara, às portas de Lisboa.

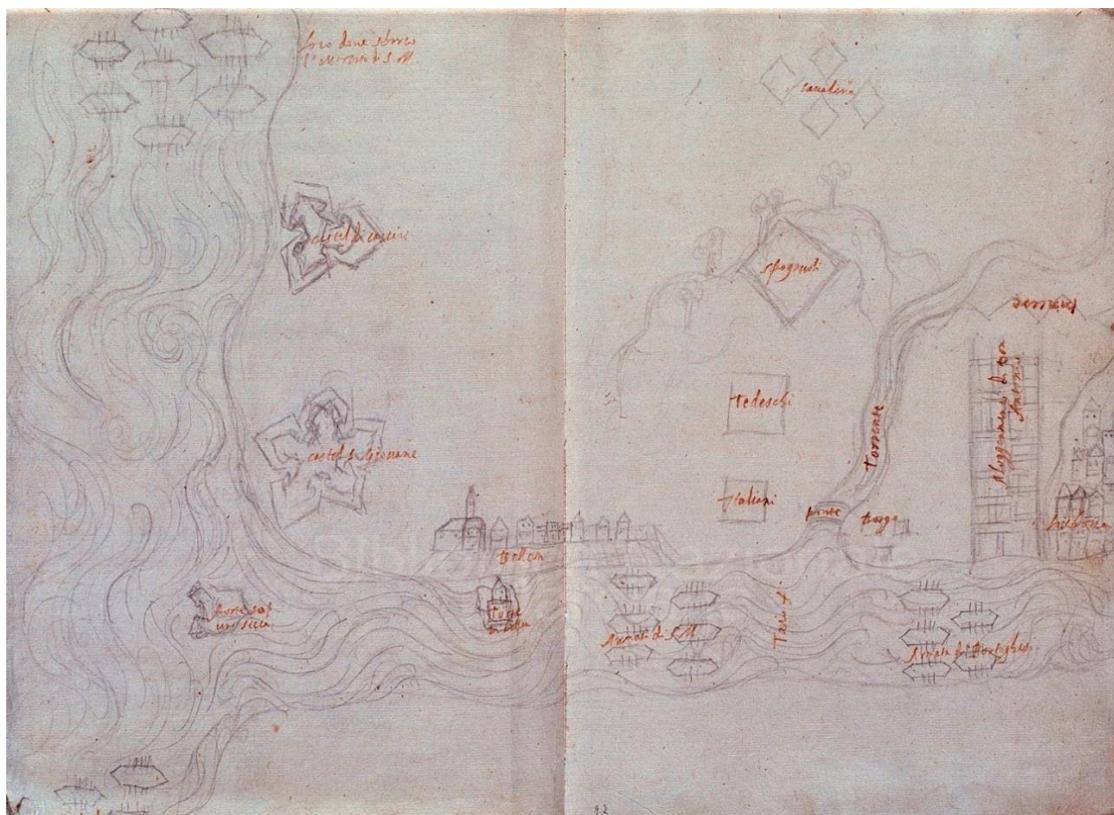


Imagem 15: *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L'anno 1580*, Biblioteca Marciana de Venezia, cod. It. VI 181 (=5841), fls. 22-23.

*1 de Agosto: Conquista de Cascais.*

A povoação de Cascais é representada com um forte regular triangular. É interessante sublinhar que Angarano refere que, na altura do assédio, possuía uma fortificação abaluartada com esta configuração, cujo risco tem sido atribuído a Fratin, já na época filipina: “Cascais la qual terra é posta sul mare, et há un castello di forma triangulare com baluardo alla moderna per guarda del mare” (Angarano, 1580, p. 377).

*9-12 de Agosto: Conquista do forte de São João*

O forte de São Julião da Barra foi representado na “Relatione” com traçado regular, de “forma pentagonale”:

Sotto Castelli San Giovanni [...] in una villa detta Oeiras poco discorto dal detto castello, il quale e posto per guardia del porto sur la boca del fiume Taio, et é la principale fortrezza di quel Regno per essere fabricatto alla moderna in forma pentagonale com cinque bellovardi (Angarano, 1580, p. 377).

O rigor da descrição demonstra que o autor é conhecedor – ou muito bem informado – acerca do território e situação defensiva de Portugal, não esquecendo de mencionar a principal razão da curta resistência oferecida pela guarnição, confirmando o que depois foi detalhadamente descrito por Herrera (Herrera, 1591, pp. 116-120): “haverá sol’una oppositione che non era finito da una parte da terra pianaria dillche essendone avisato il Duca comando che aquella parte si dovesse piantare l’artiglieria” (Angarano, 1580; p. 377). Foi Antonelli que tratou de “bateria”, juntando “27 pezzi d’artiglieria grassa”.

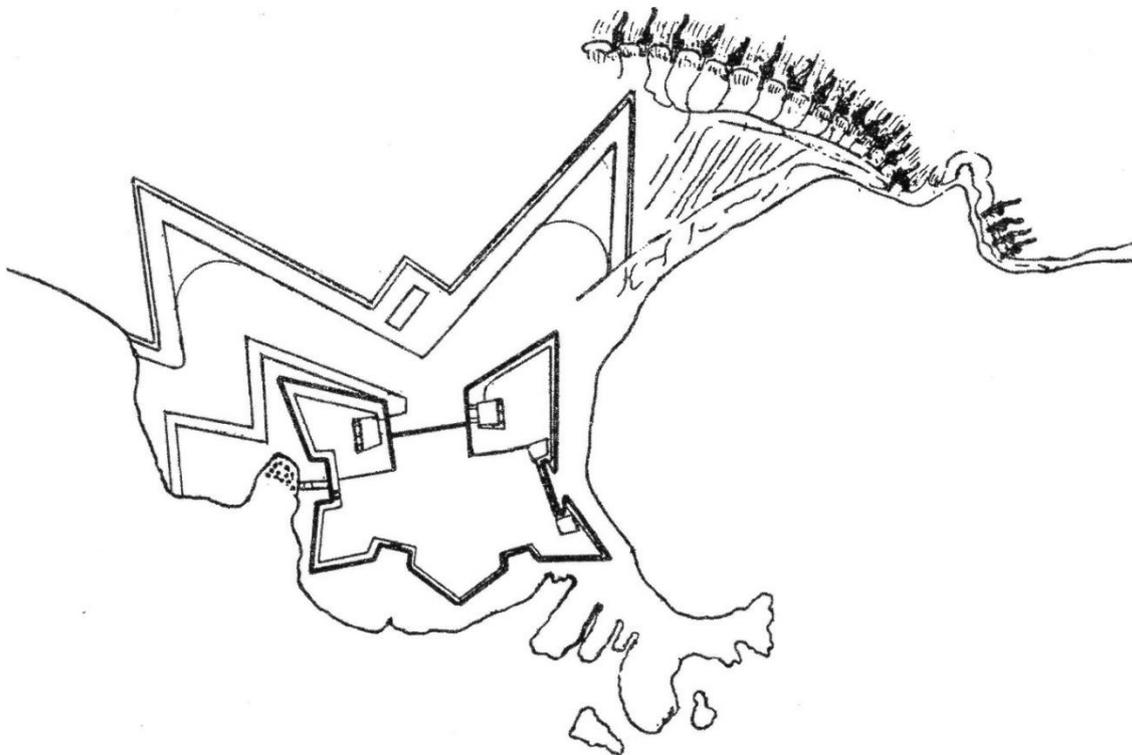


Imagem 16: bateria do forte São Julião da Barra, cópia do desenho original no Arquivo General de Simancas.

*13-25 de Agosto: forte da Cabeça Seca, Torre de Belém, e Alcântara*

Depois de fazer uma breve referência à ocupação do forte da Cabeça Seca, “fabricato de legname”, e o assédio e conquista da “Tor di Bellem” (Angarano, 1580, p. 378), Angarano descreve sucintamente os dispositivos militares nos dois campos, e batalha de Alcântara, que teve lugar no dia 25 de Agosto. As várias fontes da campanha de 1580 são geralmente concordantes na descrição daquele que é o momento crucial que decidiu a guerra de anexação, sendo que Herrera é o cronista que oferece maiores detalhes sobre o encontro militar de 25 de Agosto. O campo de batalha foi representado de forma algo genérica, mas

podemos descortinar os elementos-chave nas várias relações presenciais, nomeadamente o relatório do duque de Alba, a carta de Fernando de Toledo (in CODOIN, v. XL, pp. 373-376), que comandou o contingente que ofereceu a vitória aos espanhóis, o soldado polaco Steblovo e Pedro Roiz Soares (Soares, 1953, pp. 174-175), que embora não tenha participado nos combates viveu estes acontecimentos. A acompanhar os relatos escritos, existem quatro representações gráficas da batalha: um desenho que se depreende ser quase contemporâneo, existente na Biblioteca Nacional de Portugal, a gravura da batalha de Mario Cartaro, o fresco da autoria de Juan Batistta Perolli (Torrijos, 2000), exposto no palácio do Viso do marquês de Santa Cruz, e o fresco no palácio Spínola, em Génova.

O desenho de Sefano Angarano é rigoroso quanto à situação dos dois campos antes do início da batalha. A topografia inclui a localização da ribeira de Alcântara e a ponte, a colina de Alcântara e o olival onde algumas das tropas de D. António se encontravam emboscadas. No que respeita às posições dos dois exércitos, estão representadas as principais posições. No caso das forças espanholas, a esquadra no rio Tejo, os “tercios” em frente da ponte de Alcântara - os alemães de Lodron e os italianos de Colonna -, e o contingente que rodeou o dispositivo antonino, constituído pelas forças de cavalaria e os “tercios” espanhóis. A posição de D. António tem representada a esquadra, as forças em frente da ponte, a posição fortificada, representada ela linha de trincheiras de forma “carenada”, e o alojamento. Relativamente a esta última posição, ficamos com a impressão de se encontrar representado o traçado regular do campo, ortogonal, que apresenta vagas semelhanças com o alojamento de Cantillana.

##### *5. Conclusões e tópicos a desenvolver*

A participação de Stefano Angarano na marcha vitoriosa do duque de Alba em Portugal (tal como a sua biografia) estão ainda sujeitas a uma investigação mais aprofundada sobre o contexto no qual este fidalgo vicentino se movimentou. E, dessa forma, talvez lançar mais alguma luz sobre a recepção das formas palladianas em Portugal (Ferreira, 2011). A “Relatione de Stefano Angarano” consiste num elemento de trabalho imprescindível para o estudo da guerra no Portugal de finais do século XVI. São vários os pontos de interesse: a ligação do manuscrito com a Itália e a forma como foi divulgado, nomeadamente no círculo erudito de Andrea Palladio; a invulgaridade de possuir uma componente gráfica associada ao texto; a qualidade da informação que permite aceder a diversas componentes da guerra dificilmente exploráveis noutras fontes; o facto de constituir, com grande certeza, uma fonte documental

primária. Proporciona a abertura da historiografia militar ao conceito de cidade militar e, sobretudo, estudar a guerra não apenas no âmbito da batalha, mas alargada ao tempo do *antes*, numa problemática muito mais abrangente que articula o fenómeno militar com a sociedade e cultura desta época tão notável quanto conturbada.

## 6. Bibliografia

- Agrippa, Camillo (1553) *Tratatto di scientia d'arme com un dialogo di filosofia*. Roma: Antonio Blado.
- Anónimo *Portaict du sitie et ordre de bataille donne par le sr. Don Antonio nommé roi du Portugal el le duc dalbe Lieutnant et capp.. general du Roy cath. Don Philippe 2 devan Lisbonne para mere et par terre en un mesme jour le 25 d'aoust 1580*. Códice 8570, Biblioteca Nacional de Portugal.
- Antonelli, Giovan Battista (2009) *Epitomi dela manera de alloggiare un campo*. ed. Mario Sartor. Udine: Forum.
- Biblioteca Marciana de Veneza, *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L'anno 1580*, cod. It. VI 181 (=5841).
- Arévalo, Frederico (2002) *La representación de la ciudad en el Renacimiento. Levantamiento urbano y territorial*. Sevilla: Fundación Caja de Arquitectos.
- Battista Alberti, Leon (1988) *On the Art of Building in Ten Books*. Cambridge: M.I.T. Press.
- Beltramini, Guido (2009) *Andrea Palladio and the Architecture of Battle with the Unpublished edition of Polybius Histories*. Venice: Marsilio.
- Cámara, Alicia (1998) *Fortificación y ciudad en los reinos de Felipe II*. Madrid: Nerea.
- Carranza, Jerónimo de (1582) *De la Filosofía de las Armas y de su Destreza y la Aggression y Defensa Cristiana*. Sanlucar de Barrameda: Luis Sanchez.
- Cartaro, Mario gravura ca. 1540-1620 <<https://catalogue.museogalileo.it/biography/MarioCartaro.html>>.
- Museo del Ejército Battista Antonelli, Giovan, *Epitomi dela manera de alloggiare un campo*. ME (CE) 44.100.
- Cockle, Maurice (1957) *A Bibliography of Military books up to 1642*. London: Holland Press.
- Corvisier, André (1988) *Dictionnaire d'art et d'histoire militaires*. P.U.F.: Paris.

- Costa e Sousa, Luís (2008) *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Tribuna.
- (2015) *Construir e desconstruir a guerra em Portugal, 1568-1598*. Lisboa: IESM.
- (2018) 'O caminho de Alcácer Quibir: Plano, marcha e batalha, ou a dinâmica da forma militar', *e-Strategica, Revista da AIHM (sécs. IV-XVI)*, II, pp. 49-61.
- (2019) 'From Tangiers to Alcácer Quibir. The Portuguese Military Revolution Revisited', in *Encounters in Borderlands. Portugal, Ceuta, and the 'Other Shore'*. PSR Edited Volumes. I, Petersborough: Baywolf Press, pp. 305-357.
- Cruikshank, Charles (1991) *Henry VIII and the Invasion of France*. New York: St. Martin Press.
- Diaz Moreno, Félix (2006) *Un Original de Imprenta del siglo XVI: El De Re Militari de Diego Gracián de Alderete* <<https://eprints.ucm.es/6197/1/5-2.pdf>>.
- Biblioteca Nacional da Ajuda, 'Movimento do Orbe Lusitano', *Das cortezias q fazião os Reys de Portugal quando erão visitados*, cod. 50-V-35.
- O'Donnell, Hugo (2006) 'El reposo del ejército. Estudio del camapmento temporal del tiempo de los Austrias', *Guerra y Sociedad*, in *la Monarquía Hispánica, Política, estrategia y cultura en la Europa moderna I (1500-1700)*. I, pp. 381-399.
- Espino López, António (2001) *Guerra y Cultura en la Época Moderna*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Fara, Amelio (1988) *Bernardo Buontalenti. La architettura, la guerra e l'elemento geométrico*. Genova: Sagep.
- Hale, John (1984) 'Palladio and Polybius Histories', in *Renaissance War Studies*. London: Hambledon Press, pp. 471-486.
- Herrera, Antonio de (1591) *Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal, y conquista de las islas de los açores, en los años de 1582 y 1583*. Madrid: Pedro Madrigal.
- Hochmann Michel (1987) 'La collection de Giacomo Contarini', *Mélanges de l'Ecole Moreira, française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes*, I (99), pp. 447-489 <[https://www.persee.fr/doc/mefr\\_0223-5110\\_1987\\_num\\_99\\_1\\_2917](https://www.persee.fr/doc/mefr_0223-5110_1987_num_99_1_2917)>.
- Ignacio de la Torre Echávarri, José (2014) 'Juan Bautista Antonelli: Ingeniero militar y alojador de ejército', in *Ingenieros del Renacimiento*. Segovia; La Fundación Juanelo Turriano, pp. 113-133.

- Kemp, Martin (1990) *The Science of Art. Optical Themes in Western Art from Brunelleschi to Seurat*. New-Haven: Yale University Press.
- Lefèvre, Wolfgang (ed.) (2004) *Picturing Machines 1400-1700*. Cambridge-Massachusetts: M.I.T. Press.
- Lopez Torrijos, Rosa (2000) *Juan Batista Perolli. Obras genovesas*, <<https://core.ac.uk/download/pdf/58907668.pdf>>.
- Machado, Diogo Barbosa de (1752) *Bibliotheca Lusitana*. III, Lisboa: Joseph Antonio da Silva.
- Moreira, Rafael (1995) 'Arquitectura: Renascimento e Clacissismo', in *História da Arte Portuguesa*. II, Lisboa: Temas e Debates.
- Mondschein, Ken (2009) *Fencing: A Renaissance Treatise by Camillo Agrippa*. New York: Italica Press.
- Marozzo, Achille (1536) *Opera Nova dell'Arte delle Armi*. Modena: A. Bergolae.
- Martines, Lauro (2013) *Un tiempo de guerra. Una historia alternativa de Europa 1450-1700*. Barcelona: Crítica.
- Merino-Peral, Esther (2002) *El arte militar en la época moderna: los tratados «de re militari» en el Renacimiento (1536-1671). Aspectos de una arte español*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Parker, Geoffrey (2004) *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, Julieta Teixeira Marques (2000) *Portugal e Veneza no Século XVI: Subsídios para a sua História*. II, Lisboa: I.N.C.M.
- Paolo Fiore, Francesco (2017) *Architettura e arte militare. Mura e bastioni nella cultura del Rinascimento*. Roma: Campisano Editore.
- Patrizzi, Francesco (1595) *De paralleli militari*, II, Roma: L. Zanetti.
- Pidal, M. y Salvá, M. (1859-62): CODOIN, *Collección de documentos inéditos para la historia de España*. XXXII-V e XL. Madrid: Viuda de Calero.
- Pezzolo, Luciano (2009) 'The Organization of Warfare and the military Milieu in the Republic of Venice', in *Andrea Palladio and the Architecture of Battle with the Unpublished edition of Polybius Histories*. Venice: Marsilio, pp. 240-253.
- Quatrefages, René (1979) *Los tercios espanoles (1567-77)*. Madrid: Fundación Universitaria Española.
- Rojas, Cristobal de (1598) *Teórica y práctica de fortificación*. Madrid: Luis Sanchez.

- Salazar, Diego de (1536) *Tratado De re militari*. Alcalá de Henares: Miguel de Eguía.
- Shuckburgh, Evelyn S., *The Project Gutenberg e-Book of The Histories of Polybius* vol. I., book VI, p. 215 <<http://www.gutenberg.org/files/44125/44125-h/44125-h.htm>>.
- Sicard, Frédérique (2014) *Condesas de Paredes: señoras de su casa y camareras de la reina*, <[https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/39189/1/Condesas de paredes.pdf](https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/39189/1/Condesas_de_paredes.pdf)>.
- Stevin, Simon (1618) *La castrametation*. Leyden: Matthieu & Bonaventure Elzevier.
- Soares, Pedro Roiz (1953) *Memorial*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Suárez Inclán, Juan (1897) *Guerra de anexión en Portugal durante el reinado de Don Felipe II*. Madrid: Imprenta y Litografía del Depósito de la Guerra.
- Tzonis, Alexander e Lefaivre, Liane (1999) *Classical Architecture. The Poetics of Order*. Cambridge: M.I.T. Press.
- The Italian Academies 1525-1700: Networks of Culture, Innovation and Dissent* (2016). London: Routledge.
- Valdés, Francisco de (1989) *Espejo e disciplina militar*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Vegécio (2009) *Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Wood, James B. (2002) *The King's Army. Warfare, Soldiers, and Society during the wars of Religion in France, 1562-1576*. Cambridge: Cambridge University Press.

### 7. Curriculum vitae

Licenciado em Arquitectura na FAUTL (actual FAUL) em 1990. Apresentou a dissertação de Mestrado na CH-FLUL em 2006 , onde completou o doutoramento em História dos Descobrimentos e Expansão (2013). Dedicou-se ao estudo da ligação entre a produção artística guerra em Portugal durante o século XVI. É IR projecto “*De Re Militari. Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)*” - PTDC/ART-HIS/32459/2017.

## Visão da paisagem seiscentista portuguesa através das *vedute* de Pier Maria Baldi e da *Relazione ufficiale* de Lorenzo Magalotti

A view of the 17<sup>th</sup> century Portuguese landscape through the *vedute* by Pier Maria Baldi and the *Relazione ufficiale* by Lorenzo Magalotti

João Cabeleira

(Escola de Arquitetura, Arte e Design  
da Universidade do Minho/Lab2PT)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 28/03/2021

### Resumo

O presente artigo resulta de proposta de projeto de investigação que, fundada no resgate de fontes como as vedute de Pier Maria Baldi e a *Relazione Ufficiale* de Lorenzo Magalotti, visa o reconhecimento material e imaterial, a par da indagação diacrónica, da paisagem portuguesa.

Neste ensaio, abre-se o olhar ao quadro espacial e cultural português seiscentista, centrando-se nas etapas da viagem europeia de Cosme III de Médici (1668-1669), desde a entrada em Portugal por Campo Maior até a saída de Lisboa rumo a norte, tendo como destino Santiago de Compostela, passando ainda pela Irlanda, Inglaterra, Holanda, Flandres e França, antes do regresso do príncipe e do séquito a Florença.

### Palavras Chave

Viagem; Cosimo III de Medici; Veduta; paisagem; Portugal.

### Abstract

This article results from a research proposal that, rescuing documental sources such as Pier Maria Baldi's vedute and Lorenzo Magalotti's *Relazione Ufficiale*, aims to a material and immaterial recognition, alongside a diachronic inquiry, of the Portuguese landscape.

In this essay, we look at the Portuguese 17<sup>th</sup> century spatial and cultural framework, focusing upon stages of the European travel by Cosimo III of Médici (1668-1669), since his entry into Portugal through Campo Maior and his departure from Lisbon towards north, destined to Santiago de Compostela, passing through Ireland, England, Holland, Flanders and France, before the return of the prince and his entourage to Florence.

### Keywords

Travel; Cosimo III of Medici; Veduta; Landscape; Portugal.

---

1. O Projeto de Investigação. - 2. A linha de fronteira. - 3. Entrada em Elvas e relações com a Casa Professa. - 4. Do interior ao litoral atlântico. - 5. Chegada a Lisboa. - 6. Contato e relações epistolares. - 7. A cidade de Lisboa e instituições. - 8. Conclusão. - 9. Bibliografia. - 10. Curriculum Vitae.

Entre 18 de setembro de 1668 e 29 de outubro de 1669 o príncipe toscano, Cosme de Médici, futuro Grão-Duque Cosme III, empreende uma viagem percorrendo Espanha, Portugal, Irlanda, Inglaterra, Holanda, Flandres e França. Não sendo esta o primeiro périplo do príncipe, que em 1664 percorrera a Emília Romanha, o Véneto e a Lombardia, e entre outubro de 1667 e maio de 1668 cruzara a Alemanha e Países Baixos<sup>1</sup>, a viagem faria parte do plano de formação do príncipe, integrando claros objetivos diplomáticos, chegando até nós documentação escrita e gráfica que permite avaliar a experiência do jovem monarca a par de especificidades das sociedades e lugares com que contactou.

No caso particular desta viagem que inclui passagem pelo território português, onde entra a 9 de janeiro de 1669 por Campo Maior abandonando-o a 1 de Março por Caminha, em direção a Santiago de Compostela<sup>2</sup>, o diário oficial da viagem, escrito por Lorenzo Magalotti<sup>3</sup>, descreve dos lugares e personagens com quem o príncipe contacta, enquanto as panorâmicas desenhadas por Pier Maria Baldi<sup>4</sup> revelam a imagem da paisagem portuguesa de seiscentos.

---

<sup>1</sup> Além da identificação destas viagens, Radulet (2003) elenca a respetiva documentação oficial associada a cada uma delas.

<sup>2</sup> Neste percurso entre Campo Maior e Caminha, a comitiva de Cosme de Médici passa por Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Venda de Busseiras, Évora, Venda de Patali, Montemor, Venda de Pilhafan, Alandeira, Setúbal, Aldeia Gallega (Montijo), Lisboa, Vila Real d'Alcântara, Belém, Vila Longa, Vila Franca, Cartaxo, Santarém, Golegã, Tomar, Estalagem de Gaita, Ansiã, Fonte Coberta, Coimbra, Mealhada, Cerdam, Pinheiro, Porto, Moreira, S. Pedro de Rates e Viana.

<sup>3</sup> Lorenzo Magalotti (1637-1712), filósofo, diplomata e poeta italiano. Nascido em Roma, de família aristocrata, estuda direito e medicina, primeiro no Colégio Romano e posteriormente na Universidade de Pisa, sendo membro da *Accademia del Cimento*.

<sup>4</sup> Pier Maria Baldi (c.1630-1686), treina como pintor na oficina de Baldassare Franceschini (II Volterrano), e como arquiteto junto de Ferdinando Tacca. Em 1667 é enviado para Roma, pelo grão-duque toscano Ferdinando II de Médici, tomando contacto com o meio mais informado e atualizado da produção de *Vedute*.



Fig. 1: Síntese da viagem europeia de Cosme III de Médici.

Acompanha o príncipe um séquito de 23 pessoas (mordomo, tesoureiro, copeiro, sacerdote, médicos, secretários, camareiros, lacaios, cavaleiros, membros da nobreza e diplomatas), de onde se destaca, além de Lorenzo Magalotti e Pier Maria Baldi, que produziram respetivamente a *Relazione Ufficiale*<sup>5</sup> e as *Vedute*<sup>6</sup>, Filippo Corsini, Jacopo Ciuti e Giovan Battista Gornia cujos diários de viagem permitem ampliar a leitura do evento e paisagem percorrida.

Assim, e no cruzamento das fontes documentais, o olhar aqui exposto parte das *Vedute* de Baldi, elemento essencial à restituição histórica da imagem e forma urbana. Contudo, e apesar de os desenhos se constituírem como documento incontornável no retrato da paisagem do Portugal de seiscentos (34 desenhos de um total de 396 cobrindo a totalidade do percurso europeu), dever-se-á ter em consideração que a visão de Baldi não corresponde necessariamente a um registo objetivo dos lugares visitados. Um aspeto a considerar uma vez que os desenhos a sépia e tinta negra (com dimensões que

<sup>5</sup> Florença, Biblioteca Nazionale Centrale - Fondo Nazionale II III 429; Biblioteca Nazionale Centrale, Fondo Conventi Soppressi - G 9 1863; Archivio di Stato - Fondo Magalotti.

<sup>6</sup> Florença, Biblioteca Medicea Laurenziana - Med.Palat.123.

chegam a atingir os 2,5m e 3,0m) são terminadas em Florença, entre os anos de 1670 e 1680, a partir das anotações recolhidas *in loco*<sup>7</sup>. Como tal, aí projeta-se, simultaneamente, a realidade vista e a intuída, sendo o desenho contaminado por motivos provenientes do quadro cultural e espacial de referência do autor, a par dos códigos gráficos próprios relativos tanto a formas naturais como construídas. Daí que interesse, à observação atenta do desenho, uma inquirição crítica e em permanente confronto com a demais iconografia dos lugares e os dados históricos.

### 1. O Projeto de Investigação

Através do escrutínio das fontes documentais elencadas, o projeto 'A viagem europeia de Cosme III de Médici. Uma visão da paisagem, ambiente construído e cultural português' pretende analisar práticas de representação espacial moderna (procedimentos gráficos aplicados por Baldi), indagar sobre o ambiente edificado e paisagem portuguesa (desvendando a sua morfologia urbana, imagem arquitetónica e estratos paisagísticos), descrever o contexto cultural (com particular enfoque nas reverberações culturais e configurações espaciais), promover estratégias de valorização do património mapeado (fomentando redes culturais e criativas vinculadas à valorização do património). Objetivos articulados a partir de uma metodologia colaborativa e transdisciplinar, envolvendo investigadores dos domínios do Desenho, Arquitetura, Paisagem, Geografia e História, oriundos dos centros de I&D Lab2PT/UM e CHAM/FCSH/UNL. Deste modo, procura-se avançar no reconhecimento do património reportado e representado pelas fontes identificadas, no que diz respeito à paisagem do século XVII, ao ambiente edificado e cultural, visando, ainda, catalisar a perceção do quadro espacial e cultural contemporâneo como resultado de um contínuo palimpsesto. Uma ideia reforçada pelo intercâmbio com outras unidades de I&D e investigadores que, estudando o mesmo evento mas incidindo sobre outros contextos espaciais e culturais percorridos pelo príncipe italiano, permitam promover o reconhecimento do património espacial e cultural da Europa expondo a simultaneidade entre a sua diversidade e coesão.

De acordo com os objetivos delineados no projeto são chamadas à participação 5 áreas científicas: História (económica, social, política e cultural,

---

<sup>7</sup> No Archivio di Stato de Florença existe caixa com cartas e outros documentos enviados ao artista entre 1677 e 1684, entre os quais várias folhas com informações sobre os locais visitados, com a data de cada estada e notas sobre o local, acomodações e lugares para comer (Archivio di Stato, MdP, 1826, Florença). Infelizmente as anotações gráficas de Baldi ainda não foram identificadas em Arquivo.

nomeadamente nas suas reverberações espaciais); Arquitetura (morfologia urbana e caracterização arquitetónica); Desenho (representação objetiva e idealizada do ambiente humanizado); Paisagem (ideia de palimpsesto e sedimentação de estruturas na definição do ambiente construído contemporâneo); Geografia (valorização e promoção do património cultural segundo redes à escala transregional e internacional). A partir de cada uma dessas 5 áreas procurar-se-á mapear e localizar personagens, eventos e artefactos descritos, tanto no espaço como no tempo, construindo e articulando níveis de informação sobre os lugares relatados no passado e no presente. Um compromisso que, porventura, se poderia ainda expandir a outros campos disciplinares, dada a amplitude de informação contida nas fontes primárias, onde, para além da História (na sua assunção geopolítica, económica, institucional e administrativa, etc.) e da Arquitetura (nas diferentes dimensões que lhe são implícitas – paisagem, cidade, morfologia urbana, património, representação e iconografia), se incluiriam a arqueologia, a agricultura, a indústria, a gastronomia ou mesmo a música e etnografia. Contudo, tal constituiria, nesta primeira fase, uma dispersão de esforços que retiraria folego e capacidade de concentração à necessária base de reconhecimento traçada.

Embora direcionando a nossa atenção para o percurso português da Viagem, nem este nem o percurso europeu foram totalmente analisados, apesar da qualidade das fontes documentais e do significado cultural do evento. No que diz respeito à rota nacional, as vedutas de Baldi são, apesar da publicação inaugural de Sanchez & Sanchez (1933), muitas vezes publicadas para ilustrar lugares (Estrela, 2013). No entanto, nenhum estudo explorou esses documentos desde os domínios da historiografia urbana e cultural, muito menos através dos domínios da paisagem, nem da representação arquitetónica e do desenho. Na mesma ordem, tanto as *vedute* como os manuscritos foram analisados na íntegra tendo em conta o enquadramento espacial relatado e os confrontos culturais entre o visitante italiano e os anfitriões lusitanos. Ainda assim, estudos anteriores partiram do diário de Magalotti para relatar a viagem, ou avaliar o contexto diplomático português (Radulet, 2003; Garcia, 2017). No entanto, na Europa, os primeiros estudos centraram-se na transcrição e tradução do Diário, nomeadamente no que diz respeito à rota irlandesa e britânica (Crinò, 1968), à passagem do Príncipe por França (Doglio, 1991), a formação de uma coleção cartográfica a partir dos contactos nos Países Baixos (Cattaneo – Corbellini, 2019), ou a peregrinação a Santiago de Compostela, (Guzmán, 2015). Estudos a partir dos quais se acumularam contribuições para a compreensão desta Viagem. Contudo, tal base documental permanece ainda com muitas lacunas por explorar e que permitirão avaliar a paisagem construída e política europeia do século XVII.

No entanto, o ensaio exploratório sobre uma das *Veduta* de Baldi (Cabeleira, 2016), posteriormente ampliado em 2019 tratando um trecho mais amplo da jornada, trabalhando já o cruzando entre fontes escritas e desenhadas na forma de quadros sinópticos, testou a abordagem metodológica e instrumental preconizada pela presente proposta de investigação: uma análise aprofundada das fontes documentais, proporcionando uma visão crítica do enquadramento cultural, arquitetónico e paisagístico do século XVII; a descoberta das qualidades gráficas e documentais das *vedute*, um género escasso em Portugal; e a definição de referências para uma visão diacrónica que permita estudar a evolução da paisagem e ambiente edificado portugueses.

Neste encaixe, o primeiro ensaio (Cabeleira, 2016) corresponde à análise de uma das *vedute* de Pier Maria Baldi (neste caso a da cidade de Santarém) avaliando qualidades do desenho, conteúdos gráficos, valências documentais, possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo que testa opções metodológicas e averigua acerca da necessidade de recursos (nomeadamente a geração de arquivo iconográfico que permita confirmar dados do desenho e alimentar a análise diacrónica do lugar). Já uma segunda aproximação à proposta, e que aqui se apresenta, procedeu-se à delimitação de uma linha temporal (construída em jeito de arquivo iconográfico anotado) que, partindo da imagem dos lugares visitados, enceta o cruzamento entre os dados das fontes gráficas e escritas. Deste teste emergiu a necessidade de identificar fontes locais, nomeadamente de documentação que desse a ver a viagem do príncipe toscano a partir do olhar do visitado.

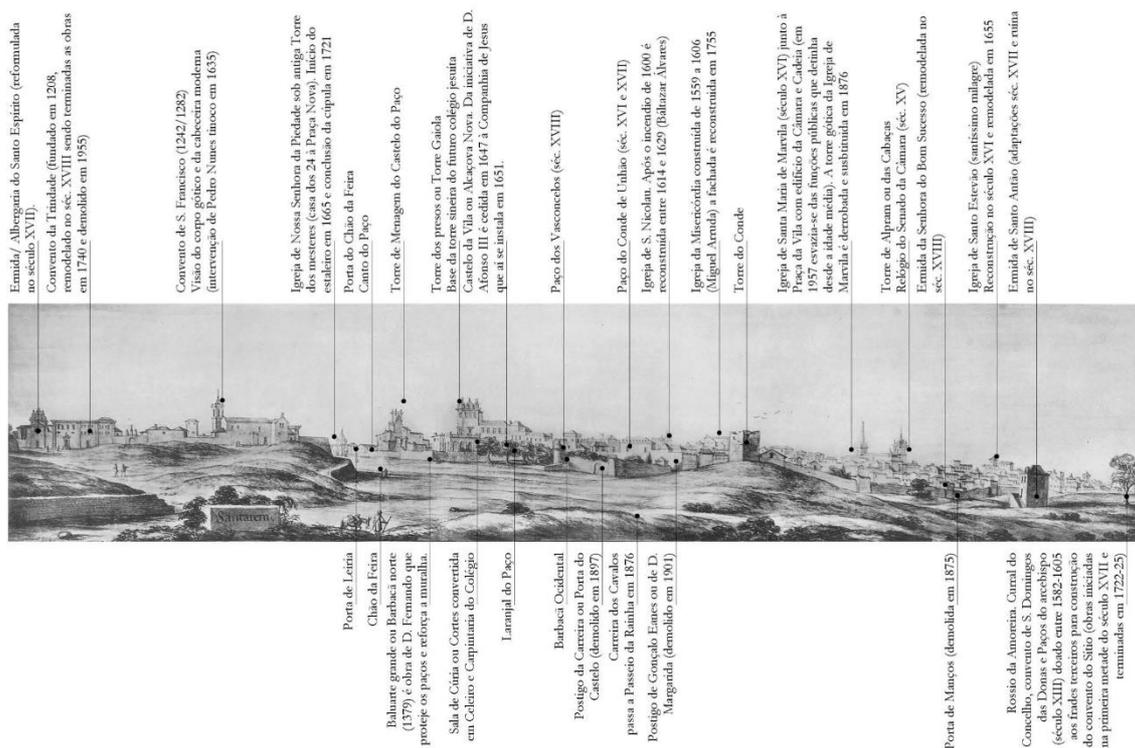


Fig. 2: Painel de reconhecimento dos factos arquitetónicos representados aquando do 1º ensaio na análise da *Veduta* de Santarém delineada por Pier Maria Baldi.

Nesta sequência, aquilo a que o presente artigo se propõe é expor sumariamente este cruzamento entre os registos gráficos de Baldi e os escritos de Magalotti e que, futuramente, se ampliará através da consideração dos demais acervos documentais.

Uma exploração que se concentra numa primeira parte do trajeto de Cosme III por território português, compreendido entre o seu ingresso por Campo-maior e a estadia em Lisboa.

## 2. A linha de fronteira

No encaixe do percurso do príncipe, a sua entrada em território nacional faz-se por Campo Maior a partir de Badajoz. É desse lugar a primeira *Veduta* de terras lusas, representando a vila raiana a partir de sul (já no caminho para Elvas), e incluindo aí as armas de Portugal e da Vila. Na imagem figura o próprio Pier Maria Baldi que, retratado de costas e sentado em colina sobranceira à vila, parece tomar notas para o desenho que, a rigor, será apenas terminado aquando do seu regresso a Florença. Esta inclusão do desenhador reivindica, por um lado, a autoria do desenho e, por outro, confere “veracidade” às anotações

realizadas, de acordo com a ideia moderna de observação científica e objetiva do natural.

Do ingresso em Portugal, as *Relazione* de Magalotti destacam a clareza da linha de fronteira, salientada pela quantidade de azinheiras, o que distingue a paisagem que agora se percorre da aridez observada ao longo do percurso pela estremadura espanhola. O mesmo autor aponta ainda a amplitude da paisagem caracterizada por vales pouco profundos e terras ora baldias, ora cultivadas com cereais, e cuja guerra arrasou vinhas e olivais. Uma amplitude presente na *veduta* de Campo Maior, cujo perfil urbano se caracteriza pelas imponentes fortificações modernas que cintam todo o burgo, a par do forte de São Pedro, do lado nascente da vila.

Dando notícia da visita do príncipe à fortificação, Magalotti descreve com frequência as estruturas defensivas (não sendo necessariamente o caso em relação a Campo Maior), tecendo discursos críticos acerca da sua eficácia, robustez e desenho. Este é um assunto na ordem do seu tempo, já que é tomado como um dos principais fatores na demonstração da capacitação científica de um povo, bem como do seu engenho e competência construtiva. Porém, e apesar de em relação ao caso de Campo Maior não haver essa abordagem, é o que se verifica nesta vila em cujas obras da fortificação, conseqüentes às necessidades ditadas pelos 28 anos de guerra pela restauração da coroa portuguesa (1640-1668), contaram com a participação do engenheiro-militar francês Nicolau Langres<sup>8</sup> e, posteriormente, com a do português Luís Serrão Pimentel<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Nicolau Langres (?-1665) assume, no contexto da Restauração portuguesa (1640), e face à exigência de modernização das estruturas defensivas raianas, o convite para servir no exército português em 1644 sendo elevado, por D. João IV, a Coronel Superintendente dos Engenheiros em 1648. Em relação a este, e além da sua obra construída, destaca-se o álbum *Desenhos e plantas de todas as praças do reino de Portugal / pelo tenente-general Nicolao de Langres, francez, que servio na guerra da Acclamação* (Cod. 7445. Biblioteca Nacional, Lisboa).

<sup>9</sup> Luís Serrão Pimentel (1613-1679) é um militar português que ocupada os cargos de Cosmógrafo-mor (informalmente desde 1641 e oficialmente a partir de 1644), bem como o de Engenheiro-mor do Reino (1671). No contexto da Restauração intervém nas fortificações de Évora, Estremoz, Mourão, Portalegre, entre outras, e em 1647 funda, por solicitação régia, a "Aula da Matemática" ou "Aula de Fortificação e Arquitetura Militar", onde lecionou Matemática, Navegação e Arquitetura militar. É considerado uma das figuras mais relevantes no contexto da arquitetura militar do século XVII, e do qual se publica, postumamente, o *Méthodo Lusitânico de desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* (1680).

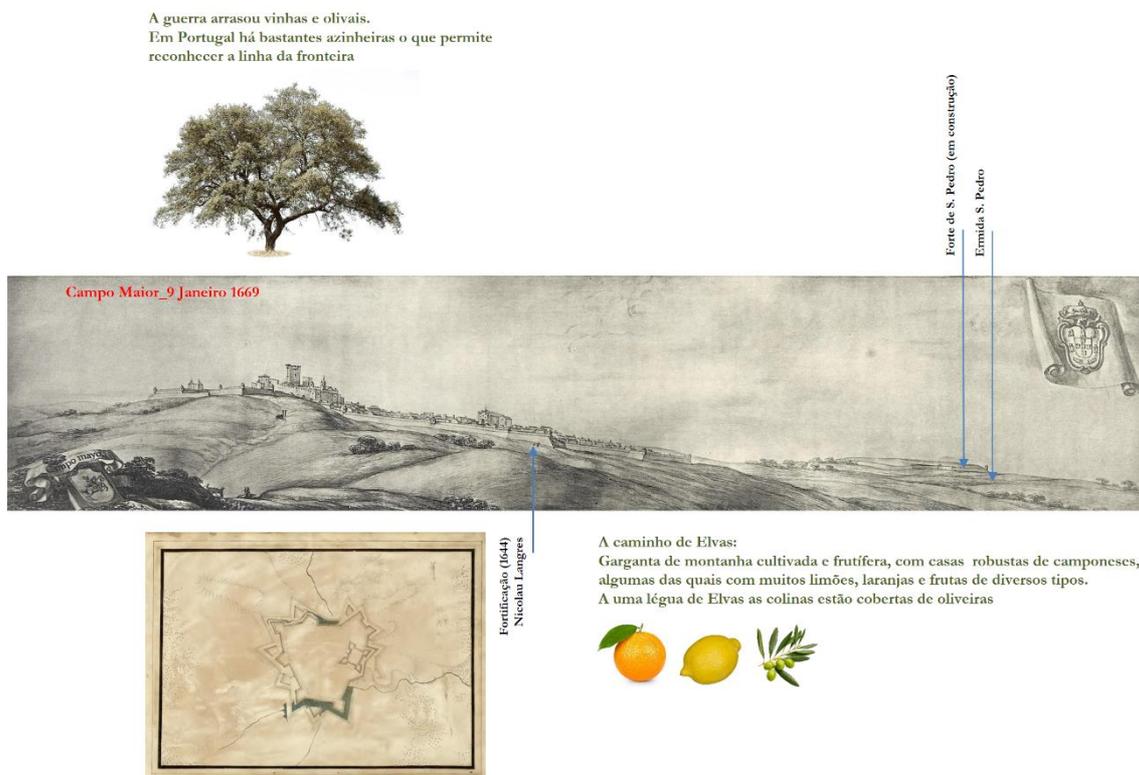


Fig. 3: Passagem da comitiva de Cosme III de Médici por Campo Maior (9 de janeiro de 1669). 1º ensaio gráfico no cruzamento das *vedute* e *relazione*, para a construção de linha temporal.

Retomando o percurso, rumo a Elvas, Magalotti deposita a sua atenção na orografia do lugar: garganta de montanha cultivada e frutífera, com robustas casas de camponeses, algumas das quais com muitos limões, laranjas e frutas de diversos tipos. Porém o maior destaque é dado aos olivais “os mais formosos e maiores alguma vez vistos”, e que no manuscrito Corsini se complementa com a indicação de que as azeitonas são tão grandes que é difícil de as partir<sup>10</sup>. Neste caminho há também referencia à escolta que acompanha o séquito do príncipe toscano, desde o convento de S. Domingo, até Elvas onde é recebido na casa do Bispo. Dando apontamentos do percurso, bem como sobre quem o recebe e o protocolo seguido, a par das iguarias da despensa servidas em “dezoito ou

<sup>10</sup> Para estas citações de Magalotti e Corsini recorreu-se à edição da tradução para castelhano das *Relazione ufficiale*. Magalotti, Lorenzo (1669), ‘*Relazione ufficiale*’, 1669. In Jiménez, Davide – Molledo, José (2018), *Viaje de Cosme III de Médici por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid: Miraguano Ediciones. Contudo, tenhamos presente que no projeto identificado é ambição levar a cabo uma tradução crítica do manuscrito de Lorenzo Magalotti para português. Um dos principais resultados do projeto, que visa reunir as duas principais fontes primárias a par de ensaios críticos (escritos e desenhados), evidenciando a viagem através da paisagem / ambiente construído e contextura cultural. Magalotti, 1669, p. 285.

vinte pratos”, é possível mapear o percurso do príncipe, caracterizar espaços, identificar contactos e formalidades aplicadas, de acordo com objetivos da investigação proposta: reconhecer a ação da viagem, nas suas variadas dimensões, enquadrando-a espacialmente.

### 3. *Entrada em Elvas e relações com a Casa Professa*

Estando Cosme III de Médici, a 10 de janeiro de 1669, em Elvas, este visita a cidade referindo-se nas *Relazione* as obras da cisterna e do aqueduto, a par da visita à Sé, à igreja das monjas de S. Domingo, e às fortificações da cidade, nomeadamente ao forte de Santa Luzia. No mesmo dia reúne-se o Príncipe com o Reitor do Colégio jesuíta da cidade, um encontro que marcará significativamente o percurso e logística da viagem.

Desconhecendo-se ao certo os preparativos na organização desta empresa, dever-se-á pensar na rede de relações e logística necessárias a uma viagem desta envergadura, em 1668-69, onde, além do príncipe, se desloca todo o seu séquito, constituído por diplomatas, nobres e criadagem. Neste sentido, e não estando ainda escrutinadas provas documentais dessa preparação, não se deverá descartar a importância de redes de relação, como as possibilitadas pela Casa de Jesus, ao tempo a rede de circulação e intercambio de maior amplitude. Considerações em aberto na investigação, mas cuja hipótese deverá orientar a recensão de documentação primária. Existirá documentação relativa aos preparativos da viagem? Haverá documentação portuguesa dando notícia da passagem do príncipe toscano? Frentes que permitirão, por um lado, compreender relações, preparativos e ideias prévias em relação à viagem e aos lugares a visitar, como, por outro, ler a viagem a partir da perspectiva do visitado, amplificando o olhar e conseqüente compreensão do evento.

A consideração de relações com a Casa Professa é fortalecida numa primeira leitura do documento de Magalotti (nomeadamente através da permanente menção a membros da ordem com que Cosme se encontra, ou ainda, relativamente à sua estadia em casas inacianas), e, simultaneamente, pelo material iconográfico produzido por Baldi (que comumente evidencia a dimensão destas casas entre a mole urbana, senão mesmo, em muitas situações, são colocadas ao centro da imagem). Neste caso, do encontro do príncipe toscano com o Reitor do Colégio Jesuíta de Elvas, resulta a cedência das casas jesuítas de Vila Viçosa e Évora onde o príncipe se hospedará.



Fig. 4: Passagem da comitiva de Cosme de Médici por Elvas (10 de janeiro de 1669), mapeando lugares visitados, personagens contactadas e principais questões de reflexão.

Da visão de Magalotti sobre Elvas, destaca-se a referência a infraestruturas militares, bem como o aqueduto e cisterna, classificados de construção magnífica<sup>11</sup>. Contudo, refere que “Dentro da cidade, excetuando a Sé e as construções da parte alta, não encontramos construções de grande valor” (Magalotti, 1669, p. 289). Denota-se daqui um olhar que, malgrado o carácter chã e vernacular do ambiente construtivo e urbano coevo, evidencia as diferenças entre os contextos espaciais e formais do visitante italiano e o da realidade concreta visitada. O mesmo tipo de situação se verifica em relação a outros exemplos de arquitetura, como, em etapa mais adiantada da viagem, em relação ao Colégio e Universidade dos jesuítas em Évora, o Colégio do Espírito Santo, do qual se afirma que o mérito da construção “...consiste por completo na amplitude, não na arquitetura, nem na correspondência das suas peças” (*Ibi*, p. 298). Uma crítica reativa ao pragmatismo chã da arquitetura portuguesa coeva face ao ambiente classicista e erudito toscano.

<sup>11</sup> A estrutura é também amplamente elogiada e descrita em maior detalhe no manuscrito Filippo Corsini, obra em depósito no Archivio di Stato de Florença (Fondo Mediceo del Principato 6387).

Contudo, e aparte a avaliação da qualidade espacial e formal do quadro arquitetónico e urbano português pelo olhar italiano, não esqueçamos que uma visão mais ampla e fidedigna do observado só se poderá esclarecer no cruzamento de diferentes registos desenhados e escritos produzidos pelo séquito do príncipe. É, por exemplo, o que se deteta aquando da descrição do Paço da Casa de Bragança em Vila Viçosa. Magalotti refere o Paço como obra incompleta na sua terceira ordem, detetando-se o mesmo no desenho de Baldi. Contudo, no manuscrito de Corsini o edifício é descrito como objeto completo. Uma situação, que podendo evidenciar distintas formas de olhar (uma mais objetiva e outra mais prospetiva), principalmente tendo em conta a maior atenção dada à arquitetura e capacidade de previsualização da obra no espaço, como trespassa do discurso de Corsini, deverá ser ainda cruzada com a cronologia do edifício.

Chegando a Évora, e mais uma vez atentando ao ponto de vista eleito por Baldi, o desenhador não revela obediência à visão canónica da cidade coincidente com aquela tomada a partir do seu principal acesso, a visão a partir de poente coincidente com a da estrada proveniente de Lisboa. A escolha de Baldi recai sobre visão da cidade a partir de nascente, coincidente com a experimentada pela comitiva de Cosme aquando da sua chegada pela estrada de Estremoz, e, simultaneamente, aquela confere maior destaque ao conjunto da Igreja, Colégio e Universidade Jesuíta. Este é aliás o lugar onde o príncipe fica hospedado e que, como tal, se posiciona de modo dominante dentro da *veduta*. Uma opção que não surge de modo isolado, já que em outros casos (como nas *vedute* de Setúbal e Santarém) é tomado como critério estruturante na eleição do ponto de vista e enquadramento gerado.

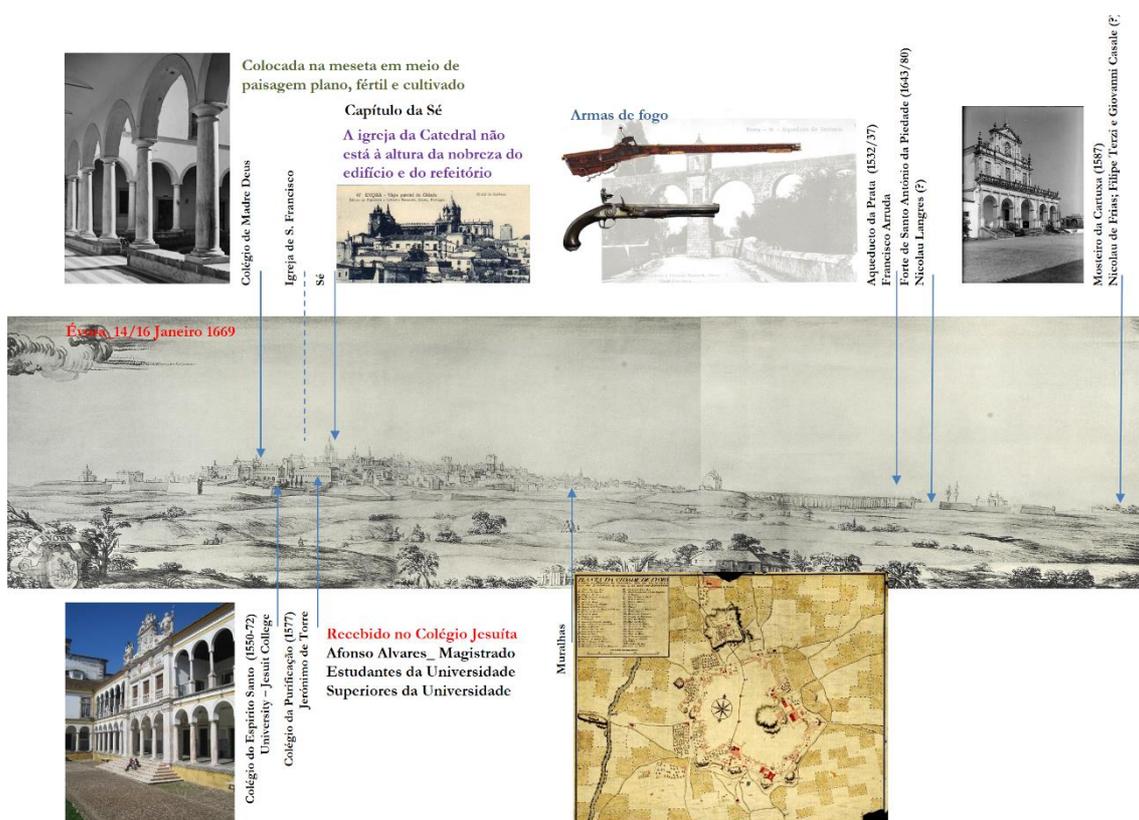


Fig. 5: Dados da passagem da comitiva de Cosme de Médici por Évora (14 e 15 de janeiro de 1669), com identificação dos lugares visitados, personagens contactados e principais questões alvo de reflexão.

#### 4. Do interior ao litoral atlântico

A visão da paisagem portuguesa de seiscentos não se reduz, nas fontes documentais, à visita e reconhecimento de centros urbanos como Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Estremoz e Évora. Guiando-nos pelas *vedute* de Baldi, o olhar abre-se ao espaço aberto da paisagem extramuros dando a ver porções do mundo rural, ou de estalagens e fontes que servem de marcação e suporte ao percurso entre cidades.

Partindo de Évora em direção a Lisboa, descortinamos lugares como Venda de Patali (na estrada de Évora a Montemor), Venda de Pilhafan e Alandeira (já a caminho de Setúbal), ou Aldeia Galega (antecedendo o embarque para cruzar o estuário do Tejo a caminho de Lisboa). Contudo, acerca destes lugares o registo escrito é reduzido, como as duas linhas acerca de Patali falando de “caminhos desiguais e selvagens somente abundantes em sobreiros” (*Ibi*, p. 300). Ou, a propósito de Pilhafan, um lugar “desigual, árido, estéril e desabitado” (*Ibidem*). Ainda assim, há episódios caricatos, como na paragem na taberna de Venda de

Patali onde, segundo o diário privado de Magalotti, a comida servida seria tão má que todo o séquito se viu obrigado a improvisar e cozinhar no campo as poucas provisões de que dispunha.



Fig. 6: Pontos de paragem no percurso de Évora a Lisboa (15 a 20 de janeiro de 1669).

Esta visão da paisagem rural permite, tirando partido de todas as dimensões incluídas no acervo documental identificado, reconhecer o tipo de relevo, o tipo de coberto vegetal (ainda que em muitos casos as árvores desenhadas correspondam a recurso gráfico do autor em detrimento de uma sua representação objetiva), a configuração de construções vernaculares, ou mesmo indícios sobre a atividade agrícola.

O registo de atividades produtivas é um aspeto essencial do diário, atestando o intuito comercial e diplomático por detrás da viagem, explorando-se oportunidades de relação entre o grão-ducado toscano e a coroa portuguesa. Evidência disso é a referência à produção agrícola no território envolvente a Elvas, “Elvas encontra-se no cimo de uma colina e a sua parte posterior está coberta de grandes olivais (...) que dotam a zona de uma grande produção de azeite, o qual é o mais famoso de Portugal” (*Ibi*, p. 288), ou a manufatura de armas em Évora, “Particularmente em Évora, trabalham-se armas de fogo. São muito estimadas pela sua elegância, com retoques de ouro e prata sobre um púrpura muito vivo” (*Ibi*, p. 299). Por outro lado, em Setúbal refere-se nas *Relazione* as salinas, “Todo o comércio e riqueza de Setúbal é o Sal” (*Ibi*, p. 302), a pesca, “abundante ali em todo o mar com muitos e grandes peixes, que envia para todo o reino” (*Ibi*, p. 304), e a atividade mercantil do porto desta cidade, “além de isto [a pesca] e do Sal, envia outras quantidades de mercadorias como vinho, azeite, laranjas, cortiça e juncos, das quais se vende sempre algo quando os barcos veem carregar sal” (*Ibidem*).

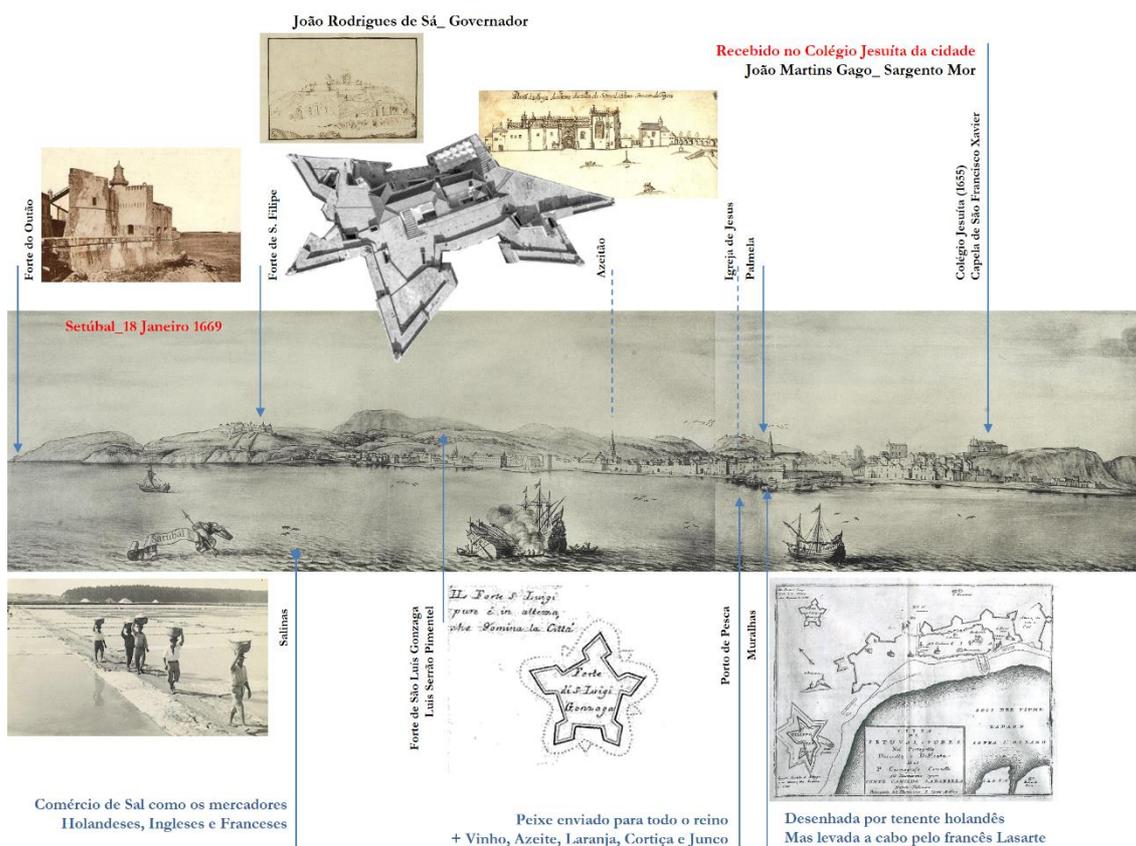


Fig. 7: Dados da passagem da comitiva de Cosme de Médici por Setúbal (18 de janeiro de 1669).

Partindo em direção a Lisboa, segue por Palmela e Azeitão através de caminho “plano, arenoso e com muitos pinheiros” (*Ibi*, p. 306). Antes de atravessar o Tejo a comitiva para na Aldeia Galega (topónimo coevo do atual Montijo) descrita como “terra muito pobre sobre a margem esquerda do tejo, onde se encontra o barco de ligação a Lisboa” (*Ibidem*). Daí o séquito do Príncipe embarcará em dois bergantins, ao amanhecer do dia 20 de janeiro de 1669, e, já em Lisboa, Cosme é recebido por comerciantes florentinos que o hospedam na rua de Alcântara perto do Mosteiro da Esperança<sup>12</sup>. Lugar a partir do qual se organiza todo o programa de audiências e visitas à comunidade italiana fixada em Lisboa, a embaixadores estrangeiros e um sem número de instituições e personalidades portuguesas.

Na sequência do observado até este ponto da viagem, Magalotti aprofunda o reconhecimento sobre o *modus vivendi* local, descrevendo usos e costumes, bem como as instituições da capital do império, a par da sua economia, centros de

<sup>12</sup> Esta corresponde atualmente à Rua Janelas Verdes, no bairro da Madragoa, próximo ao Convento de Nossa Senhora da Esperança (demolido no século XIX para abertura da avenida D. Carlos I). A identificação da rua e palácio é explorada por Garcia (2017, pp. 195-214).

ensino e organização da coroa e da igreja, dando uma visão geral do país. Simultaneamente descreve características mais prosaicas como aquilo que se come, por exemplo as iguarias com que o príncipe toscano é presenteado nas diferentes casas onde é recebido, ou as canções tocadas em saraus musicais, a par do modo como as pessoas se mostram e relacionam.

### 5. *Chegada a Lisboa*

Acerca da chegada de Cosme a Lisboa, encontramos nota do Beneditino, Frei Alexandre da Paixão, que refere:

Nestes dias chegou o Príncipe de Florença à Corte onde foi recebido com as demonstrações que se lhe deviam. Não se aposentou no quarto que se tinha composto no mosteiro de São Bento por ordem de S.A., senão numas casas que diziam que por sua causa se prepararam os italianos em Mocambo, as quais foram de Fernando Teles (Paixão, 1939, pp. 119-121).

De facto, o príncipe instala-se em residência preparada por membros da comunidade italiana de Lisboa, presumivelmente o Palácio do Visconde de Asseca à Rua das Janelas Verdes<sup>13</sup>. Contudo, tendo chovido nos primeiros três dias, recebe aí mensageiros das mais variadas casas e figuras de estado organizando o plano de vistas e audiências, de que se destaca aquela com o Príncipe Regente de Portugal, a par de encontros com figuras incontornáveis como o Engenheiro Luís Serrão Pimentel (cosmógrafo-mor do reino), ou o Padre António Vieira (destacado Jesuíta nas letras e pensamento coevos).

Logo na primeira tarde, e após a receção organizada pelos comerciantes florentinos, Cosme recebe o secretário do Cardeal Orsini, Marco Bani, a par de comerciantes genoveses e o cavaleiro Southwell, enviado de Inglaterra. Um programa que, do ponto de vista das relações diplomáticas foi sumariamente explorado por Garcia (2017), mas que aqui será abordado a partir do seu enquadramento espacial. Deste modo, e respondendo aos objetivos delineados pelo projeto, levanta-se informação essencial ao mapeamento dos percursos do príncipe na cidade de Lisboa, incluindo a visita a edifícios notórios (percorrendo distintas escalas do ambiente construído) e que, mais

---

<sup>13</sup> “Tal moradia corresponderá ao palácio do visconde de Asseca, como nos foi sugerido por Hélder Carita. O primeiro Visconde da Asseca foi Martim Correia de Sá e Benevides Velasco (1639-1678), filho de Salvador Correia de Sá. Essa casa foi alugada pelos negociantes florentinos estabelecidos na capital portuguesa chamados Filippo di Sangallo e Giovan Francesco Poltri.” (Garcia, 2017, p. 202).

particularmente, permite reconhecer espaços e seus modos de apropriação, na Lisboa pré terramoto de 1755.

Do programa oficial descrito por Magalotti consta, além da visita a 22 de janeiro ao vizinho convento das carmelitas descalças<sup>14</sup>, o almoço do dia 23 em casa de cidadão português na Rua Nova dos Mercadores (centro nevrálgico da cidade ao longo de toda a era moderna), para ver passar a procissão em ação de graças do parto da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboi<sup>15</sup>. Particularmente interessante é a descrição da procissão no que se refere ao dossel que abrigava a relíquia da Santa Cruz, aos estandartes e carros das diferentes Artes, a par dos hábitos, adornos, máscaras e instrumentos, ou aparatos cenográficos, que a acompanhavam.



Fig. 8: Visitas e contactos de Cosme de Médici em Lisboa entre os dias 20 e 23 de janeiro de 1669.

<sup>14</sup> O Convento de Nossa Senhora dos Remédios, fundado em 1608.

<sup>15</sup> O nascimento da Infanta D. Isabel Luísa Josefa de Bragança que teve lugar a 6 de janeiro de 1669.

No mesmo dia 23 terá passado pela Sé, e no dia 24 pela igreja italiana do Loreto, contudo, neste momento, os espaços não são alvo de particular atenção. Tendo em conta a relevância da igreja do Loreto, como cerne da comunidade italiana em Lisboa, o manuscrito de Corsini refere-a como construção “muito grande, toda com incrustações de mármore policromados, que vindo a sua maioria de Génova, e a arquitetura é razoável” (Magalotti, 1669, p. 311)<sup>16</sup>.

Maior relevo é dado à visita de Sua Alteza à Casa professa de S. Roque, bem como ao noviciado da Cotovia, onde é recebido por Manuel Fernández, confessor do príncipe D. Pedro. O mesmo destaque é dado à visita do dia 24 ao Colégio de Santo Antão, o que evidencia a importância das relações com a Casa Professa e, neste caso particular, o interesse neste Colégio que é à época o mais notável centro científico nacional. Uma visita onde, a par da receção por António Vieira e pelo Reitor do Colégio, Cosme contacta com o Padre Jerónimo Lobo que relata a suas experiências em “umas e outras Índias” (*Ibidem*), ou seja, na Etiópia e na Índia. Um encontro que, à semelhança de um outro no dia 22 com três capuchinhos que haviam estado no Congo (*Ibidem*), demonstra a curiosidade do príncipe pelos relatos de *viagem*, bem como o seu desejo na recolha de informação sobre as paragens e riquezas dos territórios ultramarinos.

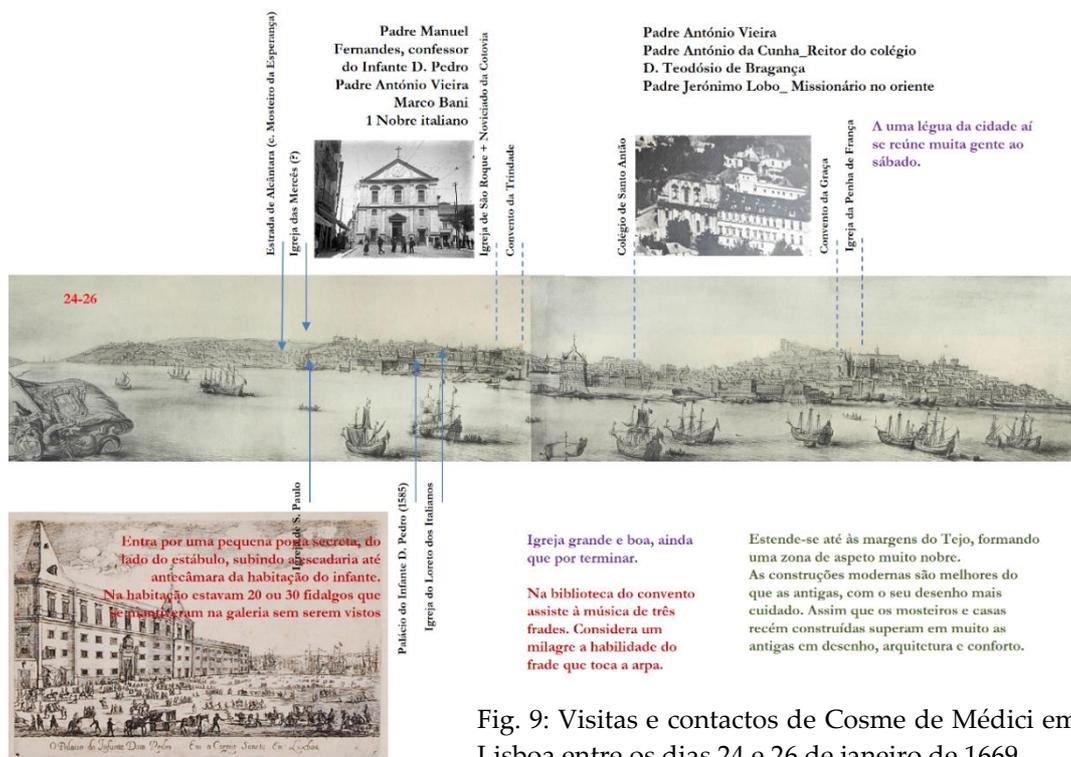


Fig. 9: Visitas e contactos de Cosme de Médici em Lisboa entre os dias 24 e 26 de janeiro de 1669.

<sup>16</sup> Corsini, aponta ainda no seu manuscrito o facto de esta ser uma obra inacabada na sequência de incêndio ocorrido em 1651.

Na sequência desta visita, Cosme recebe enviado com confirmação de audiência junto de Sua Alteza, o Sereníssimo Infante Pedro de Portugal (futuro Rei D. Pedro II), no seu Paço, o Palácio Corte Real na margem do Tejo. Desta visita sobressai a narração do protocolo seguido, bem como a descrição dos espaços percorridos no interior do paço do Infante. Assim, é dada notícia de que Cosme de Médici é recebido sem as diligências oficiais, entrando no Paço por “pequena porta secreta que dá para o estábulo” onde é esperado pelo filho do Conde de Prado, acompanhado por moços de Guarda-roupa e de Câmara que seguravam 16 tochas. Daí, tomou a escada que o levou a antessala, diante da Câmara do príncipe, na qual se encontravam “vinte ou trinta cavaleiros da fidalguia portuguesa” convocados nessa tarde para a corte. A meio desta antessala é recebido pelo Conde de São João que o conduz a antecâmara, imediatamente antes dos aposentos do infante português e nos quais entrará após o correr de cortina. Um encontro rápido, de “um oitavo de hora” (*Ibi*, p. 312), obedecendo a saída do Paço ao mesmo protocolo (acompanhado primeiramente pelo Conde de São João e depois pelo filho do Conde de Prado) e sequência espacial (aposentos, antecâmara, antessala, escada, estábulo e porta). Esta informação, a ser cruzada com a documentação gráfica do Paço do Infante, permitirá, no correr do projeto de investigação, mapear o percurso do príncipe toscano e, simultaneamente, identificar e localizar no espaço os diferentes personagens com que este se cruza.

No dia seguinte, a propósito da ida à Igreja da Penha de França, o relato é mais abundante quanto à localização do edifício, “a uma légua da cidade”, ao culto, “Imagem muito venerada”, e aos fiéis que aí se deslocam, “ao sábado é lugar em que se reúne muitíssima gente”, bem como à comunidade que o habita, “vinte frades de Santo Agostinho” e ao espaço arquitetónico: “A igreja tem três naves; no altar-mor sobre a mesa tem uma caixa de cristais de ébano, prateados (que se afirma terem vindo da Índia) o Santíssimo Sacramento, fechado em pequena caixa de ouro” (*Ibidem*). De facto, é aqui relevante a identificação da configuração espacial do templo, constituído por três naves<sup>17</sup>, distante do espaço atual, conseqüente a reconstrução da igreja após o grande terramoto<sup>18</sup>, de planimetria poligonal conforme a tradição do barroco nacional.

No mesmo dia, visita a igreja de S. Paulo, aos banhos de S. Paulo, da qual não há qualquer descrição, e a igreja da Trindade, caracterizada como obra

---

<sup>17</sup> A construção descrita corresponde à obra concluída em 1635, segundo desenho do arquiteto régio Teodósio de Frias (c. 1555-1634).

<sup>18</sup> A atual construção é obra do arquiteto Aires da Cunha com posterior intervenção de Caetano de Sousa (1742-1802), iniciada em 1756 e concluída em 1788.

“grande e boa, ainda que inacabada” (*Ibi*, p. 313), aproveitando para percorrer o respetivo convento e biblioteca onde assiste a atuação musical de três frades.

No dia 27, sua Alteza assiste à procissão de transladação do corpo de Santa Eufémia da igreja da Trindade para a dos Teatinos. Apesar de nas *Relazione* não se apontar o percurso da procissão, mas que certamente outras fontes o permitirão reconhecer e materializar graficamente sobre o plano da cidade, o diário refere que Cosme assiste ao evento a partir da casa de Otávio Ximenez (personagem e localização que carecem igualmente de identificação adensando o mapeamento perseguido)<sup>19</sup>. Contudo, a descrição do cortejo da procissão é bastante pormenorizada referindo-se a presença de fidalgos e de regimentos dos distintos bairros da cidade, a par de grupos de mulheres dançando com arcos decorados com flores e máscaras.



Fig. 10: Visitas e contactos de Cosme de Médici em Lisboa entre os dias 27 e 28 de janeiro de 1669.

Na intenção de ampliar e consolidar uma análise diacrónica dos espaços visitados, é significativo o relato da ida do príncipe toscano à Cidade Real de

<sup>19</sup> Este é ainda mencionado aquando do almoço, no dia 4 de fevereiro, na vila de Belém do Conde de S. Lourenço, e no dia 9 de fevereiro, acompanhando o príncipe e respetivo séquito na fragata que os conduz a Belém e ao forte de S. Julião da Barra.

Alcântara. Uma visão do vale de Alcântara muito distante da atual, profundamente transformado nos séculos XIX e XX na consequência do desenvolvimento e instalação de indústrias. Por oposição, no século XVII, o vale é referido como pequena vila bucólica cujo carácter advém da profusão de humildes construções, hortas e jardins em terraço, a partir dos quais se vislumbra ao longe o mar, enquanto nos campos circundantes, apesar da carência de água, se veem “videiras, arbustos, ervas silvestres, laranjeiras e limoeiros que por todo o país se encontram pelos bosques em campo aberto” (*Ibi*, p. 314).

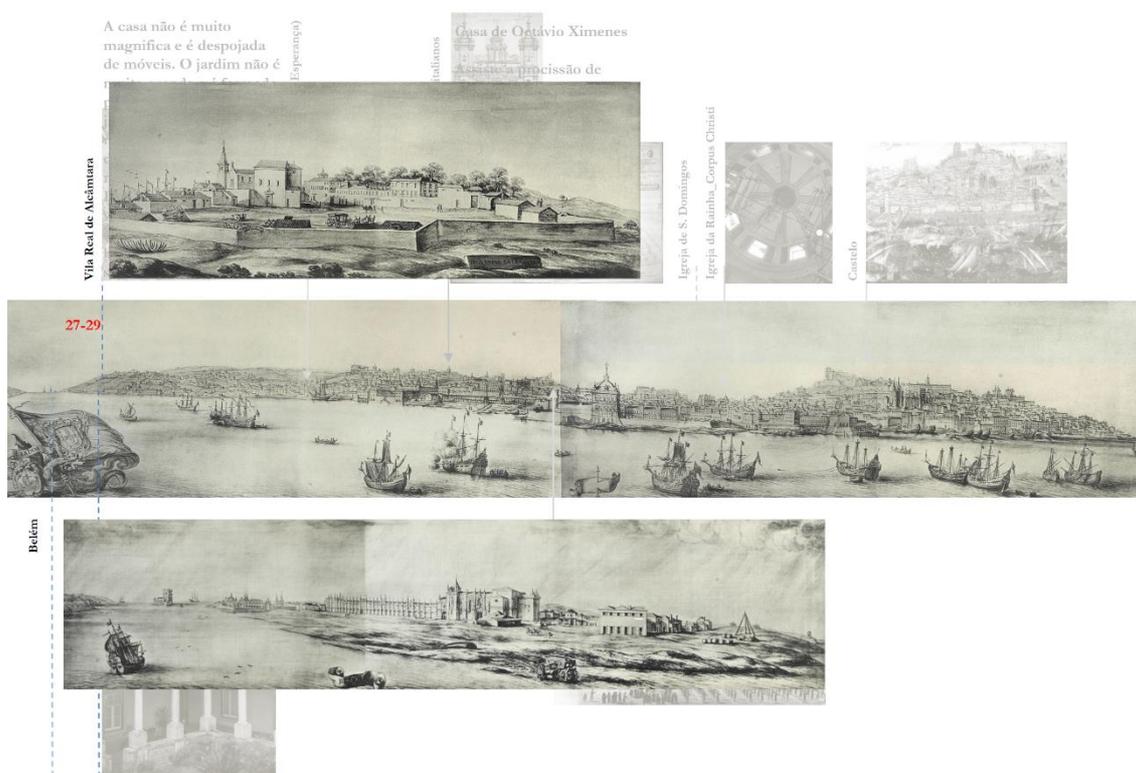


Fig. 11: Visitas de Cosme de Médici à Vila Real de Alcântara e Belém a 27 e 4 de fevereiro de 1669.

De regresso à cidade, no dia 28, Cosme visita a Igreja de S. Vicente de Fora, sobre a qual Corsini aponta a sua grandeza, apesar da obra estar ainda em curso, e as avultadas contribuições dos Duques de Bragança que, na sequência da deposição do túmulo de D. João IV, instalam aí o seu mausoléu familiar. No mesmo dia, visita o Castelo de S. Jorge do qual se aponta somente que regimentos se encontram aí alojados. Descrição mais substancial do castelo é oferecida por Corsini, que escreve acerca da situação orográfica do castelo, da robustez das muralhas e da organização militar (*Ibi*, p. 315).

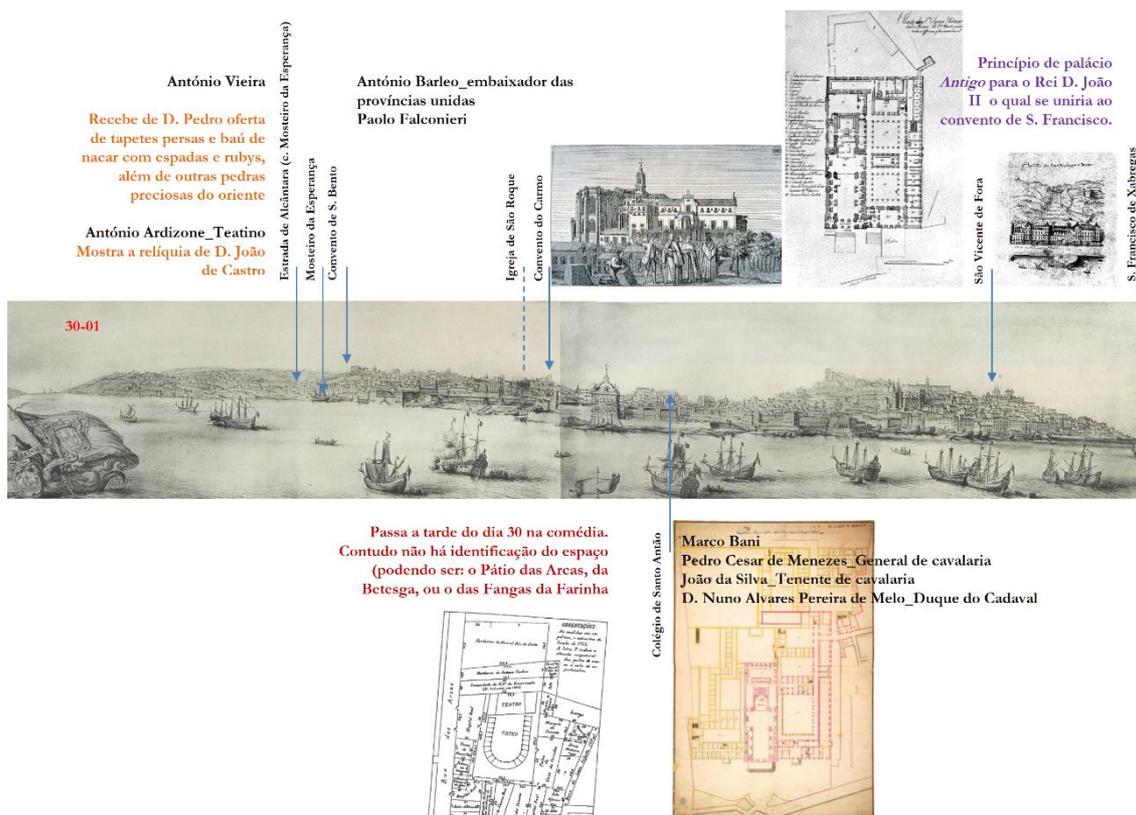


Fig. 12: Visitas e contactos de Cosme de Médici em Lisboa entre os dias 30 de janeiro e 01 de fevereiro de 1669.

No dia seguinte, após encontro pela manhã com o Padre António Vieira, Cosme visita novamente a igreja S. Vicente de Fora, deslocando-se ainda ao Convento de São Bento e ao de São Francisco de Xabregas, no termo oriental da cidade, a par do qual se encontra construção de sabor antigo (e cujo traço classicista se atribui hoje a Francisco de Holanda), destinado a residência real.

Em relação à visita a S. Bento (atual edifício da Assembleia da República), o diário de Corsini aponta “o altar-maior, iniciado pelo marquês de Castelo Rodrigo, debaixo do qual existe uma capela, onde deveriam estar os seus sepulcros, contudo tudo está inacabado.” Uma curiosa referência à cripta encomendada pelo 2º Marquês de Castelo Rodrigo, Manuel de Moura Corte Real, ao arquiteto romano Francesco Borromini<sup>20</sup>. Contudo, neste documento, não fazendo menção à origem italiana da obra, a referência não vai além da indicação de que “há algumas pedras talhadas, que devem servir como adornos para as sepulturas mencionadas” (*Ibi*, p. 316).

<sup>20</sup> Tendo sido designado, no tempo do domínio filipino, como embaixador em Roma, o 2º Marquês de Castelo Rodrigo torna-se patrono de Borromini. É nessa consequência que o arquiteto romano dedica o seu manuscrito *Opus Architectorum* (redigido em 1647) ao nobre lusitano. Para mais ver Connors (1991) e Gomes (2003).

No final do dia, tendo sua alteza regressado a casa, a *Relazione* menciona oferta do Príncipe de Portugal ao Príncipe Toscano. Uma prenda exótica, com manufaturas orientais, demonstrativa da dimensão física cosmopolitismo do império português, bem como da intensiva atividade comercial e cultural. Assim, além de almofadas de lã da Pérsia, a oferta inclui baú de nácar, panos da China e espada (com ouro e rubis), sobre a qual se refere o percurso e sequência de mãos por que esta passou entre a Índia e Lisboa (um mapeamento a fazer e que permitirá espacializar relações no âmbito da história económica e política portuguesa seiscentista).

O dia 1 de fevereiro é dedicada aos jesuítas, visitando a casa de S. Roque e o Colégio de Santo Antão, o qual beneficia da circulação de letrados e cientistas que procuram Lisboa dada a sua posição enquanto lugar de intermediação entre as casas europeias e os ramos ultramarinos da companhia, nomeadamente os do oriente e das américas.

A deslocação a Belém, que tem lugar a 4 de fevereiro, incide em visita à magnífica construção do mosteiro de Santa Maria de Belém de cuja igreja se descreve a distribuição dos túmulos reais no seu interior. Já em relação ao corpo do mosteiro Magalotti descreve o claustro, “cujas arcadas estão artificialmente trabalhadas em colunas de mármore que proporcionam comodidade ao caminhar” (*Ibi*, p. 318), o refeitório e o dormitório, a par dos jardins guarnecidos com fontes e citrinos. Aquando desta incursão a mais de uma milha da cidade, o príncipe aproveita para visitar na outra margem do Tejo o convento de S. José da Arrábida (convento dos capuchos na Caparica), habitado por frades franciscanos na observância da província da Arrábida. Uma construção, que no cumprimento de regras de simplicidade e despojamento, é descrita como não tendo nada de notável para além do respeito absoluto aos votos de pobreza. Panorama distinto é apontado em relação ao mosteiro de Odivelas onde, vivendo seiscentas mulheres, a madre se revela como “senhora de maravilhosos talentos” (*Ibi*, p. 319), passado Cosme o tempo em audiência com a madre e assistindo a sarau musical.

Aspetto que se vai revelando ao longo da leitura dos documentos, nomeadamente no que se refere ao confronto entre a *Relazione Ufficiale* de Magalotti e o manuscrito Corsini, é que a descrição espacial é muito mais densa no caso do segundo documento. Por exemplo: quando Magalotti aponta a deslocação a Benfica, a propósito de visita à residência do Conde da Torre e ao vizinho convento de S. Domingos, a sua descrição não vai além de breve referência à passagem por estes locais. Em contrapartida, Corsini explora em profundidade a residência, “construída com galanteria e tem jardim com diferentes adornos”, referindo a composição dos terraços, os adornos de jardins, os tanques e labirintos. Particular atenção é depositada por Corsini na

decoração que guarnece os jardins, de azulejos decorativos e historiados ou de grinaldas de limões em cerâmica, a par dos trabalhos de mármore que emolduram a construção. Atenção semelhante é depositada na igreja de S. Domingos de Benfica, identificando arcos tumulares e transcrevendo algumas das suas inscrições.

Assim, parece-nos que do ponto de vista documental a identificação dos lugares, personagens e protocolos seguidos é alvo da atenção de Magalotti, o que, a rigor, responde ao carácter oficial do documento, enquanto a fuga em relação à ambiência dos lugares e a sua descrição física é levada a cabo por Corsini, nitidamente mais livre na redação de um documento pessoal e revelador dos seus interesses.

Na mesma linha poder-se-á apontar os relatos do dia 9, aquando da visita à torre de Belém e ao forte de S. Julião da Barra. Se o discurso de Magalotti incide no protocolo, mencionando por exemplo as salvas de canhão na receção de sua majestade, Corsini recai na descrição do ambiente construído. Assim, descreve a torre de Belém como edificação “quadrada, bastante alta e tem uma torre” e o forte de São Julião da Barra como “Castelo feito de todo o tipo de pedra e mármore” (*Ibi*, p. 322), continuando a descrição pelo tipo de armamento, portas, cisternas e organização do contingente militar.

## 6. Contato e relações epistolares

Ao longo do documento de Magalotti é também evidente a identificação de personagens centrais da cultura portuguesa de seiscentos, além dos encontros com a elite política e aristocracia lusitana, distintos embaixadores e membros de comunidades estrangeiras. Contactos cujas relações se perpetuam no tempo como o comprova o acervo documental relativo a trocas epistolares entre o príncipe e o Padre António Vieira<sup>21</sup>, Frei Francisco de Santo Agostinho<sup>22</sup>, Rafael

---

<sup>21</sup> Para mais ver em Castro (1962), Castro (1964) e Lima (2010).

<sup>22</sup> Da relação de Frei Francisco de Santo Agostinho com Cosme de Médici, temos referência de registo da Casa professa do Bom Jesus de Goa, acerca de monumento oferecido pelo grão-duque da Toscana e executado pelo marmorista florentino Giovanni Battista Foggini, por volta de 1697, ou ainda da sua obra poética *Serenissimi Cosmi III. Magni Ducis Etruriae Sacellum* (1673).

Bluteau<sup>23</sup>, Luís Serrão Pimentel, Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira<sup>24</sup> ou André Rodrigues de Matos<sup>25</sup>.



Fig. 13: Agenda e contatos de Cosme de Médici em Lisboa entre os dias 02 e 17 de fevereiro de 1669.

Ao longo das *Relazione* é evidente o permanente contacto do príncipe com membros da Casa Professa, nomeadamente os reitores dos distintos colégios porque vai passado (Elvas, Évora, Setúbal, Lisboa, Santarém, Coimbra e Porto). Contudo, neste âmbito, é de destacar os sucessivos encontros com o Padre António Vieira, o primeiro no dia 22 de janeiro de 1669, e sobre o qual Corsini refere como “predicador famoso, que por estar convencido de algumas opiniões heréticas, a inquisição o privara de missa e do sermão, mas que, contudo,

<sup>23</sup> Do Padre D. Rafael Bluteau temos notícia do envio a Cosme das *Primícias Evangélicas, ou sermões e panegíricos ...*, Lisboa, 1676.

<sup>24</sup> A este, Cosme de Médici envia carta (datada de abril de 1680), agradecendo a primeira parte da obra “A História de Portugal Restaurada”, cuja 1ª parte fora publicada em Lisboa, em 1679.

<sup>25</sup> André Rodrigues de Matos (cavaleiro professo na ordem de Cristo e académico da Universidade de Coimbra) envia ao grão-duque toscano a sua tradução do poema épico de Torquato Tasso, “O Godfredo, ou Hierusalem Libertada; Poema heroico composto no idioma toscano por Torcato Tasso, traduzido na lingua portugueza”, de quem recebe nota de louvor.

contava com o favor do Príncipe, do qual era seu confidente...” (*Ibi*, p. 309). Na sua sequência há registo de novo encontro na noite do 25, com o jesuíta a ser recebido na casa de Cosme, e novamente nas manhãs de 29 de janeiro e de 11 de fevereiro, aquando de visitas à Casa Professa. Encontros que, segundo Lima (2010), versariam sobre interesses comuns, como a botânica, ou, no assunto da dispensa matrimonial do monarca luso. Uma relação privilegiada que de facto se prolonga no espaço e no tempo<sup>26</sup>.

Porém, nem todos os contatos do príncipe são identificados de modo inequívoco nas *Relazione*. É o exemplo da referência, no dia 10 de fevereiro a um matemático. “De volta à sua casa passou a vigília com um matemático português, que trouxe para lhe mostrar um livro muito grande que contém a informação das Índias com as plantas daquelas terras, as quais foram solicitadas pelo Vice-rei” (*Ibi*, p. 323). Na leitura de Garcia (2017) este matemático seria Luís Serrão Pimentel (Garcia, 2017, p. 210). Uma ideia consequente à notícia de recomendação de mapas pelo cosmógrafo-mor a Cosme de Médici, bem como ao envio para Florença de manuscrito da sua mão “*Extracto Ichonografico do Methodo Lusitanico novo, facillimo, e apuradíssimo pera desenhar as fortificaçoens regulares, e irregulares por novas e exatíssimas proporções achado por Luís Serrão Pimentel*”<sup>27</sup>, ou ainda a oferta de exemplar da obra de Pedro Nunes<sup>28</sup>. Presentes aos quais, Cosme III responde com o envio de alguns livros de arquitetura que o matemático, engenheiro e cosmógrafo português muito agradeceu (Ferreira, 2009, p. 96).

### 7. A cidade de Lisboa e instituições

Se no relato do quotidiano a atenção de Magalotti ao quadro espacial da viagem é muito pontual, este dedica, porém, capítulo próprio à cidade de Lisboa, em que apresenta algumas das principais construções e, na sequência do qual, se debruça sobre as principais instituições do reino. Ainda assim, a descrição presente no manuscrito de Corsini descreve o país e a cidade de modo mais exaustivo.

---

<sup>26</sup> Partindo o Príncipe na continuação do seu périplo europeu, este voltará a encontrar-se com Vieira em agosto desse mesmo ano em Marselha, aquando do regresso do príncipe a Itália e Viagem de Vieira com destino a Roma. Aí, Cosimo convida Vieira para uma breve estadia em Florença, após a qual o Padre português parte para Roma. Lima, 2010, p. 104.

<sup>27</sup> Volume em depósito na Biblioteca Nazionale Centrale, Florença (MS, after 1680, 17th century, BNCF, Palatino 910). J. Garcia, “Um mês na Lisboa...”, cit., 2017, pp. 211.

<sup>28</sup> O volume da obra de Pedro Nunes, *Alcune dimostrazioni in difesa della sua dottrina lossodromica...*, em depósito na Biblioteca Nazionale Centrale de Florença (MS, 16th century, BNCF, Palatino 825).

Em relação a Lisboa, Magalotti refere que esta

Ocupa com os seus limites não só a parte mais alta das colinas, senão também as encostas e vales (...). Há abundantes olivais, campos e fruta, sendo rodeada pelo velho e novo recinto amuralhado iniciado com a forma da mais perfeita arquitetura militar para defender a cidade (Magalotti, 1669, p. 329).

Nas margens do Tejo, esta

tem uma zona de nobilíssimo aspeto (...). As construções modernas são melhores que as antigas pelo seu desenho mais cuidado. Assim, os mosteiros e as casas recentemente construídas superam em muito as anteriormente edificadas, em desenho, arquitetura e conforto (*Ibi*, p. 331).

Desta abordagem mais globalizante passa à escala do edificado para descrever o Paço da Ribeira, com a respetiva praça real na margem do Tejo, referindo a qualidade do seu desenho e a circunstância de a obra não estar concluída, “contudo, é adornado de estilo e simetria pelo que merece considerável reflexão.” Um apontamento sobre o Paço Ribeira fora já dado pelo próprio Magalotti quando, a 12 de fevereiro, descreve a audiência do Embaixador de Espanha ao Príncipe português. Aí, descrevendo o aparato exterior e a chegada da comitiva (num total de 42 carruagens) menciona a entrada do embaixador na porta do Paço, a subida pela escadaria e acesso à sala regia (construída por Filipe II de Espanha aquando do domínio sobre a coroa portuguesa), adornada com tapeçarias.

Na sequência do Paço menciona a Sé da cidade que, porventura por reação de um olhar instruído na modernidade clássica, descreve a estrutura medieval como não tendo mérito, magnificência ou beleza. Segue-se então apontamento à igreja de S. Domingos e à Casa da Misericórdia, com o respetivo hospital, na praça do Rossio. No caso de S. Domingos é dito que supera todas as igrejas da cidade em monumentalidade e adorno.

Partindo então do caso da Casa da Misericórdia, e da referência à sua missão assistencial, Magalotti descreve as instituições de governo político como o Conselho de Estado, o Conselho Real do tesouro, o Conselho de Guerra, o Conselho do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e ordens, a Ordem Militar de Cristo, a Ordem de Santiago, o Conselho do Ultramar, a Junta dos três estados do Reino, o Tribunal de Justiça, o Senado da Câmara, a Casa das Índias, a Casa da Alfandega (descrevendo o tipo de tributação aplicada aos diferentes tipos de bens), o Conselho da Fazenda da Rainha, o Estado e Casa de Bragança (descrevendo o património da casa de Bragança), a Chancelaria da Corte, a Chancelaria da Justiça, a Corte do Rei (da qual se aponta a falta de um

protocolo próprio pelo que, como tal, se aplica na sua totalidade o estilo castelhano), o Governo eclesiástico (incluindo a sua organização deste Braga ao Oriente), o Tribunal da Santa Cruzada, o Conselho da Inquisição, a Mesa pequena da Inquisição e a Concordata dos Bispos.

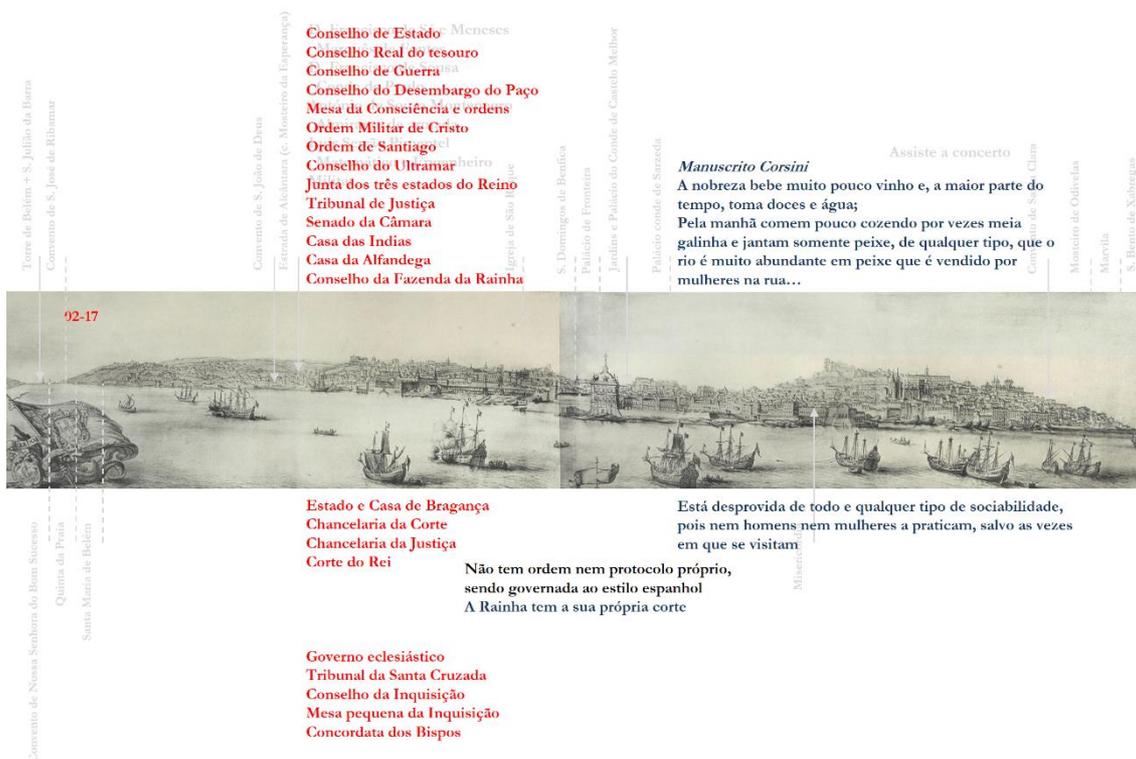


Fig. 14: Listagem das instituições da coroa e de governo bem como observações de protocolo.

Após esta longa exposição, Magalotti aponta os preparativos e respetiva partida de Cosme, no dia 18 de fevereiro, que passando pela praça do Rossio sai da cidade pela porta de Santa Bárbara: “Foi muito agradável o aspeto do campo com belos jardins e deliciosas casa, que povoam todo o caminho” (*Ibi*, p. 352).



Fig. 15: Saída de Cosme de Médici de Lisboa, a 18 de fevereiro de 1669, rumo ao norte. Etapa Lisboa-Santarém.

A viagem prosseguirá rumo a norte, em direção a Santiago de Compostela, passando por Vialonga, Vila Franca de Xira, Cartaxo, Santarém,<sup>29</sup> Golegã, Tomar, Estalagem da Gaita, Fonte Coberta, Coimbra, Mealhada, Cerdam, Pinheiro, Grijó, Porto, Moreira da Maia, São Pedro de Rates, Viana do Castelo e Caminha:

A um de março Sua Alteza, servida pelo Juiz de Fora até à praia, embarcou em barco a remo e velas, chamada lancha pelo locais, e o resto da família subiu pelo rio em lanchas similares com o favor da maré, e em quatro horas chegou a Tuy (Magalotti, 1669, p. 373).

## 8. Conclusão

Do exposto, acerca do ensaio no âmbito da consolidação de proposta de projeto de investigação, verifica-se a importância dos desenhos de Pier Maria Baldi no reconhecimento da paisagem urbana e rural portuguesa de Seiscentos, a par dos relatos de Lorenzo Magallotti, complementada pelos diários de Filippo Corsini, Jacopo Ciuti e Giovan Battista Gornia, que nos permitem reconhecer, narrar e mapear os percursos e encontros do príncipe, nomeadamente no que se refere ao seu enquadramento espacial.

Nesta lógica o resgate e análise das fontes documentais primárias, visa a montagem de uma narrativa abrangente sobre o evento, os seus atores e

<sup>29</sup> A *veduta* deste ponto da viagem, foi trabalhada como ensaio metodológico aquando da formulação do projeto de investigação, preconizando a aproximação às fontes primárias, estratégias de análise e dimensões inerentes ao desenho de Pier Maria Baldi, por Cabeleira, 2016.

lugares, tendo como principal instrumento metodológico o desenho. A partir da revisão crítica das fontes primárias, enfatiza-se a importância do desenho, nomeadamente na sua simultaneamente enquanto objeto de análise e instrumento de pesquisa (permitindo materializar interpretações e hipóteses desvelando substratos da dimensão material e imaterial dos lugares), apoiando ainda toda a fundamentação cognitiva e comunicação do conhecimento alcançado. Neste âmbito, os ensaios avançados permitiram testar hipóteses no método e instrumentos a aplicar, corroborando a estratégia na avaliação das *vedute*, na leitura da morfologia urbana e da paisagem, tendo como pressupostos a indagação gráfica, sobreposição, mapeamento e confronto de suposições, afastando o Desenho de um status meramente figurativo.

Pelos conteúdos intrínsecos às fontes documentais (nomeadamente o conjunto das 396 *vedute* de Pier Maria Baldi e os manuscritos de Lorenzo Magalotti, Jacopo Ciuti, Filippo Corsini e Giovanni Gornia), importa explorar a imagem global do visto, revelando-se aptidões destas fontes na construção de uma imagem dos lugares servindo, conjuntamente, a uma leitura do seu presente.

## 9. Bibliografia

- Cabeleira, João (2016) 'A Viagem de Cósimo III de Médicis. Imagem da cidade portuguesa de seiscentos, o caso de Santarém', in Bandeira, Miguel - Correia, Jorge (coord.), *Os Espaços da Morfologia Urbana. Proceedings of the 5th International Conference of the Rede Lusófona de Morfologia Urbana*. PNUM (Guimarães, Centro Cultural Vila Flor, 15 e 16 de julho de 2016). Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 39-50.
- Castro, Aníbal Pinto de (1962) 'O Padre António Vieira e Cosme III de Médicis', *Revista de História Literária de Portugal*, 1, pp.158-190.
- (1964) 'Correspondentes portugueses de Cosme III de Médicis - nótula sobre a actividade literária de Seiscentos em Portugal', *Revista de História Literária de Portugal*, 2, pp. 231-287.
- Cattaneo, Angelo - Corbellini, Sabrina (2019) *Sguardi global. Mappe olandesi, spagnole e portoghesi nelle collezioni del granduca Cosimo III de' Medici*. Firenze: Mandragora.
- Connors, Joseph (1991) 'Borromini and the Marchese di Castel Rodrigo', *The Burlington Magazine*, 133, pp. 434-440.
- Crinò, Anna Maria (1968) *Un principe di Toscana in Inghilterra e in Irlanda nel 1669*. Roma: Abete.

- Doglio, Maria Luisa (1991) 'Vedere per il Principe', in Magalotti, Lorenzo, *Diario di Francia dell'anno 1668*. Palermo: Sellerio, pp. 9-29.
- Estrela, Jorge (2013) *Viagem de Cosme III de Médicis em Portugal no Ano de 1669*. Lisboa: Fundação Mário Soares.
- Ferreira, Nuno (2009) *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Tese de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa.
- Garcia, José (2017) 'Um mês na Lisboa de 1669 com Cosme de Médici, um "peregrino instruído"', in Alessandrini, Nunziatella - Russo, Mariagrazia - Sabatini, Gaetano (coord.) *Homo est minor mundus Construção de Saberes e Relações Diplomáticas Luso-Italianas (sécs. XV-XVIII)*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, pp. 195-214.
- Gomes, Paulo Varela (2003) 'Damnatio Memoriae. A arquitectura dos marqueses de Castelo Rodrigo', in Colonna, José Luis - Brown, Jonathan (org.), *Arte y diplomacia de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII*. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, pp. 359-361.
- Guzman, Miguel (2015) 'Vistas urbanas de Santiago de Compostela: del la ciudad imaginada a los primeros retratos de ciudad', in Trasancos, Alfredo Vigo (coord.), *La ciudad y la mirada del artista. Visiones desde el Atlántico*. Santiago de Compostela: Teófilo Edicións, pp. 319-349.
- Lima, Ebion de (2010) 'Uma fruta para o Grão-duque: carta do Padre António Vieira a Cosme III', *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 44, pp. 99-117.
- Magalotti, Lorenzo (1669) '*Relazione ufficiale*', in Jiménez, Davide - Molledo, José (2018), *Viaje de Cosme III de Médici por España y Portugal (1668-1669)*. Madrid: Miraguano Ediciones.
- Paixão, Alexandre (1939) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. Porto: Damião Peres.
- Radulet, Carmen (2003) 'Cósimo III Medici and the Portuguese Restoration: a voyage to Portugal in 1668-1669', *E-journal of Portuguese History*, 1 (2), pp. 1-8.
- Sánchez Rivero, Angel - Sánchez Rivero, Angela (1933) *Viaje de Cosme de Médicis por Espanha y Portugal (1668-1669)*. Madrid, Centro de Estudios Historicos.

## 10. *Curriculum Vitae*

Professor Auxiliar da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, (EAUM), é coordenador das UC de Geometria e Seminário 1C. Licenciado em Arquitetura (2002) e Mestre em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico (2006), pela Faculdade de Arquitetura do Porto (FAUP), obtém o grau de doutor na EAUM (2015), com a investigação "*Arquitetura imaginária: espaço real e ilusório no barroco português*", onde analisa tratados de arquitetura, ótica e perspetiva, procurando interseções entre a ciência projetiva e resolução do espaço arquitetónico. A sua investigação versa sobre a representação do espaço, no âmbito da tratadística e prática da representação, da escala planetária à do objeto.

**Antonio Albergati, coletor em Portugal (1622-1624):  
uma presença contra a escravidão.  
Documentos inéditos em bibliotecas romanas**

**Antonio Albergati, collector in Portugal (1622-1624):  
a presence against slavery.  
Unpublished documents in Roman libraries**

Mariagrazia Russo  
(Università degli Studi Internazionali  
di Roma - UNINT)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 21/04/2021

*Resumo*

No século XVII, na Península Ibérica, as relações entre Igreja e Estado estiveram muito tensas, cada uma das partes a avocar para si os poderes políticos e jurídicos que lhes garantiriam a preservação da autoridade; a isto acrescentava-se a questão ligada ao reconhecimento da independência portuguesa por parte do governo de Roma. Neste quadro atuou Antonio Albergati (1566-1634), nomeado coletor em Lisboa em 1620. Neste artigo apresentam-se três documentos inéditos que mostram a influência que Albergati teve e o afinco com o qual trabalhou para recolher e divulgar notícias sobre as colônias portuguesas em África, destacando-se o seu empenho para a difusão da fé católica e contra a escravidão.

*Palavras-chave*

Antonio Albergati; século XVII; Portugal; documentos inéditos; Propaganda Fide.

*Abstract*

In the 17th century, in the Iberian Peninsula, relations between Church and State were very tense, each of the parties calling upon themselves the political and legal powers that would guarantee them the preservation of authority; to this was added the question linked to the recognition of Portuguese independence by the government of Rome. Antonio Albergati (1566-1634), appointed collector in Lisbon in 1620, acted in this context. In this article are presented three unpublished documents that show the influence that Albergati had and the dedication with which he worked to collect and disseminate news about the Portuguese colonies in Africa, highlighting its commitment to the spread of the Catholic faith and against slavery.

*Keywords*

Antonio Albergati; 17th century; Portugal; Unpublished documents; Propaganda Fide.

1. Apêndice. - 2. Bibliografia. - 3. Curriculum vitae.

A primeira metade do século XVII na Península Ibérica, quanto às relações entre Igreja e Estado, está marcada pela contestação dos privilégios e dos poderes de Roma: o direito de nomeação de bispos nas sés episcopais que a Coroa queria avocar a si para poder exercitar o necessário controlo do país e que, pelo contrário, a Igreja não podia ceder para manter a própria autoridade; os benefícios eclesiásticos em geral que o papado defendia; a jurisdição do tribunal da Inquisição contendida entre os dois poderes religioso e secular; as imunidades fiscais pretendidas pelo clero regular que, pelo contrário, a monarquia queria abolir; o mantimento das propriedades eclesiásticas que começava a vacilar fortemente.

Na segunda metade do século, acrescentam-se as questões ligadas ao reconhecimento da independência portuguesa em Roma, que interessou trinta anos de história (desde 1640 até 1670) durante os quais a Igreja tentou negociar os direitos já adquiridos; acabando os últimos trinta anos com a nova perspectiva da monarquia portuguesa virada para as riquezas do Brasil e a Igreja ainda em dificuldade pelas imunidades.

O século XVII será portanto caracterizado pela presença de coletores com funções de nuncios: uma espécie de reconhecimento silencioso de uma identidade própria de Portugal, até aos anos '50, para depois deixar espaço a uma pausa diplomática, devida às incertezas políticas até 1670, quando em terra lusitana regressará uma presença não de uma coletoria mas de uma efectiva nunciatura com Mons. Francesco Ravizza (1615-1675), bispo, diplomata e nuncio apostólico.

O coletor Antonio Albergati (1566-1634) substitui Vincenzo Landinelli (1567-1627?), entrado em Portugal, no dia 4 de junho de 1620, como enviado a Lisboa por Paulo V (1552-1621), o qual teve que sair prematuramente da terra lusitana porque acusado pelo tribunal de ter criticado a administração do governo hasbúrgico. Vincenzo Landinelli recebe, no dia 16 de abril de 1622<sup>1</sup>, a carta de despedida enviada pelo papa Gregório XV (1554-1623). O novo coletor assumiu o seu novo encargo depois de um ano da subida ao trono de Filipe III de

---

<sup>1</sup> British Museum, Bibl. Eg. 1131-1136: *PAPELES VARIOS de Portugal a collection of official papers in Spanish consisting of original Consulta of the Council and Governors of Portugal of the Council of State in Madrid and of different Juntas together with Reports of ministers and various Letters and Memorials relating to the affairs of Portugal and its colonies during a portion of the period of its union with Spain and chiefly in the years 1620 1626*, in six Volumes, Folio (descrição em *Catalogue*, 1850, t. III, f. 251).

Portugal (IV de Espanha, 1605-1655; 1621). Albergati, “fidalgo bolonhez”<sup>2</sup>, era de facto parente muito próximo do papa Gregório XV, Ludovisi, sendo o irmão deste, Orazio Ludovisi (1561-1640), casado com Lavinia Albergati (cerca de 1575 - depois de 1621), irmã do coletor. Remontam a um mês antes, exatamente ao dia 4 de março de 1622, as instruções enviadas pelo papa a Albergati para a sua coletoria em Portugal<sup>3</sup>, sendo ele destinado à terra portuguesa já desde 15 de setembro do ano anterior. Antonio Albergati escolheu como auditor em Lisboa o abade Joseph Zongo Ondedei (1600?-1674), prelado franco-italiano, que permanecerá em Portugal depois da sua saída ocorrida em 1624.

Albergati, que já tinha sido incumbido em 1610 da difícil nunciatura em Colónia, prosseguiu no trabalho de Vincenzo Landinelli na tentativa de resolver as controvérsias sobre a colecta dos benefícios eclesiásticos do Reino, voltando a examinar as prerrogativas e os direitos eclesiásticos, organizando e publicando, em Lisboa (ex officina Pedro Craesbeeck) em 1622, os *Decreta pro tribunali apostolico Ulyssiponensi*.

Além disso, na linha do que já fora anunciado alguns anos antes pelo diplomata congolês António Emanuel Nsaku Ne Vunda, o Negrita (m. 1582), Albergati procurou defender os missionários em Angola, intervindo até duramente contra o governador colonial português, João Correia de Sousa, que exercia o cargo de Capitão-General no Reino de Angola entre 1621 e 1623, e os seus funcionários, que foram excomungados. João Correia de Sousa tinha, de facto, enviado cinco navios de Angola para o Brasil com um total de 1211 escravos.

Para resolver a questão das relações com o ultramar, Albergati fez uma viagem a Madrid, como núncio extraordinário junto da corte espanhola, na tentativa de esclarecer toda a situação dos missionários nas várias colónias portuguesas, pedindo numerosas informações que hoje se encontram recolhidas num códice da *Biblioteca dell'Accademia Nazionale dei Lincei e Corsiniana* de Roma<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> António Pereira de Figueiredo, *Cathalogo dos Legados a Latere, Delegados, Nuncios e Collectores da Sé Apostolica, que até o presente tem havido em Portugal*, ms. Archivio Segreto Vaticano (de agora em diante ASV), Nunziatura Apostolica di Lisbona, n. 386, a partir do f. 242. Dos fólhos que sobreviveram de um incêndio (evidente nas queimaduras de algumas páginas) estou a fazer a edição.

<sup>3</sup> A referência foi encontrada em Narducci, 1892, p. 149.

<sup>4</sup> Biblioteca Corsiniana 495.39.B.4, *Notizie e memorie diverse concernenti la nunziatura di Colonia (1610-1621) e collettoria de' spogli di Portogallo (1621-1624) raccolte da mons. A. A. vescovo di Bisceglie* (originais e cópias): contém notícias sobre Congo, Angola, Índias Orientais, Cabo Verde, etc.. Outras fontes manuscritas no ASV, Miscell., Arm. II, n. 177, pp. 117-126. Fontes

Albergati aplicou uma forte política na direção da evangelização da África portuguesa, na perspectiva da recém criada *Propaganda Fide*, instituída pelo cunhado da sua irmã, o papa Gregório XV<sup>5</sup>, cujo Prefeito era então o sobrinho Ludovico Ludovisi (1595-1632). Desta forma, confere ao bispo de São Tomé o cargo de visitador apostólico dos reinos de Angola, Congo, Cabo Verde, Serra Leoa e ilha de S. Lourenço, tentando também reduzir a presença de judaizantes em África.

Quando Albergati voltou a Itália, a 27 de fevereiro de 1624, deixou em Lisboa a sé vacante por alguns meses<sup>6</sup> até à vinda de Giovanni Battista Maria Pallotta ou Pallotta (1594-1668), “Colleitor e Nuncio”<sup>7</sup>, o qual, a partir de 1624, teve de continuar no seu trabalho de resolução da questão da coleta dos benefícios eclesiásticos. Albergati deixou ao seu colega para este fim umas detalhadas instruções, incentivando a política de excomunhão<sup>8</sup>. Por causa das discrepâncias entre Igreja e Coroa foi também preso em Madrid o auditor Zongo Ondedei que tinha ficado entre Lisboa e a capital espanhola depois da saída de Albergati<sup>9</sup>. O coletor de Portugal, uma vez em Itália, voltou ao seu encargo de bispo de Bisceglie (pelo qual tinha recebido a nomeação em 1609), para depois ser nomeado coadjutor do sobrinho, o cardeal Ludovico Ludovisi, até à morte dele ocorrida em 1632. Albergati faleceu dois anos depois em Roma.

---

impressas: *Corpo Diplomatico Portuguez*, 1902 (t. XII), pp. 227-244. Mais informações sobre António Albergati em Rosa, 1960, pp. 615-617; e Rodrigues, 2001, p. 290.

<sup>5</sup> O dicastério romano foi fundado canonicamente com a bula *Inscrutabili divinae providentiae* de 22 de junho de 1622. Cfr. Pizzorusso, 2018, *passim*.

<sup>6</sup> No *Catalogo* de A. Pereira de Figueiredo (f. 244) parece que neste período fosse destinado à coletoria, sem nunca chegar a desenvolver o seu papel, Paolo Torelli, filho de Pomponio Torelli e de Isabella Bonelli (filha, por sua vez, de Marco e de Dominia de Gibertis, sobrinha do papa Pio V e irmã do cardeal Michele Bonelli): “Paulo Taureli, natural de Parma, filho do Conde Pomponio Taureli, e por sua mai segundo sobrinho do Papa Pio V”. Pomponio Torelli trabalhara na corte do Duque Ranuccio I Farnese.

<sup>7</sup> *Ibi*, f. 245.

<sup>8</sup> Fontes: Vat. lat. 10442, ff. 30r-58v, *Istruzione a mons. Pallotto* [Giambattista Pallotta] *per la collettoría del regno di Portogallo*; e Vat. lat. 10446, ff. 69r-73v, 88r-93v, *Istruzione a mons. Pallotto* [Giambattista Pallotta] *per la collettoría del regno di Portogallo*. Poderia pertencer a Albergati também a *Istruzione a Monsignor Pallotta Ministro Apostolico alla Corona di Portogallo*, que se encontra manuscrita no códice 8699; *Relazioni of Spain and Portugal*, ff. 51-107, na British Library de Londres (não consultámos este último ms. que, pelo contrário, é atribuído ao cardeal Francesco Barberini).

<sup>9</sup> Cfr. Siri, 1655, t. V, parte prima, p. 353.

A política de Albergati em Portugal torna-se manifesta nos documentos hoje recolhidos no códice 495.B.4 da *Biblioteca dell'Accademia Nazionale dei Lincei e Corsiniana* de Roma. O título deste manuscrito foi dado no período da encadernação na metade do século XVIII: *Notizie, e Memorie Diverse Concernenti la Nunziatura di Colonia e Collettorìa de' Spogli di Portogallo Raccolte da Mons.re Antonio Albergati Vescovo di Bisceglie*, escrito na f. Ir. Os documentos em papel presentes nesta coletânea, escritos por diferentes amanuenses, remontam à metade do século XVII e são datáveis entre 1610 e 1622. O ms. de 389 fólhos, mais 3 iniciais (formato: mm. 335x225 com referência ao f. I), é encadernado em cartão revestido em pergaminho, atualmente rasgado na capa posterior. Selecionam-se apenas três documentos para mostrar a importância destes documentos e para abordar a questão sintetizada no presente artigo.

Alguns documentos presentes no interior da coletânea manuscrita mostram que o coletor tinha a responsabilidade de referir ao Pontífice não apenas de Portugal mas também da vida do ultramar: “Quando venne in Portogallo il Collettore tra gli altri negotij che gli commosse la Santità di Nostro Signore uno fu la cura dell'Indie e la previsione a molti negotij appartenenti a quelli e particolarmente il Re e Regno di Congo” (n. 3, f. 221). Os missionários presentes nas terras de ultramar referem adequadamente ao coletor a situação política, levando o próprio representante papal a descrever, num documento datado junho de 1622, a situação política até a obtenção da destituição do governador de Angola:

E perché s'intese che quel Re [*do Congo*] era travagliato dal Governatore d'Angola onde che era pericolo d'una gran guerra tra il Re di Spagna e quel Re pertanto il Collettore fece ufficio con Sua Maestà e con li Governatori del Regno che provedesse a questo grande inconveniente accio non si perdesse questo Re nuovo nella fede insieme col suo Regno. E cosi Sua Maestà informata della venuta di questo negotio ordino che quel Governatore venisse prigionie nel Castello accioche si liberasse dalle querelle oppostegli.

Ao mesmo tempo, o coletor percebe a necessidade de reforçar a actividade missionária que possa controlar a actividade do próprio governador e incentivar a fé católica. As duas exigências prioritárias resultam ser: “far altro Vescovo in Congo e piantarvi ancora un Seminario d'Indiani”, porque aquele reino é maior do que “tutta la Spagna, e non havendo altro che un Vescovo solo d'Angola non potrà bastare a soddisfare alli carichi di tante migliaia d'animi” (n. 3, f. 221).

Albergati insiste com estes mesmos pedidos numa carta (ff. 18 e 19r, aqui transcrita em Apêndice, n. 1) para o Rei, com data 22 de outubro de 1622, na

qual propõe várias soluções para encarar a difícil situação angolana, tendo ele já consultado o embaixador em Roma<sup>10</sup>:

- a necessidade de um novo bispo *in loco* que poderia coadjuvar a ação dos funcionários reais na grande extensão territorial para limitar os abusos e para converter ao cristianismo as populações locais;

- a criação de mais um seminário para reforçar a acção evangelizadora dos padres missionários;

- o envio de novos padres (não só portugueses mas também de outras nacionalidades tendo em conta que irão àquelas terras quer Jesuítas italianos quer frades capuchinos), que possam ser de exemplo e servir como guias espirituais para os povos locais assim como para os colonos aí presentes, e que ao mesmo tempo controlem os enviados do rei para evitar abusos e comportamentos criminais;

- o facto de os vassallos do reino não serem vexados pelos governadores.

A contingência política da época pode ser melhor esclarecida apontando exactamente pelas questões sublevadas pela própria carta.

Naquela altura era governador do Reino de Angola e Congo Luís Mendes de Vasconcelos, nomeado em 1616 e substituído em 1622 pelo Administrador colonial e capitão Geral, João Correia de Sousa. Vasconcelos tinha como encargo o de manter – assim como sugere Mathieu Demaret (Demaret, 2021, p. 7):

relações pacíficas com os africanos. No entanto, o mandato de Luís Mendes de Vasconcelos foi marcado por uma lógica de confrontação sistemática com os estados africanos, contradizendo desta forma as ordens régias. Este governo foi também caracterizado por importantes tensões políticas, em particular com Manuel Cerveira Pereira, entretanto nomeado conquistador de Benguela. Estes conflitos políticos foram relatados pelo missionário Manuel Baptista, em 1619<sup>11</sup>.

Infelizmente os mesmos problemas de ordem social ligados à escravidão serão sublevados também contra o novo administrador João Correia de Sousa, o qual será por sua vez afastado da terra angolana no ano seguinte (em 1623).

---

<sup>10</sup> São embaixadores em Roma naquela época antes da saída de Albergati para a Península: Gaspar Borja y Velasco, embaixador *ad interim* (1616-1619); Francisco Fernández de la Cueva, duque de Albuquerque (1619-1623), embaixador oficial; Antonio de Trejo, OFM (1618-1620) e Domingo Pimentel, OP (1620), embaixadores extraordinários. Cfr. Giordano, 2006, pp. XXXV, LXX-LXXI.

<sup>11</sup> Adriano Parreira, *Documento no 105 da Caixa no 1, Angola*, manuscrito avulso depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, IICT, 1993.

Além disso, em 1616, Luís Mendes de Vasconcelos, recém nomeado governador de Angola, dirigira um memorial ao rei de Portugal, argumentando a necessidade da travessia do continente (de oeste para leste) para encontrar uma alternativa à rota marítima do Cabo de Boa Esperança, onde os barcos portugueses sofriam a concorrência crescente dos navios neerlandeses e ingleses. O projeto de encurtar o caminho para as Índias foi num segundo momento defendido pelas autoridades religiosas, e em particular, em 1623, por Antonio Albergati, o qual numa carta destinada ao cardeal Barberini, evidencia o interesse manifestado pelo rei do Ndongo de se converter ao catolicismo e, por consequência, a possibilidade de converter as elites africanas, retomando o projeto de Luís Mendes de Vasconcelos de progredir na travessia do continente africano para atingir Moçambique e Mombassa (Brásio, 1952-1988, vol. 7, p. 172).

No entanto a travessia no interior de África em termos de evangelização criava numerosas dificuldades. É testemunha dessas complicações uma Informação sobre as missões de Angola de 1620, conservada no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI)<sup>12</sup>, onde aparece evidente a necessidade de missionação estável:

Nam conuem terem os nossos em Angola missões, por nam Serem de effeito: porque como aquellas terras todas sam de gentios, nam conuem bautizalos sem lhes ficar ordem pera se poderem conseruar na fee, e estandose os padres que os bautizaram, lhes nam pode ficar; e assi tornam outra uez a seus costumes gentílicos; pelo que hé isto cousa de grande escrúpulo; e assi o tiueram sempre os padres que em Angola tee hóie estiuerão.

Por esta razão os Jesuítas preferem ficar no “Reino de Congo e [...] Presideos, aonde estam muitos portuguezes”.

Como sabido, esta política de penetração na África não será percebida em toda a sua importância estratégica, quer económica quer missionária, até ao século XIX, quando as pretensões de Portugal a exercer soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique culminarão no ultimato britânico, a que Portugal terá de ceder.

Voltando às cartas de Albergati conservadas na Biblioteca Corsiniana, um dos pontos fundamentais é o pedido da nomeação de mais um bispo *in loco*: mas apesar desta manifesta necessidade, depois do Frei Manuel Baptista,

---

<sup>12</sup> ARSI - Lus. 74, ff. 163-163v, Publicado em Brásio, 1952-1988, vol. 6, p. 551.

nomeado em 1609 regressado a Lisboa em 1619, será nomeado em 1621 apenas um bispo, o Frei Simão Mascarenhas.

Em relação ao envio de novos padres as duas linhas de Albergati têm de ser lidas no panorama mais complexo das novas perspectivas da igreja que queria ao mesmo tempo subtrair a Companhia de Jesus ao controle do governo português (“se façam missões d’outros que de Portuguezes de maneira que agora venem a essas partes alguns Padres da Companhia Italianos”) e a abertura a outras ordens religiosas como a dos frades capuchos enviadas pela Propaganda Fide, recém instituída e sobretudo gerida pelo seu sobrinho. A proposta feita nessa carta por Albergati de forma indireta, pelo contrário, entra totalmente no que será um dos maiores conflitos da Igreja do século XVII e dos outros a seguir. Portugal, que já tem perdido o seu poder político, vai paulatinamente sofrer prejuízo também desde o ponto de vista eclesial, atenuando a estrita relação entre poder político e poder religioso, entre jesuítas controlados pelo governo português e jesuítas enviados em autonomia pela Igreja romana, entre Padroado português e Igreja católica que nele fundava a sua presença no mundo. A instituição de Propaganda Fide quebra um equilíbrio luso-eclesial que não regressará nos tempos a seguir: a possibilidade desta fenda é dada num momento histórico em que Portugal com a perda cada vez maior da sua autonomia política está também a dissipar o valor do seu Padroado. A Igreja terá, de toda forma, de se proporcionar com a situação económica atual visto ser a Coroa portuguesa a sustentar o aparato católico em África.

O coletor Albergati, desde Lisboa, entra portanto na vida das colónias sobre as quais recolhe informações, escreve ou manda escrever notícias, verifica os dados para depois propor soluções.

Entre os papéis desta colectânea ressalta, aolado da documentação que diz respeito a Angola, uma das mais antigas descrições das Ilhas de Cabo Verde, que põe em destaque não apenas a situação da cristandade mas também – mesmo que de forma essencial – a vida social e humana daqueles territórios. Na breve síntese inicial do arquipélago destaca-se que as ilhas “são todas povoadas, algumas de gentios, outras de *Christãos*” e que “as que são povoadas (que são muitas) são de Reis, e Senhores naturais gentios; as que são povoadas de *Christãos* são da Coroa de Portugal”.

Considerando que as mais antigas descrições<sup>13</sup> de carácter histórico-geográfico-etnográfico centram-se na região dos rios da Guiné (referindo-se de forma muito sintética e extremamente marginal às ilhas do Cabo Verde – ou

---

<sup>13</sup> Cfr. Almada, 1594; Donelha, 1625.

seja às ilhas situadas em frente do Cabo Verde da Guiné), esta descrição presente entre os papéis de Albergati pode ser considerada rara e original. Uma referência interna à presença da Companhia de Jesus na Serra Leoa poderia orientar a sua datação: “*Padres da Companhia, que haverá 16 annos que forão lá, e estiverão sempre ate os annos passados, que morreo ahi hum Padre, e depois não forão outros*”. De acordo com a data fornecida por Nuno da Silva Gonçalves da chegada do primeiro grupo de Jesuítas enviados para Cabo Verde, ou seja 5 de julho de 1604<sup>14</sup>, assim como com a data fornecida pela *Informação acerca das coisas da Guiné* do Padre Manuel Álvares, que determina a chegada à terra firme em maio de 1607, a data deste relato poderia coincidir com a presença de Albergati em Portugal, exactamente 1623. Esta descrição colocada entre os papéis de Albergati parece portanto ser uma pequena relação redigida para informar o próprio coletor da situação politico-sócio-religiosa, para ele depois poder por sua vez relatar ao próprio Papa e ao Rei. Enviar religiosos nestas terras poderia significar para o Pontífice aumentar os fiéis católicos e para o Rei obter maior controle do território: “os naturais assi das Ilhas, como os da Serra Leoa, e Costa da Guiné, os que são gentios, são muito faças de converter, e se ouvera muitos sacerdotes zelosos com igrejas, a todos bautizarão”. Nesta perspectiva ressalta também a consideração política de dividir as ilhas entre as que pertencem à coroa portuguesa e as que são governadas por senhores locais, mostrando o proveito que a própria Coroa podia obter em aumentar a presença religiosa para ampliar, ao mesmo tempo, os territórios do padroado português: “As que são povoadas de gentios (que são muitas) são de Reis, e senhores naturais gentios. As que são povoadas de Christãos são da Coroa de Portugal”. De resto, o enviar bispos e Padres seria um ótimo proveito para a própria Igreja sendo a Coroa portuguesa responsável pelo mantimento deles (Ilha de Santiago: “a todos paga sua magestade seus ordenados”; Ilha do Fogo: “a todos dá sua Magestade ordinaria”).

Nestes apontamentos há um quadro bastante sintético da situação de 5 ilhas de Cabo Verde (Santiago, Fogo, Santo Antão, Santa Luzia e Sal), acrescentando também algumas considerações sobre a Serra Leoa e umas terras da Província de Cacheu: o relato avança desta forma com a posição geográficas, a descrição física, a enumeração dos povos que a habitam dividindo entre cristãos e ‘gentios’, entrelaçando as informações com a realidade religiosa. Para fazer alguns exemplos (veja-se na íntegra o documento n. 2 em Apêndice):

---

<sup>14</sup> O primeiro grupo de quatro jesuítas (três padres e um irmão) liderado pelo português Baltasar Barreira (1538-1612) partiu de Lisboa a 4 de junho de 1604. Cfr. Gonçalves, 2000, pp. 161-173; e Carvalho, 2001.

O relato fornece elementos concretos de colocação topográfica e de descrição física: “As jlhas do Cabo Verde, que estão defronte da Costa de Guiné”; “He esta Ilha [Santiago] de doze leguas de cumprimento, e quatro de largo”.

Em termos descritivos, as ilhas “são muitas, humas grandes, outras pequenas” e não têm boas condições de vida (“Porem a terra he  *muito doentia*, pera os que vão destas partes de Europa, e assi de quinze  *Padres da Companhia* que la forão mandados, em pouco tempo morrerão cuazi todos, e oje ficarão lá mais que dous  *Padres*, e hum irmão na Residência que esta na Ilha do Cabo Verde”).

Desde o ponto de vista económico as ilhas poderiam ser bastante rentáveis porque a ilha de Santiago é “farta, e abundante”; a ilha de Sal “Ha nella muito sal, e por isso vão a ella  *muitas* nao framengas carregar de sal, que he  *muito bom*; ha tambem nella muito gado de vaquas, e grande quantidade de cabras”. Mais saudável parece ser a Serra Leoa: “terra  *muito* grande, e estendida, e  *muito* mais sadia que as Ilhas”. Além disso é a partir exactamente da Serra Leoa que se desenvolve o comércio de escravos: “Nesta terra não ha capitão, ne moradores Portuguezes, mas vão lá com seus navios algumas vezes pollo anno mercadores Portuguezes, comprar, e tratar escravos”. Toda a costa tem riquezas que o documento ressalta: “he toda terra muito abundante de mantimentos; arroz, milho, fruita, e muitas carnes, e leite e mantega, çera, e muito marfim”. Além disso na Ilha de Santiago “ha Governador Potuguez fidalgo com o governo de todas as mais Ilhas, ha alfandega, officias, e soldados com boa fortaleza; e na cidade haverá ate duzentas cazas de Portuguezes mercadores”: uma ilha portanto bem estruturada para o comércio, onde todavia não falta o cuidado para a saúde e para os mais necessitados: “Ha tambem casa de Mizericordia, e hospital”.

No relato as povoações são bem diferenciadas entre cristãos e não cristãos para oferecer a dimensão da necessidade de Padres: “todas povoadas, algumas de gentios, outras de Christãos”; e de cada uma segue uma descrição mais detalhada em termos de cristandade.

O problema principal das ilhas e das terras da Guiné e da Serra Leoa é o de terem apenas um bispo: “de todas as jlhas, e da Serra Leoa, e Costa da Guiné ha hum Bispo, com cuidado especial, elle reside na Ilha de Santiago”, na Ribeira Brava “cabeça de todas as outras”. O relato entra no pormenor das actividades que pertencem ao bispo ou aos poucos religiosos que aí vivem (“Conigos, e dignidadaes, e  *muitos* clerigos”): “[o Bispo] donde vaj visitar  *algumas*, e manda clerigos visitar e administra os Sacramentos, e dizer Missa as outras principalmente onde não ha Igrejas com curas de assent”; e falando da Ilha de Santiago “se ocupão na Cidade nos ministerios, e vão as vezes em missão pellas

outras Ilhas”; e da Ilha de Santo Antão: “vay lá hum clerigo a ter missa, e a ministrar os Sacramentos”; da Ilha de Santa Luzia: “vay lá hum clerigo dizer missa e administrar os sacramentos”; Ilha do Sal: “vay tambem hum clerigo dizer missa e administrar os sacramentos”. O autor deste pequeno relato incentiva portanto o aumento dos Padres, manifestando a possibilidade de converter os gentios que vivem nas ilhas: “os naturais assi das Ilhas, como os da Serra Leoa, e Costa da Guinê, os que são gentios, são muito façis de cõnverter, e se ouvera muitos sacerdotes zelosos com igrejas, a todos bautizarão”.

Albergati, provavelmente, pede esta relação para ter conhecimento da situação das terras dominadas ou frequentadas por portugueses com a finalidade de poder intervir quer junto do Papa para pedir reforço de missionários, quer junto do monarca para que aceite uma presença mais ampla de Padres (‘curas’, o seu termo espanhol) portugueses assim como de outras nacionalidades nomeadamente italianos.

A difusão da fé católica passa, através do coletor Albergati em Portugal, também para a sua leitura política e sócio-cultural das terras do ultramar. António Albergati, protagonista na Igreja da primeira metade do século XVII, como parente do Pontífice e do fundador da Propaganda Fide, como coletor de uma das terras mais relevantes em termos estratégicos mundiais, recolhe documentos, informações, realtos; ele próprio redige e recebe cartas; informa responsáveis eclesiais e políticos das situações das terras africanas e orientais; influencia o pensamento da época pelo que concerne os temas da escravidão, avisando sobre o processo e as áreas em que este ocorre. Portugal, nesta perspectiva, torna-se um ponto no mapa da Península Ibérica onde confluem as forças económicas de um Império antigamente prestigioso sobre o qual várias forças interagem: uma monarquia dual que já não o considera central no processo da expansão, um ambiente de mercadores cada vez mais autónomo e já quase fora dos monopólios do estado, uma igreja que já o ultrapassa pedindo por um lado que os religiosos passem pela Propaganda e deixem a dependência da Coroa portuguesa e por outro a continuação de contributos económicos dos quais a Sé papal precisava.

1. *Apêndice*<sup>15</sup>

*Documento n. 1:* Rascunho de uma carta de Albergati destinada ao Rei D. Filipe III de Portugal

[f. 18]

Sagrada Majestade

Quando o Papa nosso *Senhor* me declarou por seu ministro nestes Reinos de Portugal, um dos principais negocios que me mandou que fizesse foi<sup>16</sup> o cuidado spiritual da Igreja e stado de *Vossa autoridade*, e tendo negoceado despois com migo argumentos varios o Ambaxador de *Vossa magestade* em Roma, tenho restringido<sup>17</sup> dos particulares desse Reino e das necessidades em que se aclara agora<sup>18</sup> as cosas<sup>19</sup> mais necessarias a quatro pontos.

O primero é que se<sup>20</sup> ordene outro bispo por esse Reino de *Vossa Magestade* pois que o d'Angola não pode satisfacer a um Reino taom grande.

O segundo que se faça um seminario em Congo d'Indios naturais, por à converção dos Infieis.

O terzero, que se mandem desta Cidade à esse Reino religiosos de boa vida e exemplo.

O quarto que os suditos de *Vossa Magestade* não sejam vessados dos Governadores de Angola.

Eu antes de me partir de Roma sollicitei de ter particular breve de sua Santidade sobre todos estes particulares, por el Rei de Spanha o qual me deo, et o<sup>21</sup> apresentei em Madrid<sup>22</sup> fazendo de mais todos os ufficios com muito encaressimento com sua *magestade* que eram necessarios e com os do seu conselho, e por meio de Deus temos ja visto o bom sucesso deles assim no tirar o Governador d'Angola, que maltratava os suditos de *Vossa magestade* como na erecção de hum seminario pois que se tem alcansado de sua *magestade* Rei de Spanha que apliquerá o animo em mandar fazer outro [f. 18v] seminario em Congo como tambem por este negocio mandei fazer de novamente outra

---

<sup>15</sup> Mantenho a grafia do original, sem corrigir evidentes erros de ortografia assim como italianismos e hispanismos, e intervenho apenas nas seguintes circunstâncias: introduzo distinção entre i/j, desenvolvo abreviações. O texto apresenta numerosos problemas ortográficos, mas o contexto não deveria determinar incompreensões.

<sup>16</sup> foi] *foi que*, com que cancelado por uma linha horizontal.

<sup>17</sup> tenho restringido] escrito na linha seguinte com um sinal que indica a posição da frase

<sup>18</sup> Segue uma mancha do papel e uma frase apagada com uma linha horizontal: *as principales necesidades*.

<sup>19</sup> Segue-se o início de uma palavra apagada com linha horizontal: *nece*.

<sup>20</sup> Se] escrito na entrelinha superior a definir a sua colocação.

<sup>21</sup> o] escrito na interlinha superior.

<sup>22</sup> Seguem-se duas palavras apagadas: *de mais*.

lembranza por o Bispo de Angola antes de se partir e assim elle como eu temos boa resposta de sua magestade e mais temos speranza que se façam missões d'outros que de Portuguezes de manera que agora venem a essas partes alguns Padres da Companhia Italianos, et speramos que este verão venhem Padres capuchos.

Mando à *Vossa Magestade* um Breve de Nosso Senhor por via do *Padre* ....<sup>23</sup> e juntamente huma caixinha de muitas cosas de devocção que venem de Roma. Do mesmo entenderá *Vossa Magestade* o que me parece bem por ter medo nos seus Reinos de prover ao novo Bispo que se determina de fazer, o que<sup>24</sup> espero socederá facilmente, et sem difficultade.

Mais saberá *Vossa Magestade* como tenho eu considerado a nicisidade que ella tem de ter corenspondentia de contiuo neste Reino, et com o Rei de Espanha e com estes seus Governadores, tendo destinado e deputado o senhor João Agostinho della Torre<sup>25</sup> fidalgo Genoves que mora nesta cidade que foi muito experimentado destes temas, et muito participe<sup>26</sup> de *Vossa Magestade* sto certo que elle a servirá em todas suas cosas com muito cuidado, e diligencia. E assim poderá *Vossa Magestade* escreverla livremente, e com toda a confiança, et as cartas que *Vossa Magestade* me escrever [f. 19] as poderá mandar de baixo da casca do doutor João Agostinho por que as vezes me podrei achar distante de Lisboa, e elle terá cuidado de me mandar as<sup>27</sup> cartas com toda à fidelidade.

Elle é pessoa mui honrada e de grande entendimento que poderá servir à *Vossa Magestade* em muitas cosas et<sup>28</sup> proponerle muitas cosas que seram de grande servizo de *Vossa Magestade* e dos seus Reinos.

---

<sup>23</sup> Reticências do próprio texto.

<sup>24</sup> Segue-se uma palavra incompreensível apagada.

<sup>25</sup> Por Giovanni Agostino Della Torre cfr. Drumond Braga, 1995, pp. 123-132: “oriundo de urna importante familia de Génova (“familias Ilustres”, “estimados e respeitados geralmente e de todos os fidalgos e pessoas principaes”, como ele próprio diz num memorándum dirigido em 1652 à Inquisição), bem tratado por um dos nncios em Madrid, que em 1652 desempenhava as funções de Papa com o nome de Inocêncio X, servirá Filipe III em várias circunstâncias, como um resgate de cativos oriundos de Génova e detidos no Norte de África, tendo conseguido desfazer pactos entre os Holandeses e o Xarife, “con a intelligensa de seus amigos Renegados capitains, Alcajdes e Baxas do Xarife”. Em Portugal, gozava do título de criado de el-Rei, “sem embargo de ser estrangeiro e não ter o foro que he costumado dar se aos mais aos criados na forma estilo deste Rejno não por isso deixa de gozar os foros da nobreza e preminencias que seus criados gozão”.

<sup>26</sup> Muito participe] escrito na interlinha sobre duas palavras apagadas com uma linha horizontal: particularmente *affizionado*.

<sup>27</sup> Segue-se uma palavra apagada com uma linha horizontal: *vossas*.

<sup>28</sup> Segue-se a palavra *podará* apagada com uma linha horizontal.

*Vossa Magestade* o istime que elle o merese et se achará mui bem servido delle, et nosso *senhor* o guarde, et li de os anos de vida que por mim desejo. Lx 22 de *ottobre* 1622.

*Documento n. 2:* [f. 155] Relação das Igrejas e Christandade das jlhas do Cabo Verde e da Serra Leoa

As jlhas do Cabo Verde, que estão defronte da Costa de Guiné são muitas, humas grandes, outras pequenas, todas povoadas, algumas de gentios, outras de *Christaões*. As que são povoadas de gentios (*que são muitas*) são de Reis, e senhores naturais gentios. As que são povoadas de *Christaões* são da Coroa de Portugal (de todas as jlhas, e da Serra Leoa, e Costa da Guiné ha hum Bispo, com cuidado especial, elle reside na Ilha de Santiago, donde vaj visitar algumas, e manda clerigos visitar e administra os Sacramentos, e dizer Missa as outras principalmente onde não ha Igrejas com curas de assento; os naturais assi das Ilhas, como os da Serra Leoa, e Costa da Guiné, os que são gentios, são muito façis de cõnverter, e se ouvera muitos sacerdotes zelosos com igrejas, a todos bautizarão. Porem a terra he muito doentia, pera os que vão destas partes de Europa, e assi de quinze *Padres* da *Companhia* que la forão mandados, em pouco tempo morrerão cuazi todos, e oje ficarão lá mais que dous *Padres*, e hum irmão na Residência que esta na Ilha do Cabo Verde.

Ilha de Santiago que he a que se chama Cabo Verde

He esta Ilha de doze leguas de cumprimento, e quatro de largo, há nella huma Cidade, que se chama da Ribeira Brava, e he cabeça de todas as outras; nella reside o Bispo com sua sê, Conigos, e dignidadaes, e muitos clerigos, a todos paga sua *magestade* seus ordenados.

Ha nesta Ilha alem da Cidade, tres povoacois com suas igrejas freguesias com seus curas, e a igreja e freguesia de *Santo Domingo* a freguesia e igreja de *Santa Catharina*, e a freguesia da Villa da Praja, os naturais assi da cidade, como de toda a Ilha são todos *Christaões*.

Nesta cidade ha Governador Potuguez fidalgo com o governo de todas as mais Ilhas, ha alfandega, offiças, e soldados com boa fortaleza; e na cidade haverá ate duzentas cazas de Portuguezes mercadores; e he seriamente farta, e abundante.

Ha huma residência dos *Padres* da *Companhia* ainda que não são agora mais que tres, e se ocupão na Cidade nos ministerios, e vão as vezes em missão pellas outras Ilhas.

Ha tambem casa de Mizericordia, e hospital.

Ilha do fogo

Nesta Ilha ha huma povoação de alguns Portuguezes, e dos naturais, que todos são *Christãos*, ha huma Igreja freguezia com hum clerigo. Ha capitão, e officias, e a todos dá sua *Magestade* ordinaria.

#### Ilha de *Santo Antão*

Esta ilha he do conde de *Santa Cruz*, povoada de naturais todos *Christãos*, vay lá hum clerigo a ter missa, e a ministrar os Sacramentos

[f. 155v]

#### Ilha de *Santa Luzia*

Nesta ilha tambem todos os naturais são *Christãos*, e vay lá hum clerigo dizer missa [↑] e administrar os sacramentos.

#### Ilha do Sal

Esta ilha he de hum fidalgo Portuguez, os naturais são todos *Christãos*, e vay tambem hum clerigo dizer missa e administrar os sacramentos. Ha nella muito sal, e por isso vão a ella muitas nao framengas<sup>29</sup> carregar de sal, que he muito bom; ha tambem nella muito gado de vaquas, e grande quantidade de cabras.

#### Serra Leoa

A Serra Leoa, está na terra firme da Costa de Guinê, e he terra muito grande, e estendida, e muito mais sadia que as Ilhas, não he da Coroa de Portugal, mas de Reis naturais, dellas, dous são *Christãos*, hum que he o primeiro se chama Dom Felipe, e se diz Rey da Serra Leoa, o outro se chama Dom Pedro de Caricuri, e os vassalos destes dous Rejs, os mais delles são *Christãos*, bautizados assi os Rejs como os vassalos pollos *Padres* da *Companhia*, que haverá 16 annos que forão lá, e estiverão sempre ate os annos passados, que morreo ahi hum *Padre*, e depois não forão outros. Não ha outras igrejas, se não humas que fizerão os *Padres* da *Companhia*, que erão freguezias.

Nesta terra não ha capitão, ne moradores Portuguezes, mas vão lá com seus navios algumas vezes pollo anno mercadores Portuguezes, comprar, e tratar escravos.

#### Povoação de Cacheo

Esta povoação está tambem na terra firme da Costa de Guine como sete ou oito jornadas de navegação da Serra Leoa pera o norte, haverá nella setenta, ou oitenta cazas de mercadores Portuguezes, afora os naturais todos *Christãos*; ha huma Igreja com hum Clerigo para Vigario com huma Igreja de *Nossa Senhora*, com huma feitor de sua *Magestade*.

#### Povoação de Bichamur

---

<sup>29</sup> Deve-se entender: *flamengas*.

Está esta povoação çinquo legoas da Povoação de Cacheo pollo rio açima vindo pera o Oriente, terá quinze cazas de Portuguezes mercadores; ha huma igreja que he fraguezia com hum clerigo. Os naturais que pousão na Povoação são *Christãos*, tirando o Governador do Rey gentio cuja he a terra, que he gentio com os seus servidores de sua caza, como são tambem gentios todos os mais naturais da quellas partes, e Reinos, mas mais façis para se converterem.

Povoação do rio grande Porto de Santa Cruz

Este Porto está na terra firme da Costa de Guinê, da Pouvação de Cacheo pera o Sul como çem

[f. 156]

legoas; ha nella huma Povoação com algumas dez cazas de Portuguezes mercadores. Ha huma Igreja de *Nossa Senhora*, e vai hum clerigo, dizer missa, e administrar os sacramentos, mas não ha cura de ordinario, e ha muitos naturais *Christãos*.

Polla mesma Costa de Guinê ha outros muitos portos, e povoaçoes onde vão os mercadores; e he toda terra muito abundante de mantimentos; arroz, milho, fruita, e muitas carnes, e leite e mantega, çera, e muito marfim.

*Documento n. 3: [f. 221] Comincio Di Giugno 1622*

Angola e Congo, e Persia

Quando venne in Portogallo il *Collettore* tra gli altri negotij che gli commosse la *Santità* di *Nostro Signore* uno fu la cura dell'Indie e la previsione a molti negotij appartenenti a quelli e particolarmente il Re e Regno di Congo.

E perché s'intese che quel Re era travagliato dal *Governatore* d'Angola onde che era pericolo d'una gran guerra tra il Re di Spagna e quel Re pertanto il *Collettore* fece ufficio con *Sua Maestà* e con li *Governatori* del Regno che provedesse a questo grande inconveniente accio non si perdesse questo Re nuovo nella fede insieme col suo Regno.

E cosi *Sua Maestà* informata della venuta di questo negotio ordino che quel *Governatore* venisse prigionie nel Castello accioche si liberasse dalle querelle oppostegli.

Quanto poi allo quale s'hebbe in consideratione che essendo quel Regno più grande che non e tutta la Spagna, e non havendo altro che un Vescovo solo d'Angola non potrà bastare a soddisfare alli carichi di tante migliaia d'animi. Ondeche si tratta seriamente con sua *Maestà* e con *questi Governatori* di far un altro Vescovo in Congo e piantarvi ancora un seminario d'Indiani e si tratto due volte coli *Governatori* del Regno et in specie col *Vescovo* di Coimbra.

## 2. Bibliografia

- Almada, André Álvares de (1841) *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna; de todas as nações de Negros q(ue) ha na ditta costa, e de seus Costumes, armas, trajes, juramentos, guerras*. 1594 (Ms. digitalizado <<https://purl.pt/17338>> (23 de junho de 2021), ed. por Diogo Köpke. Porto: Typographia Commercial Portuense.
- Brásio, António (1952-1988) *Monumenta Missionária Africana*. 15 vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Academia Portuguesa de História.
- Carvalho, José Vaz de (2001) 'Cabo Verde', in O'Neill, Charles E. S.J. - Dominguez, Joaquin M. S.J. (orgs.) *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús biográfico-temático*. 4 voll., Roma - Madrid: Institutum Historicum SJ-Universidad Pontificia Comillas.
- Catalogue (1850) *Catalogue of Additions to the Manuscripts in the British Museum in the years MDCCCXLI-MDCCCXLV*. London: Printed by Order of the Trustee.
- Corpo Diplomatico Portuguez (1902) *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Demaret, Mathieu (2021) *Estratégias expansionistas e conflitos políticos em Angola (1575-1641)*. 1º Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna (Lisboa, Sep 2009), presente em hal01736483, <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01736483/document>> (23 de junho de 2021).
- Donelha, André (1977) *Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar,.
- Drumond Braga, Paulo (1995) 'Dois Luso-Genoveses na inquisição de Lisboa no século XVII', *Revista de la Inquisición*, 4, pp. 123-132.
- Giordano, Silvano (a cura di) (2006) *Istruzioni di Filippo III ai suoi ambasciatori a Roma 1598-1621*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali.
- Gonçalves, Nuno da Silva (1996) *Os jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*. Lisboa: Brotéria.
- (2000) 'A Missão de Cabo Verde (1604-1642)', em *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*. Actas do Colóquio Internacional promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria (Lisboa, 21 a 23 de abril de 1997). Lisboa: Brotéria - Fundação Oriente, pp. 161-173.
- Narducci, Enrico (1892) *Catalogo dei Manoscritti ora posseduti da Baldassarre*

- Boncompagni*. N° 18, Roma: Tipografia delle Scienze Matematiche e Fisiche.
- Pizzorusso, Giovanni (2018) *Governare le missioni, conoscere il mondo nel XVII secolo. La Congregazione pontificia De Propaganda Fide*. Viterbo: Sette Città.
- Rosa, Mario (1960) 'Albergati, Antonio', em *Dizionario Biografico degli italiani*. Vol. 1, Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 615-617.
- Rodrigues, Samuel (2001) 'Legados pontifícios', em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Siri, Vittorio (1655) *Il Mercurio ovvero Historia de' correnti tempi*. Casale: Giorgio Del Monte.

### 3. Curriculum vitae

Mariagrazia Russo é Diretora da Faculdade de Interpretação e Tradução e Professora catedrática de Língua e tradução Portuguesas na Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT), onde dirige a Cátedra "Vasco da Gama" do Instituto Camões. Formou-se na Universidade "La Sapienza", onde fez os estudos académicos até ao Pós-doutoramento em Filologia Românica e Investigação Textual; na Universidade "Sorbonne IV" de Paris conseguiu o Diplôme d'Études Approfondies en Etudes Portugaises, Bresiliennes et de l'Afrique Lusophone. É autora de várias obras nas áreas da literatura, história e língua dos países de língua oficial portuguesa. Numerosos são os seus estudos de arquivos e fundos de bibliotecas com documentos inéditos que dizem respeito à historiografia de viagem e diaspórica. Os estudos linguísticos visam aprofundar a linguística missionária, de contato, fronteira e herança, a toponomástica, lexicografia e tradutologia.

e-mail: mariagrazia.russo@unint.eu

website: <https://www.unint.eu/it/ateneo/governo-e-controllo/305-mariagrazia-russo.html>

**Evangelizzare nella tempesta.  
Fra' Bonaventura d'Alessano, la 'Restauração' in Portogallo e le  
origini della Missione del Congo\***

**Evangelising in the storm.  
Friar Bonaventure d'Alessano, the 'Restauração' in Portugal and the origins  
of the Congo Mission**

Cristina Bravo Lozano  
(Madrid Institute for Advanced Study -  
Universidad Autónoma de Madrid)  
Roberto Quirós Rosado  
(Universidad Autónoma de Madrid)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 15/06/2021

*Riassunto*

La restaurazione in Portogallo è stata uno dei più rilevanti oggetti di studio della storiografia iberica degli ultimi decenni. Grazie allo studio delle vicende del cappuccino pugliese Fra' Bonaventura d'Alessano si può ricostruire così le problematiche interne della corte di Giovanni IV di Bragança a Lisbona, ma anche i limiti che la 'ragione di Stato' ha messo a fuoco rispetto alla proiezione missionaria della Santa Sede – per mezzo della Congregazione di Propaganda Fide e sotto l'appoggio di Filippo IV

*Abstract*

The restoration of Portugal has been one of the most relevant objects of Iberian historiographical studies in the last decades. The study of the events related by the Neapolitan Capuchin Fra' Bonaventura d'Alessano reconstructs the internal problems of John IV of Bragança and the court of Lisbon and the limits that the reason of State focused on the missionary projection of the Holy See – through Propaganda Fide and the help given by Philip IV of Habsburg in Madrid– in the

---

\* Questo saggio fa parte del progetto *Reloj de Indias: la proyección europea en el Atlántico, 1665-1700* (SI1/PJI/2019-00270), concesso dalla Comunidad de Madrid e l'Universidad Autónoma de Madrid (ricercatrice principale: Cristina Bravo Lozano; membro ricercatore: Roberto Quirós Rosado). Anche, è risultato del progetto *FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th Centuries* [H2020-MSCA-RISE, Grant agreement: 823998] nel suo WP4. "Unsuccessful polities, from empire to nations, and international relationships" (membri ricercatori: Cristina Bravo Lozano e Roberto Quirós Rosado). Inoltre il saggio è inserito nelle attività di ricerca del contratto postdottorale *Tomás y Valiente* MIAS-UAM (Cristina Bravo Lozano). Si ringrazia la gentilezza della Professoressa Cinzia Cremonini (Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano) per la sua revisione del saggio in lingua italiana.

d'Asburgo a Madrid – nel continente africano, servendo come prologo alla attività confessionale cattolica nell'Africa australe e il suo consolidamento nonostante il monopolio olandese della WIC negli spazi angolani e congolese.

*Parole chiave*

Congo; Portogallo; Spagna; Santa Sede, missioni.

African continent, being a prologue to Catholic confessional activity in southern Africa and its consolidation despite the Dutch monopoly of the WIC in Angolan and Congolese spaces.

*Keywords*

Congo; Portugal; Spain; Holy See; Missions.

---

1. *Missionari Cappuccini nella Lisbona restaurada* - 2. *Cambiando i presupposti della missione: Fra' Bonaventura d'Alessano nella Spagna di Filippo IV* - 3. *Equilibri confessionali e gelosie missionarie. La nascita della missione di padroado Bragança nel Congo* - 4. *Bibliografia* - 5. *Curriculum vitae*.

Il 25 maggio 1645 una nave che trasportava missionari cappuccini italiani e spagnoli, raggiunse il regno del Congo. Era il giorno dell'Ascensione nel quale si festeggia la salita in cielo di Gesù e con la delega di Cristo ai discepoli inizia la missione della Chiesa: questo conferiva all'impresa dei missionari un particolare significato simbolico. Con il loro arrivo in quelle terre essi concludevano un lungo viaggio e iniziava per loro una missione rimandata per anni a causa delle vicende politiche vissute dalle monarchie iberiche. A capo dell'impresa di evangelizzazione si ritrovava il pugliese Fra' Bonaventura d'Alessano.

La corrispondenza del prefetto Cappuccino con il segretario della recentemente istituita Congregazione di Propaganda Fide, e le relazioni dei suoi viaggi e delle sue esperienze congolese sono fonti preziose per la storiografia sull'Africa del Seicento. Le sue vicende a Lisbona, Messina, Palermo, Roma, Madrid e Siviglia sono anche una fonte particolarmente rilevante nel contesto della *Restauração*. Come testimonianza diretta della nuova realtà politica emersa dopo la ribellione del primo di dicembre 1640, la storia personale di d'Alessano ricostruisce diverse relazioni intercorse tra mondo iberico, europeo e africano. L'orizzonte comprende la costa dell'Angola come porta per il Congo dove gli interessi economici di portoghesi, spagnoli e olandesi sono stati lo sfondo di un progetto confessionale guidato da religiosi italiani.

### 1. *Missionari Cappuccini nella Lisbona restaurada*

Nel suo epistolario e negli *informes* inviati al segretario di Propaganda Fide, monsignor Francesco Ingoli, e nelle informazioni riferite dal viceré di Sicilia a Filippo IV (Felipe IV), Fra' Bonaventura ha consegnato alla posterità particolari giudizi politici su gli inizi della *Restauração* e il governo di Giovanni IV de Bragança (João IV), e allo stesso tempo sulla guerra tra Castiglia e Portogallo (Metzler, 1971, pp. 197-243)<sup>1</sup>. Il frate non era *homo politicus*, ma uomo di Chiesa, tuttavia ciò non impedì il suo inserimento nei nuovi ambienti cortigiani di Lisbona. Il religioso pugliese descriveva la situazione di instabilità politica locale, lo stato della missione a lui affidata, gli inconvenienti che aveva trovato nell'imbarco e le varie questioni che cercò di risolvere nella corte del Bragança. Questo discorso, conservatore nelle sue forme, permette comunque di ricavare dettagli e sfumature di particolare interesse sul Portogallo *restaurato*.

La ragione ultima per la quale d'Alessano e i suoi compagni erano giunti a Lisbona si ritrova nella lettera inviata a Urbano VIII nel 1639 dal *manikongo* Alvaro VI per chiedere di inviare frati missionari al suo regno, come avevano fatto i suoi predecessori a dimostrazione della sua profonda fede cattolica e della volontà di rafforzare ed estendere le convinzioni religiose dei propri sudditi<sup>2</sup>. Quasi immediatamente, il pontefice acconsentì alla richiesta e pubblicò un breve emanato nel mese di giugno 1640 dalla Congregazione di Propaganda Fide<sup>3</sup>. Formalmente, questo dicastero pontificio era responsabile della gestione delle missioni. Rispetto alla questione delle controversie fra poteri secolari ed ecclesiastici in alcuni territori del *sistema imperiale* spagnolo, il cosiddetto *padroado* esercitato dai re di Portogallo nelle loro *conquistas*, già sin dalla fine del XV secolo, era stato ridotto a un puro elemento nominale<sup>4</sup>.

Come in altri spazi soggetti alla giurisdizione spirituale romana, Propaganda Fide rifiutò l'invio di frati Agostiniani portoghesi, ma si affidò ai Cappuccini italiani, sotto loro richiesta, con l'obiettivo di svolgere questo compito apostolico di "aiutare i christiani, e convertire i gentili che colà sono", grazie al

<sup>1</sup> Anche, la relevantissima pubblicazione di Pizzorusso, 2018. Sulla guerra di *Restauração*, vid. Valladares, 1994; 1998 e 2016.

<sup>2</sup> Per una bibliografia sul regno del Congo e i rapporti con Portogallo e la corte romana, vid. Filesi, 1970; Jadin, 1975; Filesi - Villapadierna, 1978; Saccardo, 1982-1983; Thorton, 1983 e Hilton, 1985. Inoltre sono rilevanti gli studi di Thorton, 2004 e Sweet, 2007.

<sup>3</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 433-434. Carta di Alfonso VI del Congo a papa Urbano VIII (Congo, 16 dicembre 1639).

<sup>4</sup> I problemi suscitati dal *patronato real* castigliano e il *padroado* portoghese nell'evangelizzazione delle conquiste del Quattrocento e Cinquecento sono stati studiati da Boxer, 1978, e, più recentemente, da Marcocci, 2012.

fatto che il loro ordine già era ben consolidato in Italia e si presentava come una delle religioni più vicine alla Santa Sede<sup>5</sup>. Con una patente ordinaria, credenziali e facoltà, la carica di prefetto del gruppo missionario che stava cominciando a costituirsi ricadde su Fra' Bonaventura d'Alessano<sup>6</sup>. Questo religioso pugliese era predicatore e guardiano della provincia cappuccina di Roma. Come compagni di viaggio avrebbe avuto altri predicatori, sacerdoti e laici di territori italiani che ricadevano sotto la sovranità di Filippo IV<sup>7</sup>. Nonostante alcune riserve nell'ambasciatore spagnolo a Roma, Juan Chumacero<sup>8</sup>, trattandosi di religiosi preparati, addestrati, di buone maniere e fedeli vassalli del Re Cattolico, presto ebbe inizio la loro missione.

L'imbarco avvenne a Livorno all'inizio del 1641 e la prima destinazione di questi Cappuccini era Lisbona, porto considerato il più appropriato per il viaggio e dal quale dunque sarebbero partiti per l'Angola. Nel frattempo, in attesa dell'arrivo di tutti i missionari (cosa che avvenne a fine marzo), cominciarono a circolare voci che annunciavano alterazioni politiche in Portogallo. L'instabilità politica avrebbe potuto generare la rivolta del regno e i tumulti registrati nella corte portoghese rappresentavano una grave minaccia per la sicurezza della nave toscana *Santo Domenico*, carica di merci valutate in circa 800.000 scudi. Con tali notizie non confermate, e tutti consapevoli di tali rischi – come racconta d'Alessano –, il viaggio durò due settimane, senza interruzioni o fermate, tranquillo e senza sorprese<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> MMA, 1960, volume VIII, p. 601. Lettera dei cappuccini alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (Roma, 2 maggio 1640). Sui mezzi di proiezione della Santa Sede dopo Trento, essendo Propaganda Fide uno dei più rilevanti spazi giurisdizionali, vid. Broggio, 2013, pp. 441-477.

<sup>6</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 436-437. Istruzione della Sacra Congregazione di Propaganda Fide a Fra' Bonaventura d'Alessano, prefetto della Missione del Congo (Roma, 25 giugno 1640).

<sup>7</sup> I primi missionari a fianco del prefetto d'Alessano furono Fra' Giuseppe di Milano, Fra' Giovanni Francisco di Cività Reale e Fra' Bonaventura di Torella -che, per malattia, fu sostituito da Fra' Gennaro di Nola-, tutti provenienti dallo Stato di Milano e dal Regno di Napoli, *Ibi*, pp. 451-452. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (s. l., s. d.; Roma, novembre 1640).

<sup>8</sup> Per superare le riserve del ministro Chumacero, era necessario informarlo sulla lealtà delle famiglie di alcuni missionari napoletani e lombardi nei confronti della monarchia di Filippo IV, *Ibi*, pp. 468-470. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Livorno, 28 dicembre 1640).

<sup>9</sup> *Ibi*, pp. 490-491. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Livorno, 21 febbraio 1641).

Nel mese di giugno, i Cappuccini arrivarono in un regno di Portogallo già non più asburgico, ma nel quale era stata instaurata la Casa di Bragança. Le notizie ricevute a Livorno si erano mostrate veritiere. Il primo giorno di dicembre del 1640 alcuni *fidalgui* portoghesi avevano fatto un colpo di stato contro la viceregina, la duchessa vedova di Mantova, e avevano strappato il regno a Filippo IV. Il potente duca di Bragança diventava il nuovo re con il nome di Giovanni IV, dovendo da quel punto rafforzare e proteggere il proprio regno dal monarca spagnolo, che doveva cercare di ripristinare la propria autorità in Portogallo nonostante i limiti costituiti dalla presenza militare francese in Catalogna<sup>10</sup>. Per molti portoghesi, la nascita della corona Bragança era la fine, secondo le parole circolanti nell'urbe, della "prigionia di Babilonia" e la rinascita di un potere indipendente dalla Monarchia di Spagna. Senza poter cogliere tramite i propri corrispondenti il senso e la successione degli eventi che pochi mesi prima avevano causato un vero e proprio *shock* politico, Fra' Bonaventura d'Alessano venne ricevuto dai nuovi re grazie alla mediazione di un mercante italiano, la cui identità non è stata rivelata dal missionario. Nell'udienza reale, i religiosi Cappuccini spiegarono lo scopo del suo viaggio e gli ordini ricevuti dal prefetto in merito alla richiesta dei missionari del re del Congo<sup>11</sup>. Il padre d'Alessano era prefetto di una missione che, lungi dall'interferire in questioni di governo, accettava la realtà senza metterla in dubbio. La sua obbedienza era rivolta al superiore dell'ordine e, ovviamente, al papa. Il trono portoghese, gestito da un Bragança o un Asburgo, diventava un mezzo per attuare l'attività missionaria.

Nelle lettere del prefetto la corte portoghese era presentata come molto distinta dal punto di vista dell'ortodossia cattolica e particolarmente votata ad appoggiare la missione dei Cappuccini<sup>12</sup>. Allo stesso modo in cui i re di Spagna avevano costruito gran parte della loro teologia politica, la difesa e la diffusione

---

<sup>10</sup> Questo fronte di guerra era nato, nel *Corpus Christi* del 1640, colla sollevazione di Barcellona contro il viceré asburgico, conte di Santa Coloma, e la proclamazione della Repubblica Catalana sotto la protezione di Luigi XIII di Francia e del cardinale Richelieu. Sulle cause della secessione catalana, vid. Elliott, 2014 (riedizione). Per una biografia complessiva sul nuovo monarca portoghese, vid. Costa - Cunha, 2008.

<sup>11</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 503-504. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (Lisboa, 8 giugno 1641). Su i primi passi dei Cappuccini alla corte di Lisbona, vid. Archivo General de Simancas (d'ora in poi, AGS), *Estado*, leg. 3485, exp. 122, *Lo que declararon cinco padres capuchinos y otro de la Orden de Sant Francisco en cossas de Portugal* (s. l., s. f.; Palermo, aprile 1642).

<sup>12</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 505-507. Lettera di Fra' Gennaro di Nola al padre Giovanni Battista Mastrillo (Lisboa, 8 giugno 1641).

della fede cattolica sarebbe diventata una delle colonne portanti della spiritualità dei nuovi monarchi Bragança, come si può osservare negli scritti coevi di padre António Vieira (Chakravarti, 2018)<sup>13</sup>. Questa causa comune all'interno del cattolicesimo tridentino non sarebbe stata influenzata dalle vicende politiche, ma sarebbe rimasta inalterata e, addirittura, rafforzata durante il regno di Giovanni IV attraverso la proiezione e sponsorizzazione delle missioni all'estero.

In riferimento agli aspetti della religiosità della regina Luisa de Guzmán, Fra' Gennaro di Nola lodava nelle proprie lettere i valori confessionali della consorte reale, perché riteneva che dovessero garantire l'esito delle negoziazioni per la missione africana. "La cui devotione tenera e materno affetto eccede con effetti inesplicabili", spiegava il Cappuccino che vedeva nella regina una delle "donne delle più spirituali ch'adesso vive in Europa"<sup>14</sup>. Già al ricevimento dei frati italiani la Guzmán, trattandoli con la massima deferenza, mostrò la propria simpatia per la loro missione pontificia. Nonostante il cambiamento del governo monarchico, i sovrani e l'*entourage* confessionale della corte portoghese utilizzarono come propaganda di alto livello le nuove esperienze pastorali concepite e considerate come colonne della restaurazione evangelica e del ricuperato *Além-Mar* nonché fondamento della venuta dell'anelato "Quinto Império" (Cardim, 2014, pp. 241-249)<sup>15</sup>.

Con diverse manifestazioni di *confianza*, la coppia reale mostrò il proprio apprezzamento per i missionari di Propaganda Fide<sup>16</sup>. Ma – come si osserverà negli anni successivi – questa volontà di sponsorizzazione va intesa come una pia giustificazione del *padroado* che la corona del Portogallo aveva stabilito nel corso delle sue spedizioni e fra le *feitorias* situate nell'Atlantico e nell'Indico per la Casa d'Avís. Queste azioni di appoggio alle missioni del Congo rappresentavano pertanto la conferma della legittimità politica che avrebbe dovuto tradursi nell'effettiva indipendenza dalla Monarchia di Spagna.

---

<sup>13</sup> Sul contesto dell'universalismo politico del gesuita portoghese nel tempo della *Restauração*, vid. Cardim - Sabatini, 2011, pp. 13-27.

<sup>14</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 505-507. Lettera di Fra' Gennaro di Nola al padre Giovanni Battista Mastrillo (Lisboa, 8 giugno 1641).

<sup>15</sup> Per una visione globale sull'idea imperiale portoghese della Prima Età Moderna, vid. Cardim, 2017, pp. 347-385. Per approfondire sulle prassi politiche, diplomatiche e mercantili portoghesi nelle *conquistas* nei primi decenni della *Restauração* per i Bragança, vid. Barros, 2008.

<sup>16</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 529-533. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessandro a Francesco Ingoli (Lisboa, 29 luglio 1641).

Durante l'inizio del loro soggiorno a Lisbona, i Cappuccini italiani soggiornarono dal vice-collettore pontificio Girolamo Battaglini, il più alto responsabile pontificio a causa della già lunga assenza in Portogallo della nunziatura<sup>17</sup>. Inoltre si deve ricordare come dopo la restaurazione del duca di Bragança divenuto re, la Santa Sede non riconobbe la nuova sovranità fino dopo la Pace di Lisbona (1668)<sup>18</sup>. Prima di questa sistemazione, nelle lunghe settimane in cui l'orizzonte del Congo sembrava sempre più lontano, la regina aveva ospitato i Cappuccini nel *Paço da Ribeira*, in quanto "huomini santi"<sup>19</sup>. Grazie a tale onore, e alle lettere inviate al segretario Ingoli, d'Alessano e i suoi compagni trascorsero molto tempo con la coppia reale parlando di questioni spirituali, di temi politici e di affari particolarmente importanti per il regno restaurato. La loro presenza nel palazzo divenne una costante. L'inserimento nell'ambiente femminile garantì al prefetto una posizione privilegiata; ad esempio, mentre si officiava la messa nella Cappella Reale, il prefetto era incaricato di leggere il Vangelo a tutta la famiglia reale e ai servitori cortigiani. Dai carteggi si ricava l'importanza acquisita dai Cappuccini, in particolare dal prefetto che, nel corso di una malattia di Giovanni IV e su richiesta della regina, gli offrì un rimedio con acqua e polvere di legno di San Francesco d'Assisi, grazie al quale il monarca poté rapidamente recuperare la salute<sup>20</sup>.

A seguito di tale intervento 'miracoloso' e grazie alla devozione fermamente radicata in Portogallo, Donna Luisa offrì loro ospitalità in un monastero nei pressi di *Terreiro do Paço* per approfittare della loro vicinanza. Tuttavia i missionari, rifiutando di cambiare dimora, furono messi sotto la protezione diretta della sovrana, grazie alla quale fu nominato un ufficiale della Casa Reale per la cura e la fornitura di quanto necessitava al loro bisogno quotidiano<sup>21</sup>. Grazie alla fiducia di Luisa de Guzmán, Fra' Bonaventura ebbe modo di notare

---

<sup>17</sup> *Ibi*, pp. 534-539. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Lisbona, 1 ottobre 1641).

<sup>18</sup> Sulla pace e il ristabilimento delle relazioni diplomatiche fra Lisbona e Madrid, vid. Martín Marcos, 2014.

<sup>19</sup> *MMA*, 1960, volume VIII, pp. 562-569: in particolare, p. 564. Relazione di Fra' Bonaventura d'Alessano alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (s. l., s. f.; Roma, 1643).

<sup>20</sup> *Ibi*, pp. 565-566.

<sup>21</sup> Secondo Fra' Bonaventura d'Alessano, "comunicaron diversas veçes con el Duque de Bergança y la Duquesa, su muger, prinçipalmente el padre fray Buenaventura, que diçe abló al Duque quatro veçes y a la Duquesa de ordinario, quien le manifestó deseos de que fundassen allí, pero el Duque no dio lugar a la execuzión". *AGS, Estado*, legajo 3485, expediente 122, *Lo que declararon cinco padres capuchinos y otro de la Orden de Sant Francisco en cossas de Portugal* (s. l., s. f.; Palermo, aprile 1642).

che la nuova regina “mostrava estar poco gustosa del estado en que se hallava”, come del resto gli era stato raccontato da alcune rilevanti donne di Palazzo, come l’anziana aia di Giovanni IV, che spiegò “los miedos y temores conque vivían, assí los dueños como los criados de ser quemados en la cassa o de ser embestidos, teniendo poca seguridad”. In queste tribolazioni, il consueto accompagnamento del Cappuccino avrebbe potuto costituire per lei un sollievo e una consolazione spirituale, motivo per cui ne nacque uno stretto legame e una sorta di dipendenza da lui, come emergono dai carteggi coevi dei Cappuccini. Pertanto in poco tempo d’Alessano acquisì una grande riputazione nella città di Lisbona. Il suo inserimento nei circoli di Corte gli permise di comprendere a fondo il nuovo sistema di governo adottato da Giovanni IV, fondato sulla presenza e il coinvolgimento nelle sfere del potere di uomini “forti”:

Que el marqués de Ferreyra [sic: Ferreira] y su muger eran los más validos, el marqués de Gobeia [sic: Gouveia] exerçia ofiçio de mayordoo mayor pero que no acudía a Palaçio muy de ordinario; oyó deçir el padre fray Buenaventura que el conde de Vinioso [sic: Vimioso] era valido del Duque [Giovanni IV] y el vizconde de Lima [sic: Ponte de Lima] del Consejo de Estado y de los que más entravan Fulano de Mendoça del ojo menos [sic: Pedro de Mendonça Furtado] también estava en valimiento. El arçobispo de Lisboa [sic: Rodrigo da Cunha] era de los más bien vistos entre los eclesiásticos y del Consejo; otro que llamamavan [sic] el capellán mayor [sic: Manoel da Cunha] de la misma manera; el secretario Luçena [sic: Francisco de Lucena] el todo del valimiento del Duque, pero mal visto y aborreçido de la nobleça y pueblo, y este concurrió en contradeçir la Misión de estos padres<sup>22</sup>.

Inoltre nelle lettere e nelle relazioni del prefetto traspariva come, continuando a godere del favore della regina e potendo influire sulle reti di potere cortigiane, si sarebbe potuto impiegare mezzi appropriati per meglio attuare la missione africana. La sua causa stava guadagnando seguaci fra i cortigiani lisbonesi tanto che eminenti fedeli cattolici diedero come elemosina oggetti devozionali e liturgici utili per l’evangelizzazione in Congo.

Tuttavia questi segni di apprezzamento e disponibilità nei confronti dei Cappuccini non furono sufficienti per fissare rapidamente il giorno della partenza. L’estate era già passata senza che si fosse riusciti ad allestire il viaggio per settembre, cosicché i frati italiani dovettero continuare ad adempire ai loro doveri religiosi, non nell’Africa

---

<sup>22</sup> Per tutte le citazioni originali, vid. *Ibidem*.

australe, ma nella cattolica corte di Lisbona. Preoccupazione continua di d'Alessano era quella di accelerare i preparativi per dare compimento all'ordine di Urbano VIII. L'imbarco, tralasciato già nel mese di ottobre, non doveva fermare lo scopo apostolico a cui erano diretti nonostante ogni avversità. Questa convinzione era nella mente del prefetto pugliese, che nelle sue lettere la presentava come una costante davanti alla successione di disgrazie che stavano arrivando.

La notizia dell'occupazione del porto portoghese di Luanda nel mese di agosto per mano dell'armata olandese, rese evidenti le difficoltà che sarebbero state frapposte al passaggio dei Cappuccini italiani: le armi della Compagnia Olandese delle Indie Occidentali (WIC) conquistarono anche le *feitorie* portoghesi sull'isola di São Tomé ed altre in Angola. Questo attacco, realizzato da mercanti liberi e senza ordini degli Stati Generali delle Province Unite, contravveniva i quattro mesi consegnati da queste al ministro di Giovanni IV nella città de L'Aia, Tristão de Mendonça, per negoziare le risoluzioni di pace proposte da Lisbona. Nel suo tentativo di allearsi con gli olandesi contro Filippo IV e mettere fine alla guerra che aveva consegnato alle Province Unite il nord del Brasile, São Jorge da Mina e molte altre basi mercantili nell' *Estado da Índia*, il Bragança voleva sospendere i combattimenti fra le due potenze nelle Indie e altre località del regno per concentrare tutto, sforzi e risorse, nelle campagne contro la Castiglia. I mercanti e i membri della WIC fecero prevalere gli interessi economici per trionfare nei circuiti economici con l'America e partecipare alla straordinaria fonte di ricchezza costituita dalla tratta degli schiavi africani<sup>23</sup>. D'altro canto, la presenza di calvinisti in alcune terre di missione cattolica fu considerata un grave danno dalla Santa Sede e, così, Urbano VIII ebbe sempre più bisogno del contributo missionario dei Cappuccini italiani.

Una nuova destinazione militare fornita dal re di Portogallo alla nave genovese che, alcuni mesi prima e grazie al fatto che il proprietario era fratello di due cappuccini, era pronta per accompagnare i missionari in Congo, avrebbe irrimediabilmente annullato la missione di Propaganda Fide. Il nuovo progetto di Giovanni IV di avere un'altra occasione rappresentò solo un intento fatto di belle parole in quanto non si poté viaggiare fino a marzo 1642, a causa delle condizioni sfavorevoli nell'Atlantico e data la possibilità di un fallimento maggiore per cagione della presenza olandese<sup>24</sup>. D'Alessano confidava nell'intervento del monarca, perché non c'era possibilità di partire senza licenza reale. Secondo il prefetto cappuccino c'erano molti problemi nel regno, fra gli altri, la difficile relazione tra il re e i suoi vassalli, che consideravano le

<sup>23</sup> Sui rapporti fra il regno di Portogallo e le compagnie olandesi, in particolare la WIC, nel Seicento, vid. la recente analisi di Ribeiro da Silva, 2011.

<sup>24</sup> MMA, 1960, volume VIII, pp. 534-539. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Lisbona, 1 ottobre 1641).

sue capacità politiche scarse rispetto al “mayor talento” di sua moglie, Luisa de Guzmán; inoltre vi erano nella corte *restaurada* problemi che mettevano in pericolo la sopravvivenza del nuovo regime: erano stati arrestati e imprigionati nella Torre de Belem l'arcivescovo di Braga, Sebastião de Matos de Noronha, e l'inquisitore generale Francisco de Castro, mentre erano stati liberati il commissario della Crociata e il conte di Valdereis. E, soprattutto, non era semplice il controllo territoriale del regno senza l'apporto di ampie risorse economiche e militari per pagare, tra gli altri, i rinforzi mercenari provenienti dalla Francia e dalle Provincie Unite per combattere contro l'esercito spagnolo. Su questo ultimo aspetto pare rilevante la riflessione del Cappuccino, il quale annotava, insieme al fallimento della spedizione contro le isole Acores da parte dell'armata alleata portoghese-olandese e la conseguente impossibilità di conquistare il porto di Cadice da parte dei portoghesi:

Haviendo llegado allí 400 cavallos olandeses passaron 300 dellos a Castilla por no ser pagados y lo mismo avía hecho cantidad de infantería, respecto del poco dinero que tenía el Duque y los bastimentos de la tierra estar muy caros, el reyno tan cargado de imposiciones que deçian no eran tolerables, conque todos vivían disgustados aunque el pueblo mostrava voluntad al Duque [Giovanni IV], pero la nobleça era común sentir que no, mas no conoçió a ninguno declarado, porque el reçelo conque están de ser descubiertos es grande<sup>25</sup>.

Con queste problematiche interne, il pragmatismo politico del sovrano rinviava la missione cappuccina a un'occasione più vantaggiosa in cui fosse possibile fornire ai missionari i mezzi necessari per il viaggio via mare. Senza esprimersi in modo chiaro, Giovanni IV si mostrò sempre più ambiguo mentre padre d'Alessano cominciava ad acquisire sempre più consapevolezza della crisi del proprio incarico. Il monarca portoghese non poteva garantire nulla, ma nemmeno allontanare il prefetto e i suoi compagni dalla corte per gli effetti negativi che ciò poteva comportare nei rapporti con la Santa Sede. In una guerra aperta contro Filippo IV, tanto con le armi quanto per mezzo della propaganda, se il Bragança voleva essere riconosciuto come re legittimo da Urbano VIII, doveva almeno temporeggiare. L'unica possibilità rimasta a Fra' Bonaventura era trovare la mediazione della regina. Fin dall'inizio, Luisa de Guzmán era stata favorevole e garante della missione, probabilmente la migliore alleata dei Cappuccini nella corte di Lisbona. I tentativi della sovrana per trattenerli in Portogallo

---

<sup>25</sup> Tutte queste idee sul governo di Portogallo furono considerate come “dignas de la de Vuestra Magestad” dal viceré di Sicilia grazie al loro valore politico. AGS, *Estado*, leg. 3485, exp. 120, Lettera dell'ammiraglio di Castiglia a Filippo IV (Palermo, 16 aprile 1642); e exp. 122, *Lo que declararon cinco padres capuchinos y otro de la Orden de Sant Francisco en cossas de Portugal* (s. l., s. f.; Palermo, aprile 1642).

e continuare a godere della loro conversazione e guida spirituale non ebbero successo. D'Alessano rifiutò la proposta perché mancavano gli ordini, i permessi e le facoltà pontificie, sebbene il prefetto avesse chiesto e ottenuto l'aiuto per tornare in Italia. Dopo dieci mesi di soggiorno a Lisbona, in attesa di salire a bordo e salpare per l'Africa, i Cappuccini cancellarono i loro piani e tornarono in patria.

## 2. Cambiando i presupposti della missione: Fra' Bonaventura d'Alessano nella Spagna di Filippo IV

Nel maggio del 1642, essendo d'Alessano in procinto di tornare a Roma, il frate si fermò a Messina insieme con suoi compagni – e il francescano di Goa Fra' Manoel de Ataíde – e di là a Palermo, dove fecero un bilancio della corrispondenza intrattenuta col segretario Ingoli, e provarono a riflettere su quanto avevano osservato nel tempo in cui lui e i suoi compagni erano stati a Lisbona. Il destinatario diretto era l'ammiraglio di Castiglia, Juan Alfonso Enríquez de Cabrera, viceré di Sicilia, ma ovviamente la corrispondenza era indirettamente rivolta al re Filippo IV. Le loro parole, raccolte nel memoriale *Lo que declararon cinco padres capuchinos y otro de la Orden de Sant Francisco en cossas de Portugal*, e segnate da un'esperienza fallita, denotano una mutazione di atteggiamento. D'altra parte anche l'interlocutore viceregio mostrò particolare interesse a quanto gli veniva esposto. Nei colloqui tenuti con il prefetto ed il resto dei frati, il viceré elaborò una serie di considerazioni per trasmettere velocemente a Madrid informazioni su quanto era accaduto nella corte portoghese<sup>26</sup>.

Vari mesi dopo questo soggiorno siciliano e finito il Capitolo Generale Cappuccino a Roma, nel luglio 1643 la Congregazione di Propaganda Fide approvò una nuova spedizione di missionari Cappuccini italiani per il Congo<sup>27</sup>. Papa Urbano VIII non aveva dimenticato l'impegno che aveva preso con il *manikongo* Alvaro VI di inviare religiosi allo scopo di preservare e diffondere il cattolicesimo nei suoi territori, ora sempre più vicini alle conquiste olandesi nel regno di Angola. Fra' Bonaventura d'Alessano non aveva cessato di prestare ogni sforzo per adempire a quel compito, applicandosi tutto il tempo precedente per allargare il ministero apostolico. Mentre era rimasto nella corte pontificia, il Cappuccino aveva continuato ad esercitare lo *status* di prefetto

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> MMA, 1960, volume IX, pp. 60-61. Nomina della Sacra Congregazione di Propaganda Fide dei missionari cappuccini della Missione del Congo (Roma, 21 luglio, 1 e 7 settembre 1643).

della missione congolese. In quell'estate il suo desiderio si avverò ma questa volta la spedizione in terre africane non sarebbe partita dalla Lisbona dei Bragança, bensì da un porto spagnolo. Pertanto non Giovanni IV e la sua pia consorte, ma Filippo IV, re 'riconosciuto' del Portogallo e già pienamente informato di quanto precedentemente era accaduto, divenne il sovrano incaricato dalla Santa Sede dell'imbarco dei missionari di Propaganda Fide. Così, la commissione fu affidata al nunzio pontificio a Madrid, Giovanni Battista Panciroli, che favorì d'Alessano e tre compagni nel loro cammino verso il Congo durante il nuovo soggiorno spagnolo<sup>28</sup>.

Dunque per espletare questo nuovo incarico i Cappuccini lasciarono Livorno per Siviglia, fermandosi nel porto valenziano di Vinaroz. Il prefetto modificò il viaggio per mare e andò direttamente a Saragozza per incontrare Fra' Francisco de Pamplona, Cappuccino che "in vita" era stato il famoso ufficiale navarrese Tiburcio de Redín y Cruzat, il quale si unì al gruppo di missionari partiti per Madrid dall'Aragona<sup>29</sup>. Nell'udienza con Filippo IV i missionari, consapevoli dei limiti finanziari del Re Cattolico impegnato su molteplici fronti di guerra, chiesero al sovrano di aiutare la missione africana "con alguna embarcación de las que hagan menos falta al servicio de Vuestra Magestad". Il Consiglio di Stato si era espresso positivamente, perché

el intento destes religiosos merece ser mui favorecido de la piedad y real clemencia de Vuestra Magestad por el fin a que se encamina y para esto podría Vuestra Magestad servirse de mandar dar a estos religiosos ochocientos o mil ducados de limosna por una vez y carta para el duque de Nájera, capitán general de la Armada del Mar Océano, diciéndole a lo que van y encargándole que, sin empeñar el nombre de Vuestra Magestad, les asista con su favor y protección para que puedan executar el santo intento que llevan, alentando los medios que le propusieren, de manera que puedan hacer su viage sin detención<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> MMA, 1960, volume IX, p. 62. Lettera della Sacra Congregazione di Propaganda Fide a Giovanni Battista Panciroli (Roma, 30 agosto 1643).

<sup>29</sup> Sull'impresa apostolica di Tiburcio de Redín, vid. Pellicer de Tovar, 1649; e Anguiano, 1685, che fu ampliata e ristampata nel 1704 dallo stesso cronista Cappuccino.

<sup>30</sup> AGS, *Estado*, leg. 2806, *Consulta* del Consiglio di Stato (Madrid, 6 dicembre 1643). L'esborso dei mille ducati concessi ai missionari Cappuccini fu fatto da Íñigo Fernández de Villavicencio, a Jerez de la Frontera (nei pressi di Cadice), che aveva debiti con la Reale Azienda. AGS, *Consejo y Juntas de Hacienda*, leg. 851, Ordine di Filippo IV al marchese della Puebla (Madrid, 29 dicembre 1643).

La natura pia della loro missione fu all'origine della concessione regia di mille ducati, cui fu aggiunta la reliquia del *Lignum Crucis* consegnata dal monarca a Fra' Francisco e la sopradetta lettera di raccomandazione per il duca di Nájera<sup>31</sup>. Nonostante il regno del Congo si trovasse fuori della sovranità e della giurisdizione di Castiglia (ma fosse di fatto sotto la giurisdizione portoghese la cui corona rimaneva ancora *de iure* da lui dipendente), il sovrano non poteva fornire maggiori tutele senza creare problemi per i Cappuccini con i portoghesi e gli olandesi che dominavano quelle coste africane. Il consolidamento e la proiezione commerciale dei possedimenti occupati dalle Province Unite causarono una profonda preoccupazione nel prefetto d'Alessano. La prassi calvinista dei membri della WIC di Luanda, Guinea e São Tomé aveva predisposto l'eliminazione dei simboli cattolici delle popolazioni locali, e con tutta probabilità, i religiosi che avrebbero operato in Angola non sarebbero stati bene accolti dopo la morte dei principali referenti che la comunità aveva avuto: il vescovo luandese Francisco de Soveral e lo stesso *manikongo* Alvaro VI<sup>32</sup>.

La missione necessitava di risorse materiali – valutate in circa 6 e 8.000 scudi – e un numero maggiore di missionari rispetto ai quattro cappuccini che si dirigevano verso il Congo. Così, fu deciso di aumentare a dodici (come gli Apostoli) il numero dei missionari come nell'idea iniziale di papa Paolo V quando era stato deciso di fondare la missione africana all'inizio del Cinquecento. La scelta dei nuovi missionari era delegata al nunzio Panciroli: tra i prescelti loro compariva il già citato Fra' Francisco de Pamplona, ex militare che aveva preso i voti di recente ed aveva una grande capacità di impegno nell'ordine. A lui furono uniti quattro genovesi, un castigliano, un andaluso e quattro religiosi nativi della Corona d'Aragona. Questa eterogeneità, la provenienza da territori tanto diversi suscitò diverse perplessità in padre d'Alessano, dal momento che a suo parere un ministero di quelle caratteristiche richiedeva la massima uniformità. "Mischiare diversità di nationi", tuttavia, non avrebbe dovuto

---

<sup>31</sup> Sugli ordini del *Rey Planeta* affinché i ministri e ufficiali reali – come il duca di Nájera – dessero qualche aiuto ai missionari, vid. AGS, *Estado*, leg. 2809, *Minuta* di dispaccio di Filippo IV (Madrid, 8 febbraio 1644). Lo stesso Filippo IV riconosceva l'urgenza della missione del regno del Congo "siendo tan digno de la piedad christiana favorecer intento que se encamina a conversión de las almas i mayor dilatación de nuestra sagrada Religión Católica". MMA, 1960, volume IX, pp. 98-99. Dispaccio di Filippo IV al duca di Nájera (Madrid, 1 gennaio 1644).

<sup>32</sup> MMA, 1960, volume IX, pp. 121-129: in particolare, per i timori cappuccini rispetto ai problemi politici nei regni di Angola e Congo, vid. pp. 122-123. Carta de Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (s. l., s. d.; Madrid, aprile 1644).

essere un ostacolo se l'orizzonte fosse stato condiviso, come gli ordini pontificali stabilivano<sup>33</sup>.

Approdati nel grande porto di Siviglia, dove il loro soggiorno divenne piacevole nel convento dell'ordine, inserito nel patronato regio, l'incertezza della partenza costituiva costante preoccupazione per i dodici missionari che si stavano preparando per il Congo. Tra le date che furono considerate per l'imbarco, la più probabile era a settembre del 1644, sempre che l'occupazione olandese non mettesse a rischio la loro vita e il loro ministero. La nave scelta era quella del genovese Giovanni Bernardo Falconi e del pilota portoghese Baltasar Lopes, che, tornava a negoziare nel regno di Benin, non era però adatta per un lungo viaggio<sup>34</sup>. Inoltre i missionari dovevano prepararsi ad essere pronti a difendersi dalle furie marittime e ai possibili agguati che li avrebbero esposti a essere catturati, imprigionati o uccisi dai nemici della Monarchia di Spagna navigando in quelle acque. L'ingresso in Congo sarebbe avvenuto attraverso il fiume Zaire; la distanza di Pinda, dove si trovava la corte reale del *manikongo* Garcia II, che avrebbe dovuto essere raggiunta a piedi, aumentava i pericoli del viaggio. Va aggiunto che, ad aumentare i pericoli, stava il fatto che non era chiara l'inclinazione politica del nuovo sovrano congolese.

L'avventura dunque era troppo rischiosa e tutte queste considerazioni avevano portato i Cappuccini a prendere in considerazione altre destinazioni come il Giappone o le Filippine dove applicare e sviluppare la loro vocazione missionaria. Alcuni dei membri dell'ordine pensarono di unire i frati italo-spagnoli alle nuove missioni del loro ordine provviste dalla provincia di Andalusia nella 'Nigritia', cioè nei territori dell'Africa occidentale nonostante fosse uno spazio di *feitorias* dipendenti del re Bragança e pertanto fuori dal dominio castigliano. Tuttavia, d'Alessano, Pamplona e i suoi compagni incontrarono l'opposizione decisa di Filippo IV e della curia pontificia. Il loro incarico originale era per il Congo e non potevano ottenere un'altra licenza,

<sup>33</sup> Propaganda Fide approvò l'incorporazione di tutti i Cappuccini scelti in Andalusia nell'invio dei decreti di fondazione della Missione del Congo. *Ibi*, pp. 118-119. Approvazione della Sacra Congregazione di Propaganda Fide dei missionari spagnoli per la Missione del Congo (Roma, 25 aprile 1644). Nel mezzo della preparazione in Andalusia della Missione del Congo, d'Alessano rifiutò di comparire – in caso di fallimento – nella Negritia per i problemi della giurisdizione, e chiedeva che Filippo IV “facesse assegnare la missione nella Nuova Spagna all'Amazzone. Regno molto vasto e da farvi grandissimo frutto (...) non resta altro che dicono tutti che sarà più difficultoso il penetrarvi a detto regno per li olandesi e portughesi, che per niun modo li lasciano entrare, essendo occupati tutti quei porti dalli sopradetti; non per questo i padri lasciaranno d'usar tutti quei mezzi possibili per potervi entrare, e fundare detta missione, stando molto infervorizzati all'acquisto di quelle povere anime”. *Ibi*, pp. 177-179. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Siviglia, 25 ottobre 1644).

<sup>34</sup> *Ibi*, pp. 138-143. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Siviglia, 30 giugno 1644). Anguiano, 1950, pp. 31-32.

credenziale o passaporto del re di Spagna che non fosse per quel territorio australe<sup>35</sup>. Alla fine accettarono il rischio e il 20 gennaio 1645 salparono dal porto di Sanlúcar de Barrameda, non prima di aver ricevuto la falsa notizia che il re del Congo “había prevaricado de la fe a persuasiones de los holandeses que comerciaban en sus tierras y se hallaban señores de Angola” (Anguiano, 1950, p. 32). Mentre l’origine delle *fake news* sulla supposta conversione calvinista è sconosciuta, non sarebbe strano pensare che fosse stata diffusa dalla potente comunità portoghese stabilita nella Bassa Andalusia per destabilizzare i missionari e far loro ripensare alle pericolose e incerte circostanze del viaggio, magari suggerendone la sospensione e favorire l’invio di altri missionari da Lisbona. L’effetto fu nullo e pertanto i Cappuccini iniziarono, quattro anni dopo, la loro missione.

### 3. Equilibri confessionali e gelosie missionarie. La nascita della missione di padroado Bragança nel Congo

A Lisbona i preparativi di d’Alessano e la sua partenza furono seguiti con la massima attenzione. La diretta partecipazione di Filippo IV alla missione non passò inosservata e il sovrano venne apostrofato di opportunismo dalla stessa Propaganda Fide, i cui cardinali ricordarono che, quando era re del Portogallo, la sua attenzione a questi territori rispondeva più a fini commerciali piuttosto che agli interessi dell’evangelizzazione<sup>36</sup>. Mentre la sovranità portoghese era dibattuta con le armi, Filippo IV affermò la propria legittimità sul *padroado* religioso, come in parallelo mettevano in atto Giovanni IV e sua moglie. Il rafforzamento dell’immagine del Re Cattolico e il suo favore verso i missionari inviati da Roma avrebbero potuto causare grandi danni agli interessi dei Bragança. Tuttavia l’intervento di Filippo IV potrebbe essere spiegato anche come una difesa degli interessi economici in relazione al commercio di schiavi nelle Indie castigliane, attività che fino ad allora era stata nelle mani dei ‘ribelli’ portoghesi e olandesi.

Sebbene l’approvazione pontificia e l’incarico della Congregazione di Propaganda Fide significassero il riconoscimento della sovranità di Filippo IV come re di Portogallo e delle sue *conquistas*, Giovanni IV si proponeva di autorizzare l’invio di nuovi missionari Cappuccini italiani alla missione in Congo. È sorprendente come la regina Luisa de Guzmán sia rimasta estranea a

<sup>35</sup> *Ibi*, 1960, pp. 165-171. Lettera di Fra’ Cristóbal de Morentín, provinciale Cappuccino di Castiglia, al Consiglio delle Indie (Convento di S. Antonio, 1 ottobre 1644).

<sup>36</sup> *MMA*, 1960, volume IX, p. 188. Lettera della Sacra Congregazione di Propaganda Fide al nunzio Giulio Rospigliosi (Roma, 12 novembre 1644).

questo progetto quando all'inizio ne era stata la più grande sostenitrice ma, forse, l'attività di mediazione nei confronti dei Cappuccini di d'Alessano era passata in secondo piano grazie al crescente potere del marito. Il ligure Fra' Bonaventura da Taggia, in qualità di vice-prefetto, venne incaricato di guidare il gruppo di religiosi italiani – nessuno dei quali era tuttavia suddito di Filippo IV – che si sarebbero recati in quel regno africano per applicarsi al ministero evangelico<sup>37</sup>.

Mentre nel 1641 Giovanni IV non aveva fornito mezzi ai primi Cappuccini italiani, ora che la guerra contro Castiglia gli era favorevole dopo la vittoria di Montijo e la pressione asburgica si faceva più forte contro francesi e catalani (si vedano le vittorie delle armi filippine su Lleida e Tarragona), il ripristino della primitiva attività confessionale fu presentato come una nuova opportunità. In un processo di evidente emulazione della politica spagnola, la missione venne strumentalizzata e politicizzata da entrambi i contendenti.

Contemporaneamente, il nunzio a Madrid, Giulio Rospigliosi – futuro papa Clemente XI –, spiegava come Filippo IV

mi disse che non solo si era mosso volentieri a commetter l'imbarco sudetto, ma che aveva anco ordinato che quei padri fossero trattati bene, soggiungendo che in ogni altra cosa spettante al servizio della Religion Cattolica et alla sodisfattione dell'Eminenze Vostre, a cui mi impose di significarlo, non haverebbe consentito che si desiderassero la prontezza e l'opera sua<sup>38</sup>.

Per contro, a Lisbona gli interessi economici e geopolitici diventavano il miglior sostegno per il rinnovato sforzo del *padroado* di Giovanni IV. Il padre Taggia ragionava che “questa missione è di maggior considerazione di quello la considerano in Italia”<sup>39</sup>. Nel mezzo della guerra contro la WIC a Pernambuco, il controllo del traffico di schiavi per le *haciendas* americane, sia da parte dei castigliani, sia dei portoghesi, costituiva una delle principali fonti che doveva migliorare la complessa economia del restaurato regno di Portogallo. Fra il suono delle armi e le ombre oscure della schiavitù, la religione cattolica poteva perdersi nei confini australi.

---

<sup>37</sup> *Ibi*, pp. 156-157. Lettera di Fra' Bonaventura da Taggia alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (Lisbona, 30 agosto 1644).

<sup>38</sup> *Ibi*, p. 215. Lettera del nunzio Giulio Rospigliosi alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (Madrid, 18 gennaio 1645).

<sup>39</sup> *Ibi*, pp. 212-214. Lettera di Fra' Bonaventura da Taggia a Francesco Ingoli (Lisbona, 16 gennaio 1645). Sulle problematiche fra Roma e Lisbona in materia confessionale, vid. Costa, 1997.

La partenza dei Cappuccini di d'Alessano dal porto di Sanlúcar provocò una reazione immediata dall'altra parte della *Raia*. Lo stesso Consiglio di Stato lisbonese avvertiva come

a pasagem desta gente pode ser de grande dano ao serviço de Vossa Magestade (...) pareço dizer a Vossa Magestade que muito conveniente fora ao serviço de Vossa Magestade armaremse desta çidade dois navios de forsa, com alguã gente para devertir este dezenho de Castella e se socorrer a nossa gente que está em Angola.

Fino ad allora, la perdita di Loanda non aveva avuto risposta, né vi era intenzione di riconquistarla, dal momento che il fronte principale della guerra non era intorno alle attività della WIC, ma la Castiglia. La notizia dell'impresa missionaria era una nuova occasione e stimolava la mobilitazione di risorse per realizzare un'impresa militare in Angola per sottrarsi al dominio olandese. Con queste garanzie del sovrano Bragança ma senza avere una legittimazione ufficiale, bensì solo ufficiosa, di Propaganda Fide, Fra' Bonaventura da Taggia e i tre missionari finanziati dal re Giovanni IV avrebbero potuto agire in modo sicuro e autorevole nei domini del loro *sponsor*, anche se il vice-prefetto stesso aveva sottolineato con rammarico la mancanza di personale e richiesto da Livorno la spedizione di, almeno, altri dieci Cappuccini.

L'azione militare precederebbe qualsiasi altro movimento in quelle acque. Per questo motivo, due navi furono preparate con numero sufficiente di persone "per abbandonare questo disegno di Castiglia", sotto il comando superiore del *jenízaro* brasiliano Salvador Correia de Sá e Benavides. A costui – antico governatore di Rio de Janeiro e attuale general *das frotas* e amministratore *das minas* dello Stato del Brasile – fu anche ordinato di interrompere il viaggio di d'Alessano<sup>40</sup>. Il teatro della guerra castigliano-portoghese si era diffuso sulle coste africane. Mentre la nave che trasportava i Cappuccini di Propaganda Fide era ferma alle isole Canarie, la più lontana giurisdizione castigliana, la flotta portoghese restaurava il dominio della corona di Bragança su São Tomé e le terre brasiliane di Maranhão. L'avanzata portoghese stava diventando sempre più evidente nel territorio di Loanda e negli altri luoghi australi, dove se non era conclusa la riconquista, almeno era "socorsa Angola dai portoghesi impensatamente, et stimato a miracolo". Con uno scenario sempre più

---

<sup>40</sup> MMA, 1960, volume IX, pp. 228-229. *Consulta* del Consiglio di Stato (Lisbona, 21 febbraio 1645). Sul profilo biografico di Correia de Sá, vid. Boxer, 1952.

favorevole, Taggia e altri tre Cappuccini si prepararono a trasferirsi nel Congo<sup>41</sup>. Giovanni IV scriveva al governatore di Salvador de Baia, António Teles da Silva, ordinando di facilitare la loro navigazione dalle coste brasiliane verso il regno africano, e facendo insieme istanze presso Pedro César de Meneses, governatore di Angola, per aiutarli, guidarli e accompagnarli nei loro viaggi, nonostante le limitate forze militari<sup>42</sup>. L'inclinazione reale a favorire i Cappuccini indusse il re Bragança a dichiarare addirittura la propria volontà di fondare un convento per il loro ordine in quei domini lontani. Per corrispondere alle sue intenzioni, Fra' Bonaventura de Taggia propose al sovrano lisbonese di essere disponibile a diventare patrono della missione.

Nell'autunno del 1645, i missionari lasciarono la corte di Lisbona per andare a Salvador da Bahia, dove si sarebbero fermati prima di dirigersi verso un porto congolese. Senza sapere se l'Angola fosse stata già riconquistata dai portoghesi, andarono "a quelle conquiste di Portogallo" per arrivare con la croce dove la forza della spada non aveva ancora potuto vincere<sup>43</sup>.

Mentre questi Cappuccini salpavano da Lisbona e, attraverso l'Atlantico, si dirigevano verso il Brasile, Fra' Bonaventura d'Alessano e i suoi compagni arrivarono a destinazione nel porto di Pinda il 25 maggio 1645<sup>44</sup>. I problemi iniziali nel Portogallo, i ritardi nella partenza dalla Castiglia, le difficoltà della traversata e la minaccia olandese finirono quando la missione del Congo divenne finalmente operativa con la ricezione del conte di Sonho, uno dei più potenti signori locali, e con la proiezione nella prassi evangelica dei mandati rinnovati dal nuovo pontefice, Innocenzo X<sup>45</sup>.

Ma questa è un'altra storia...

---

<sup>41</sup> *Ibi*, pp. 242-243, 246-248, 250-251, 252-253. Lettere di Fra' Bonaventura da Taggia a Francesco Ingoli (Lisbona, 29 aprile e 15 e 16 maggio 1645).

<sup>42</sup> *Ibi*, pp. 244-245. Dispaccio di Giovanni IV a Pedro César de Meneses, governatore di Angola (Alcântara, 9 maggio 1645).

<sup>43</sup> *Ibi*, pp. 384-385. Lettera di Fra' Bonaventura da Taggia a Francesco Ingoli (Brasile, 28 ottobre 1645); pp. 394-395. Lettera di Fra' Bonaventura da Taggia alla Sacra Congregazione di Propaganda Fide (Baia, 30 novembre 1645).

<sup>44</sup> *Ibi*, pp. 256-273. Lettera di Fra' Bonaventura d'Alessano a Francesco Ingoli (Pinda, 4 giugno 1645); pp. 281-290. Lettera di Fra' Juan de Santiago a tutti i conventi cappuccini della provincia di Castiglia (Pinda, 11 giugno 1645).

<sup>45</sup> *Ibi*, p. 291. Lettera della Sacra Congregazione di Propaganda Fide a Fra' Bonaventura d'Alessano (Roma, 12 giugno 1645). Sull'arrivo dei Cappuccini nel porto australe, "un grande ridotto di povere case secondo il costume di quelle regioni, aperto e senza riparo, ma situato in luogo abbondevole di buone acque, di eccellenti frutti & assai delizioso", vid. Cavazzi da Montecuccolo - Alamandini, 1687, p. 322. Una delle recentissime pubblicazioni su questo sviluppo missionario è quella di Ruiz-Peinado Alonso, 2021.

#### 4. Bibliografia

- Anguiano, Mateo de (OFMCap) (1685) *Vida y virtudes del capuchino español, el venerable siervo de Dios fray Francisco de Pamplona*. Madrid: por Lorenzo García.
- Anguiano, Mateo de (OFMCap) (1950) *Misiones capuchinas en África*. Edición de Buenaventura de Carrocera (OFMCap), tom. 1, Madrid: CSIC-Instituto Santo Toribio de Mogrovejo.
- Barros, Edval de Souza (2008) *Negócios de tanta importância. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM.
- Boxer, Charles R. (1952) *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*. London: University of London - Athlone Press.
- (1978) *The Church Militant and Iberian Expansion, 1440-1770*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press.
- Broggio, Paolo (2013) 'Teologia 'romana' e universalismo papale: la conquista del mondo (secoli XVI-XVII)', in Visceglia, Maria Antonietta (a cura di), *Papato e politica internazionale nella prima età moderna*. Roma: Viella, pp. 441-477.
- Cardim, Pedro (2014) *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- (2017) *Portugal y la Monarquía Hispánica (ca. 1550-ca. 1715)*. Madrid: Marcial Pons Historia.
- Cardim, Pedro - Sabatini, Gaetano (2011) 'António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII', in Cardim, Pedro - Sabatini, Gaetano (a cura di), *António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: CHAM - Università degli Studi Roma Tre - Red Columnaria, pp. 13-27.
- Cavazzi da Montecuccolo, Giovanni Antonio (OFMCap) - Alamandini, Fortunato (OFMCap) (cont.) (1687) *Istorica descrizione dei tre regni Congo, Matamba et Angola*. Bologna: per Giacomo Monti.
- Chakravarti, Ananya (2018) *The Empire of Apostles. Religion, Accomodatio, and the Imagination of Empire in Early Modern Brazil and India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Costa, Cosme José (1997) *A missiological conflict between Padroado and Propaganda in the East*. Goa: Pilar Publications.

- Costa, Leonor Freire - Cunha, Mafalda Soares da (2008) *D. João IV*. Lisboa: Temas e Debates.
- Elliott, John H. (2014) *La rebelión de los catalanes. Un estudio sobre la decadencia de España (1598-1640)*. Madrid: Siglo XXI.
- Filesi, Teobaldo (1970) *Roma e Congo all'inizio del 1600. Nuove testimonianze*. Como: Casa Editrice Pietro Cairoli.
- Filesi, Teobaldo - Villapadierna, Isidoro de (OFM Cap) (1978) *La missio antiqua dei Cappuccini nel Congo (1645-1835)*. Roma: Istituto Storico Cappuccini.
- Hilton, Anne (1985) *The Kingdom of Kongo*. New York: Clarendon Press of Oxford University Press.
- Jadin, Louis (1975) *L'ancien Congo et l'Angola 1639-1655*. Roma: Institut Historique Belge de Rome.
- Marcocci, Giuseppe (2012) *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (Sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martín Marcos, David (2014) *Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715*. Madrid: Instituto Universitario de Historia Simancas - Marcial Pons Historia.
- Metzler, Josef (1971) 'Francesco Ingoli, der erste Secretär der Kongregation (1578-1649)', in Metzler, Josef (a cura di), *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide. Memoria Rerum*. Vol. I/1, Roma - Freiburg - Wien: Herder, pp. 197-243.
- MMA (1960) *Monumenta Missionaria Africana. África Occidental*. Volumi VIII-IX, a cura di António Brásio, CSSp. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Pellicer de Tovar, Joseph (1649) *Missión evangélica al reyno de Congo por la Seráfica Religión de los Capuchinos*. Madrid: por Domingo García i Morrás.
- Pizzorusso, Giovanni (2018) *Governare le missioni, conoscere il mondo nel XVII secolo. La Congregazione Pontificia de Propaganda Fide*. Viterbo: Edizione Sette Città.
- Ribeiro da Silva, Filipa (2011) *Dutch and Portuguese in Western Africa. Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden-Boston: Brill.
- Ruiz-Peinado Alonso, José Luis (2021) 'Ondulando el Atlántico a través de la fe. Mercados de almas y redes religiosas', in Santos Pérez, José Manuel - Megiani, Ana Paula T. - Ruiz-Peinado Alonso, José Luis (a cura di) *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex, pp. 289-310.
- Saccardo, Graziano (1982-1983) *Congo e Angola. Con la storia dell'antica missione dei cappuccini*. 3 volumi, Venezia: Curia Provinciale dei Cappuccini.

- Sweet, James H. (2007) *Recriar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70.
- Thorton, John (1983) *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Thorton, John (2004) *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Valladares, Rafael (1994) *Felipe IV y la Restauración de Portugal*. Málaga: Algazara.
- (1998) *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura.
- (2016) *“Por toda la Tierra”. España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)*. Lisboa: CHAM.

##### 5. *Curriculum vitae*

Cristina Bravo Lozano è ricercatrice di posdottorato Tomás y Valiente nel Madrid Institute for Advanced Study (MIAS) - Universidad Autónoma de Madrid. Le sue linee di ricerca sono le relazioni tra l'Irlanda e la monarchia di Spagna nel Seicento, la diplomazia confessionale di Carlo II d'Asburgo nel Nord dell'Europa attraverso le cappelle delle ambasciate a Londra, L'Aia, Copenaghen ed Amburgo, e la risposta spagnola all'occupazione scozzese di Darien. Ha pubblicato la monografia *Spain and the Irish Mission, 1609-1707* (New York: Routledge, 2019) e la cura di sei libri e monografici di riviste, così come circa di quaranta saggi.

Roberto Quirós Rosado è *profesor ayudante doctor* nell'Universidad Autónoma de Madrid. Le sue ricerche sono specializzate sulla fine del regno di Carlo II e la guerra di Successione spagnola sotto la prospettiva della *governance* asburgica fra Spagna, Italia, Fiandre e America. Su queste problematiche sono pubblicati una quarantina di saggi e il volume *Monarquía de Oriente. La corte de Carlos III y el gobierno de Italia durante la guerra de Sucesión española* (Madrid: Marcial Pons Historia, 2017). Un'altra linea di ricerca è costituita dalla costruzione della memoria storiografica dei regni iberici fra Sei e Settecento.



## *Vivat Maestri Scolari: a presença de Giuseppe Scolari e as suas óperas em Lisboa entre 1766 e 1774*

### *Vivat Maestri Scolari: the presence of Giuseppe Scolari and his operas in Lisbon from 1766 to 1774*

Ricardo Bernardes  
(Universidade Nova de Lisboa -  
Fundação da Casa de Mateus)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 25/06/2021

#### *Resumo*

Giuseppe Scolari é um compositor esquecido pela musicologia que deve de ser estudado por aqueles que interessam-se pela conformação dos estilos musicais em Portugal em meados do séc. XVIII como parte do processo de italianização da música, fenómeno que ocorreu de modo transversal por toda a Europa. Apesar de figurar entre os importantes nomes da ópera italiana, sua actividade em Lisboa é muito pouca conhecida e a sua música resta esquecida nos arquivos. O compositor dirigiu os melhores músicos portugueses de sua época e a sua reputação e aceitação pelo público lisboeta era absoluta.

#### *Palavras-chave*

Ópera italiana; Portugal; música; musicologia

#### *Abstract*

Giuseppe Scolari is a composer forgotten by musicology that must be studied by those who are interested in the development of musical styles in Portugal in the middle of the 18th century as part of the process of Italianization of music, a phenomenon that occurred across Europe. Despite being among the important names of Italian opera, his activity in Lisbon is very little known and his music remains forgotten in the archives. The composer directed the best Portuguese musicians of his time and his reputation and acceptance by the Lisbon public was absolute.

#### *Keywords*

Italian opera; Portugal; music; musicology.

---

1. *Bibliografia.* - 2. *Curriculum vitae.*

No âmbito das celebrações dos 250 anos da ópera na Corunha em 2018, foram recolhidas novas informações sobre o início da ópera italiana em teatros públicos da pensínsula ibérica, o que trouxe uma atenção renovada à companhia de ópera de Nicola Setaro (c. 1730 - 1774) em várias cidades de Espanha e Portugal. O aprofundamento sobre o assunto deu-se com a parceria estabelecida entre a Fundação da Casa de Mateus em Vila Real e a associação de Amigos da Ópera de A Corunha, para a produção de dois espectáculos sobre a vida do *impresario* Nicola Setaro, com dois dos mais renomados cantores especializados em ópera do séc. XVIII, a mezzosoprano norte-americana Vivica Genaux e o barítono galego Borja Quiza, tendo sido a concepção do espetáculo e a encenação realizadas por Mario Pontiggia e a parte musical a cargo da Orquestra Barroca de Mateus sob a direção do autor do presente texto. Nos concertos realizados no Palácio de Mateus em Vila Real e no Teatro Rosalía de Castro em A Corunha foram interpretadas várias árias de óperas postas em cena por Setaro, incluindo a estreia moderna de uma ária de *La cascina* de Giuseppe Scolari (Vicenza 1720 - Lisboa após 1774) com libreto de Carlo Goldoni (1707 - 1793), composta em Veneza em 1763 e reposta em Lisboa logo em 1766 no Teatro Real da Ajuda. Nessa ocasião pudemos comprovar a imensa qualidade da música de Scolari ao mesmo tempo que nos deparamos com o quase total desconhecimento que há sobre esse compositor e sua música, ainda que tenha sido tão importante e influente, como comprovado pelas notícias e testemunhos da época. É possível sugerir que, pelo fato de ter sido um viajante, um expatriado, somente mais recentemente tenha havido maior interesse pela sua produção. É bastante notório e comprovado pela própria história da ciência da musicologia histórica que cada país tende a primeiro tratar de seus compositores nacionais para depois cuidar dos estrangeiros fixos e, por último, dos músicos circulantes (Brito, 1960, p. 38). Esse provavelmente teria sido o caso de Giuseppe Scolari, um compositor de relevo na história da música italiana e da península ibérica, mas cuja música não é conhecida por conta da falta de um “acolhimento nacional” da sua produção, como discutiremos adiante. É inegável que Scolari foi essencial para a o estabelecimento da ópera italiana em Espanha e Portugal na segunda metade do século XVIII pois, para além de um melodismo cativante, sua música continha os mais modernos elementos dramáticos do género teatral e musical que moldou o gosto das audiências ibéricas.

No entanto, não há como falarmos de Giuseppe Scolari e seu tempo na península ibérica, sem falarmos antes de Nicola Setaro e sua companhia. Setaro foi um cantor e *impresario* napolitano de ópera nascido por volta de 1711, e é hoje tido como o responsável pela implementação desse novo género do teatro

musical em alguns importantes centros urbanos ibéricos. Especialmente no caso português, Setaro foi responsável por intensa atividade operística em Lisboa e a criação do Teatro do Corpo da Guarda no Porto. Antes de ser empresário de ópera e ter a sua própria companhia, Setaro desenvolveu uma intensa carreira como baixo em teatros italianos em centros importantes como Ravena, Pesaro, Brescia, Mantua, Veneza, Ancona, Senigallia, Reggio Emilia, Parma e chegou mesmo a cantar em Viena. Seu maestro de música foi Giuseppe Scolari, que acompanhou a companhia de Setaro como seu diretor musical comprovadamente até à sua incursão por Lisboa.

Entre 1750 e 1753 há registos da presença de Setaro como organizador de três temporadas no Teatro de la Santa Creu de Barcelona com uma importante companhia composta por 14 cantores, 8 bailarinos e uma orquestra com 22 elementos. Nesse período a companhia estreou 10 óperas sérias e 14 bufas ou cómicas, uma produtividade notável e comprobatória do enorme sucesso que alcançou. Seu maestro de capela e diretor das óperas era Giuseppe Scolari e o repertório baseado nos mais importantes nomes italianos de sua época como Giovanni Battista Pergolesi, Gaetano Latilla, Baldassare Galuppi, para além do próprio Scolari. Em Março de 1753, Setaro decide formar uma nova companhia e começa a percorrer várias cidades espanholas e portuguesas, dirigindo-se primeiro à Andaluzia, onde há registos de várias atuações no “Corral de Comedias” de Jerez de la Frontera e várias tentativas de apresentarem-se em Cádiz, onde seu irmão Pietro já teria trabalhado. Em Puerto de Santa María construiu o Teatro de las Casas del Palacio, inaugurado em 14 de abril de 1754. Um ano depois, após litígios e reclamações, a Câmara Municipal ordenou o fechamento do teatro e levou Setaro a julgamento, condenando-o a leiloar os ativos da empresa. A empresa de Setaro teria deixado a cidade em meados de 1755. Entre 1755 e 1759 não há registos claros da companhia de Setaro e nem de Scolari. O que se sabe é que Setaro, sua família e seis cantores italianos chegaram a Lisboa no verão de 1759. Seu irmão Pietro fez arranjos para se apresentar no Teatro da Rua dos Condes mas, como Portugal havia interrompido relações diplomáticas com os Estados Pontifícios, os italianos não eram bem vistos. A empresa não obteve permissão régia para atuar na cidade e teve que o fazer privadamente em residências particulares de estrangeiros. Em fevereiro de 1760, Setaro teria tentado a sorte em Gibraltar, mas também sem muito sucesso. De regresso a Lisboa, foi contactado por um agente do Senado da Câmara do Porto que lhe ofereceu um contrato. Com a companhia de 7 cantores, 2 bailarinos e uma orquestra com 18 músicos, Setaro viajou para o Porto e estreou-se no Teatro do Corpo da Guarda a 15 de agosto de 1760. Por atuarem em várias temporadas, acredita-se que os irmãos Setaro tenham fixado

residência no Porto. Em março de 1764, Nicola Setaro pediu autorização à Câmara Municipal de A Corunha para realizar três temporadas num teatro provisório que teria construído, e assim termina a sua passagem por Portugal.

Desde a chegada da companhia a Barcelona em 1750, Setaro teve Giuseppe Scolari trabalhando como seu *maestro di cappella*, compondo novos títulos e dirigindo obras de compositores como Galuppi, Auletta e Latilla. Ainda não é possível confirmar se Scolari, que gozara de considerável sucesso com *La cascina* (1755) – escrita para ele pelo grande dramaturgo italiano e seu amigo Carlo Goldoni, se juntou ao empresário quando a empresa permaneceu em Lisboa de 1759 a 1762 antes de partir para o Porto e depois para a Galiza. O compositor trabalhou para teatros públicos e reais como a Rua dos Condes, Bairro Alto e Salvaterra, pelo menos de 1766 até uma última obra datada de 1774, a burletta *Alle dame*, mesmo considerando possíveis viagens de regresso à Itália nesse período (Ferreira, 2017).

De facto, apesar de figurar entre os importantes nomes da ópera italiana da segunda metade do século XVIII, a sua actividade em Lisboa é muito pouco conhecida e a sua música resta esquecida na rica biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda. É importante lembrar que o acervo musical dessa biblioteca está entre os mais importantes da Europa, sobretudo no que diz respeito à produção de ópera entre o período do terramoto de Lisboa (1755) e o fim do Antigo Regime com as Guerras Liberais. São centenas de óperas, primorosamente copiadas pelos copistas da corte ou então enviadas para integrar as bibliotecas, através dos embaixadores portugueses, nas cortes italianas. É a coleção que guarda o maior número de partituras das óperas de Scolari, tanto as que foram efectivamente representadas em Lisboa, assim como alguns outros títulos que foram apenas copiados para a coleção real de partituras<sup>1</sup>.

A presença de Scolari em Portugal insere-se no importante processo de italianização das artes e da música no reino português durante o séc. XVIII. Uma importação do gosto iniciou-se sistematicamente no período do reinado de D. João V (1706-1750). Nas primeiras décadas do século XVIII, jovens músicos portugueses foram enviados à Roma para absorverem o melhor do estilo musical da corte papal, daquela linguagem monumental que ficou conhecida como o “barroco colossal” romano. D. João V via na música sacra, e em toda a sua teatralidade intrínseca, o melhor meio de expressão artística nas artes

---

<sup>1</sup> É interessante notar que a maior parte dos manuscritos de ópera que estão na coleção da Biblioteca da Ajuda nunca foram utilizados para ensaios ou execuções musicais, sendo, de facto, consideradas apenas como parte das importantes coleções reunidas pelos reis portugueses que viam nesse género cultural e musical um símbolo de urbanidade que os distinguiu face às outras grandes cortes europeias.

performativas e também um grande meio de demonstração e encenação do seu poder real nos moldes do regalismo francês. No entanto, no reinado de seu filho D. José I (1750 e 1777), que coincide com a construção da Ópera do Tejo, o paradigma cultural mudou, e é no teatro de corte que se dava a representação do poder real. O luxo e a opulência das montagens das óperas sérias, com personagens do passado clássico greco-romano, exaltavam as virtudes morais, sempre em comparação aos monarcas ou a membros da família real. Esses viam-se representados no palco e, ao mesmo tempo, deixavam clara a mensagem da sua superioridade relativamente aos súbditos.

A rainha D. Maria I, que reinou entre 1777 e 1816, manteve a tradição de valorização da arte musical iniciada pelo seu avô e pelo seu pai. Por conta da necessidade de reduzir os custos comparativamente à tradição anterior preferiu, durante o seu reinado, formatos mais reduzidos, quer respeito ao número de músicos da orquestra da Real Câmara, quer nas produções de ópera que se apresentavam, muito menos opulentas e até, por vezes, com pouca ou nenhuma encenação.

Para o entendimento da importância de Scolari no contexto ibérico e, sobretudo, na vida musical portuguesa durante a sua estada, temos que analisar a sua presença no contexto do fenómeno de italianização da música durante o século XVIII que ocorreu de modo transversal a todas as cortes europeias, ainda que em França se tenha processado de modo mais particular. A península ibérica, com sua forte tradição de teatro musical autóctone, não ficou imune à moda italiana que trouxe a facilidade melódica, aliada a novos efeitos orquestrais que ajudavam a definir e reforçar o pathos dramático-musical das personagens. A ópera italiana instala-se com força e as suas soluções para a fluência do teatro musical tornam-se de facto preponderantes em relação às práticas locais tradicionais.

Em seu livro *The Italian diaspora of Musicians in the Eighteenth-century*, publicado em 2005, Reinhardt Strohm explica o fenómeno migratório de músicos italianos como uma diáspora artística, para além de tratar de suas consequências para a exportação de modelos estilísticos e educacionais por toda a Europa. No contexto dessa “diáspora” do estilo italiano e de seus músicos no século XVIII, os compositores italianos foram praticamente esquecidos por não se fixarem na memória histórica ou no cânone musical por terem sido “expatriados” dos grandes centros musicais europeus e, assim, não criaram raízes no imaginário coletivo e académico para integrarem a narrativa histórica da produção musical. Muitas vezes não são estudados em seus países de origem por terem migrado e nem nos países em que fizeram suas carreiras, pois eram estrangeiros.

Como já foi mencionado, o processo de italianização da música em Portugal foi caracterizado por uma mudança estruturada nos parâmetros artísticos e sócio-comunicativos, sobretudo aqueles da representação do poder real e da Igreja. D. João V, através de uma hábil estratégia política, elevou a sua Capela Real à condição de Patriarcal, tendo em seu capelão um príncipe da Igreja. Assim, o Rei passa a ter o controle do poder temporal e da influência do poder religioso. A fim de impor e garantir a representação de seu poder, a corte patriarcal de Lisboa emula e compete com a corte papal na grandiosidade do rito, sendo a música um dos principais elementos deste processo. O próprio processo civilizacional intensificou o uso de formas expressivas, como a música sacra e a ópera, na busca de um controle social e/ou edificação dos costumes como nunca antes havia ocorrido em Portugal. Este processo, tanto na metrópole quanto na colônia, marcava-se por uma representação e encenação pública do poder real que, nas palavras de Hespanha, servia uma “liturgia cortesã que inculcava uma representação eminente da realeza” (Hespanha, 1992, p. 12).

A sacralização da figura do monarca como legitimado representante da Majestade Divina, ao comparar a real pessoa à uma semi-divindade ao modo do absolutismo regalista francês era uma eficaz ferramenta para a manutenção da imagem do poder. De modo similar ao que ocorria em França, Portugal celebra as qualidades do rei absoluto, tendo na real pessoa a representação das virtudes do Estado. Esse contexto laudatório, expresso numa configuração física e ideológica da Igreja, era estruturado num regalismo sem precedentes. Juntamente à recriação de espaços fictícios e voláteis operados por uma grandiosa arquitetura efêmera, assim como de panegíricos e sermões dedicados à exaltação da real pessoa, a música tinha um papel primaz ao operar como a representação sonora desse poder que se reafirma.

Ainda nos primeiros anos do reinado de D. João V, para garantir a qualidade musical das cerimónias da Patriarcal de Lisboa, foram contratados músicos e compositores italianos, sobretudo os que actuavam junto às capelas papais, nomeadamente Domenico Scarlatti e Giovanni Giorgi. Do mesmo modo, alunos portugueses foram enviados a Roma para absorverem o grandioso estilo barroco romano e aplicá-lo em Lisboa. A principal realização foi, contudo, a criação em 1713 do Seminário da Patriarcal em Lisboa para formar localmente os músicos necessários para manter a grandiosidade musical do rito e, sobretudo, garantir a transmissão dos ensinamentos constantemente absorvidos dos antigos e novos modelos circulantes no resto da Europa (Fernandes, 2013). Este processo continuará, com pequenas variações, durante todo o século XVIII, agregando Nápoles como novo centro referencial nos reinados de D. José I e D.

Maria I. Tendo como modelo o que passava-se em outras cortes europeias como Viena e Württemberg, em Lisboa a ópera adquire papel preponderante como espetáculo de representação do poder régio. Nesse período foram contratados compositores como David Perez, alunos portugueses foram enviados aos conservatórios napolitanos, e a música do célebre Niccolò Jommelli foi encomendada pela corte portuguesa, tornando-se um de seus paradigmas estilísticos (Dottori, 2008).

No reinado de D. Maria I, as produções de ópera de corte não possuíam o fausto anterior por questões de ordem económica, no entanto intensificou-se a produção das serenatas de corte, género semi-encenado e em apenas um ato. Manteve-se, contudo, a exigência pela qualidade musical, uma vez que os embaixadores portugueses em Itália continuaram a procurar e a contratar os melhores cantores disponíveis – sobretudo castrados. Não obstante, esses mesmos diplomatas portugueses, que acompanhavam estreitamente a cena musical italiana, sentiam-se orgulhosos da qualidade da música produzida pelos compositores portugueses comparativamente àqueles ativos nos centros musicais italianos (Brito, 1989).

Nesse âmbito, foi estabelecido um sistema complexo na relação entre a necessidade da encenação do poder e o uso de modelos de significação, como são os usos retóricos (modelos tópicos, sistemas de tropificação e uso de estruturas pré-composicionais). Os músicos formavam e expunham suas possibilidades críticas dentro do sistema sócio-comunicativo do Antigo Regime. Assim, se compreende que o facto de adotar os novos modelos italianos não era apenas uma necessidade estética, mas estava subjacente a um processo de civilização que tratava de modificar a visão de Portugal como terra atrasada, lugar de um “neopaganismo” (Nery, 2006, p.52). No intercâmbio procurava-se emular, a partir dos modelos romanos e napolitanos, um discurso de poder, não somente para a afirmação do poder e presença do rei e do reino no âmbito das outras nações europeias, em que era apresentado um Portugal poderoso, moderno e instruído, em que a qualidade da produção musical tinha um papel preponderante. Esse problema pode ser observado nos processos discursivos através da circulação de modelos em diversos âmbitos: da prática musical (inclusive em termos de performatividade), aos processos criativos, considerando o impacto dos processos de formação escolar do músico, como no caso dos alunos do Seminário da Patriarcal de Lisboa.

Finalmente, para entendermos como se operou o esquecimento dos compositores italianos que actuaram em Portugal durante o século XVIII, devemos lembrar que a musicologia portuguesa desde as décadas de 30 e 40 do século XVIII, procurou valorizar um pretensamente repertório pretensamente tido

como autenticamente português, presente nos séculos XVI e XVII. Esse era o período chamado “século de ouro” português ou ibérico, quando, nos anos entre o tardio século XVI até aos primeiros anos de 1700, a música portuguesa foi alegadamente mais pura e original em sua linguagem e expressão estética, não ainda transformada pela “invasão” do moderno estilo italiano a toda Europa. Este ponto de vista é evidenciado no próprio título utilizado por Freitas Branco em sua *História da Música* para o capítulo sobre o século XVIII: *A Invasão Italiana* (Freitas Branco, 1959, p. 98). De acordo com a narrativa apresentada por Freitas Branco, a música em Portugal durante o século XVIII caracterizou-se como música italiana “menor”, uma vez que os compositores portugueses teriam adaptado um estilo estrangeiro à sua cultura musical e, deste modo, criavam música menos interessante a ser estudada e executada uma vez que esta não se tratava de “verdadeira música portuguesa”. Foi um pouco mais tarde que a italianização se processou de maneira declarada, significando, no geral, um declínio estético em relação às obras religiosas dos mestres polifonistas de outros tempos, como Filipe de Magalhães, Duarte Lobo ou Manuel Cardoso. É importante lembrar que esta perspectiva nacionalista era baseada na ideologia que refletia as discussões sobre identidade nacional conforme apresentada por autores de fins do século XIX e que se tornou ideologia dominante por volta de 1930 em muitos países ocidentais. Esta discussão, que tomou lugar na maior parte dos países da Europa ocidental e das Américas, preocupava-se com a definição de quais manifestações artísticas eram as mais representativas da verdadeira identidade cultural de uma nação, e deste modo devia ser exaltada, separando-as daquelas que podiam ser consideradas como manifestações de menor interesse artístico justamente por seu reduzido valor de engajamento nacionalístico. Explica-se, assim, que somente muito recentemente os investigadores tenham dirigido a atenção para os vários músicos e compositores italianos presentes em Portugal no século XVIII como uma real fonte de estudo das transformações estilísticas pelo que passou o meio musical do período.

Nesse contexto, uma actividade de ópera comercial e pública surgiu paralela e transversalmente à realidade dos teatros de corte e suas serenatas laudatórias, temáticas sérias e heróicas, em que havia também o teatro público de ópera, dedicado especialmente à representação de comédias. Nesse campo, Scolari foi um verdadeiro mestre e, por essa razão, escolhido pelo empresário Nicola Setaro para integrar a sua companhia. Nesse quadro criativo Giuseppe Scolari é uma das personagens mais intrigantes da vida musical na Lisboa da segunda metade do século XVIII. Não é realmente possível escrever um detalhado e extensivo perfil biográfico do compositor, como seria de se esperar de um

indivíduo com a projeção profissional que teve em vida. Por ser um compositor-viajante torna-se difícil encontrar registos oficiais da sua passagem por Portugal, uma vez que pode apenas ser comprovada pela informação da representação das suas óperas nos libretos impressos. Ele, de facto, parece ter levado uma vida de compositor de ópera itinerante, sem contratos fixos. Durante muitos anos esteve em Veneza, mas de 1750 a 1752 ou 1753 esteve evidentemente em Barcelona.

Na história da ópera italiana, Scolari ficou conhecido como um dos primeiros compositores do norte da Itália a adotar o novo estilo de ópera cómica que emanou de Nápoles e Roma no início da década de 1740 e dominou o palco europeu na segunda metade do século XVIII. Embora ofuscado por Galuppi e outros que permaneceram em actividade na Itália, Scolari parece ter tido um sucesso considerável, notadamente com *La cascina*, escrita para ele por seu amigo Carlo Goldoni. O libreto é tido como um dos de menor mérito da pena do poeta, sendo o crédito pelo sucesso da ópera imputado a Scolari, que exibiu um dom e facilidades melódicas que encantou o público de então.

Ao conhecermos a linguagem musical adoptada pelos compositores portugueses do mesmo período, podemos observar que as características do estilo musical e as inovações trazidas por Scolari a nível estilístico tiveram certamente muita influência em Lisboa. Sua importância como compositor fez-se mais notória no círculo do teatro público e comercial, e não naquele da corte, ainda que os teatros públicos também fossem frequentados pela nobreza. Seu estilo musical certamente era conhecido pelos compositores portugueses de sua época, pois as suas óperas obtiveram imenso sucesso. Na musicologia portuguesa fala-se muito da influências das óperas de Cimarosa e Paisiello, mas não pode ser esquecida a grande influência presencial que compositores como Scolari podiam ter sobre o público e na formação do gosto junto aos músicos. A companhia de cantores de Setaro, e conseqüentemente as obras e os compositores que trabalharam com ele, traziam o que havia de mais actual na cena da ópera no sul da Europa.

O célebre libretista Carlo Goldoni colaborou com Giuseppe Scolari entre 1756 e 1758 para *La cascina* e uma segunda versão de *Il Conte Caramella* (1756), *Le nozze* (1757), *Le donne vendicate* (1757), *Il viaggiatore ridicolo* (1762), *Il ciarlatano* (1759) e uma segunda produção de *La buona figliuola maritata* (1762), originalmente posta em música por Piccinni. Tudo indica que Scolari tenha viajado à Itália nos períodos em que não há registos de sua actividade em Portugal e Espanha. Essas viagens podem ter ocorrido para compor outras óperas, especialmente em parceria com Carlo Goldoni, como comprova, por

exemplo, *La buona figliuola maritata*, estreada em Murano a 24 April de 1762, a continuação da célebre ópera posta em música por Niccolò Piccinni.

A companhia de Nicola Setaro promoveu a representação de várias obras de Scolari, tanto em Portugal quanto em Espanha. Das óperas do período espanhol de Scolari temos a seguinte lista:

*Il chimico*, Barcelona, Santa Cruz, 23 Sept 1750

*Didone abbandonata*, Barcelona, Santa Cruz, 30 Mai 1752

*Chi tutto abbraccia nulla stringe*, Veneza, S Moisè, Outono de 1753 repetida como *L'avarò schernito* em Lugo em 1754

*Il filosofo chimico* poeta, Jerez de la Frontera, 1754

Na Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa podem ser encontradas sete partituras das óperas de Scolari, que incluem as que foram representadas em Lisboa assim como as que foram representadas somente em teatro italianos. Das óperas efectivamente representadas em Portugal apenas as partituras de *La cascina* (1766) e *Alle dame* (1774) sobrevivem, sendo a última incompleta. Abaixo listamos as óperas de que temos notícia histórica de suas encenações, como também a lista das partituras que sobreviveram.

Óperas de Scolari encenadas em Portugal (informação a partir dos libretos existentes):

*La cascina*, 1766 Carnaval - Teatro de Salvaterra

*Artaserse*, 1768 Carnaval - Rua dos Condes

*La Betulia liberata*, Quaresma - Rua dos Condes

*L'Arcinfanfano*, Quaresma - Rua dos Condes

*Il viaggiatore ridicolo*, 1770 Verão - Bairro Alto

*Il bejglierbei di Caramania*, 1771 - Carnaval - Bairro Alto

Partituras de óperas de Scolari encontradas em Portugal:

*La cascina*, Veneza, S Samuele, 26 Dez 1755, P-La;

*Rosbale*, Padua, Nuovo, Junho 1757, P-La

*Il Tamerlano*, Milão, Ducale, 26 Dez 1763, I-Nc, P-La

*Cajo Mario*, Milão, Ducale, Jan 1765, I-Nc, P-La

*La donna stravagante*, Veneza, S Samuele, carn. 1765–6

*Antigono*, Nápoles, S Carlo, 30 Mai 1766, La;

*Alle dame*, ?Lisboa, 1774, P-La



Fig. 1 - Libreto de ópera *Il viaggiatore ridicolo*, com música de Giuseppe Scolari, representado no Teatro do Bairro Alto em 1770.

Conforme já dito anteriormente, não há notícias de interpretações modernas da música de Scolari e seu nome permanece até aos nossos dias apenas como mais um dentre as centenas de músicos e compositores italianos do século XVIII cujas produções e contribuições merecem ser redescobertas. Com base no que resta de sua obra em partituras, depreende-se que a produção de Scolari deve ter sido bastante significativa. Das 37 óperas listadas, apenas 13 sobreviveram com as partituras completas e encontram-se em vários arquivos musicais em Itália, na Alemanha, e na já citada coleção da biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa. De sua música, sobrevivem ainda vários números musicais esparsos e alguma música instrumental, certamente sinfonias de suas óperas tornadas em números musicais independentes. Como era natural na formação de qualquer compositor de seu tempo, é muito provável que tenha produzido música sacra, que pode eventualmente estar conservada em arquivos espalhados pela Europa mas ainda não pesquisados com esse intuito. Sendo natural de Vicenza e tendo trabalhado inicialmente em Veneza, podemos supor a existência de composições sacras de sua autoria nos arquivos eclesiásticos e ainda pouco acessíveis dessas localidades.

Scolari é um compositor que ainda deve ser estudado em profundidade tendo em conta a sua capacidade de tratar o texto e os efeitos dramáticos conseguidos através da orquestra e da sua escrita vocal sempre sofisticada. Sua obra estava em linha com o que de mais moderno foi produzido nas outras

cortes europeias. O compositor de Vicenza interagiu e dirigiu os melhores músicos portugueses de sua época, como a lendária cantora Luísa Todi. A sua reputação e aceitação pelo público lisboeta era absoluta. Scolari também chegou a figurar entre compositores de "árias favoritas" em coleções bastante populares na Europa do último quartel do séc. XVIII. Uma ária de sua autoria da ópera cómica *Chi tutto abbraccia nulla stringe*, estreada no Teatro de San Moisé em Veneza em 1753 – e reposta em Lugo em 1754 com o título alternativo de *L'avaro schernito*, fez parte de um periódico impresso de árias italianas, editado em Paris em 1783, juntamente com árias famosas de autores célebres como Gazzaniga, Cimarosa, Paisiello, Piccinni e Sacchini.<sup>2</sup>

Ainda que esquecido tanto da musicologia italiana, quanto da portuguesa e espanhola, um certo "golpe de sorte" fez com que tenhamos um retrato muito vívido e interessante da personalidade de Scolari, assim como do modo como funcionavam as relações pessoais e profissionais no meio musical da Lisboa da segunda metade do século XVIII. É graças ao relato crítico incluso numa carta do oficial francês Gaubier de Barrault para o Conde de Oeiras sobre uma representação da ópera composta por Scolari em Lisboa, *Il bejglierbei di Caramania*, que sabemos quanto o público lisboeta apreciava a sua música. Como cita Manuel Carlos de Brito em seu livro *Opera in the eighteenth-century Portugal*:

It is the nicest *buffo* opera that I ever heard. The music is charming and in a new style. Scolari has used his ability to make the most of all the actors, and he succeeds in doubling their talents through his art by developing and accommodating the music to the quality and the range of their voices. [...] The finales are full, harmonious, proportioned, in short everything has pleased in this opera, even Pedro. For the audience, besides applauding the actors, redoubled their applause at each lovely piece, shouting *Vivat Maestre Scolari*. (Brito, 1988, pp.88-89)

Giuseppe Scolari é um compositor que, de certeza, merece estudos aprofundados, de modo que a sua música tenha o lugar que merece na historiografia musical portuguesa.

---

<sup>2</sup> Journal d'ariettes italiennes des plus celebres compositeurs, avec les paroles italiennes et françoises, la basse sous le chant et toutes les parties séparées, pour la facilité de l'exécution... par Mr Bailleux... [t. 24] Année 1783.

## 1. Bibliografia

- Almeida, Maria João (2007) *O teatro de Goldoni no Portugal dos Setecentos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Brito, Manuel Carlos de (1984) 'Musicology in Portugal Since 1960', *Acta Musicologica*, 56, pp. 29 - 47.
- (1989) *Opera in Portugal in the Eighteenth Century (1708-1793)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carreira, Xoán M. (1990) 'El teatro de ópera en la península ibérica ca 1750-1775: Nicolà Setaro', en *De musica hispana et aliis: Miscelánea en honor al Prof. Dr. José López-Calo*. II, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 27-117.
- Cauthen, Paul (2002) 'Roccaforte, Gaetano', en *Grove Music Online*, <<https://www.oxfordmusiconline.com/grovemusic/view/10.1093/gmo/9781561592630.001.0001/omo-9781561592630-e-5000904272>> (23 Mar.2021).
- Eleuterio, Vitor Luis (2003) *Luisa Todí: a voz que vem de longe*. Lisboa: Montepio Geral.
- Ferreira, Licínia Rodrigues (2017) 'A passagem dos Setaro em Portugal: Ópera depois do terramoto de 1755', *Revista Portuguesa de Musicologia*, 4, n. 2, pp. 273-282.
- Freitas Branco, João de (1959) *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ivo Cruz, Manuel (2008). *O essencial sobre a Ópera em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kühl, Paulo Mugayar (1998) *Os Libretos de Gaetano Martinelli e a Ópera de Corte em Portugal (1769-1795)*. PhD. diss. São Paulo, FFLCH - USP, Universidade de São Paulo.
- Pasquale, Daniela Di (2007). *Metastasio al gusto portoghese. Traduzioni e adattamenti del melodrama metastasiano nel Portogallo del Settecento*. Roma: Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Roma "La Sapienza", Instituto Camões de Portugal.
- Robinson, Michael F. (1972). *Naples and Neapolitan Opera*. Oxford: Clarendon Press.

Santos, Mariana Amélia Machado (1958). *Catálogo de música manuscrita*, elaborado sob a direcção de Mariana Amélia Machado Santos. Lisboa: Biblioteca da Ajuda.

Scherpereel, Joseph (1985). *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Música.

Strohm, Reinhard (2001). *The eighteenth-century diaspora of Italian music and musicians*. Turnhout: Brepols.

Weiss, Piero (2001) 'Scolari, Giuseppe', en *Grove Music Online*, <<https://www.oxfordmusiconline.com/grovemusic/view/10.1093/gmo/9781561592630.001.0001/omo-9781561592630-e-0000025235>> (23 Mar. 2021).

## 2. *Curriculum vitae*

Ricardo Bernardes é maestro e musicólogo e procurou desde sempre unir a direcção musical com a investigação académica. Possui dois doutoramentos em musicologia, sendo o primeiro na The University of Texas at Austin em 2012 e o segundo na Universidade Nova de Lisboa em 2016. Em 2005 fundou o Americantiga Ensemble, e com o qual se tem dedicado à execução e gravação do repertório Ibero-americano dos séculos XVII a XIX. É o Diretor Artístico dos Encontros Internacionais da Casa de Mateus, assim como do Festival de Música Antiga de Lisboa e do Festival Trotamundos, em Monsaraz.

**João Ângelo Brunelli (1722-1804).**  
**Episódios históricos marcados por um matemático bolonhês  
contratado por D. João V**

**João Ângelo Brunelli (1722-1804).**  
**Historical episodes marked by a Bolognese mathematician hired by D. João V**

M. Elfrida Ralha<sup>1</sup>  
(Departamento de Matemática  
Universidade do Minho)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 22/03/2021

*Resumo*

A ciência trilhava, nos idos Setecentos e em diversos lugares da Europa, um caminho de modernidade. Também em Portugal se ia percorrendo esse trilho: pelo conhecimento privilegiado do “Novo Mundo”, por via dos portugueses no estrangeiro, pelos estrangeiros e pelas obras que aqui chegavam e ainda por canais epistolares desenvolvidos por diplomatas e académicos. Ao mesmo tempo, as relações luso-espanholas mantinham pontos de discórdia pelo domínio de territórios ultramarinos.

Neste artigo, enquadraremos a chegada do Padre Brunelli a Lisboa e, percorrendo um pequeno manuscrito autobiográfico, cruzaremos alguns dos mais distintos acontecimentos das matemáticas portuguesas setecentistas.

*Palavras-Chave*

Portugal Setecentista; História das

*Abstract*

The 1700s marked the beginning of modern science, taking place in several places of the European geography.

A privileged know-how of the “New World”, Portuguese travelling abroad, foreign people and works arriving in Portugal and well defined European epistolary channels proved to be an important income to Portugal not falling behind those 18th century modern tracks. At the same time, Portugal was still to solve old quarrels with Spain dealing with the possession of ultramarine territories.

In this article, we will report the arrival, in Lisbon, of João Ângelo Brunelli. Then, through a small autobiographic manuscript, we seize some of the most distinct events in Portuguese 18th century mathematics.

*Keywords*

Eighteenth-Century Portugal; History of

---

<sup>1</sup> A autora agradece ao Senhor General Silvino Curado, da Academia Portuguesa da História, as indicações preciosas que generosamente lhe forneceu e aos Doutores Margarida Sequeira e Salvatore Cosentino, do Departamento de Matemática na Universidade do Minho, a ajuda prestada com as traduções de manuscritos italianos.

---

1. D. João V e a Astronomia. – 2. Da “determinação geográfica [...] das diferentes partes da terra”, até ao “uti possidetis”. – 3. Comissões demarcadoras do território brasileiro. – 4. João Ângelo Brunelli: um exímio matemático bolonhês, ao serviço da Coroa portuguesa. – 5. Brunelli no Brasil. – 6. Brunelli, de volta a Lisboa. – 7. Brunelli, de volta a Bolonha. – 8. Brunelli e a Academia da Marinha, em Lisboa. – 9. Outra produção científica de Brunelli. – 10. Conclusão. – 11. Bibliografia. – 12. Curriculum vitae.

### 1. D. João V e a Astronomia

O século XVIII, descrito, por um polígrafo marquês parisiense de origens napolitanas, como “incrédulo e frívolo”<sup>2</sup> haveria, afinal, de ficar para a história mundial como o “século das Luzes” onde, numa Europa também dividida por diferentes ideais religiosos, floresciam ideias novas, surgiam novos interesses, construía-se novas máquinas e concebiam-se novas invenções.

Em Portugal, o longo reinado de D. João V (1706-1750) reveste-se ainda de um contexto económico – por via das reservas de ouro e/ou outras oriundas, principalmente, do Brasil – e cultural – por influência da rainha D. Maria Ana de Áustria, de origens no longínquo Sacro Império Romano-Germânico – propícios ao desenvolvimento das letras, das artes e das ciências (Cunha, 2000)<sup>3</sup>. Porém, a dimensão e dispersão do reino exigia, por si só, uma especial ponderação e, na agenda de D. João V, também houve sérias tensões políticas que requereram medidas rigorosas, firmes e atempadas, nomeadamente no problema da demarcação das fronteiras, no território ultramarino do Brasil, em disputa com a Coroa de Espanha<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> “Vimos cada século como um círculo ficar imóvel, ou sem se incomodar, conforme dominaram os sentidos ou os prejuízos. Assim o século X foi ignorante, o XI bárbaro, o XII supersticioso, o XVI fanático, o XVII luminoso, o nosso incrédulo e frívolo.” (Caraccioli, 1759, p. 232).

<sup>3</sup> Nessa época foram, por exemplo, trazidos para Portugal arquétipos e artífices para algumas das mais emblemáticas construções, como são o Palácio de Mafra, o Aqueduto das Águas Livres, ou a Biblioteca Joanina na Universidade de Coimbra.

<sup>4</sup> A distribuição do “Novo Mundo” ficara acordada, por portugueses e espanhóis em 1494, no célebre Tratado de Tordesilhas, fixando uma linha meridional (Meridiano Zero), situada a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, divisória das “terras descobertas e a descobrir”. A continuação deste Meridiano no hemisfério oposto (o anti-meridiano) haveria de ser equacionada depois de um conflito conhecido por “Questão das (ilhas) Molucas” e assinando-se um novo Tratado (de Saragoça), por portugueses e espanhóis, em 1529.

Uma famosa Memória, apresentada pelo cartógrafo real Guillaume Delisle na Academia das Ciências Parisienses, haveria de relançar a disputa ibérica da divisão do Mundo e, particularmente, a demarcação das fronteiras no Brasil. Acentuava-se, por isso, a urgência de, em Portugal, nos rodearmos de mais e melhores cientistas, fomentarmos uma maior e melhor cultura científica e adquirirmos mais e melhores instrumentos de experimentação científica.

São notórios e amplamente documentados os esforços de modernização científica que, no reinado de D. João V e particularmente na década de 1720s, tiveram uma tradução clara no campo da Astronomia. Dessa época datam, por exemplo, a

- a) continuação do envio de bolseiros Portugueses para as mais destacadas academias /universidades estrangeiras (mormente em França e na Itália);
- b) nomeação de Azevedo Fortes<sup>5</sup> como engenheiro-mor do Reino (1719);

---

Ressalve-se, todavia, que a qualidade, tanto dos algoritmos matemáticos como das representações (cartográficas) da época, propiciavam distintos entendimentos, mas, também, impulsionavam as ciências e a tecnologia das quais dependiam um registo fiável de terras descobertas e/ou uma definição segura de rotas marítimas. Nas palavras de António Ribeiro dos Santos, “faltava saber qual era hum método para conhecer continuada e sucessivamente, quanto caminho se tinha andado no mar ao Oeste do lugar, donde o navio saíra, isto é, o método e maneira de calcular e fixar a Longitude na navegação de Leste a Oeste” (Santos, 1812, p. 202).

O conhecimento da longitude de um lugar (que varia entre 0° e 180° Este e entre 0° e 180° Oeste, relativamente a um Meridiano “Zero”, com cada hora do dia a corresponder, naturalmente, a 15°) é determinante para o registo do seu posicionamento no globo terrestre. Enunciada teoricamente como diferença de tempos de um mesmo fenómeno astronómico produzido no meridiano Zero e no local de observação, na prática, o cálculo das longitudes (particularmente no mar) foi um problema matemático de muito difícil solução cujos resultados se iam obtendo – por aproximação e realizados por pessoas com uma vasta cultura científica – a partir de métodos/ algoritmos diferentes (por exemplo: a partir dos satélites de Júpiter, tal como proposto por Galileu em 1610). Nestas condições, não podemos deixar de registar a forma e a precisão com que fomos, em Portugal, sendo capazes de empreender expedições magníficas como a Rota da Índia (mantida durante quase 300 anos), a descoberta do Brasil (diz-se que antes da assinatura do Tratado em Tordesilhas) ou a viagem de circum-navegação (com Magalhães a realçar a importância das Ilhas das Especiarias/Molucas).

<sup>5</sup> O insigne engenheiro Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) fez a sua formação académica no estrangeiro (Espanha, França e Itália) e, regressado a Portugal, foi tertuliano destacado nas famosas “Conferências Discretas e Eruditas” (1696-1705), que D. Francisco de Xavier de Menezes, 4.º Conde de Ericeira, organizava em sua casa. Mentor e professor de um programa de estudos na “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar/Academia Militar da Corte”, promoveu a produção de Mapas e o desenho de Fortalezas e iniciou o levantamento topográfico de Portugal. Na produção literária de Azevedo Fortes encontramos algumas das mais importantes obras científicas publicadas, à época, em Portugal; por exemplo Manuel de

- c) fundação da Academia Real da História Portuguesa a quem foi encomendada, a escrita da *História Antiga e Moderna do Reino de Portugal* (Castro, 1762-1763)<sup>6</sup>;
- d) contratação dos jesuítas matemáticos/ astrónomos, genoveses, João Batista Carbone (1694-1750) e Domingos Capassi (1694-1736), chegados a Lisboa em 1722<sup>7</sup>;
- e) ampliação e/ou fundação de Bibliotecas (Universidade de Coimbra, Conventos de Mafra e de Nossa Senhora das Necessidades);
- f) instalação de dois Observatórios Astronómicos, um no Paço e outro no Colégio de S. Antão.

Em 1729, os padres Domingos Capassi e Diogo Soares seriam enviados<sup>8</sup> para o Brasil, com a missão expressa de elaborar mapas e, assim, construir um “Novo Atlas” da América portuguesa. Os relatórios feitos e os desenhos de mapas, riscados segundo rigorosas observações e medições de latitudes e longitudes pelos dois padres matemáticos, distinguir-se-iam, também nas negociações ibéricas preparatórias do denominado Tratado de Madrid (Cortesão, 1952-1963; Almeida, 1990).

---

Azevedo Fortes, *Tratado do modo mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas, assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edifícios com instrumentos e sem instrumentos* (Lisboa, 1722), e *Engenheiro Português* (Lisboa, 1728-1729).

- <sup>6</sup> Foram, nomeadamente ao longo do segundo quartel do século XVIII, passados Inquéritos de recolha de dados sobre a população e sobre o território portugueses; destacamos, nesses Inquéritos, a cargo dos Bispados, a evolução do labor científico coligido pelo padre Oratoriano Luís Cardoso (Cardoso, 1747-1751).
- <sup>7</sup> Também nesta época, foi essencial a contribuição de matemáticos jesuítas estrangeiros que, estruturados em rede, apoiavam o desenvolvimento dos cientistas e das instituições portuguesas. Enquanto o Padre Carbone se tornaria Reitor do Colégio de Santo Antão e se manteria na Corte, próximo de D. João V, Domingos Capassi desenvolveria, no Brasil, a determinação de latitudes e longitudes dos lugares ultramarinos americanos, reivindicados por Portugal.
- <sup>8</sup> O Padre Diogo Soares (1684-1748) personifica a excelência científica dos matemáticos jesuítas do Colégio de S. Antão, em Lisboa. Destinado ao Brasil (Alvará de 18-nov-1729) chegou, juntamente com Domingos Capassi, ao Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1730 e ambos executaram magistralmente a missão de que haviam sido incumbidos. À morte de Capassi, em 1736, continuou Soares o trabalho cartográfico até à sua própria morte em 1748 (em Goiás).

2. Da “determinação geográfica (...) das diferentes partes da terra”, até ao “uti possidetis”

Em novembro de 1720, Delisle apresentava, na Academia Real das Ciências Parisiense, uma Memória memorável (Delisle, 1722)<sup>9</sup> que inicia explicando a razão do seu trabalho e a metodologia seguida:

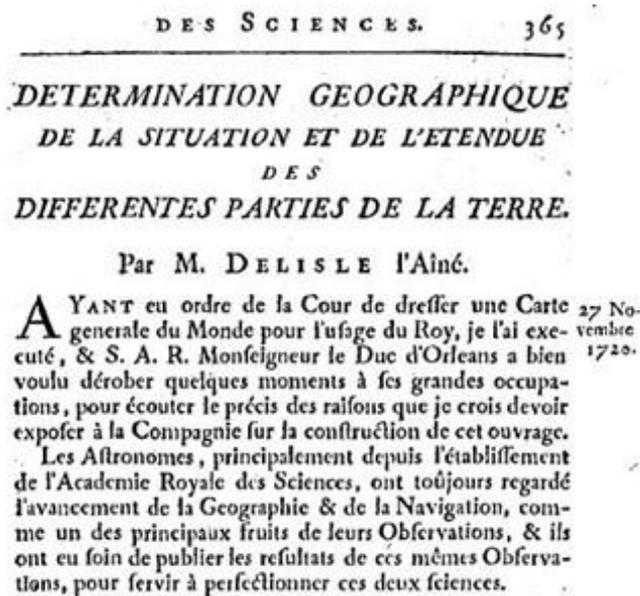


Fig. 1. Início da Memória de Delisle

Depois, num discurso repleto de referências aos mais reputados autores (Antigos e Modernos), com localizações precisas para diversos lugares da crosta terrestre, Delisle referiu “a famosa linha de demarcação estabelecida pelo Papa Alexandre VI” (i. é., a do Tratado de Tordesilhas) e relatou algo que interferia diretamente com as disputas que Portugal e Espanha vinham mantendo:

<sup>9</sup> Delisle (1675-1726) propôs-se reformar o antigo sistema da geografia, reconstruindo-o com bases científicas. Assim, coordenando as novas observações astronómicas (feitas em cada vez mais lugares, por astrónomos cada vez mais competentes e com instrumentos cada vez melhores), com os dados recolhidos pelos navegadores (cada vez mais numerosos e, por via da intensificação de rotas de navegação, também mais experientes) e a existência de cada vez mais mapas, de mais e mais países, Delisle conseguiu estabelecer uma rede internacional de contactos dedicados a atribuir – através de longas e sábias combinações numéricas – uma localização mais rigorosa/fiável às diversas regiões do globo terrestre.

São conhecidas as epístolas trocadas entre Delisle e os astrónomos jesuítas que viviam em Portugal, algumas das quais identificadas em (Carvalho, 1985, pp. 65 e ss.).

On peut fixer par-là, la fameuse Ligne de Demarcation que le Pape Alexandre VI. avoit établie par une Bulle donnée en 1493 pour servir de limite commune entre les Espagnols & les Portugais, car elle devoit passer 370 lieues à l'Ouest de l'Isle Saint-Antoine, la plus Occidentale de celles du Cap Verd, ce qui l'établit au 33<sup>o</sup>me. degré selon nos Observations.

On verra bientôt que les Moluques tomboient dans le partage des Portugais, contre la situation que les Cartes ordinaires donnent à ces Isles. Mais il n'en est pas de même de la Colonie que les Portugais ont établie à l'embouchure de la Rivière de la Plate.

Fig. 2. Delisle, sobre a localização das Molucas e as delimitações da Colónia de Sacramento, na foz do Rio da Prata (p. 374).

Por um lado, Delisle demonstrava que as tão disputadas Ilhas Molucas – pelas quais D. João III pagara uma avultada quantia ao Imperador Carlos I de Espanha e que haviam, de resto, justificado a célebre expedição, de circunavegação chefiada por Fernão de Magalhães – pertenciam, afinal, à parte portuguesa do anti-meridiano definido no Tratado de Tordesilhas mas, por outro lado, afirmava também que a pretendida região na foz do Rio da Prata<sup>10</sup> pertenceria aos espanhóis.

<sup>10</sup> A Colónia de Sacramento havia sido recuperada pelo Tratado de Utrecht e revestia-se de grande importância, quer por razões de defesa da fronteira sul do território nacional, quer por razões económicas e comerciais. Pelo Rio da Prata escoava-se a prata do interior montanhoso das minas de Potosi, pelo que a posse territorial da foz era um lugar privilegiado, nomeadamente para a pirataria dos navios que faziam o transporte.

Em 1621, na vigência dos Filipes, o Brasil havia sido dividido em dois estados: o do Maranhão e Grão-Pará (a Norte) e o do “Brasil” (a Sul) mas nem o complexo processo administrativo e a defesa das regiões ultramarinas nas Américas ficaram encerrados, nem as fronteiras eram “simples” linhas retas separatórias de territórios (incluindo as fronteiras com os territórios estrangeiros, maioritariamente espanhóis, na região).

Já em 1713, o Tratado de Utrecht – onde, segundo J. Cortesão “de todas as nações beligerantes, ao saldar as contas em Utrecht e Rastatt, a Grã-Bretanha reservava-se a parte de leão [e] O Novo Mundo ficava à mercê da cobiça inglesa” – daria, apesar de tudo, algumas vantagens a Portugal, nomeadamente, na posse de territórios americanos estratégicos: a Sul, recobrava-se, dos espanhóis, a Colónia de Sacramento e a Norte, recuperava-se o território Oiapoque (limite da Guiana Francesa com o Pará) e os franceses reconheciam, para sempre, os direitos de Portugal à navegação e ao comércio no Rio Amazonas (Cortesão, 1952, pp. 9 e ss.).

Os dois estados – do Norte e do Sul – estavam, depois, divididos em capitánias que, naturalmente, não se desenvolviam do mesmo modo nem ao mesmo tempo, dependendo das mudanças políticas, das escolhas dos governadores, etc.. Releve-se, todavia, que o interesse português pela região americana haveria de se afirmar local, regional e nacionalmente com dinâmicas, mais ou menos conturbadas, mas o processo de demarcação das fronteiras do Brasil foi, definitivamente, um problema tão difícil que só em 1981 ficaria

Enfim: não ficou a Coroa Portuguesa imune às conclusões de Delisle!

Como resposta, D. João V incumbia o Padre Alexandre de Gusmão das difíceis negociações com os espanhóis as quais, após três anos, culminavam com a assinatura do Tratado de Madrid (13-jan-1750: acordo celebrado entre D. João V e o cunhado D. Fernando de Castela), representando-se a divisão acordada no Mapa das Cortes<sup>11</sup> e consagrando-se o princípio Romano do “*Uti Possidetis*” (*ita possideatis*: = como possuí, assim possuís), segundo o qual a posse da terra depende da sua ocupação real.

Segundo Cortesão,

à luz de provas irrefutáveis, Alexandre de Gusmão surge como um dos mais fecundos e originais polígrafos portugueses e brasileiros; como um criador de novos princípios jurídicos; precursor da geopolítica americana; mestre incedível da ciência e da arte diplomática, e um construtor genial da nação brasileira, na clarividência e firmeza duma política de unidade geográfica e defesa da soberania (Cortesão, 1950, p. 451)

### 3. Comissões demarcadoras do território brasileiro

O Tratado de Madrid acarretava, também, a nomeação de Comissões Demarcadoras dos limites ultramarinos e, nos primeiros meses de 1750, decorreu uma intensa troca de correspondência, centralizada em Marco António de Azevedo Coutinho (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra)(AHU a) e com dois interlocutores principais: Manuel Teles da Silva<sup>12</sup> e Frei João Álvares de Gusmão (Carmelita, irmão de Alexandre de Gusmão, em Roma), com incumbências, apesar de tudo, bem definidas e distintas.

O General de Bohn, comandante em chefe de todos os engenheiros Imperiais Austríacos, aconselhou Teles da Silva na contratação de militares/engenheiros, nomeadamente:

---

resolvido.

<sup>11</sup> 1749: Mapa (de autor anónimo) da divisão das Américas. Na legenda deste mapa lê-se: *Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha, na América Meridional. O que está a amarelo é o que se acha ocupado pelos portugueses. O que está de cor rosa é o que têm ocupado os espanhóis. O que está em branco é o que está, até ao presente, por ocupar.*

<sup>12</sup> Teles da Silva (1696-1771), Conde da Silva-Tarouca, era ministro plenipotenciário de Portugal e “Presidente do Conselho de Flandres” em Viena, onde se tornara conselheiro da imperatriz Maria Teresa.

1.	Le Colonel et Chef de la Brigade Michel Angelo Blasco, par mois 309 fl.
2.	Le Dessineur Ponzoni, les appointemens de Capitaine, par mois — — 124½ fl.
3.	Le Capitaine Reverend — — — — 124½
4.	Le Capitaine Gaspar de Gronsfeld. — — — — — 124½
5.	Le Lieutenant en premier, Cavagna — — — — — 80½
6.	Le Lieutenant en premier, Galuzzi. — — — — — 80½
7.	Le Sous Lieut. Etzko. — — — — 53.
8.	Le Sous Lieut. Hatton — — — — 53.
9.	Le Sous Lieut. Gotz. — — — — 53.
10.	Le Sous Lieut. Rorix — — — — 53.

Fig. 3. Lista com os nomes, patentes e soldos acordados, em carta enviada de Viena, por Teles da Silva, a 14-abril-1750.

Destaque especial, inclusive na adjetivação que o descreve, mereceu o Brigadeiro, “natural da Sicília, Miguel Ângelo Blasco”<sup>13</sup>, mas sobre vários nomes desta lista<sup>14</sup> também se realçaram as qualidades de engenheiro e, em particular, as de matemático; por exemplo: “Gronsfeld de quem me diz De Bohn possuir as Matemáticas” ou “Galuzzi [que] nasceu em Mantova, filho de um bom matemático, de quem aprendeu muito bem”.

<sup>13</sup> Miguel Ângelo Blasco desempenhou um papel relevante nas questões técnicas e/ou diplomáticas envolvidas na demarcação dos limites, em confronto com os geógrafos espanhóis liderados pelo Marquês de Vale de Lários. Já Coronel, foi nomeado, em 1769, engenheiro-mor do Reino, aquando da vaga deixada pela morte de Manuel da Maia, como tributo dos serviços prestados no Brasil à Coroa portuguesa.

<sup>14</sup> Machado, 1922, p. 187. A respeito do “desenhador Ponzoni”, equiparado, em termos salariais, a “capitão” e que o próprio Azevedo Coutinho destacaria em carta enviada a Álvares de Gusmão, datada de 19-abril-1750, Wolkmar Machado registaria ainda que o desenhador Carlos Maria Ponzoni, era Milanês e que, depois do regresso do Brasil, rumou ao Colégio dos Nobres onde foi “Mestre de debuxo”.

Nas notícias veiculadas por Teles da Silva há uma frase repetida para cada um dos nomes: “não partirá sem a segurança da patente, serviço e soldo”; algo habitual para estes militares, muito provavelmente experimentados em servir outras Coroas e tomar parte em conflitos/missões, independentemente do seu país de origem.

Frei João Álvares de Gusmão, por seu lado, recebia instruções para contratar, em Itália, “homens inteligentes dos Estudos Matemáticos e Geográficos e que sejam práticos de fazer observações astronómicas para que possam formar com exação os Mapas [do Brasil e Maranhão]” e “como a Universidade de Bolonha é a parte da Itália em que mais têm florescido os estudos Matemáticos(...), procure os melhores sujeitos que puder descobrir(...), para se embarcarem em Génova”; além disso, fixavam-se limites máximos para o salário pago a estes especialistas:

*Deverá também apunhar com elle o ordenado que há de vencer, regulando-se pelo maior ou menor merecimento e advertindo-se q. o maior ordenado não excede de oitocentos mil ré. por ann. e se houverem que se pague há parte de moeda de Itália a sua familia a quem se pode estipular*

Fig. 4. Instruções sobre o “ordenado que hão-de vencer” os especialistas contratados em Itália, 11-abril-1750.

Na verdade, a julgar pelas palavras de Azevedo Coutinho, o que se pretendia dos demarcadores contratados no estrangeiro parece ultrapassar os meandros técnico-políticos da demarcação de fronteiras: almejavam-se genuínas expedições científicas.

*...rão Geograficas (que he o primeiro e principal objecto) me ferirá V. P. os que forem mais versados na Filosofia experimental (...), práticos de Medicina e especialmente de Botânica. Se alguns se acharem práticos de Medicina e especialmente de Botânica. Serão também muito estimados. Especialmente se desejar que alguns sejam sufficientes de se habilitarem tirarem vistas dos lugares mais notáveis, e de fazerem as plantas, Animais, e outras causas de noticia, e dignas de noticia. P. D. 11 de Abril de 1750*

*Entre os que se puzeram a Mano. He de haer bem lembrado que nos cartas se notará da Geographia e da Geometria, e de haer bem lembrado que He afirmado, que nos se notará bem Vistas, e Cartas Geograficas, mas se haerem por julgarem vistas dos lugares mais notáveis, animais, plantas, e de haer outros objectos dignos de noticia. P. D. 19 de Abril de 1750*

Fig. 5. Competências (adicionais) dos Delimitadores contratados. À esquerda: 11-abril-1750, preferirá V. P. os que forem mais versados na Filosofia experimental (...), práticos de Medicina e especialmente de Botânica. À direita: 19-abril-1750, um desenhador que não só saiba riscar (...) mas delinear perfeitamente vistas dos lugares mais notáveis, animais, plantas, Índios e outros objetos dignos de notícia.

#### 4. João Ângelo Brunelli: um exímio matemático bolonhês, ao serviço da Coroa portuguesa

Encontramos, tanto no acervo digital da Divisão de Manuscritos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ: Coleção Brunelli), como no denominado “Projeto Resgate” da Biblioteca Luso-Brasileira, um extenso conjunto de manuscritos que merecerão, em nosso entender, uma profunda revisão catalográfica, mas que, acima de tudo, nos desvelam caminhos investigativos promissores para o estudo da vida (e obra) do Padre bolonhês João Ângelo Brunelli. Consultamos a documentação epistolar reunida e anotada por Mendonça (Mendonça, 1963) e por Papavero & al. (2010), cruzamos e complementamos esses documentos com outros arquivados na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Militar (Portugal), bem como no Archivio di Stato di Bologna (Itália). Fomos ainda capazes de encontrar, através de uma pesquisa *in loco* feita em Portugal e no Brasil, documentos que não haviam sido atribuídos a João Ângelo Brunelli. Contrastamos, depois de estudarmos as fontes primárias, a informação veiculada por outros autores/textos suportados, em alguns casos, em fontes secundárias.

Divulgamos agora, com ênfase na produção científica e particularmente matemática, alguns dos nossos achados sobre este padre bolonhês, cuja presença em Portugal se liga aos três reinados do século XVIII.

Uma parte da longa e preenchida vida do Doutor João Ângelo Brunelli (1722-1804) é, por ele próprio, concisamente registada em página e meia [BNRJ a] que nos permitiram encaminhar a historiografia deste padre astrónomo e identificar a sua presença em muitos dos mais relevantes episódios da História das Matemáticas e do seu ensino no Portugal setecentista.

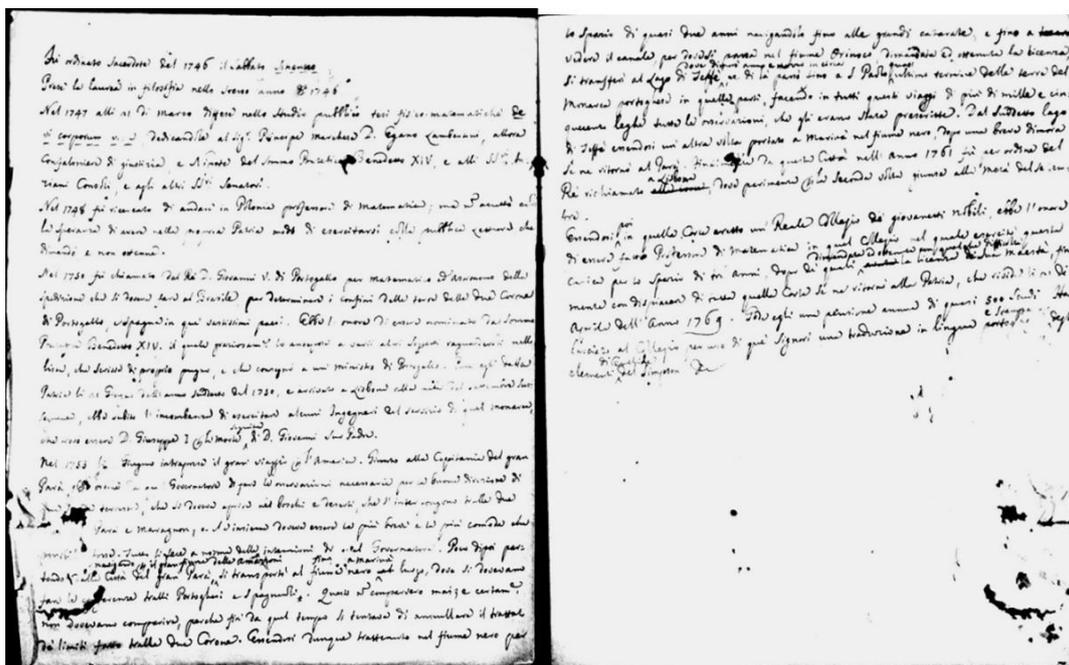


Fig. 6. [BNRJ a]: Brunelli, registro autobiográfico.

**Transcrição ([BNRJ a], fólio 1):**

**Tradução: Parte 1**

“Foi ordenado Sacerdote em 1746, no Sábado Sinenses<sup>15</sup>.

Formou-se em Filosofia no mesmo ano de 1746.

Em 1747, no dia 21 de março, defendeu nos estudos públicos a tese físico-matemática *De vi corporum v. o.*, dedicando-a ao digníssimo Príncipe Marquês D. Egano Lambertini, então Conselheiro de Justiça e sobrinho do Sumo Pontífice Bento XIV e aos Senhores Cônsules Anciões e aos outros Senhores Senadores.

Em 1748 foi convidado a ir para a Polónia como professor de Matemática mas não aceitou com a esperança de ter na própria Pátria modo de exercer a cátedra pública que pediu, mas não obteve.”

João Ângelo Brunelli nasceu a 22-jan-1722, filho de Agostinho Brunelli e teve dois irmãos, a quem recorrentemente enviava ajuda pecuniária: Giovanni Battista e Gabriel, assistente do célebre astrónomo Eustáquio Zanotti, com

<sup>15</sup> O dia 1-jan-1746 foi sábado e o 1.º dia do Calendário Chinês/Sinenses terá ocorrido, nesse ano, no dia 22 de janeiro (do Calendário Gregoriano). Terá sido esse sábado, 22 de janeiro, que João Ângelo Brunelli identifica como sendo o dia da sua ordenação como presbítero secular?



Da autobiografia de Brunelli retiramos, em particular, a informação de um convite para ensinar matemática na Polónia e que declinou porque gostaria de permanecer em Bolonha, tendo inclusive aí requerido uma vaga “cátedra” (que não obteve).

Em suma: Independentemente da recusa da cátedra, a verdade é que João Ângelo Brunelli reuniria, já em 1750, um currículo digno de ser favoravelmente apreciado por qualquer Corte europeia, nomeadamente se interessada nos avanços da moderna astronomia. O próprio Brunelli revela, em outros manuscritos, que o seu currículo, na vinda para Portugal, fora preferido ao de outros candidatos. Nestas condições, a intenção manifestada de se manter na Pátria foi revista e Brunelli – juntamente com um grupo alargado de “geógrafos e desenhistas italianos” – chegou a Lisboa, com a missão de participar na demarcação das fronteiras dos domínios portugueses nas Américas

**Transcrição** ([BNRJ a], fólio 1):

**Tradução:** Parte 2

“Em 1750 foi chamado pelo Rei D. João V de Portugal como Matemático e Astrónomo da Expedição que se faria ao Brasil para determinar os limites da Terra das duas coroas de Portugal e Espanha, naquelas vastíssimas regiões. Teve a honra de ser nomeado pelo Sumo Pontífice Bento XIV o qual generosamente o antepôs a outros sujeitos, na lista que escreveu por mão própria e que entregou a um ministro de Portugal. Partiu da Pátria em 21 de junho de 1750 e chegou a Lisboa em meados de setembro. Teve, imediatamente, a incumbência de formar alguns engenheiros do serviço do Monarca que era D. José I, na sequência da morte de D. João, seu pai.”

Brunelli saiu de Génova em 21-jun, mas à chegada a Lisboa, em setembro, já D. José I reinava em Portugal, na sequência da morte de D. João V, ocorrida em 31-jul. Tal linha temporal justificará, pelo menos em parte, o atraso do seu embarque para o Brasil, ocorrido quase 3 anos depois – não nos esqueçamos, em particular, que em Portugal se decretou um luto nacional, com a duração de dois anos, pela morte do soberano – mas as condições acordadas entre Brunelli e a Coroa portuguesa foram prontamente assinadas, em 1-out-1750, logo após a sua chegada a Lisboa [AHU b]. Nesse despacho ficava, em especial, ressalvado que Brunelli entrava ao Serviço do Rei de Portugal “na qualidade de Matemático e Geógrafo” para exercer a sua atividade no Brasil e “para o mais da sua profissão que lhe for ordenado [pelo Soberano]”.

Sabemos das observações astronómicas que Brunelli realizou em Lisboa, nos anos após a sua chegada: registou, por exemplo, eclipses de Lua e manteve uma troca de correspondência, nem sempre conciliadora, com o próprio Delisle (Carvalho, 1985, pp. 69 e ss.). É Brunelli quem, na autobiografia, nos informa de que os seus talentos foram, intuímos que passado pouco tempo da data do documento contratual anteriormente referido, aproveitados para ensinar matemática a engenheiros. Uma importante asserção, que aqui se evidencia, é a da articulação entre o talento destes astrónomos (e também dos desenhadores)<sup>17</sup> e a formação dos militares, engenheiros/arquitetos, portugueses. Duas questões subsequentes se nos levantam:

- Em que estabelecimento de ensino terá Brunelli tido “imediatamente a incumbência de formar alguns engenheiros do serviço do Monarca”?
- Que matérias terá Brunelli ensinado a esses engenheiros?

Conscientes de que o termo “engenheiro” era usado, normalmente, como sinónimo de um profissional com carreira/formação militar, e acreditando que esta palavra foi ponderadamente escolhida por Brunelli, conjecturamos que Brunelli possa ter sido requisitado, durante este período da sua vida (~1750-1753), para ensinar matemática na Academia Militar da Corte<sup>18</sup>. Os talentos

---

<sup>17</sup> Valladares, 1970, p. 196; Lobo - Raggi, 2017. Exemplo claro da sintonia entre matemáticos/astrónomos e arquitetos/ riscadores/ desenhadores, é a relação estreita que Brunelli manteve com António José Landi (1713-1791), provavelmente iniciada ainda em Bolonha e que se cimentaria, em Portugal e no Brasil, ao longo dos anos. Landi, já famoso aquando da sua contratação para integrar a Comissão, destinado ao Brasil para “fazer observações astronómicas, medições e confeccionar mapas para demarcar as fronteiras do Norte do país”, assumiria, pouco depois da chegada a Lisboa, a autoria de projetos arquitetónicos. No Brasil, onde casou e se manteve depois do regresso de Brunelli a Lisboa, assumiria obras emblemáticas como são as da Sé de Belém (e de outras igrejas) ou as do Palácio dos Governadores.

<sup>18</sup> A “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” fora instituída por Decreto de 13-jul-1641, após a restauração da independência e por sugestão do cosmógrafo-mor Luís Serrão Pimentel, que criava a Arma de Engenharia. Serrão Pimentel, formado pela famosa “Aula da Esfera” do Colégio de S. Antão, foi professor na “Aula de Fortificação” de Lisboa, tal como – depois de ser transformada esta “Aula” em “Academia Militar da Corte” (1707) – aí ensinou o engenheiro-mor Azevedo Fortes.

Saliente-se, todavia, que “Aula”, no contexto setecentista, significava um Curso completo, com vários anos de duração onde, no caso particular da “Aula de Fortificação/Academia Militar” e a exemplo do que se fazia no resto da Europa, se formavam engenheiros ensinando-os matemáticas (geometria e cosmografia/astronomia) e outras matérias (ataque e defesa das praças, castrametação, estática, artilharia e ou arquitetura/fortificação) (Santos, 1812, pp. 199-200).

A criação da “Academia Real da Marinha”, em 1779, haveria de coincidir com o encerramento da Aula de Fortificação/Academia Militar da Corte. Estas escolas militares, que também

adquiridos em Bolonha, através de estudos livrescos e de mestres matemáticos de alto gabarito, bem como a sua experiência com instrumentos científicos, reputá-lo-iam como capaz de bem ensinar matemáticas puras (geometria e trigonometria) ou matemáticas aplicadas (cosmografia, astronomia) a discípulos, futuros engenheiros do exército português. Tais talentos merecer-lhe-iam, finalmente, uma nomeação como “Académico Beditino” em Bolonha, conforme informado por cartas [BNRJ b] enviadas pelos amigos/colegas Ferdinando Bassi e Eustáquio Zanotti<sup>19</sup>.

### 5. Brunelli no Brasil

O reinado de D. José I foi marcado pelas políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Ao ser nomeado, logo em 1750, Ministro de Negócios Estrangeiros afastava-se Alexandre de Gusmão da implementação do Tratado de Madrid, mas é a partir de 1755 que a importância governativa do Marquês de Pombal, enquanto Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, se destacou.

Em 1751, Sebastião José nomeou um seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), para Governador Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>20</sup>. Em 1752, Mendonça Furtado foi designado “chefe plenipotenciário” da Comissão de Demarcação dos limites fronteiriços da bacia Amazónica<sup>21</sup>. Na opinião de Dumouriez “ce frère était un homme borné, mais

---

foram criadas em outros lugares da geografia nacional (por exemplo, em Viana do Castelo ou na Baía), formariam discípulos engenheiros com obra relevante quer em Portugal, quer no Brasil (Mota et al., 2015).

<sup>19</sup> A vaga/cátedra “Beneditina”, deixada por Jacob Bartolomeu Beccari (químico pioneiro da microbiologia a quem se atribui a descoberta do glúten na farinha de trigo) aquando da sua eleição para Presidente do Instituto, foi ocupada por Brunelli, a partir do dia 6 de Março de 1751.

Na verdade, o Instituto de Bolonha usufruiria do apoio do erudito conterrâneo Prospero Lorenzo Lambertini (1675-1758), Papa Bento XIV (a partir de 1740), a quem ficou a dever a encomenda e os custos das maravilhosas pinturas da Capela, construção de uma biblioteca e a criação da vaga, ditas Beneditinas.

<sup>20</sup> Mendonça e Furtado exerceu o cargo de Governador do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759. Depois disso, voltou a Lisboa onde foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

<sup>21</sup> Na mesma altura, António Gomes Freire de Andrade (1685-1763), governador do Rio de Janeiro (1733-1763) – que acumulava o comando dos territórios de Minas Gerais, S. Paulo, Mato Grosso e o Sul– era igualmente investido como responsável pelas demarcações meridionais (região centro-sul do Brasil).

bon travailleur & fort obéissant à son frère [Sebastião José]" (Dumouriez, 1775, pp. 221 e ss.).

As condições logísticas da expedição Amazônica foram cuidadosamente planeadas por Mendonça Furtado, quem reiteradamente exigia das mais altas instâncias da Corte tropas (com particular ênfase nos "engenheiros"), cirurgiões e armamento, mas "também um bom número de facões fortes, machados e foices roçadoras", seguramente consciente da profusão de fauna e flora nos terrenos a atravessar/desbravar, redes de pesca, boticas "bem fornecidas de remédios", ou ainda "altares portáteis para os capelães dizerem as missas", "barris de aguardente", "uma escrivaninha, um pano para a mesa, duas cadeiras, [...] cortinas para as portas" e "algum papel de marca grande para os mapas que se devem fazer".

Southey, por sua vez, reporta que:

Por mais que Sebastião de Carvalho desejasse diminuir o poder dos Jesuítas, (...) na execução do Tratado [de Madrid] pela fronteira do Norte achou a ocasião que buscava. Nomeou governador e capitão general do Maranhão e Pará e principal comissário e plenipotenciário para a demarcação de limites a seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que apenas chegado a Belém exigiu dos missionários das diferentes ordens todos os índios de serviço das respectivas aldeias, para os aprestes da sua expedição ao Rio Negro, onde devia encontrar-se com os elementos da Comissão Espanhola (Southey, 1862, pp. 78 e ss.).

São recorrentes as notícias, tal como as que Southey relata, de que tanto Mendonça Furtado como Freire de Andrade, no Brasil, enviavam a Sebastião José testemunhos que lhe nutriam a inimizade pelos jesuítas. Todavia, registamos também que, em 18-nov-1752, Mendonça Furtado escrevia uma amistosa carta ao Padre Manuel de Campos, dando-lhe conta de que

Nesta jornada vi o que se não pode nem explicar, nem facilmente compreender que é um oceano de água doce, um labirinto de ilhas e um concurso imenso de caudalosos rios. Para se poder tirar um Mapa exato de tudo isto seriam necessários muitos homens habilíssimos e muito tempo para sair o tal Mapa, com exaço e tudo quanto aqui se pode fazer é dar uma leve ideia do que isto em si é, como fez Condamine, em cujo Mapa notei alguns erros.

V. Rev.<sup>a</sup> faz um discurso, pelo que respeita a esta terra, digno do seu grande talento (Mendonça, cit., Vol.1, pp. 390 e ss.)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> O jesuíta matemático Padre Manuel de Campos (1681-1758) foi professor da "Aula da Esfera" e publicou, em 1735, a primeira edição portuguesa dos *Elementos* de Euclides (Campos, 1735), porque "[o] de que mais necessita (suposto o numeroso concurso dos que a

Dois anos volvidos após a chegada de Mendonça Furtado ao Grão-Pará e Maranhão, lá chegaria também Brunelli e a restante Comissão Demarcadora dos limites/fronteiras no Norte do Brasil.

frequentam) são livros clássicos, e manuais para adiantar a sua aplicação. Bem sei que a Corte abunda deles, e dos melhores Autores, que tem ilustrado esta ciência [...] porém também sei que a diversidade dos estilos, dos idiomas, e dos métodos não causam pequena confusão aos Mestres e aos Discípulos”.

Obra central no ensino da matemática, Manuel de Campos optou por traduzir uma célebre edição latina de André Tacquet, publicada em 1654, que elogia sem, ao melhor jeito de um notável pedagogo, se coibir de acrescentar detalhes e explicações, ciente dos pontos mais problemáticos na aprendizagem desta matéria:



Fig. 8. À Esquerda: Frontispício dos *Elementos*, do Padre Manoel de Campos (1735). À Direita: Painel de Azulejos –atualmente no Salão Nobre do Hospital de S. José– que revestia uma parede do espaço onde funcionava a “Aula da Esfera”, no Colégio Jesuíta de St. Antão

O famoso tratado que designamos, abreviadamente, como *Elementos* de Euclides, data do século III a. C. e dele não se conhecem vestígios originais, como pouco se conhece da vida do seu autor. São o mais importante texto matemático da Antiguidade e o único que tem sido ensinado ininterruptamente: sem comentários, sem exemplos, foram ordenados segundo princípios lógico-dedutivos enunciados por Aristóteles e relatam as matemáticas gregas conhecidas à época; organizados, normalmente, em 13 Livros/Capítulos. Sendo impossível saber qual o conteúdo efetivamente coligido por Euclides uma vez que os *Elementos*, copiados por inúmeros autores, iam sendo alterados – dividiam-se conteúdos, acrescentavam-se ou eliminavam-se definições, noções comuns, postulados, teoremas e problemas, demonstrações e até Livros/Capítulos – em muitos casos por razões de natureza pedagógica, nomeadamente como tentativa de alcançar um texto mais acessível para os aprendizes. Tendo sido um dos primeiros textos impressos na Europa –em 1482, por um impressor alemão (Erhardus Ratdolt) – teve a sua primeira edição vernacular em 1543, quando Nicolo Tartaglia (1500-1557) traduziu os *Elementos* para italiano, numa edição impressa em Veneza (Campos, 1735; Rodrigues, 1950).

<b>Transcrição</b> ([BNRJ] a), fólio 1):
<b>Tradução:</b> Parte 3
“Em [2 de] junho de 1753 empreendeu a grande viagem rumo à América.”

Na Gazeta de Lisboa encontramos uma notícia (Almeida, 1964) que reportamos como sendo a da saída de Brunelli de Lisboa, rumo ao Maranhão e Grão-Pará,

No Sabado deus do corrente... partiu do Porto desta Cidade para o do Rio de Janeiro, huma frota mercantil compolta de 22 navios, comboyada pela nau de guerra *N. S. do Livramento*, em que foi embarcado o Commandante *Francisco Soares de Bulboens*, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Capitam de mar, e guerra no feu Real servico. Sahiu juntamente com esta frota, outra para o Maranhão e Grão Pará, compolta de 9 navios, comboyados pelas naus de guerra *S. José*, *N. S. da Arabida*, e *N. S. das Mercês*, commandadas pelos Capitães de mar, e guerra *Rodrigo Ignacio de Barros*, e *Alvim*, pelos Capitães Tenentes *José Saubes de Brito*, e *José Roquete*. Nesta frota fe embarcaram as tropas com que Sua Magestademanda reforçar as guarniçoens das Praças daquelle Estado.

Fig. 9. Extrato de notícia publicada na *Gazeta de Lisboa* (Gazeta, 1753)

Nesses 9 navios, com destino a Belém do Pará, para além das tropas e dos Demarcadores para o Norte, seguia um carregamento avultado dos mais avançados e modernos livros e instrumentos científicos reiteradamente exigidos por Brunelli à Coroa portuguesa (Moura, 2008).

Outubro de 1754 marcaria o início da viagem de Brunelli, pela Amazónia e, em uma listagem com membros desta expedição, sobressai, em particular, a discrepância dos ordenados dos dois padres matemáticos:

<u>Relação dos Soldos e Cômgruas (ao ano) das Pessoas Destinadas para o Regulamento dos Limites da América Portuguesa, da Parte do Norte</u>	
P. de <b>João Ângelo Brunelli</b> (matemático/astrónomo, Bolonha)	800\$000
Sarg. <sup>to</sup> -mor <b>Sebastião José da Silva</b> (engenheiro, Portugal)	624\$000
Cap. <sup>ão</sup> João André Schwebel (engenheiro, Alemanha)	597\$600
Cap. <sup>ão</sup> <b>Gaspar João Geraldo Gronsfeld</b> (engenheiro, Alemanha)	597\$600
Cap. <sup>ão</sup> Gregório Rebelo Guerreiro Camacho (engenheiro, Portugal)	384\$000
Ajud. <sup>te</sup> <b>Henrique António Galuzzi</b> (engenheiro/desenhador, Mântua)	386\$400
Ajud. <sup>te</sup> Adão Leopoldo Breuning (engenheiro, Alemanha)	120\$000

<u>Relação dos Soldos e Cômguas (ao ano) das Pessoas Destinadas para o Regulamento dos Limites da América Portuguesa, da Parte do Norte</u>	
Ajud. <sup>te</sup> Filipe Sturm (engenheiro, Alemanha)	240\$000
Ten. <sup>te</sup> Manuel Fritz Goetz (engenheiro, Alemanha)	254\$400
Desenhador <b>António José Landi</b> (riscador, Bolonha)	300\$000
Cirurgião Daniel Panek (médico, Alemanha)	240\$000
Cirurgião <b>António de Matos</b> (médico, Portugal)	240\$000
Cirurgião Domingos de Sousa (médico, Portugal)	240\$000
P. <sup>de</sup> Inácio Szentmartony (matemático/astrónomo, Croácia)	<b>180\$000</b>
Francisco Xavier (criado dos padres, Portugal)	86\$000

Tabela. [AHU c]: transcrição onde destacamos, a negrito, o grupo/partida que acompanhou Brunelli

Se cruzarmos esta informação com outras, incluindo as de demarcadores destinados ao Sul, percebemos que ambas as Comissões foram divididas em 3 “partidas”/grupos que, por regra, incluíam 1 “chefe” militar, 1 matemático/astrónomo, 2 oficiais/engenheiros, 1 desenhador e 1 cirurgião.

Recordamos ainda que, anos antes, Brunelli havia ameaçado desistir da expedição Amazônica mostrando desagrado pelas hierarquias definidas para as Comissões; em Ofício escrito ainda em Lisboa, exigira instrumentos científicos (quadrante e relógios de pêndulo) que lhe haviam prometido em Bolonha e requeria que os matemáticos/astrónomos fossem “diretores gerais das cartas”:

Em primeiro lugar, não pretendo de maneira alguma ser anexado a uma expedição, quando, posto que deva haver um diretor geral, não seja ele um dos matemáticos que foram aceitos, e não um simples engenheiro, tal como o senhor Coronel Miguel de Blasco, o qual, de sua própria boca, fez-me saber que seria ele o diretor geral da carta que se deve fazer do Brasil. Porque, em tal caso, cada um dos matemáticos convidados fica grandemente prejudicado e perde sua honra, sendo coisa totalmente vergonhosa que um simples engenheiro, vale dizer no nosso caso um simples medidor prático ou agrimensor, dirija os matemáticos, pelos quais ele tem extrema necessidade de ser dirigido e apoiado, [...] assim como seria coisa vergonhosa que um simples cirurgião-barbeiro superintendesse um grupo de médicos e dirigisse suas operações. E quanto a mim em particular, saiba Vossa Excelência, que a isto não me posso de modo algum submeter, devendo manter com todo zelo o decoro de minha Universidade e da Academia de Bolonha, da qual fui levado [...].

Em segundo lugar, em caso de ter eu a honra de passar ao Brasil para servir Sua Majestade Fidelíssima na qualidade de Astrónomo, não posso, sem prejuízo de

minha honra, deixar que a carta daquele trecho do País, através do qual passarei fazendo medições, saia em nome de outrem, porque ela depende principalmente de minhas observações (Paparero, 2010, Anexo 1).

Em suma: consciente dos seus méritos académicos, Brunelli não se coíbe de os invocar para garantir um lugar destacado nos trabalhos que, todos em conjunto, haveriam de desenvolver nas Comissões Demarcadoras.

**Transcrição ([BNRJ a], fólho 1):**

**Tradução: Parte 4**

“Da Capitania do Grão-Pará recebeu ordem de um Governador [Mendonça Furtado] para efetuar as medidas necessárias, com vista a uma boa direção de uma estrada terrestre que se devia abrir por entre os bosques e desertos que se entrepunham entre os dois Estados de Pará e Maranhão e que, simultaneamente, devia ser a mais curta e mais cómoda possível. Tudo se fez, de acordo com as diretivas do Governador. Pouco depois [outubro de 1754], partindo da cidade de Grão-Pará, navegando o grande rio Amazonas, subiram o rio Negro até Mariuá, lugar onde se deviam realizar as conferências entre Portugueses e Espanhóis. Estes não compareceram e certamente não deveriam comparecer porque, naquela altura, tentavam anular o Tratado dos limites acordado entre as duas Coroas.”

Alguns registos reportam que, em cada uma das viagens, participavam centenas de pessoas, embarcados em dezenas de canoas onde viajavam oficiais do exército, capelães e outro pessoal de apoio sanitário, religioso, militar e logístico. Southey relata-nos os meandros logístico-políticos com que decorria a expedição Amazónica:

Ficaram pois por cultivar os campos das aldeias durante os doze meses que assim estiveram ocupados os índios, e ficaram também sem trabalhadores as plantações dos colonos [...] Fácil era de prever que o resultado seria a fome, que de facto começou a sentir-se no correr do ano para agravo dos outros males. [...] Desertaram pois em grande número, e d'esta deserção se fez um crime aos Jesuítas, como se por intrigas d'eles tivesse sido instigados.

A final partiu Mendonça Furtado com numerosa flotilha, sendo da sua expedição objeto ostensivo encontrar-se no Rio Negro com os comissários Espanhóis e dar ali princípio à demarcação. [...] A final seguiu o Governador para o Rio Negro, estabelecendo o seu quartel general em Mariuá, uma das aldeias dos Carmelitas, onde aguardou os comissários Espanhóis. D'ali mandou para o reino um

calendário de pesadas acusações contra os Jesuítas [...] Recebidos os despachos de Mendonça Furtado embarcaram-se imediatamente três regimentos para o Maranhão e Pará [...] Também foi ordem de publicar uma Bula<sup>23</sup>, que o papa Bento XIV promulgara em 1741 contra a escravidão dos Índios.

E a descrição feita em um “Discurso Encomiástico (...) dos Estados do Grão-Pará” sobre o destino americano de Brunelli, reza assim

Na América Meridional em pouca elevação do equador para o Pólo Austro, entre os meridianos 305 e 340, jazem as Capitánias que constituem o governo do Grão-Pará e seus dependentes [...]

As suas povoações principiaram em aldeias, que só uma se converteu em Cidade, que é hoje o Grão-Pará, capital de todo o Estado, situado em um grau e 28 minutos de elevação antártica na margem orientada embocadura do canal inferior do grande Rio Amazonas que, com mais de mil léguas de caminho, vem este gigante fluido alabastro a oferecer a imensidade das suas águas e outras confluente, para nelas, como em plano de cristal estampar a bela construção da sua perspectiva (Mendonça, 1963, Vol. 3, pp. 418 e ss.)

A chegada de Brunelli ao Brasil coincidia com um momento de particular intensidade político-religiosa, onde, por exemplo, se reconvertiam as aldeias indígenas em vilas e cidades com nomes próprios, muitos deles recolhidos na toponímia da metrópole portuguesa. Promovia-se igualmente a construção de novos edifícios, não só fortalezas como também obras de arquitetura civil e eclesiástica.

Brunelli descreveu também, num “diário” (Paparevo, 2010, Anexo 2) escrito entre 2-out e 25-dez-1754, o clima, as horas de viagem, as condições labirínticas de ilhas e cursos de água por onde passava e registou, em particular, encontros com o Padre Szentmartonyi o qual, por exemplo, a 10-nov “ficou com o missionário por estar indisposto”. Em 7-dez regista também a chegada à “Fortaleza do Rio Negro”, onde pernoitaram e que o Capitão Schwebel esboçaria em 1756:

---

<sup>23</sup> Coleção, 1741, Num I, p.1. *Immensa Pastorum*, Bula/Breve de Dezembro de 1741, onde o papa Bento XIV exorta o fim da escravatura, particularmente a dos africanos e dos índios no Brasil.

Constate-se, todavia, que divulgada em 1741, Mendonça Furtado fá-la-ia publicar, em Belém, só em 1755; isto é, no auge dos trabalhos de demarcação das fronteiras no Norte e em pleno conflito com as práticas jesuíticas, na região.



Fig. 10. [BNRJ i]: fólio 19 (Perspetiva da Fortaleza de Rio Negro)

As condições de vida/trabalho, que Brunelli não detalha na sua autobiografia, seriam, naturalmente, difíceis (existem também registos de conflitos com Índios, que atrasaram os trabalhos dos demarcadores), mas as exigências feitas por Brunelli quanto ao envio de mais material científico parecem ter sido sempre prontamente deferidas. Conhece-se ainda um pedido [AHU d], de Brunelli ao Rei, para a contratação de um ajudante que define como “l’ottimo giovanne Domenico Sambuceti”. Já “engenheiro” Sambuceti requereu [AHU e] uma promoção, listando a sua atividade nestes anos em que “ajudou” Brunelli<sup>24</sup>:

formar a carta do rio Solimões [...] fazendo observações não só das Latitudes, mas também de Longitude, tendo ocasião de observar um Eclipse do Sol [...] Em agosto de 1757 recolheu à Cidade do Pará [...] até ao mês de abril de 1762.

Brunelli estava manifestamente rodeado de desenhadores/engenheiros-arquitetos italianos competentíssimos (Fontana, 2005; Costa - Cintra, 2013),

i) Galluzzi: a quem, entre muitas outras obras, se deve um dos mapas mais representativos da região,

---

<sup>24</sup> Em 1771, Sambuceti havia já solicitado “soldo dobrado, por ser estrangeiro”.



Fig. 11. [BNRJ j]: 1759, *Mappa geral do bispado do Pará (...)/Pelo Adjundante Engenheiro Henrique Antonio Galluzzi.*

ii) Landi: autor/riscador de emblemáticas obras, civis e religiosas, no Norte do Brasil e cujo desejo de regressar, com Brunelli, a Portugal, seria recusado,

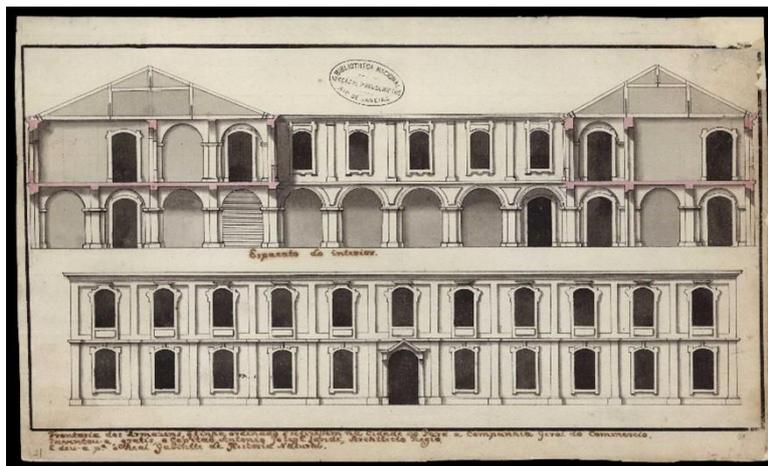


Fig. 12. [BNRJ k]: *Desenho da Frontaria dos Armazéns da Companhia Geral do Comércio, na Cidade do Pará.*

iii) Sambuceti: que integraria também equipas encarregadas da defesa do litoral Amazónico e teve participação relevante na construção do Forte Real Príncipe da Beira,

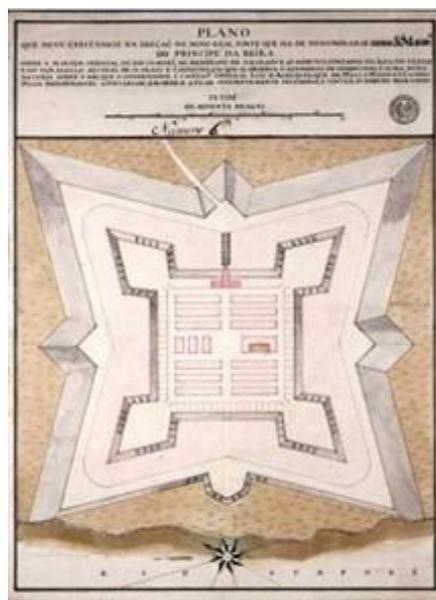


Fig. 13. [AHU i]: ~ 1775, Plano que deve excutarse na ereção do novo real forte que há de denominarsse sendo S.M. Serv<sup>o</sup> do Príncipe da Beira..., Mato Grosso.

**Transcrição ([BNRJ] a), fólio 2):**

**Tradução: Parte 5**

“Manteve-se, assim, no rio Negro durante quase dois anos, navegando-o até às grandes Cataratas e até ver o Canal pelo qual se passa para o rio Orenoco, pedida e obtida a licença mudou-se para o Lago de Tefé, onde permaneceu cerca de ano e meio e de lá partiu até S. Paulo, quase no término das terras do Monarca português naquela região, fazendo em todas estas viagens de mais de mil e quinhentas léguas todas as observações que lhe tinham sido pedidas. Do dito Lago de Tefé, tendo novamente voltado a Mariuá no rio Negro, depois de uma pequena demora, regressou ao Pará.”

Brunelli seguiu, seguramente, um detalhado plano de viagem, definido para cada uma das partidas, no Norte como no Sul, e a correspondência trocada com colegas/ amigos, cientistas em Bolonha, atesta uma verdadeira viagem científica/ filosófica onde, tirando partido do ambiente que o envolvia, não resistiu a estudar a impressionante Natureza Amazónica. Dessa época serão os estudos publicados, anos mais tarde, em Bolonha:

- Sobre a “pororoca” (Papavero, 2010, Anexo 3) (“de repente uma força enorme e um volume de águas exuberante irrompe tão rapidamente que, num tempo curtíssimo, se elevam todas (...) Os índios chamam

esse súbito e violento ímpeto das águas de 'pororoca'), numa carta enviada a Zanotti, iniciada num distintíssimo discurso científico,

Há tempo tenho pensado cá comigo, caríssimo Zanotti, que nada daquelas coisas que acontecem no mundo pode passar despercebido dos que apreciam dedicar-se à contemplação da natureza. Com efeito, quando algo de novo ou não costumeiro aparece, cuja causa seja necessário investigar, penso que todas as forças da inteligência devem ser colocadas à prova e também que se deva ser diligentemente cuidadoso para que, se, por acaso, algo for esquecido, ainda que pouco importante ou pequeno, as coisas que não conseguiram ser entendidas ou explicadas não pareçam ter sido omitidas de propósito. É por isso que resolvi, de forma breve, porém cuidadosa, como puder, expor-te uma coisa grandiosa em primeiro lugar e admirável, sobre cujo fenómeno gostaria de ouvir de ti, que superas em inteligência e cultura até os filósofos de nossa terra, alguma causa.

- Sobre a “Mannioca”, em carta enviada a Ferdinando Bassi (Papavero, 2010, Anexo 4), onde partilha, com um dos grandes botânicos da época, os seus particulares estudos da “Mandioca”, dizendo “deve parecer admirável que uma planta cheia de veneno mortífero enquanto verde e cheia de suco satisfaça como pão a uma incrível multidão de homens”.
- E, finalmente, num estilo pedagógico-tertuliano, Brunelli descreve o “Amazonas” (Papavero, 2010, Anexo 5), denotando um profundo conhecimento geográfico do grande rio, apesar de cometer também alguns erros de avaliação

Propus-me fazer uma dissertação sobre o maior rio de todo o orbe terrestre, ótimos companheiros e ouvintes aqui presentes, ilustríssimos na erudição e na doutrina, para expor aquilo que eu próprio pude observar muito ampla e cuidadosamente; [...] costumam assumir muitas coisas como certas ou conformes com a verdade, que muito frequentemente são ditas por outros, se não com menos sinceridade, certamente com menos correção, e daí nasce uma discussão sobre coisas, principalmente, dúbias ou obscuras.

Entretanto, com Mendonça Furtado de volta a Lisboa, Brunelli continuava a exigir “vários instrumentos precisos” ao governador de Mato Grosso, António Rolim de Moura Tavares:

Tambem o Sr. João Angelo Brunelli me reprezen-  
do Para se achava faltos de varios instrumentos precisos pa-  
ra a delimitação das Demarcações da Vila Rica para na presen-  
ça de Sr. Mag.º D.º João de Azevedo L.º deoza Velha 22 de  
Fevereiro de 1760.

D. Ant. Rolim de Moura

Fig. 14. 22-fev-1760: Ofício de Rolim de Moura

## 6. Brunelli, de volta a Lisboa

<b>Transcrição</b> ([BNRJ a], fólio 2):
<b>Tradução:</b> Parte 6
<p>“Finalmente, desta cidade, em 1761 foi chamado a Lisboa, por ordem do Rei, onde chegou, também neste segundo regresso, em meados de setembro.</p> <p>Tendo sido fundado, naquela Corte, um Colégio Real para os Jovens Nobres,”</p>

Brunelli declarara-se [AHU f] “incapaz e com vista muito debilitada” e reiterava o pedido da sua substituição, junto de Mendonça e Furtado (à época já Ministro em Lisboa), fazendo eco das saudades que sentia de casa (família e Universidade, em Bolonha).

“Finalmente”, deferia-se favoravelmente o solicitado por Brunelli mas, simultaneamente, negava-se o de Landi, quem, apesar disso, não parece ter ficado particularmente incomodado com a recusa de voltar a Lisboa; manteria, de resto, fluida correspondência com Brunelli informando-o, por exemplo, das obras que estavam a seu cargo.

A informação autobiográfica de que “em 1761 [Brunelli] foi chamado a Lisboa, por ordem do Rei” – que antecede o parágrafo da fundação de um Colégio dos Nobres – até poderia indiciar que o regresso de Brunelli não só respondia ao apelo “para se recolher a esse Reino” como se justificava com a fundação do Real Colégio, criado em 7-março-1761 (Estatutos, 1761).



Fig. 15. Edifício do “Noviciado da Cotovia”, pertencente aos Jesuítas que albergou o Colégio Real de Nobres da Côrte e Cidade de Lisboa, com início de atividades a 19-março-1766

Os muitos créditos científicos fundamentariam também, mais uma vez, a contratação de Brunelli para a formação de meninos nobres, mas não podemos, todavia, ignorar que as razões do seu regresso a Lisboa possam ter ocorrido por razões prosaicas. De facto, em 12-fev-1761 [AHU g], assinar-se-ia um novo Tratado, “anulatório, em 3 artigos,(...) tornando sem efeito o de Madrid” e celebrado por D. José I e D. Carlos III, “anulando-se todas as demarcações já estabelecidas e evacuando-se os territórios ocupados”. Não se manteriam, nestas condições, os objetivos definidos para a missão demarcadora que havia levado os matemáticos, como Brunelli, para o Brasil.

**Transcrição** ([BNRJ a], fólio 2):

**Tradução:** Parte 7

“teve a honra de ser nomeado professor de Matemática, desse Colégio, onde exerceu o cargo durante 3 anos. (...)”<sup>25</sup>

Deixou ao Colégio, para uso daqueles senhores, uma tradução em língua portuguesa, dos *Elementos* de Euclides, de Simpson.”

Ignoramos ainda quais as atividades profissionais que Brunelli abraçou durante os quase 5 anos, que medeiam o regresso a Lisboa (finais de 1761) e o início da lecionação no Colégio dos Nobres (1766). Manteria, todavia, ininterrupta correspondência com amigos que deixara no Brasil (Landi e Sambuceti, em particular) e/ou académicos, em Bolonha, que – tal como Sebastiano Canterzani que “submetia ao seu juízo sábio (...) o reduzir todas as curvas à quadratura, por um método fácil” [BNRJ c], numa clara alusão a

<sup>25</sup> A tradução, neste ponto do documento manuscrito, será retomada na Parte 8.

problemas, de muita atualidade, envolvendo o cálculo diferencial e integral — a ele recorriam enquanto consultor científico de confiança.

A contratação de Brunelli [TT a] para professor de uma instituição reservada aos meninos nobres ocorria em 8-out-1765, tal como a de outros professores italianos, como Ciera, Ponzoni ou dalla Bella, todos contratados com verbas “do Cofre dos Bens Confiscados”. Para Brunelli, reservou-se o lugar de “Professor de Aritmética, Geometria e Trigonometria”, novamente com um ordenado e vencimento suplementar (“alojamento e ração dentro do mesmo Colégio”) excepcionais.

Este emprego marcá-lo-ia também: alguns dos discípulos (Lopes & al., 2018), poucos anos mais tarde, rumariam à Universidade de Coimbra onde voltariam a encontrar os mesmos assuntos (e o mesmo manual) ensinados por Brunelli e desempenhariam, já adultos, altos cargos nas hierarquias política, diplomática e militar.

Desconhece-se qual o manual seguido por Brunelli para a leção da “Aritmética” e da “Trigonometria”, mas não nos admiraríamos se ele próprio tivesse redigido apontamentos para os alunos; exemplo disso poderão ser uns Apontamentos, em jeito de rascunhos, que encontramos, sobre Aritmética e sobre uns “Elementos de Trigonometria” [BNRJ d],

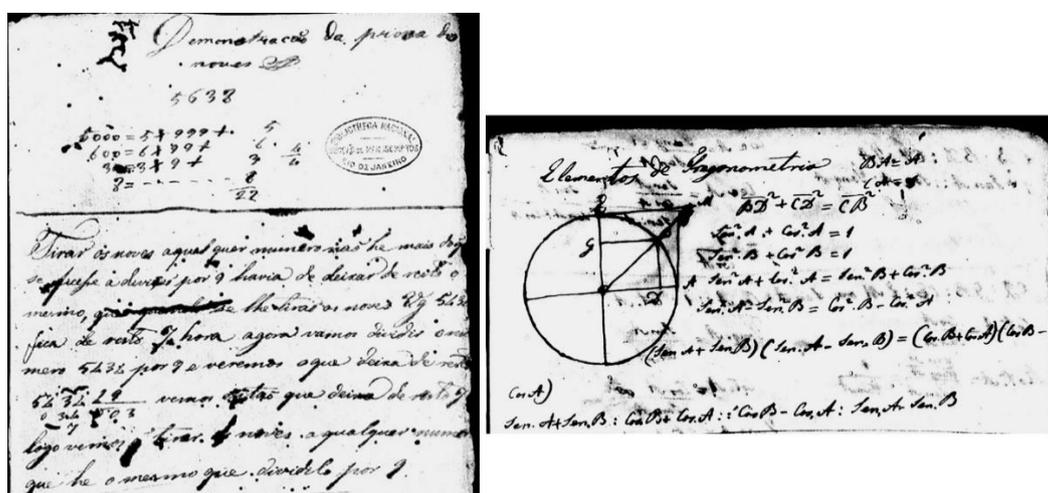


Fig. 16. [BNRJ d]: extracto de apontamentos/rascunhos de Aritmética e de Trigonometria

Para a “Geometria”, a principal parte da matéria lecionada, Brunelli traduziu – “por ordem do Marquês de Pombal”, a quem dedica a obra e agradece “os benefícios recebidos – e publicou uns *Elementos* de Euclides<sup>26</sup>:

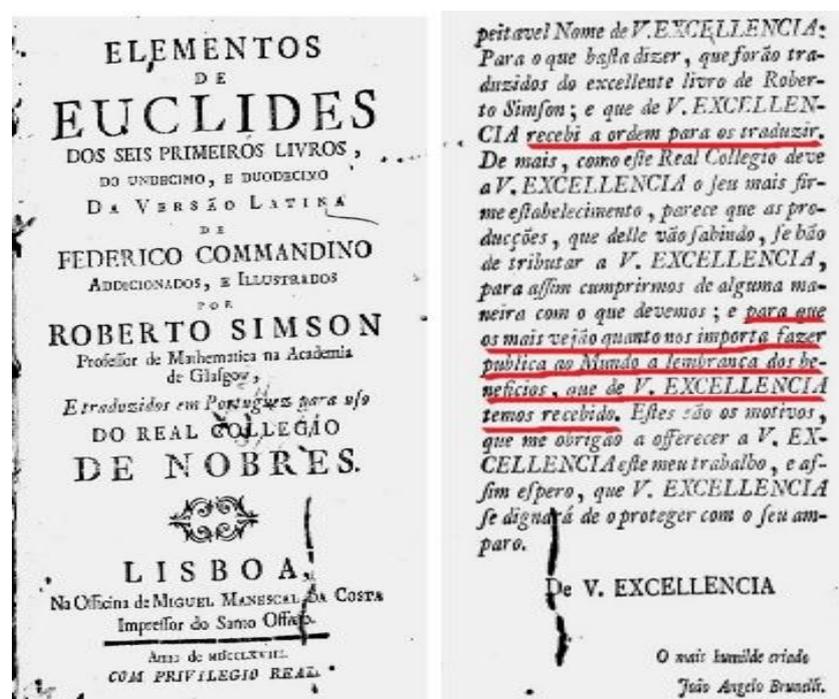


Fig. 17. 1768: Frontispício e extrato da Dedicatória dos *Elementos* de Brunelli (Brunelli, 1768)

## 7. Brunelli, de volta a Bolonha

### Transcrição ([BNRJ a], fólio 2):

#### Tradução: Parte 8

<sup>27</sup>“Após os quais pedindo e obtendo, com alguma dificuldade, a Licença de Sua Majestade, com desagrado de toda a Corte, regressou à

<sup>26</sup> As publicações, em Lisboa, das primeiras traduções portuguesas, dos famosos *Elementos* estão separadas por uns meros 33 anos: primeiro a do Padre jesuíta Manuel de Campos e, depois, a do Padre secular Brunelli, tornada uma das mais populares traduções portuguesas. A tradução de Brunelli, em 1768, seguiu a influente edição do Italiano Federico Commandino *Euclidis Elementorum Libri XV*, mas a partir da versão inglesa que o escocês Robert Simson havia publicado com a seleção clássica dos Livros geométricos (I a VI, XI e XII) e era usada pelos jovens fidalgos do Colégio dos Nobres; haveria, todavia, de ser igualmente adotada para o ensino de uma cadeira de Matemática que, na recém reformada Universidade de Coimbra (1772), era obrigatória para os alunos de todos os Cursos.

<sup>27</sup> Esta tradução reporta-se ao trecho omitido na Parte 7.

Pátria, onde chegou a 21 de Abril de 1769. Recebeu uma pensão anual de quase 500 escudos.”

Registava Brunelli que a Licença para voltar a Bolonha foi conseguida “com alguma dificuldade”. Não ficamos surpreendidos: por um lado, Brunelli desempenhava importantes funções no Colégio dos Nobres e necessitar-se-ia, por conseguinte, de um substituto e, por outro lado, estariam em causa pagamentos avultados, em jeito de “pensão vitalícia, anual de quase 500 escudos”, para além de ajudas de custos, que, tanto quanto sabemos, nenhum dos outros estrangeiros, contratados em 1750 para as mesmas funções, alguma vez requereu. A justificação apresentada foi, contudo, convincente. Alega Brunelli, no seu Requerimento [AHU h], que já prestara 19 anos de “serviço a Sua Majestade” e fundamenta o pedido

por se achar gravemente enfermo com moléstia tal [...] que pode ocasionar-lhe a perda da vida, e só poderia ser remediável voltando o Suplicante a respirar os ares do seu país natural.

Reconstruímos e interpretámos também este regresso de João Ângelo à sua “Pátria”, onde chegou, diz-nos, a 21-abril-1769 e onde passaria quase 10 anos usufruindo, neste retorno a Itália, da pensão a cargo do Erário Régio português.

Brunelli acompanharia então, de muito perto e com particular desvelo, a formação artística de José da Costa e Silva<sup>28</sup> mas a sua própria carreira académica, no Instituto de Bolonha, não seria descurada.

---

<sup>28</sup> A ligação estreita existente entre João Ângelo Brunelli e o “Primeiro Arquiteto das Reais Obras” José da Costa e Silva (1747-1819) remonta, previsivelmente, a uma data próxima à do regresso de Brunelli do Brasil. Wolkmar Machado diz-nos que “Brunelli navegou 600 léguas pelo rio Amazonas, quase até ao Perú, e demorou quase 8 anos. Quando veio quis tomar à sua conta a educação de José da Costa [e Silva] e o fez começar os estudos de engenharia e desenho. Desejando depois ir a Bolonha, sua Pátria, para abraçar seus pais antes que morressem o levou consigo para lá estudar, tendo-lhe alcançado uma pensão da Corte de 200\$000 réis. Partiram em Março de 1769” (Machado, 1922, p. 187).

Em 1769, Costa e Silva saiu de Lisboa, na companhia de Brunelli, e iniciou na Academia Clementina de Bolonha um périplo profissional de excelência, que durou cerca de 10 anos, enquanto aluno das mais prestigiadas escolas de Arquitetura italianas.

De regresso a Portugal, Brunelli manter-se-ia sempre muito protetor do amigo Costa e Silva e seguidor dos seus desígnios profissionais, sendo inclusive informado, em primeira mão, da sua admissão para a prestigiada Academia de S. Lucas, em Roma.

Costa e Silva declinaria o convite para ser professor de Desenho na Universidade de Coimbra, mas foi nomeado professor na recém-criada Real Academia do Desenho (Alvará de 31-agosto-1781, de D. Maria I). Atingiu notoriedade com projetos de arquitetura civil de

Entre 12-mar e 19-nov-1769 aprimoraria a escrita de apontamentos [BNRJ f] de Geometria, em latim,

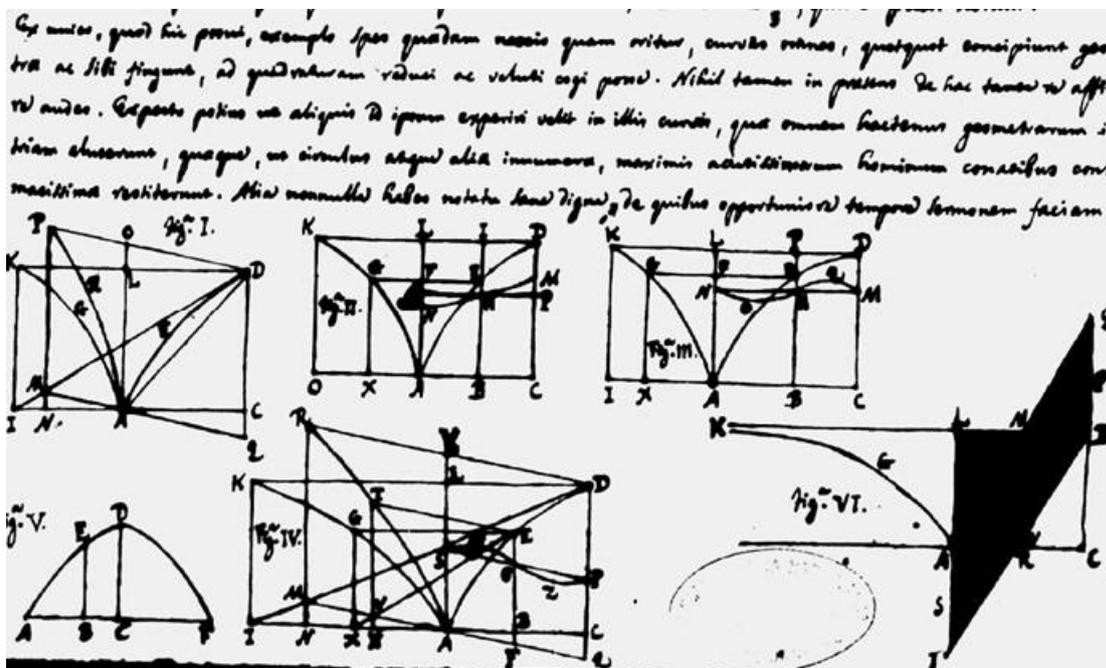


Fig. 18. 1769: Extrato de uns "Apontamentos de Geometria"

De resto, os estudos matemáticos de Brunelli seriam muitos, julgando-os pelos assuntos que periodicamente analisava/discutia com os amigos em Bolonha, particularmente com Zanotti e Canterzani. Em 1770, Brunelli foi também nomeado Presidente da Academia das Ciências (Accademia, 1881, pp. 36 e 40):

---

edifícios tão emblemáticos como são o Real Palácio da Ajuda e/ou o Teatro de S. Carlos, em Lisboa ou o edifício (atual Reitoria) da Academia Real de Marinha e Comércio, no Porto. Depois da morte de Brunelli, em 1804, Costa e Silva terá ficado com parte do espólio documental do mestre/tutor/amigo que aquando da sua partida para o Brasil, a pedido de D. João VI em 1811, transportaria consigo e que venderia, em 1818, à Biblioteca do Rio de Janeiro. Justifica-se assim a presença e a guarda da maioria de tão precioso Fundo documental –constituído por 227 registos de tipologia diversificada (cartas e apontamentos matemáticos que, em particular, atraíram a nossa atenção), escritos em português, latim e italiano– que em boa hora o disponibiliza digitalmente para conhecimento e estudo de gerações vindouras. [BNRJ e]

Branchetti Alessandro, a. 28 Novembre 1731.		
Brighenti Ippolito, risulta ascritto da un Catalogo del 1725.		
Brizzi Gaetano, a. 30 Ottobre 1781.		
Brucker Iacopo, a. 24 Marzo 1745.		
Brugnatelli Luigi, a. 7 Agosto 1802.		
Brunelli Giovanni, a. 12 Novembre 1745. (Accad. Bened. 6 Marzo 1751). Presidente 1770.		
Brunelli Gabriele, a. 9 Settembre 1752. (Accad. Bened. 8 Febbrajo 1769). Presidente nel 1775 e 1779.		
Brunelli Petronio, a. 5 Gennajo 1758.		
	<i>Presidenti</i>	<i>Vice-presidenti</i>
	1767 Canuti Lorenzo (morto in carica).	Bibiena Francesco.
	1768 Pozzi Vincenzo.	»
	1769 Biancani Giacomo.	Pozzi Vincenzo.
	1770 Brunelli Gio. Angelo.	Biancani Giacomo.
	1771 Galli Gio. Antonio.	Casali Gregorio.
	1772 Galvani Luigi.	Matteucci Petronio.
	1773 Zanotti Eustachio.	Casali Gregorio.
	1774 Bibbiena Francesco (morto in carica) eletto Casali Gregorio.	»
	1775 Brunelli Gabriele.	Matteucci Petronio. Veratti Giuseppe.

Fig. 19. À esquerda: Registo dos membros Brunelli (quer de João Ângelo, quer do seu irmão Gabriel) da Academia das Ciências. À direita: Registo dos Presidentes (e respetivos vice-presidentes), desde 1767 a 1775, na Academia das Ciências, do Instituto de Bolonha.

### 8. Brunelli e a Academia da Marinha, em Lisboa

O novo regresso, de Brunelli a Lisboa, começou em Génova, onde embarcou no dia 14-nov-1778, e foi descrito, tanto por ele como por Costa e Silva, que o acompanhou também nesta viagem, em cartas [BNRJ b] datadas de 31-jan-1779.

Costa e Silva era esperado na Universidade de Coimbra para, finalmente, substituir um “mau professor de Desenho” e a ida de Brunelli para a Faculdade de Matemática também se poderia justificar, porque o lugar de Lente do 1.º ano estava vago na sequência da prisão, em 1-jul-1778, decretada pela Inquisição ao Lente José Anastácio da Cunha<sup>29</sup>; não foi esse o caso: nem Costa e Silva, nem Brunelli, foram para Coimbra!

Brunelli seria, pouco tempo depois deste segundo regresso a Lisboa, contratado como professor da recém-criada (5-agosto-1779) Academia Real da

<sup>29</sup> Em 22 de Setembro de 1772, o Marquês de Pombal inaugurava a recém-reformada Universidade de Coimbra e procedia à abertura desse ano letivo.

Como Lentes da novíssima “Faculdade de Matemática” foram empossados o (Padre) Doutor José Monteiro da Rocha (para Lente da cadeira do 2º ano, a de “Álgebra”) e os italianos Doutor Miguel Franzini (para Lente de “Fonomia”, a cadeira do 3º ano; foi tutor do Infante D. José e do Príncipe D. João e também trocou intensa correspondência com Brunelli) e Doutor Miguel Ciera (para Lente da cadeira mais importante, a do 4º ano, de “Astronomia”; foi membro da Comissão Demarcadora dos limites do Sul do Brasil e “Prefeito de Estudos” no Colégio dos Nobres). Um ano depois (5-out-1773) justificar-se-ia a contratação do Doutor José Anastácio da Cunha (1744-1787), militar em Valença do Minho, para Lente de Geometria, a cadeira do 1º ano da Faculdade de Matemática.

Pensamos que tal como Franzini e Ciera que, na altura, transitaram (acompanhando os seus discípulos) do Colégio dos Nobres para a Universidade, também o mesmo poderia ter acontecido a Brunelli, quem, à data, se encontrava em Itália, dispensando-se, assim, Anastácio da Cunha desta contratação académica (Ralha, 2015).

Marinha, com privilégios iguais aos dos Lentes da Faculdade de Matemática em Coimbra, e cujas “Aulas decorriam no Real Colégio dos Nobres”, isto é, no mesmo edifício do Noviciado da Cotovia.

Os meandros logísticos em que muitos destes matemáticos, arquitetos ou engenheiros se moviam em Portugal não são fáceis de deslindar. Por um lado, as categorias profissionais, tal como hoje as entendemos, não estavam de todo bem definidas e a contratação destes profissionais era feita, simultaneamente, por várias Instituições: as academias militares, a universidade de Coimbra, a Casa Pia de Lisboa ou as Aulas/Academias do Desenho tinham, pelo menos em teoria, um cariz educativo diferenciado, mas partilhavam, apesar de tudo, uma mesma base programática no campo das Matemáticas. Por outro lado, em muitos casos, estamos perante professores de Matemática que ensinam em determinadas Instituições mas que, simultaneamente, são ainda alunos de outras Instituições; por exemplo, o matemático Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1829), que substituíra Brunelli na Academia da Marinha, quando ele era o Professor titular, também frequentou, como aluno, as aulas de Costa e Silva, na “Aula Pública de Desenho” (Alvará de 31-agosto-1781, que funcionava igualmente no edifício da Cotovia) e esteve, ao mesmo tempo, matriculado na Faculdade de Matemática, em Coimbra (Almanach, 1788, pp 257 e 333).

<p><i>naes, a que auzem respeito.</i>  <b>PROFESSORES da Academia Real da Marinha, cujas lições são nas Aulas do Real Collegio de Nobres. De manhã.</b>  <b>D'Arithmetica, Geometria, Trigonometria, e Principios de Algebra.</b> João Angelo Brunelli, ao Pombal. He seu Substituto Francisco de Borja Garção Stokler, na travessa do Desterro.  <b>Do resto de Algebra, Calculo, e Mecanica.</b> Miguel Franzini, na calçada da Ajuda. He seu Substituto. Manoel do Espírito Santo Limpo, ao pé do Palacio do Marquez de Lauradio no campo de S. Clara.  <b>D'Elementos de Astronomia, e Theoria da Navegação.</b> Francisco Antonio Citra, nas casas da Regia Officina. He seu Substituto o Capitão Custodio</p>	<p>Numero dos que se matriculáraõ na Universidade de Coimbra em Outubro de 1787.</p> <table border="0"> <tr> <td>Em Theologia</td> <td>- - -</td> <td>74</td> <td rowspan="4">} 927</td> </tr> <tr> <td>Em Jurisprudencia</td> <td>- - -</td> <td>442</td> </tr> <tr> <td>Em Medicina</td> <td>- - -</td> <td>37</td> </tr> <tr> <td>Em Mathematica</td> <td>- - -</td> <td>182</td> </tr> <tr> <td>Em Filosofia</td> <td>- - -</td> <td>192</td> <td rowspan="2">} 31</td> </tr> <tr> <td>No Real Collegio de Nobres</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Nas Aulas da Academia Real da Marinha, no Collegio dos Nobres.</b></td> </tr> <tr> <td>Na primeira. D'Arithmetica, Geometria, e Algebra.</td> <td>- - -</td> <td>130</td> <td rowspan="3">} 172</td> </tr> <tr> <td>Na segunda. Resto de Algebra, Calculo, e Mecanica.</td> <td>- - -</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Na terceira. Elementos de Astronomia, e Navegação.</td> <td>- - -</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Collegio de Mafra</td> <td>- - -</td> <td>60</td> <td rowspan="2">} 8</td> </tr> <tr> <td>Collegio dos Meninos Orfãos.</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Portodos</td> <td></td> <td>6198</td> <td></td> </tr> </table>	Em Theologia	- - -	74	} 927	Em Jurisprudencia	- - -	442	Em Medicina	- - -	37	Em Mathematica	- - -	182	Em Filosofia	- - -	192	} 31	No Real Collegio de Nobres	-		<b>Nas Aulas da Academia Real da Marinha, no Collegio dos Nobres.</b>				Na primeira. D'Arithmetica, Geometria, e Algebra.	- - -	130	} 172	Na segunda. Resto de Algebra, Calculo, e Mecanica.	- - -	19	Na terceira. Elementos de Astronomia, e Navegação.	- - -	23	Collegio de Mafra	- - -	60	} 8	Collegio dos Meninos Orfãos.	-		Portodos		6198	
Em Theologia	- - -	74	} 927																																											
Em Jurisprudencia	- - -	442																																												
Em Medicina	- - -	37																																												
Em Mathematica	- - -	182																																												
Em Filosofia	- - -	192	} 31																																											
No Real Collegio de Nobres	-																																													
<b>Nas Aulas da Academia Real da Marinha, no Collegio dos Nobres.</b>																																														
Na primeira. D'Arithmetica, Geometria, e Algebra.	- - -	130	} 172																																											
Na segunda. Resto de Algebra, Calculo, e Mecanica.	- - -	19																																												
Na terceira. Elementos de Astronomia, e Navegação.	- - -	23																																												
Collegio de Mafra	- - -	60	} 8																																											
Collegio dos Meninos Orfãos.	-																																													
Portodos		6198																																												

Fig. 20. 1788: Almanach de Lisboa - Professores da Academia da Marinha e Números dos alunos matriculados em diversas Instituições.

Dignos de registo, em nosso entender, são também os meandros científicos que envolviam muitos destes indivíduos: os trajetos de professores e alunos de Matemática, militares e civis, cruzar-se-iam nas muitas Instituições de ensino e

Academias científicas que, particularmente no último quartel do século XVIII, foram criadas em Portugal. Poderemos, por exemplo, adiantar que alguns dos mais reputados alunos da Casa Pia de Lisboa – fundada também em 1779, pela mão de Pina Manique, mas cujas Classes Científicas, ao Castelo, foram idealizadas por Anastácio da Cunha (Cunha, 1790) (a cumprir pena, nos Oratorianos, em Lisboa: Convento de Nossa Senhora das Necessidades), que também assumia um papel de consultor científico, para assuntos de Matemática, na Academia das Ciências – rumariam à Academia da Marinha e não facilitavam a vida aos professores de Matemática que por lá encontraram. Desse tempo serão, em nossa opinião, alguns dos “duelos literários” (Ralha & al., 2007) que, através deles, Anastácio da Cunha manteve com os seus homólogos, Brunelli incluído, em outras instituições.

Brunelli voltaria, deste modo, a contribuir para a formação de “engenheiros” portugueses e agora, na Academia da Marinha, até se envolvia na sua formação social/disciplinar<sup>30</sup>.

#### *9. Outra produção científica de Brunelli*

Não podemos, em fim, ignorar o vasto e diversificado campo de investigação que, em particular, os manuscritos de matemática arquivados no Brasil ainda guardam. Dividi-los-íamos em 2 classes:

- 1) I-científicos, enquanto académico e com interesses diversificados quer no âmbito da matemática pura, quer da aplicada.
- 2) D-didáticos, redigidos como notas próprias para leção de determinadas matérias, como apoio para os seus colaboradores nas Instituições de ensino por onde passou, ou para esclarecimentos pontuais de dúvidas colocadas, por exemplo, pelos discípulos que Brunelli teve em Portugal.

Referimo-nos, por exemplo, a:

- I-Apontamentos de Astronomia/Cosmografia (19 fólios, Latim, s/data, mas possivelmente redigidos no Brasil) [BNRJ g]

---

<sup>30</sup> Veja-se, por exemplo, o teor de uma carta [TT b] que Brunelli escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1.º Conde de Linhares), seu antigo discípulo no Colégio dos Nobres e que, supomos, já seria à data Secretário de Estado da Marinha e Ministro do Estado do reino (1796-1802).

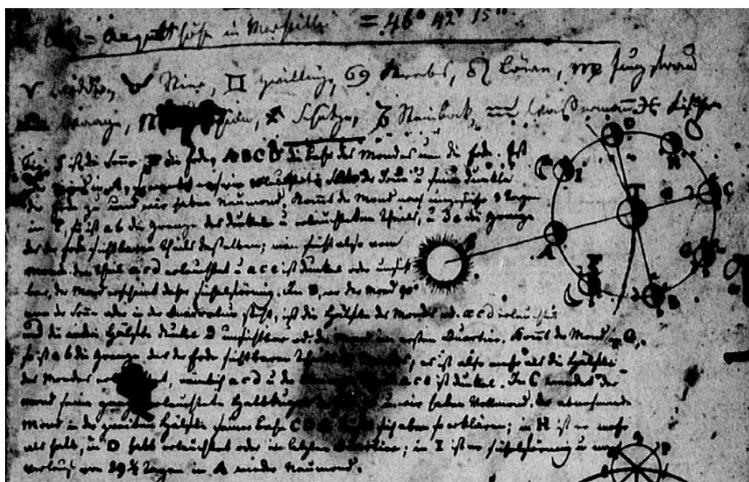


Fig. 21. [BNRJ g]: extracto do fólio 19

- D-caderno de Trigonometria Esférica (19 fólhos, Português, s/data, mas possivelmente redigidos para uso na Academia da Marinha: complemento ao manual oficial adotado de Étienne Bezout) [BNRJ h]:

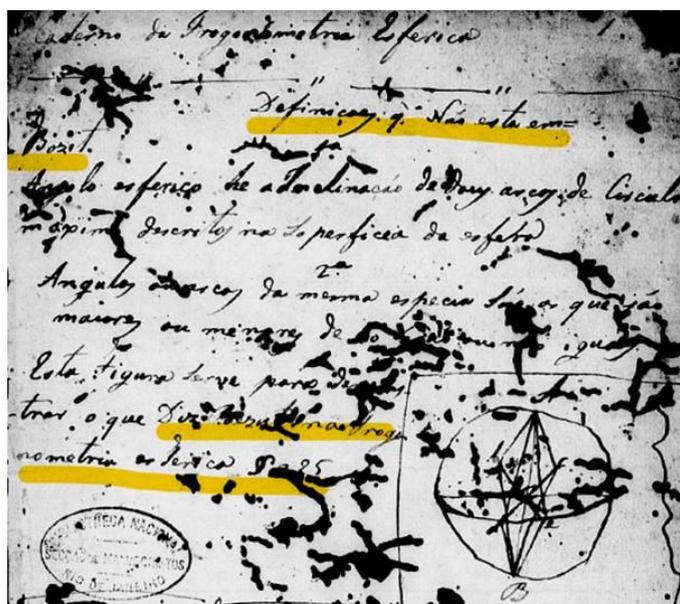


Fig. 22. [BNRJ h]: extracto do fólio 1

## 10. Conclusão

A autobiografia de Brunelli que usamos como guião na investigação aqui apresentada é, no estrito sentido da palavra, duplamente curta: termina abruptamente em 1769 e a sua morte só ocorreu em 1804 e está, por outro lado,

escrita de forma parcimoniosa. Contudo, apesar da concisão, tão peculiar dos matemáticos, está repleta de uma densidade/ grandeza que, quando detalhadamente percorrida e comparada com outras fontes primárias nos permite vislumbrar um padre, astrónomo/ matemático, viajante, cientista, professor, tutor e mestre, dotado de inúmeros talentos que também colocou ao serviço da Coroa portuguesa setecentista. Não descurando a sua ligação familiar nem a científica a Bolonha, Brunelli provou estar completamente integrado na sociedade portuguesa e aqui terá marcado a vida de muitos dos seus discípulos e amigos.

## *11. Bibliografia*

### *11.1. Fontes Manuscritas*

Arquivo Histórico Ultramarino

[AHU a]: AHU\_ACL\_CU\_059, Cx.1, D.3

[AHU b]: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 46, D. 4701.

[AHU c]: AHU\_ACL\_CU\_059, Cx.1, D.61.

[AHU d]: AHU\_ACL\_CU\_059, Cx.1, D.60.

[AHU e]: AHU\_ACL\_CU\_010, Cx.17, D.1084.

[AHU f]: AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.45, D.4178.

[AHU g]: AHU\_ACL\_CU\_059, Cx. 2, D.162.

[AHU h]: AHU\_ACL\_CU\_059, Cx.3, D.181.

[AHU i]: AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 18, D. 1109.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Brunelli

[BNRJ a] mss1435446.

[BNRJ b] mss1435244 e mss1435402.

[BNRJ c] mss1435276.

[BNRJ d] mss14448848.

[BNRJ e] mss1435269 e mss1435317.

[BNRJ f] mss1448833.

[BNRJ g] mss1448839.

[BNRJ h] mss1448835.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, outras coleções

[BNRJ i] mss 1095066.

[BNRJ j] cart 512337.

[BNRJ k] mss 1095084.

Torre do Tombo

[TT a] PT-TT-RGM-D-0019\_m0703

[TT b] PT/TT/CLNH/0063/64

### 11.2. Fontes Impressas

Accademia (1745) *De Bononiensi Scientiarum et Artium Instituto atque Academia commentarii*, Tomi secundi, Pars Prima. Bononiae: Typographia Laelii a Vulpe.

Accademia (1881) *Accademia delle scienze dello Istituto di Bologna dalla sua origine a tutto il MDCCCLXXX*. Bologna: Nicola Zanichelli.

Almanach (1788) *Almanach de Lisboa para o anno de MDCCCLXXXVIII*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias.

Almeida, Manuel Lopes de (1964) *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*. Coimbra: Coimbra Editora.

Almeida, Luís Ferrand de (1990) *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: INIC.

Benedicti XIV (1849) *Opera Omnia, Tomo I*. Prati: Typographia Aldina.

Brunelli, João Ângelo (1767) “De Pororoca”, *De Bononiensi Scientiarum et Artium Instituto atque Academia Commentarii*, Tomi Quinti, Pars Altera. Bononiae: Typographia Laelii a Vulpe, pp. 249-255.

Brunelli, João Ângelo (1767) “De Mannioca”, *De Bononiensi Scientiarum et Artium Instituto atque Academia Commentarii*, Tomi Quinti, Pars Altera. Bononiae: Typographia Laelii a Vulpe, pp. 334-344.

Brunelli, João Ângelo (1768) *Elementos de Euclides, dos seis primeiros livros, do undécimo e duodécimo*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa.

- Brunelli, João Ângelo (1791) “De flumine Amazonum”, *De Bononiensi Scientiarum et Artium Instituto atque Academia Commentarii*, Tomus Septimus. Bononiae: Typographia Instituti Scientiarum, pp. 39-54.
- Campos, Manoel de (1735) *Elementos de Geometria plana e sólida, segundo a ordem de Euclides....* Lisboa: na oficina Rita-Cassiana.
- Caraccioli, Louis Antoine (1759) *La Jouissance de Soi Même*. Frankfurt: chez J. F. Bassompierre & J. van den Berghen.
- Cardoso, Luís (1747-1751) *Dicionário geográfico, ou notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias, rios, ribeiras, e serras dos Reinos de Portugal, e Algarve....*, 2 Tomos. Lisboa: na Régia oficina Silviana e da Academia Real.
- Carvalho, Rómulo de (1985) *A Astronomia em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Castro, João Baptista de (1762-1763) *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, (3 Tomos), 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: oficina de Francisco Luiz Ameno.
- Coleção (1741) *Collecção dos Breves Pontifícios e Leys Regias que foram expedidos e publicadas desde o anno 174 sobre a liberdade das Pessoas, Bens e Commercio dos Índios do Brasil*. Lisboa: Impressa na Secretaria do Estado.
- Cortesão, Jaime (1950) ‘Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri’ (Conferência pronunciada no Itamarati em setembro de 1949), *Revista de História*, outubro-dezembro, pp. 437-452.
- (1952-1963) *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco.
- Costa, Graciete Guerra da - Cintra, Jorge Pimentel (2013) ‘Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica’, *Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Petrópolis, 1, pp. 1-14.
- Cunha, José Anastácio da (1790) *Princípios Mathematicos para instrução dos alunos do Colégio de São Lucas, da Real Casa Pia do Castelo de São Jorge*. Lisboa: na oficina de António Rodrigues Galhardo.
- Cunha, Norberto (2000) *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- De Limiers, Henri-Philippe (1723) *Histoire de l’Académie appelée l’Institut des Sciences et des Arts établi a Boulogne en 1712*. Amsterdam: aux despenses de la Compagnie.
- Delisle, Guillaume (1722) ‘Determination Geographique de la situation et de

- l'étendue des différentes parties de la Terre', *Histoire de L' Academie Royale des Sciences /Année MDCCXX/*. Paris, pp. 365-384.
- Dumouriez, Charles François du Périer (1775) *État présent du Royaume de Portugal en l'année 1766*. Lausanne: chez François Grasset.
- Estatutos (1761) *Estatutos do Collegio Real de Nobres da Côrte e cidade de Lisboa*. Lisboa: officina de M. Rodrigues.
- Fontana, Riccardo (2005) *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do século XVIII*. Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial.
- Gazeta (1753) *Gazeta de Lisboa*, 7-jun-1753. Lisboa: na oficina de António Correa Lemos.
- La Condamine, Charles-Marie de (1745) *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale...* Paris: chez la veuve Pissot.
- Lobo, Rui - Raggi, Giuseppina (2017) 'O Seminário de Jesus, Maria e José de Coimbra. Um projeto de Giuseppe Antonio Landi', *Estudos Italianos em Portugal*, 12 (nova série), pp. 193-212.
- Lopes, Ângela - Ralha, Maria Elfrida - Rodrigues, Abel (2018) 'Os primeiros anos do Curso Matemático na Universidade de Coimbra: história pessoa de como o Morgado de Mateus, se formou em Matemáticas', *Atas/Anais do 7.º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática*, II, pp. 387-404.
- Machado, Cirilo Volkmar (1923) *Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.
- Manfredi, Eustáquio (1750) *Introductio in Ephemerides cum opportunis tabulis ad usum Bononiensis Scientiarum Instituto*. Bolonha: C. Pizarri.
- Mendonça, Marcos Carneiro de (1963) *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*, 3 volumes. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro.
- Mota, Catarina - Ralha, Maria Elfrida - Estrada, Maria Fernanda (2015) 'Engenheiros Portugueses no século XVIII: as suas "geometrias especulativas"', in González Redondo, Francisco A. (Org.) *Ciencia y Técnica entre la Paz y la Guerra, 1714, 1814, 1914*, Vol. I. Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas, pp. 163-170.
- Moura, Carlos Francisco (2008) *Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado*

*de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – instrumentos astronômicos e livros científicos.* Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura.

Papavero, Nelson et al. (2010) 'Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira', *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5 (2), pp. 433-533.

Ralha, Maria Elfrida et al. (2007) *Anedotas de J. A. d. C. (Reminiscências de D. José Maria de Souza, Morgado de Mateus, sobre o Mestre e Amigo José Anastácio da Cunha)*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Ralha, Maria Elfrida (2015) 'José Anastácio da Cunha e o projeto MAT<sup>2</sup>: no trilho de uma história extraordinária', in González Redondo, Francisco A. (Org.) *Ciencia y Técnica entre la Paz y la Guerra, 1714, 1814, 1914*, Vol. I. Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas, pp. 49-62.

Rodrigues, Francisco (1950) *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Santos, António Ribeiro dos (1812) 'Memórias Históricas sobre Matemáticos Portugueses e estrangeiros domiciliários em Portugal ou nas conquistas', *Memórias da Literatura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Ciências*, Tomo VIII, 1.<sup>a</sup> parte.

Southey, Robert (1862) *História do Brasil, traduzida do inglês Southey...*, Tomo VI, Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

Valladares, Clarival (1970) 'Uma página sobre Landi', *Revista de História*, 40 (81), p. 196.

## 12. Curriculum vitae

Doutora em "History and Epistemology of Mathematics" (Universidade de Southampton, Reino Unido) e professora auxiliar no Departamento de Matemática da Universidade do Minho.

A nossa atividade científica centra-se na História e na Epistemologia da Matemática e do seu ensino onde a(s) Matemática(s) estão não só associada(s) à sua História, mas também a áreas menos tradicionais como são o conhecimento paleográfico e o filológico ou o filosófico.

As investigações que temos em curso privilegiam o estudo das Matemáticas setecentistas portuguesas (Intervenientes, Instituições e Instrumentos) e situam-se, principalmente, no âmbito das reformas do Ensino "Superior" em Portugal.

## A Alteridade na revisitação de um Portugal setecentista. As “*Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie*” de Giuseppe Gorani

The Otherness in the re-visitation of a 18<sup>th</sup> century Portugal. The “*Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie*” by Giuseppe Gorani

Ana Paula Menino Avelar  
(Universidade Aberta  
Universidade NOVA de Lisboa  
CEC-CH-FLUL)

Date of receipt: 10/02/2021

Date of acceptance: 19/04/2021

### Resumo

Neste ensaio examina-se o Portugal setecentista descrito nas *Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie* de Giuseppe Gorani (1811-16). Parte-se do conceito seminal de representação de Louis Marin, e através da sua reflexividade e transitividade perscrutasse as relações sociais. A par da análise da representação de diferentes realidades e formas de estar no mundo reflecte-se sobre a “condição histórica” do autor. Gorani elaborou um discurso memorialista autobiográfico, expondo o seu percurso de vida, detalhando como entre 1765-67 se vivia em Portugal. Assim, contextualiza-se um autor e o seu tempo e analisa-se a sua revisitação de Portugal, revelando-se a *alteridade* plasmada nas *Mémoires* deste cidadão das “Luzes”.

### Palavras-chave

Memória; alteridade; Giuseppe Gorani; Iluminismo; autobiografia.

### Abstract

In this essay we explore how the 18th century Portugal was described in Giuseppe Gorani's *Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie* (1811-16). Louis Marin's seminal concept of representation is used in order to scrutinise the social relations described in this work through reflexivity and transitivity. Alongside the analysis of the representation of different realities and ways of being in the world, we reflect on the author's "historical condition". Gorani wrote an autobiographical memorialist discourse, exposing a life path, and detailing Portuguese daily life (1765-67). Thus, we contextualise an author and his time and analyse his re-visitation of Portugal, revealing the *Otherness* embodied in the *Mémoires* of this citizen of the "Enlightenment".

### Keywords

Memory; Otherness; Giuseppe Gorani; Enlightenment; Autobiography.

---

1. A Alteridade na revisitação. - 2. Bibliografia. - 3. Curriculum vitae.

### 1. A Alteridade na revisitação...

Neste ensaio analisa-se a representação de um Portugal setecentista nas *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie* de Giuseppe Gorani (1740-1819), tendo como ancoragem seminal a acepção de Louis Marin: “To represent means oneself representing something. Ever representation, every representational sign, every signifying process thus includes two dimensions, wick I am in the habit of calling, in the first case, reflexive – to present oneself – and, in the second case, transitive – to represent something” (Marin, 2001, p.352)<sup>1</sup>. Esta dupla acepção de reflexividade e transitividade permite-nos perscrutar as relações interpessoais e de grupos sociais, através da desocultação do modo como a realidade foi apreendida. Deste modo, é-nos possível determinar os processos de representação, reconhecendo diferentes formas de estar no mundo, como, aliás, salienta Roger Chartier:

De maneira mais geral, o conceito de representação tal como ele [Louis Marin] o compreende e emprega foi um apoio precioso para que pudessem ser determinados e articulados, sem dúvida melhor do que permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: primeiramente, as operações de recorte e de classificação que produzem configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada: em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (Chartier, 2002, p. 169).

Assim, a par da determinação dos modos de representar, importa atender à condição histórica do autor. Na obra em análise Giuseppe Gorani elaborou um discurso memorialista, expondo um percurso de vida e observando como, entre 1765-1767, se vivia em Portugal. Nestes anos ainda ecoava o terramoto de 1755<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Não é propósito de este ensaio discorrer sobre a evolução epistémica do uso do conceito de representação, nem historiografar as suas aplicações no âmbito dos estudos culturais. Contudo, refira-se o contributo dos estudos imagiológicos neste espaço de problematização teórica, os quais contribuem de um modo significativo para o aprofundamento analítico. A título de exemplo cf. Simões, 2011, pp. 9-53.

<sup>2</sup> Assinale-se que em 1755 Lisboa tinha sido assolada por um intenso abalo sísmico que destruiu grande parte da capital. Os efeitos devastadores deste terramoto e maremoto foram reportados pelas capitais europeias. Vultos como Voltaire, Rousseau ou Kant reflectiram sobre tão grande catástrofe. Cf. Buescu. Helena Carvalhão (2005) pp. 401-405. Sobre as providências tomadas pelo Marquês de Pombal, aquando de tal desastre, veja-se a obra de

e Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o já então conde de Oeiras, “imperava” na corte de D. José I (1714-1772).



Fig.1. Giuseppe Gorani<sup>3</sup>.



Fig. 2. O Conde de Oeiras e a reconstrução de Lisboa<sup>4</sup>.

É à esfera pública que Giuseppe Gorani destina as *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie* e a sua condição histórica foi um factor construtor da sua H(h)istória, do seu processo de historiografar um tempo. Como Paul Ricoeur declara: “I will call our ‘historical condition’ this realm of existence placed under the sign of a past as being no longer and having been. And the assertive vehemence of the historian’s representation as standing for the past is authorized by nothing other than the positivity of the ‘having been’ intended across the negativity of the ‘being no longer’” (Ricoeur, 2004, p. 280). Neste solo vivencial de um “ter sido” e de “já não ser” a memória é um constructo da narrativa goraniana, subjazendo ao seu uso a premissa de:

With remembering, the emphasis is placed on the return to awakened consciousness of an event recognized as having occurred before the moment when consciousness declares having experienced, perceived, learned it. The temporal mark of the before thus constitutes the distinctive feature of remembering, under the double form of simple evocation and of the recognition that concludes the process of recall (*Ibi*, p. 58).

---

Francisco José Freire escrita sob o nome de Amador Patrício de Lisboa e que foi impressa em Lisboa, no ano de 1758.

<sup>3</sup> In <[https://fr.wikipedia.org/wiki/Giuseppe\\_Gorani#/media/Fichier:Giuseppegorani.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Giuseppe_Gorani#/media/Fichier:Giuseppegorani.jpg)> [consultado a 23/03/2021]

<sup>4</sup> Marquês de Pombal (c.1766), por Louis-Michel van Loo e Claude Joseph Vernet <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_de\\_Carvalho\\_e\\_Melo#/media/Ficheiro:Louis-Michel\\_van\\_Loo\\_003.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo#/media/Ficheiro:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg)> [consultado a 23/03/2021]>

Tal *essência* impõe a sua selectividade, não sendo, por isso, a memória concebida como um mero depósito onde se acumulam os acontecimentos vividos pelo sujeito: “[...] um mero registo, mas é a retenção afectiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes do que já passou” (Catroga, 2001, pp. 20-21).

Estes limites enquadram e espelham-se no facto de Giuseppe Gorani afirmar expressamente que redigiu *Memórias para servir à história da minha vida*<sup>5</sup>, expondo-se neste exercício o seu transitar da memória dada e exercida à memória ponderada, i.e., à memória de “si”. Ele representa historiograficamente um passado, o seu e o de outros.

Mas, sinalizem-se alguns dados relativos à escrita desta narrativa. Entre os anos de 1811-1816 Giuseppe Gorani, que se encontrava no exílio em Genebra, redigiu as *Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie*. Neste texto referiu-se ao período em que tinha estado em Portugal, quando já haviam passado mais de 45 anos. A publicação desta obra ocorreu já depois da morte do seu autor, a qual tinha sido noticiada 15 anos antes no *Dictionnaire historique*, mas que aconteceu a 13 de Dezembro de 1819.

O conde Alessandro Casati, que ficou detentor do manuscrito, doou-o à *Società Storica Lombarda*, fixando o texto em francês e anotando-o em italiano. Casati foi o responsável pela publicação dos 3 primeiros volumes, que saíram em Milão a partir de 1937, sendo que o último volume sairia ainda no século passado pela mão de Carlo Capra<sup>6</sup>. Estas memórias autobiográficas de Giuseppe Gorani reportam-se a 4 momentos da sua vida. A saber: os *Souvenirs de Jeunesse et de Guerre (1740-1763)*, as *Cours et Pays (1764-1766)*, onde encontramos a descrição da sua presença na corte portuguesa entre os anos de 1765 e 1767, *Du despotisme éclairé à la revolution (1767-1791)* e *Les persécutions et le volontaire exil (1792-1811)*.

Neste ensaio serão unicamente analisados os anos de 1765-1767, isto é, a *representação* goraniana da sua permanência em Portugal. Neste discurso autoral plasma-se uma alteridade omnisciente, onde um sentir como “estrangeiro” ditou a digressão pelos espaços. As *Mémoires pour servir à l’histoire de ma vie* são um documento de uma época, que deve ser tomado como um artefacto cultural, pois, apesar de ter sido produzido num tempo preciso, as suas interpretações não se reduzem a essa dimensão.

---

<sup>5</sup> Tradução em língua portuguesa do título. A versão portuguesa usada neste ensaio é a de Castelo-Branco Chaves. Cf. Gorani, 1989, pp. 23-206

<sup>6</sup> A última parte sairia ainda no século passado preparada por Carlo Capra. Cf. Mannucci, 1998, p. 584.

Como escreveu Paul Hamilton, a particularidade dos eventos históricos e das obras de arte reside no facto de os mesmos fixarem um momento, ainda que se encontrem abertos a modos de explicação que mudam através dos tempos (Hamilton, 2002, p. 18). Tal concepção implica necessariamente o atender à dimensão do sujeito, produtor do objecto e leitor do mesmo, o que, no caso deste texto, introduz uma terceira dimensão interpretativa, a do discurso como testemunho, isto é, do discurso que se projecta como “historiador do eu”.

Ao tomar esta tripla dimensão, a de sujeito, leitor e historiador do eu, filio-a na formulação rousseuniana do escrito autobiográfico, onde se procura a revelação do eu, emanando a sua natureza, sendo os sentimentos a forma superior de conhecimento: “There is, for Rousseau, no higher form of knowledge than feeling; self-knowledge, it soon becomes evident, is inseparable from conviction or intuitive self-understanding, from ‘a knowledge of his heart’ that belongs to him alone” (Anderson, 2001, p. 44). Atente-se no facto destes vectores constitutivos dos escritos autobiográficos rousseunianos - *Les Confessions* (1770)<sup>7</sup>, *Dialogues* (1776), *Reveries* (1778) -, romperem com os anteriores modelos espirituais e anteciparem aquele que será um novo programa de escrita romântica autobiográfica<sup>8</sup>.

Logo, no início do primeiro livro de *Les Confessions* Jean-Jacques Rousseau escreve:

Je forme une entreprise qui n'eut jamais d'exemple et dont l'exécution n'aura point d'imitateur. Je veux montrer à mes semblables un homme dans toute la vérité de la nature; et cet homme ce sera moi.

Moi, seul. Je sens mon coeur et je connais les hommes. Je ne suis fait comme aucun de ceux que j'ai vus; j'ose croire n'être fait comme aucun de ceux qui existent. Si je ne vaux pas mieux, au moins je suis autre. Si la nature a bien ou mal fait de briser le moule dans lequel elle m'a jeté, c'est ce dont on ne peut juger qu'après m'avoir lu. (Rousseau, s.d., online).

De igual modo, Giuseppe Gorani revelou a sua natureza singular, a sua inquietude e finitude: “On vit qu`instant et on croit que le tems nous appartient,

---

<sup>7</sup> Ainda que este texto tenha sido concluído em 1770 só foi publicado entre 1781 e 1789, já depois da morte do seu autor.

<sup>8</sup> Como Linda Anderson sistematizou: “The dilemma of Romantic autobiography, for wich Rousseau seems to have provided such extensive exemplary material, lies in the way the notion of na original and authentic self, the transparency wich for Rousseau was his ‘natural’ condition, is both presumed and put into question by representation itself, by language wich performs more than it means to, wich does not correspond to experience, but introduces though displacement and excess other, unpredictable meanings.” (Anderson, 2001, p. 53).

tandis que nous passons sur la terre avec la rapidité de l'éclair, ne sachant avec certitude ni d'où nous venons, ni où nous allons; et nous imaginons cependant que toutes les combinaisons, tous les calculs, sont du domaine de notre esprit"(Casati - Girardet, s.d., p.5). O seu sentir-se como um apátrida e insubmisso levaram-no, como confessou nas suas memórias, a viajar, sonhar, observar os outros e a escrever.

Giuseppe Gorani serviu os ideais iluministas, espelhando-os nos seus diferentes escritos. Filho mais novo do conde Ferdinando Gorani e da marquesa Marianna Belcredil<sup>9</sup>, ele corporizou o arquétipo do "aventureiro das Luzes". Ao longo da sua vida foi soldado, cortesão, diplomata, sofrendo os favores e desaires da *fortuna*. Os seus textos revelam os conhecimentos económicos e políticos, que, ao longo dos anos, foi cultivando. Propagandista revolucionário nos salões parisienses partilhou estes ideais com, entre outros, Voltaire, Mirabeau e Mme de Staël, debatendo os ideais fisiocráticos com Charles Bonnet. Desde 1790 encontramos-lo em Paris, entregando papéis e memórias várias na Assembleia Nacional. Estes versam temas tão diversos como a reforma fiscal, a reorganização dos exércitos, ou as canções patrióticas. Gorani não se exime de escrever várias cartas abertas aos monarcas europeus e aos seus *concidadãos*, defendendo intensamente os ideais da Revolução Francesa<sup>10</sup>.

Prolixo nos temas abordados, a educação foi um dos tópicos que o preocupou a par da análise que procurou fazer dos modos de governar os povos. Exemplo deste último aspecto são as suas *Recherches sur la science du gouvernement (Ricerche sulla scienze dei governi)*, publicadas em francês e italiano, ou as *Mémoires secrets et critiques des Cours, des gouvernements et des moeurs des principaux Etats d'Italie* ou ainda as suas memórias autobiográficas, o texto analisado neste ensaio.

Neste último, a memória – repositório de noções e sentimentos, espaço fantasmático onde a expressão "Je me souviens" é utilizada –, constrói o discurso. Como salienta Maria G. Vitali-Volant esta expressão surge: "(...) en tant que dialectique de l'invention, variante des procédures de l'ancienne rhétorique et des poétiques affirmant que l'écriture doit servir à quelque chose et à quelqu'un ou être une modalité de l'action, du civisme. Elle doit être efficace et transitive : persuader, blâmer, dissuader, louer"(Vitali-Volant, 2005, p. 3).

---

<sup>9</sup> Apesar de ser um texto datado da segunda metade do séc. XVIII ainda são relevantes para o desenho do perfil biográfico de Giuseppe Gorani, Monnier, Marc (1874) pp. 854-888 e Casati, Alessandro (1931). Este último citado devido ao estudo que se centra sobre a juventude de Gorani e a guerra dos sete anos.

<sup>10</sup> Atente-se, por exemplo nas suas cartas sobre a revolução francesa. Gorani, J. (1793).

Gorani exercitou todas estas acções. O seu discurso memorialista toma do discurso ficcional a subjectividade e a introspecção, procurando uma verdade que aparece como que entrevista pelo leitor. As suas memórias transformam-se, em determinados momentos narrativos num “romance de aventuras”, constituindo-se num permanente elogio à viagem, como processo de conhecimento do Eu e do Outro.

Como François Genton sistematizou, ao tomar a conceptualização de Georges Gusdorf, os escritos autobiográficos constituem-se como ilustrações de uma visão do individuo e da humanidade num dado momento, revelando um projecto, uma forma de ser, um estilo de vida (Genton, 2011, p. 5). Em Gorani o seu estatuto de constante viajante tece a pedagogia que proclama na sua escrita, visto a leitura das suas aventuras possuir um indelével objectivo, o da instrução do leitor. O seu “sentir-se como um *apátrida*” marca as *Mémoires...*, nomeadamente ao longo da permanência em Portugal. Ao expôr os motivos da sua escrita o autor confessa:

Je n’ai jamais pu m’accoutumer à une patrie qu’en était pas une pour moi, ni me soumettre à vivre parmi mes parents, que je ne pouvais faire autrement que de regarder comme des ennemies. C’est donc cette manière d’exister qui m’a rendu voyageur, rêveur, mécontent de tout. (...) C’est donc cette manière d’être que a influencé toutes les époques de ma vie, qui m’a fait embrasser différents projets, qui m’a poussé dans les rôles que j’ai bien ou mal joués, et qui est enfin la principale cause de ces mémoires (Casati, Girardet, s.d., p. 5).

O olhar de estrangeiro onisciente constitui-se na transitoriedade da viagem, que atravessa as memórias. Não é objecto deste ensaio as sucessivas deambulações pela Europa, nem o facto de ter escrito as suas memórias sobre outros espaços europeus, mas tomar como ponto de partida a sua saída de Sevilha para Sanlúcar de Barrameda e daí para Aymonte, chegando a Castro Marim, passando por Mértola, Beja, Évora, onde visitou a Universidade, que classifica como sendo uma escola pública onde apenas se ensinaria Latim e Humanidades.

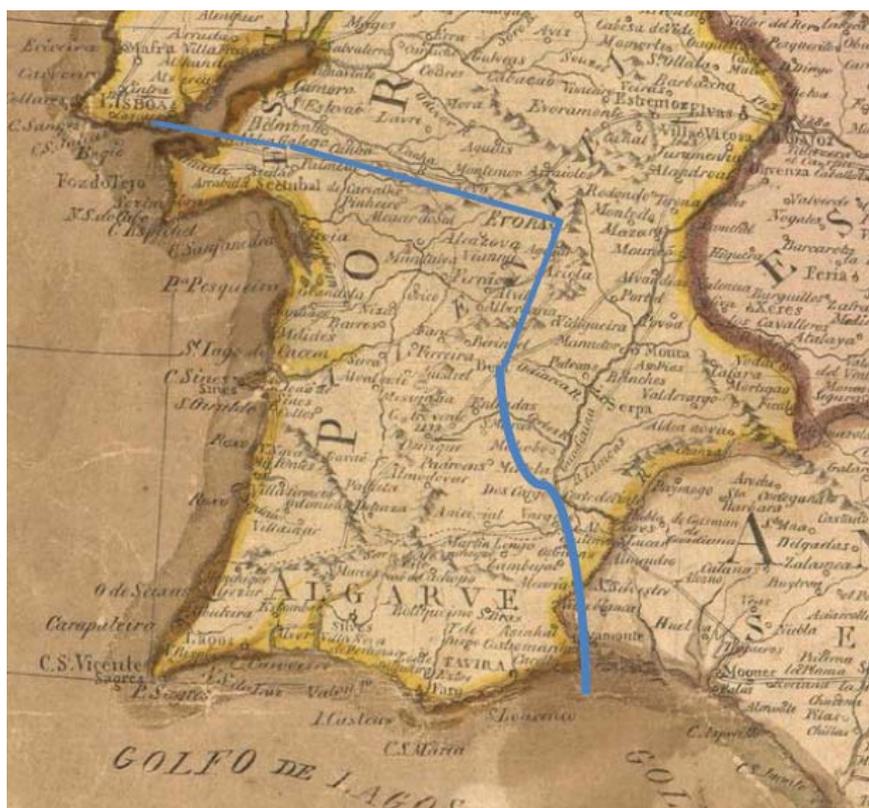


Fig. 4 Viagem de Gorani pelo sul de Portugal<sup>11</sup>.

Nas suas memórias Gorani elogiou os estudos oferecidos pela universidade de Coimbra, considerando-a, como sendo uma das melhores da Europa. Ele visitá-la-ia após ter sido apresentado ao conde de Oeiras, deslumbrando-se com a sua disposição arquitetural e com a qualidade dos seus doutores (Gorani, 1989, pp. 173-174).

Em Évora, no início da sua digressão pelo sul de Portugal, Gorani comprou a um livreiro que estava de partida para Lisboa, quatro livros: *A Fénix Aparecida na Vida, Morte, Sepultura e Milagres da Gloriosa Santa Catarina*, escrita por Soror Maria do Céu (1658-1753), *A imagem da Virtude* do padre jesuíta António Franco (1662-1732), *a A Vida Heróica e Maravilhosa da Gloriosa Santa Ana, mãe da Virgem Maria* do também padre jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761) e *a De Antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende (1500-1573), cuja impressão ocorreu logo no século XVI. Refira-se que o conjunto destes textos revelam uma sensibilidade e gosto multifacetados. A obra de Soror Maria do Céu, uma das melhores poetisas do barroco português, cultora de uma intensa imagética e musicalidade poéticas, decerto deliciou Giuseppe Gorani, que na corte josefina

<sup>11</sup> Detalhe do mapa de Portugal de Tomas Lopez (c. 1804) in <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map\\_of\\_Spain\\_and\\_Portugal,\\_Corrected\\_and\\_Augmented\\_from\\_the\\_Map\\_Published\\_by\\_D.\\_Tomas\\_Lopez.tif](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_Spain_and_Portugal,_Corrected_and_Augmented_from_the_Map_Published_by_D._Tomas_Lopez.tif)> (22-06-2021).

ofereceria poemas às fidalgas portuguesas. Já o texto de António Franco respondia, como refere Miranda Urbano (Urbano, 2014, p. 306), às emergentes sensibilidades literárias e historiográficas da hagiografia moderna e André de Resende proporcionaria a Gorani o saber humanista sobre a cidade onde pernoitava. Por seu turno, Gabriel Malagrida, que vai sendo citado ao longo das *Mémoires...*, escrevera, para além desta sua deambulação por visões celestes, o *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* (1756) onde defendera que o terramoto fora um castigo divino, sendo as procissões religiosas e os exercícios espirituais a solução para os males que afligiam os desalojados. Esta posição do clérigo fora, aliás, a razão de Malagrida ser desterrado para Setúbal a mando de Sebastião de Carvalho e Melo (Hazin, 2002, p. 93). Desde o início da sua digressão por Portugal, Gorani introduz-nos subliminarmente num mundo onde se deverá ler para além do dito. Recorde-se que estas são as suas memórias e não um imediato relato de uma permanência.



Fig.5. Sebastião José de Carvalho e Melo.



Fig.6. Eleonore Ernestine von Daun. Esposa do conde de Oeiras<sup>12</sup>.



Fig.7. Condessa Cicogne<sup>13</sup>.

De Évora, Gorani partiu para a Aldeia Galega, louvando, aos seus companheiros da viagem para Lisboa, o 1º ministro de Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo a quem iria oferecer os seus préstimos. Gorani fora recomendado pela condessa Cicogne, irmã da esposa de Sebastião José de Carvalho e Melo. Neste troço do seu percurso cruzou-se com um regimento em marcha, cujo aspecto elogiou, considerando que tinha muito melhor aparência que os militares espanhóis. O autor das *Mémoires...* informa o leitor que teria

<sup>12</sup> <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonor\\_Ernestina\\_de\\_Daun,\\_Marquesa\\_de\\_Pombal#/media/Ficheiro:Dona\\_Leonor\\_Ernestina\\_de\\_Daun,\\_1.%C2%AA\\_marquesa\\_de\\_Pombal.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonor_Ernestina_de_Daun,_Marquesa_de_Pombal#/media/Ficheiro:Dona_Leonor_Ernestina_de_Daun,_1.%C2%AA_marquesa_de_Pombal.png)>

<sup>13</sup> Maria Leopoldina Barbara von und zu Daun, irmã da esposa de Sebastião Carvalho e Melo. <<https://www.geneanet.org/media/public/maria-leopoldina-barbara-von-und-zu-daun-3935830>>

então tido a notícia de que o conde de Lippe, que servira às ordens de Portugal na reorganização o exército, estava de regresso à Alemanha.

Pela voz do companheiro de viagem, Gorani transmite-nos a pouca importância dada à partida deste, referindo o bacharel que o acompanhava que em caso de guerra “qualquer general era bom”, opinião de imediato refutada por Gorani, que afirma citar Ifícrates: “Um exército de veados conduzido por um leão é mais de temer que um exército de leões comandado por um veado”<sup>14</sup>.



Fig. 9. Lisboa antes e depois do terramoto de 1755<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Casati referencia que esta sentença teria sido pronunciada por Cabria. Plutarco teria referido tal declaração no seu *Apophthegmata Laconica* (Gorani, 1989, p. 63). Contudo veja-se a tradução inglesa das sentenças. Na referência sobre Cabria é assinalado o seguinte episódio: “Chabrias used to say that those men commanded an army best who best knew what the enemy were about. When he was under indictment for treason along with Iphicrates [Callistratus, rather than Iphicrates, in the year 366 B.C.], Iphicrates rebuked him because, while he was in jeopardy, he went to the gymnasium, and spent the usual time at his luncheon. His answer was: ‘You may go unwashed and unfed, and I may have had my luncheon and a bath and rub-down, but you may rest assured that, if the Athenians reach any adverse decision regarding us, they will put us both to death’.

He was wont to say that an army of deer commanded by a lion is more to be feared than an army of lions commanded by a deer.” (Babbitt, 1961, III, pp. 105-107). Atente-se no facto de Plutarco referir que o diálogo ter-se-ia passado entre Cabria e Ifícrates. Segundo Demóntenes (*Contra Mídias*, 65), Cabria foi acusado de traição, juntamente com Calístrato.

<sup>15</sup> <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon\\_before\\_and\\_after\\_1755\\_earthquake.jpg?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_before_and_after_1755_earthquake.jpg?uselang=pt) (22.06.2021)> (22.06.21).

Intermitentemente Giuseppe Gorani permaneceu na que considerou ser a “soberba” capital do Reino de Portugal, que, de imediato, descreveu, referindo o terramoto de 1755 e as marcas ainda visíveis. Lisboa *subia* a partir da margem do Tejo, respirando *grandiosidade*. Gorani permaneceria nos círculos *curiais* de Sebastião José de Carvalho e Melo, onde chegaria em 1765, oferecendo os seus préstimos como homem de armas à coroa portuguesa. Ele recebeu a protecção dos condes de Oeiras e nas suas memórias, o ministro de D. José I surge-nos como alguém que:

apreciava excessivamente a lisonja e mesmo quando ela era de um género baixo e repugnante, a admitia e relevava. Os meus elogios, porém, não eram lisonjas, pois por então ainda eu estava convencido que ele os merecia. Um Ministro que tão energicamente havia combatido a superstição, rompido com Roma, humilhado o sacerdócio, constituía para mim um ídolo, e o conde de Oeiras estava nas condições de se impor à minha imaginação (Gorani, 1989, p. 79).

A marca deste discurso memorialista é o tom confessional. Gorani foi o homem que fizera carreira nas armas, combatera sob a bandeira austríaca nalgumas das contendas, da que veria a ser designada como a Guerra dos Sete Anos. O desaire na batalha de Leuthen, travada a 5 de dezembro de 1757 e onde o exército prussiano repele as forças austríacas, lançou-o na maior das provações, regressando à Boémia em 1759. Este memorialista seria preso pelas forças prussianas, conseguindo habilmente colocar-se ao serviço de Frederico II. Mas também aí não encontrou a fortuna que almejava e regressou a Milão, para junto da família onde o esperava uma gélida recepção (Monnier, 1874, p.856-861).



Fig. 10. Theodor von Neuhoff<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> <[https://en.wikipedia.org/wiki/Theodore\\_of\\_Corsica#/media/File:Theodor\\_von\\_Neuhoff.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Theodore_of_Corsica#/media/File:Theodor_von_Neuhoff.png)> (22.06.2021).

Em 1764 partiria de novo, ambicionando ver o reinado corso de Teodoro, o aventureiro barão de Neuhoff, decerto imaginando que assim partilharia o desígnio rousseiano da inevitável grandeza de uma república corsa, que este filósofo tinha evidenciado no seu projecto de Constituição para aquele espaço. Para Jean-Jacques Rousseau: “Le peuple corse est dans l’heureux état qui rend une bonne institution possible, il peut partir du premier point et prendre des mesures pour ne pas dégénérer. Plein de vigueur et de santé il peut se donner un gouvernement qui le maintienne vigoureux et sain”(Rousseau, 2012, p.5), Com esta permanência na Córsega Giuseppe Gorani procurava vivenciar o rousseiano *Contrato Social*, ainda que se deva ter em atenção como distintas vivências revolucionárias ditariam diferentes formas de prospectivar a sociedade. Ao discorrer sobre a paz universal, o próprio Jean-Jacques Rousseau, apesar de se inspirar nos escritos do Abade de Saint Pierre, serviu-se essencialmente dos textos de juriconsultos, afastando-se das correntes dominantes (Wormser, 2016, p. 5). O seu projecto de constituição plasmou o seu *singular programa* político.



Fig. 10. Constantinopla<sup>17</sup>.

Na Córsega Gorani não conseguiria concretizar os seus desejos, seguindo para Constantinopla, deambulando pelos domínios turcos de então. Perante os constantes desaires que foi vivenciando regressou a Génova, partindo de novo,

<sup>17</sup> <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Constantinople.jpg>> (22.06.2021).

via Marselha, para Espanha. Daí seguiria para o norte de África, regressando posteriormente a Cádiz (Monnier, 1874, pp.862-864). Depois de uma estadia de cerca de seis meses nesta região Gorani fez a sua já referida viagem para Portugal, procurando a protecção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o ministro que ele chegaria a apelidar de tirano.

Recorde-se que antes de ter redigido as suas *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie* Gorani tinha amplamente discorrido sobre a tirania nas suas já citadas *Recherches sur la science du gouvernement*. Todavia, Gorani no seu discurso memorialístico, que pretende ser “autobiográfico”, não se ocupa da tirania enquanto exercício político, mas descreve o que observa na esfera privada, no decurso dos múltiplos afazeres e domingos passados em Oeiras:

A maior parte dos tiranos são pintados como homens sombrios e taciturnos. O conde de Oeiras não era nem uma coisa nem outra, mas antes, pelo contrário, falava muito, era por vezes prolixo, frequentemente trocista e permitindo-se coisas que nunca esperaria de tal homem: contava um conto e aumentava-lhe um ponto, ridicularizava as próprias vítimas [...].O que me custava a conter! Mas não havia remédio [...] (Gorani, 1989, p.97).

Gorani estava perante o que considerava ser um déspota, mas enquanto sujeito da história e seu narrador, procurava a complacência do leitor. Este autor corporiza o arquétipo do aventureiro, que pretende tudo ter experimentado, passando o seu testemunho ao *Outro*. Deste *Outro* espera que tente a fortuna, que viva num mundo de que ele, Gorani, já se encontra afastado. As suas “dúpliques” *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie*: “[...] sont placés sous plusieurs signes: l'errance, la fuite, le hasard et ses jeux, le double”(Vitali-Volant, 2005, p. 6).

Em Giuseppe Gorani dever-se-á atender a que memória é exercida na polaridade estabelecida entre reflexividade e sociabilidade, e os seus *artefactos* deverão ser problematizados através da interiorização do valor do testemunho como fonte da História, na tripla dimensão concedida à recordação: a de si, a dos próximos e a dos outros (Ricouer, 2004, p. 132). Logo em *les motifs qui ont déterminé à écrire ces mémoires* Gorani declarava: “Je n’aurais jamais songé à tracer ces lignes, si ma vie n’eût été souvent liée à des événements dignes d’être connus et si je n’avais pas passé la plus grande partie de cette vie à étudier les hommes, les coutumes, les lois, les mœurs et les gouvernements”(Casati, Girardet, s.d., p.2). O olhar do autor é o do aventureiro e é através de um jogo de espelhos, o de actor/espectador, que passou o seu testemunho para o leitor, procurando seduzi-lo de forma a que este siga igual forma de vida.

Contudo, e face ao seu protector, Sebastião José de Carvalho e Melo, o memorialista não se exime de expor ao leitor os temores que sentia nos

convívios dominicais em Oeiras. Para ele, este era um tempo onde se continha perante o que, passados anos, confia ao leitor ser a *divertida* exposição ao ridículo a que se dedicava Sebastião José de Carvalho e Melo, pois: “Nele, a transição da benevolência para o ódio e daí para a mais terrível vingança, era um ápice” (Gorani, 1989, p. 97).

Deste modo, desvenda-se a face especular de Giuseppe Gorani enquanto historiador e sujeito da (H)história. Tal faceta é tanto mais evidente quanto pela sua pena são descritos os impactos provocados pelo terramoto de 1755. Ainda, dez anos depois, Gorani elaborou um incisivo excuro sobre este mesmo evento: “Contando bem, durante a minha estadia em Lisboa houve dezassete tremores de terra; o de 23 de Janeiro de 1767, pelas cinco da manhã, foi o que mais se sentiu. Entretanto nenhum destes abalos motivou desastres e a maior parte deles foi durante a noite, sem que me tivesse apercebido” (*Ibi*, p. 111).

O memorialista referencia os múltiplos escritos sobre tão assombroso acontecimento, convocando a memória através do racional e reflexivo exercício da reconstrução do que aconteceu:

Existem numerosos relatos desta horrível calamidade de 1755 e, se em todos há verdades, em quase todos há omissões e erros. Isso me leva a considerar como proveitosa uma relação fiel dos acontecimentos dada por mim, que estive em condições, dez anos depois do terramoto, de recolher de testemunhas oculares a narrativa dos acontecimentos que me eram já então transmitidos de espírito calmo e com seguro exame e constatação. Acresce que não aponte nos meus cadernos senão os factos constantes nas narrativas que existem nas chancelarias e nas secretarias dos principais ministérios (*Ibidem*).

Apesar do pendor positivista/objectivista que clama dar ao seu registo, este milanês plasmou o trágico, ao descrever a manhã de 1 de Novembro de 1755. Através do que considera ser o racional tratamento que o tempo teria dado às lembranças, ele legitima o seu discurso memorialista, pois este comprovaria a exactidão do que teria acontecido, visto se ter servido de registos devidamente autenticados. Todavia, a par do uso denotativo da palavra escrita o autor não resistiu a metaforicamente evocar os sentidos na apresentação dos acontecimentos. Atente-se no momento em que Giuseppe Gorani descreveu a sua chegada a Lisboa, vindo da Aldea Gallega, e já 10 anos passados sobre os acontecimentos de 1755. A capital deslumbrou este observador – viajante, sendo o espaço cinematicamente representado:

logo que me encontrei a meio do Tejo, pude ver a soberba capital do reino de Portugal que se me deparava ao longo da outra margem do rio, disposta em anfiteatro entre o levante e o poente. Do barco onde navegava os passageiros meus companheiros mostravam-me as colinas onde está edificada[...]. A cidade

sobe suavemente desde a margem do Tejo[...] o inconveniente dos desníveis do terreno é bem compensado pelos belos panoramas que as suas elevações proporcionam e pela vizinhança do mar, que torna Lisboa uma cidade deliciosa e salubre. (*Ibi*, p. 65).

Este espaço é visto do rio, o qual vai sendo precisado pelo memorialista: “Lisboa vista do Tejo, a montante ou jusante do rio, induz a considerarem-se como bairros da cidade uma quantidade de lugares e aldeias que lhe estão próximas, para o que contribui o terem-se feito, depois do terramoto de 1755, arruamentos nos espaços livres que ligam a cidade a estes lugares e aldeias.” (*Ibi*, p. 67) Contudo, no interior da cidade, ainda permaneciam vastos espaços, antigos bairros, onde as casas eram enormes montões de escombros.



Fig. 11. Lisboa depois do terramoto<sup>18</sup>.

A reconstrução da capital é enunciada nestas *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie*, noticiando-se que, já depois da sua partida, os destroços deram lugar a quarteirões bem edificadas e habitadas, resultando tal reconstrução da acção eficaz e segura do conde de Oeiras.

Contudo, apesar dos prédios esventrados, bairros semiconstruídos e da maior parte das ruas serem, como escreveu, bastantes sujas, mal calçadas e onde os frequentes declives tornavam certas serventias bastante desagradáveis (Gorani, 1989, p. 68) o viajante estrangeiro, que, entre 1765-67, deambulava por Lisboa, deslumbrava-se com a: “[...] soberba rua Augusta, que era nova e ainda estava incompleta : tinha bons passeios de grandes lajes, era plana e media uma

<sup>18</sup> <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tremblement\\_de\\_Terre\\_de\\_Lisbonne,\\_en\\_1755.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tremblement_de_Terre_de_Lisbonne,_en_1755.jpg)>(22.06.21).

légua. Termina esta rua no Rossio, uma das mais belas praças de Lisboa, onde em quase todos os prédios que a contornam existem excelentes estabelecimentos” (*Ibidem*).

Gorani observa detalhadamente os acontecimentos, as pessoas, os ambientes não se escusando de expressar aspectos menos positivos, porém, segundo ele, é a observação do naturalista, que deverá imperar na sua descrição dos espaços.



Fig. 12. Marquesa de Távora<sup>19</sup>.

Face àqueles que seriam os juízos negativos que muitas vezes eram lançados sobre Portugal, ele só vislumbrou amabilidade e doçura nas gentes, e no perfil que traça das mulheres, ainda que sobressaia o galanteio:

Decerto que com as mulheres portuguesas as intrigas de amor são mais perdoáveis do que com as mulheres de qualquer outro país, pois incontestavelmente são as mais belas e sedutores de todas as europeias. Nelas as graças perduram além da mocidade e lembremo-nos da impressão que causava, ainda com quarenta e três anos de idade e já mãe de muitos filhos a famosa Marquesa de Távora, que o Ministro Conde de Oeiras, iníqua e barbaramente mandou decapitar, por crimes que ela não cometeu.

As portuguesas, que em geral conservam as suas belezas pelos anos fora, são muito belas durante a mocidade. Não há país onde as mulheres se apresentem mais sedutoramente. Desconhecem as modas francesas e manifestam até um certo desprezo por elas. Aliás, nenhuma mulher portuguesa estaria disposta a abandonar o traje do seu país, que tanto a favorece e lhe realça a beleza e as graças peculiares (Gorani, 1989, p. 143).

---

<sup>19</sup> Esta é uma cópia de um retrato pintado em 1720-1730 por D. Ana de Lorena (1691-1761). <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:D\\_Leonor\\_Tom%C3%A1sia\\_de\\_Lorena\\_e\\_T%C3%A1vora\\_\(c.\\_1770\)\\_-J.B.\\_G%C3%A9rard.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:D_Leonor_Tom%C3%A1sia_de_Lorena_e_T%C3%A1vora_(c._1770)_-J.B._G%C3%A9rard.png)> (22.06.21).

Na representação dos espaços, nomeadamente na descrição da capital do reino, domina um “locus amoenus”, que, como René-Louis Girardin, define:

consiste précisément dans le choix des formes les plus agréables, dans l'élégance des contours, dans la dégradation de la perspective; il consiste à donner, par contraste bien ménagé d'ombre et de lumière, de la saillie, du relief à tous les objets, et à y répandre les charmes de la variété en les faisant voir sous plusieurs jours, sous plusieurs faces, sous plusieurs formes; comme aussi dans cette heureuse négligence qui est le caractère distinctif de la nature et des grâces (Girardin, 1992, pp.20-21).

Nos ambientes descritos prevalece este signo de um espaço de fuga mental. A sua vista do Tejo revela as formas agradáveis, a elegância dos contornos, a gradação da perspectiva, o equilibrado contraste entre sombra e luz. O que encantou o nosso onisciente viajante estrangeiro foi o traçado íngreme das ruas, entrevendo-se do rio a harmonia arquitetural do construído. Na memória escrita da cidade fluiu uma *palavra pintada*:

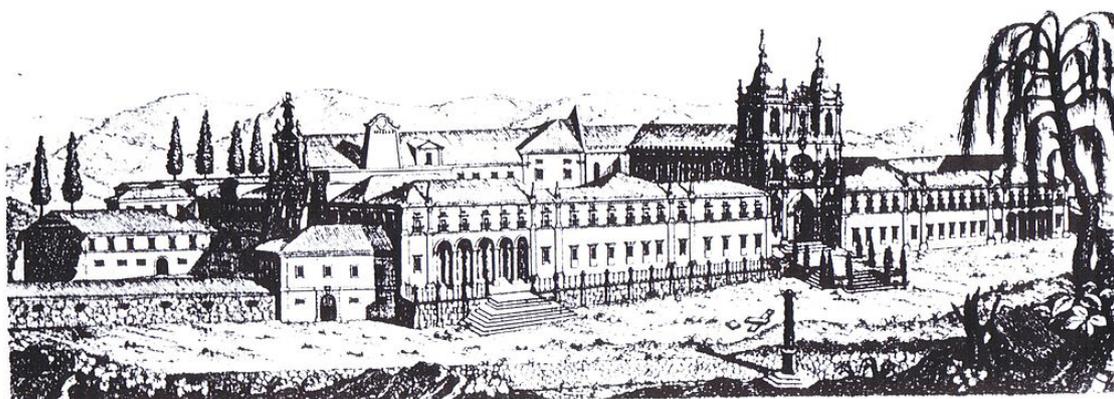
Bastava o panorama do Tejo para tornar [o povo] amável. Os barquinhos que continuamente cruzam o rio, faça bom ou mau tempo, o grande número de navios de todos os países, a chegada e a partida das froas do Brasil, África e de Goa : o largo estuário do rio, o castelo de Belém que fica à direita, o palácio real, a torre de S. Julião que está à esquerda, os campos que circundam a bela capital, onde abundam as lindas quintas ; as florestas de limoeiros e laranjeiras entremeadas de vinhas de olival e de figueiras; as estradas bordadas de enormes aloendros que deleitam a vista [...] Todos estes espectáculos, enfim, que continuamente se lhe exibem os olhos constituem um magnífico panorama que basta, só por si, se outros motivos não houvesse, para tornar os habitantes alegres e bons (Gorani, 1989, p.135).

Giuseppe Gorani foi o soldado<sup>20</sup>/poeta que fez correr pela corte de Lisboa os seus versos. Segundo o seu testemunho teria traduzido, em versos brancos e para italiano, o episódio de Inês de Castro de Camões, o qual teria sido impresso. Através de um dos seus compatriotas chegou igualmente a Lisboa um dos seus poemas épicos, onde sonhara com a sua morte e o juízo final. Na corte josefina, esta última obra teria sido muito bem aceite, o que o levava a versejar para o primeiro-ministro e sua família. Nas suas memórias *retoricamente* confessou: “Fiz o que pude, sem contudo prostituir a minha pena nem envilecer em rasteiras lisonjas: só falava nas boas qualidades, realmente existentes,

---

<sup>20</sup> Veja-se a prestação militar de Giuseppe Gorani na Guerra dos Sete Anos, antes da sua prisão. Casati, 1931, pp. 48-87.

calando, naturalmente, tudo o que só poderia dizer sob pena de me deitar a perder” (Gorani, 1989, p. 124).



*PERSPECTIVA DO REAL MOSTEIRO DE ALCOBAÇA.*

Fig. 13. Gravura datada de antes de 1750<sup>21</sup>.

Num domingo do mês de agosto de 1766, e depois de em Lisboa assistir ao, como classifica, bárbaro espectáculo de uma corrida de touros, Gorani recebeu a ordem de Sebastião de Carvalho e Melo para partir para o Porto. No caminho parou no Mosteiro de Alcobaça que visitou, declarando que só registaria os objectos que o impressionaram, sobressaindo da sua narrativa o “locus amenus” do vasto e magnífico jardim, onde existiam:

belos caramanchéis guarnecidos de Bancos. A meio exista um bellissimo lago oval, de 130 pés de diâmetro, com um obelisco ao centro. Na extremidade podiam-se ver ciprestes e teixos, a que a tesoura do jardineiro dera diferentes e engenhosas formas: caçadores, monges em prece, cabeças com rabichos e outras cabeleiras. Estes homens-plantas viviam com as árvores e estavam bem figurados (*Ibi*, 1989, p.160).

De seguida, este memorialista visitou o convento da Batalha onde apreciou as excelências do lugar, sendo Coimbra a próxima paragem. Nestas memórias Giuseppe Gorani descreveu, algo detalhadamente, os colégios da Universidade e o Museu que, segundo as suas palavras, possuía uma soberba colecção de animais de diferentes partes do mundo (*Ibi*, p. 172) a par e todo um sem número de espécies do reino vegetal e mineral, todos classificados pelo sistema de Lineu.

Durante 3 dias permaneceu nas margens do Mondego, seguindo depois para o Porto. Inebriou-o o espectáculo encantador das margens do Douro e do seu

---

<sup>21</sup> <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro\\_de\\_Alcoba%C3%A7a#/media/Ficheiro:Alcobaca.mo steiro.1750.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro_de_Alcoba%C3%A7a#/media/Ficheiro:Alcobaca.mo steiro.1750.JPG)> (22.06.21).

casario, onde pontuavam jardins, vinhas, bosques, conventos e belíssimas casas. Os barqueiros eram tão delicados, prestáveis e espirituosos como os gondoleiros venezianos, sendo frequente: “[...]ouvi-los cantar estâncias de Camões, assim como os de Veneza cantam as de Ariosto e de Tasso” (*Ibi*, p.179). Depois de um périplo por outras vilas portuguesas como Mafra e Sintra e após regressar à capital Giuseppe Gorani preparou a sua saída do reino de Portugal, aproveitando um barco mercante inglês, saindo do porto de Lisboa a 1 de março de 1767, chegando a Génova a 11 desse mesmo mês (*Ibi*, p.206).

Enfim, nesta desocultação de um olhar, onde se plasma uma alteridade omnisciente, onde o sentir do “estrangeiro” é ditado pela digressão em outros espaços, mergulhámos na escrita de um tempo, onde a condição histórica se expôs. O actor/historiador da História serviu-se da memória e representou historiograficamente um passado, o seu e o de outros. A nós, no presente, impõem-se a tarefa de reconstruir a sua veracidade, de analisar os seus resquícios, de determinar as formas de representação de um estar no mundo.

## 2. Bibliografia

- Anderson, Linda (2001) *Autobiography*. London: Routledge.
- Babbit, Frank Cole (1961) *Plutarch 's Moralia*. London: Heinemann Ltd.
- Buescu, Helena Carvalhão (2005) 'Ver Demais: O terramoto de 1755 na literatura', *1755- O Grande terramoto de Lisboa – Volume I Descrições*. Lisboa: FLAD, pp. 393-415.
- Casati, Alessandro (1931) *Giuseppe Gorani e la Guerra dei Sette Anni*. Milano.
- Casati, Alexandre - Raoul Girardet (s.d.) *Mémoires de Gorani*. Paris: Gallimard.
- Catroga, Fernando (2001) *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Chartier, Roger (2002) *Á beira da Falésia. A História entre certezas e inquietude*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal de Rio Grande do Sul .
- Freire, Francisco José (1758) *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas à Majestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor / por Amador Patrício de Lisboa*. Lisboa: [s.n.].
- Genton, François (2010) 'Georges Gusdorf et l"écriture de soi": de la théorie à la pratique', *Écritures autobiographiques: Entre confession et dissimulation*. Rennes: Presses universitaires de Rennes. <<http://books.openedition.org/pur/38692> > (21 giugno 2021).

- Girardin, René-Louis (1992) *De la composition des paysages*. Seyssel: Champ Vallon.
- Gorani, Giuseppe (1989) *Portugal - A Corte e o País nos anos de 1765a 1767*. Lisboa: Lisóptima Edições.
- Gorani, J. (1793) *Lettres sur la révolution française, par j. Gorani citoyen français, à son ami Ch. Pougens*. Paris: Guilhaume Junior.
- Hamilton, Paul (2002) *Historicism*. London: Routledge.
- Hazin, Elizabeth (2002) 'Gabriele Malagrida: importância de seu resgate para a memória brasileira', *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus: Universitet Aarhus, 5, pp. 84-98.
- Wormser, Gérard (2016) 'La pensée romantique, une révolution des idées', *Sens public*, <<https://doi.org/10.7202/1044410ar>> (21 giugno 2021).
- Mannucci, Erica (1998) 'J. Giuseppe Gorani: Dalla Rivoluzione al volontario esilio (1792-1811)', in Puccinelli, Elena (coord.), *Introduzione di Carlo Capra, Coll. 'Economica e società in Lombardia dall'età delle riforme alla grande crisi', Dix-huitième Siècle*, 31, p. 584, <[https://www.persee.fr/doc/dhs\\_0070-6760\\_1999\\_num\\_31\\_1\\_2320\\_t1\\_0584\\_0000\\_3](https://www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_1999_num_31_1_2320_t1_0584_0000_3)> (21 giugno 2021).
- Marin, Louis (2001) *On Representation*. Stanford-California: Stanford University Press.
- Monnier, Marc (1874) 'Le Comte Joseph Gorani: D'après ses mémoires inédites', *Revue des Deux Mondes (1829-1971)*, 5, 4, pp. 854-888. <[https://www.jstor.org/stable/44751272?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/44751272?seq=1#metadata_info_tab_contents)> (21 giugno 2021).
- Ricouer, Paul (2004) *Memory, History and Forgetting*. Chicago: Chicago University Press.
- Rousseau, Jean-Jacques (2012) *Projet de constitution pour la Corse*. La gaya scienza <[http://www.ac-grenoble.fr/PhiloSophie/old2/file/rousseau\\_corse.pdf](http://www.ac-grenoble.fr/PhiloSophie/old2/file/rousseau_corse.pdf)> (21 giugno 2021).
- (s.d.) *Les Confessions*. [online] Édition du groupe 'Ebooks libres et gratuits' <[https://ebooks-bnr.com/ebooks/pdf4/rousseau\\_les\\_confessions.pdf](https://ebooks-bnr.com/ebooks/pdf4/rousseau_les_confessions.pdf)> (21 giugno 2021).

- Simões, Maria João (2011) 'Cruzamentos teóricos da imagologia literária: imagotipos e imaginários', in Ead. (coord.) *Imagotipos literários: processos de (des)configuração na imagologia literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, pp. 9-53. <<https://estu.dogeral.uc.pt/bitstream/10316/28919/1/Imagotipos%20liter%c3%a1rios.pdf>> (21 giugno 2021)
- Urbano, Carlota Miranda (2014) 'O biógrafo António Franco S. J., autor da Imagem da Virtude', *Humanitas*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 66, pp. 297-308.
- Vitali-Volant, Maria G. (2005) 'Le hasard et la nécessité: figures du hasard dans les *Mémoires pour servir à l'histoire de ma vie* de Giuseppe Gorani', *Italies [online]*, 9, pp. 121-124, <<http://italies.revues.org/220>> (21 giugno 2021).

### 3. *Curriculum vitae*

Ana Paula Menino Avelar é Professora Associada com Agregação da Universidade Aberta na área de História Moderna. Coordena e/ou participa em projectos nacionais e internacionais. É autora de ensaios, capítulos e livros nas áreas dos Estudos Históricos, Asiáticos, Cultura Portuguesa em publicações nacionais e internacionais. Para além de leccionar em cursos de graduação, coordena vários, orienta teses e dissertações e acompanha projectos de pós-doutoramento. É membro de várias academias, estando na direcção da Academia de Marinha. Prepara, entre outros projectos editoriais, a edição da obra de Fernão Lopes de Castanheda para a Imprensa Nacional, sendo nesta editora a responsável científica pela colecção *Itinerários portugueses*.





Fears



## El derecho y el azar testamentario: mérito, promoción social, normativa y tiempos en la sucesión del maestro de campo don Juan de Rivas, castellano de Cambrai (1596-1616)

Testamentary law and chance: merit, social promotion, norms and times in the succession of the maestro de campo Don Juan de Rivas, castellan of Cambrai (1596-1616)

Antonio González Valverde\*  
José Javier Ruiz Ibáñez  
(Universidad de Murcia)

Date of receipt: 30/01/ 2021

Date of acceptance: 15/06/2021

### *Resumen*

El testamento de don Juan de Rivas convertía al rey de España en su heredero, privando en principio de su patrimonio a sus hijos. Este documento realizado en situación extraordinaria en 1596, no fue cambiado y se aplicó a su muerte en 1616, cuando su situación personal había cambiado de manera radical. Comprender las razones o las sinrazones, que hicieron que este militar español no cambiara sus últimas voluntades, perjudicando así a su familia. Su estudio es una forma de aproximarse a la complejidad del marco jurídico y cultural en el que se movía, de entender cómo funcionaba el sistema testamentario en el ejército de Flandes y de ver los múltiples elementos, racionales o no, voluntarios o no, que constituyen una decisión sociopolítica en la Alta edad Moderna.

### *Abstract*

The testament of don Juan de Rivas entitled the king of Spain to become his rightful heir, depriving his sons of their birthright. This document, elaborated in extraordinary circumstances in 1596, was not changed afterwards, so it was applied at Rivas' death in 1616, when his personal situation had radically changed. To understand the reason or unreason that was behind this testament in order to remain unchanged (and creating great prejudice to his family) is a way of approaching the complexities of the legal and cultural framework in which Rivas lived. This text can also help us to understand how the inheritance system worked in the Army of Flanders and to see the multiple elements, rational or irrational, voluntary or not, that constituted a sociopolitical decision in the Early Modern Age.

---

\* Este artículo ha sido desarrollado en el marco del proyecto de investigación "Hispanofilia IV: Los mundos ibéricos frente a las oportunidades de proyección exterior y a sus dinámicas interiores" (HAR2017-82791-C2-1-P), FEDER/Ministerio de Ciencia e Innovación-Agencia Estatal de Investigación, Reino de España.

*Palabras clave*

Derecho civil; meritocracia; testamento; oficiales reales; siglos XVI y XVII.

*Keywords*

Civil law; Meritocracy; Will; Royal Officers; 16th and 17th centuries.

---

1. *Don Juan de Rivas: prácticas institucionales y prácticas patrimoniales.* - 2. *El testamento de don Juan de Rivas y la práctica testamentaria.* - 3. *El proceso.* - 4. *Conclusiones.* - 5. *Bibliografía.* - 6. *Curriculum vitae.*

1. *Don Juan de Rivas: prácticas institucionales y prácticas patrimoniales.*

El estudio de los sujetos sociales en su contexto impone comprender tanto el marco jurídico en el que se movían, como el entorno cultural en el que se desarrollaban, y la percepción particular por su parte de ambos. Este último y decisivo elemento distaba de ser mecánico, sino que se fundaba en la propia experiencia, las inclinaciones, las prioridades del momento e incluso el azar. El caso que aquí estudiamos permite comprobar como todos esos elementos interactuaban generando un espacio social, personal y familiar que resultaba peculiar. Este ámbito era construido por la fricción entre las decisiones de los sujetos particulares y las múltiples representaciones de la realidad que se hacía en su entorno. El testamento de Juan de Rivas se puede ver como un error catastrófico que dio al traste con el proceso de consolidación social que intentó este militar español para su familia, pero su análisis, de ciertamente un caso extremo, permite comprender en claro-oscuro los ámbitos de decisión personal, el peso de la suerte y la construcción compleja de un mundo donde lo racional coexiste con lo casual, con lo intuitivo y con lo inesperado.

Para la segunda década del siglo XVII el maestro de campo Juan de Rivas había logrado un notable prestigio y era “conosçido y aprobado” entre los soldados, los oficiales y la alta administración<sup>1</sup>. Cuando Alberto de Austria, soberano de los Países Bajos, escribió a su cuñado Felipe III en recomendación del militar, se permitió no desgranar sus méritos por

la larga y particular noticia que VM<sup>d</sup> tiene de los muchos, señalados y buenos serviçios... solo dize [el archiduque] que teniendo las grandes partes que tiene y buen gobierno en todo (dexando aparte el valor de su persona y mucha platica de

---

<sup>1</sup> Archivo General de Simancas (en adelante AGS) Sección de estado (En adelante E) 1693, sin número, 8 de marzo de 1613, consulta de parte, “el capitán Francisco Ruyz de Aguirre”, en la que Rivas figura como testigo.

la milicia) puede VM<sup>d</sup> estimarle mucho para emplearle de ordinario en cosas importantes a su real servicio [así que] pretende que VM<sup>d</sup> le haga mrd<sup>d</sup> del habito de Santiago

El Consejo de Estado refrendó la petición al considerar que era justo que “en tales personas se emplean muy bien las honras y mrd<sup>s</sup> [mercedes] desta calidad”, así que el rey pudo contestar que “huelgo de haçer esta m<sup>d</sup> a Rivas”<sup>2</sup>. La carrera del militar se había iniciado décadas antes según un modelo bastante común a lo largo del siglo XVI, empezando como soldado y escalando los diversos empleos militares a golpe de espada y arcabuz, desde los combates en el Mediterráneo hasta las tierras septentrionales. Esta vía meritocrática permitía a soldados que procedían de la baja nobleza o incluso del mundo de los pecheros ascender a puestos de relevancia en la administración imperial. Por supuesto, tales promociones se veían mediadas y favorecidas por el origen social y por los contactos que se pudiera tener, aunque a lo largo del siglo XVI subyacía una preocupación real para que el mando recayera en quien había mostrado las mejores aptitudes para él y no sólo en el color de la sangre (Jiménez Estrella, 2012, pp. 241-246). Un soldado que se alistara en las compañías reales podía construir su ideal a través de la experiencia conocida de veteranos que para finales del XVI ya eran casi míticos como Julián Romero, Francisco Verdugo o Cristóbal de Mondragón, quienes, empezando como simples reclutas, terminaron como prestigiosos jefes de guerra, mandando tercios o gobernando ciudades, castillos e incluso provincias.

Rivas se encontraba entre éste tipo de combatientes. Era un veterano que seguía la misma senda que llevaba el alférez Tomás de Rivas, muy posiblemente su hermano, que estuvo treinta años bajo las banderas reales.<sup>3</sup> En 1612 él mismo recordaba que había servido cuarenta y dos años al rey, que participó en las Jornadas del Peñón en 1564 y al año siguiente en el socorro de Malta, bajo el mando de don García de Toledo. En 1567 pasó a Flandes con el duque de Alba donde haría el resto de su carrera. Pronto se sucedieron las promociones: se distinguió en el asedio de Maastricht cuando se le dio el mando de una compañía de piqueros españoles, en 1584 fue nombrado gobernador de Dendermonde (Terralunda), en 1587 de la recién conquistada Sluys (La Esclusa) -lo que se añadía a la superintendencia de militar del condado de Flandes-, y en 1596 de la villa de Calais que acababa de ser tomada a los franceses. Una vez que en 1598 Calais fue reintegrada en Francia por la

---

<sup>2</sup> AGS E 2748 sin número, 21 de diciembre de 1613, consulta de parte, “Por el Mtr<sup>o</sup> de campo Juan de Rivas”.

<sup>3</sup> AGS E 2785 sin número, 4 de abril de 1623, consulta de parte, “Por don Diego de Ribas”.

paz de Vervins, Rivas volvió a ocupar la superintendencia de militar del condado de Flandes y tuvo importantes responsabilidades durante el homérico asedio de Ostende. Finalmente, fue designado castellano, capitán general y gobernador de la villa de Cambrai y del condado del Cambrésis, uno de los puestos militares y políticos más importantes del gobierno real en los Países Bajos<sup>4</sup>.

Este maestre de campo había pasado, como no pocos de sus conmlitones, de una simple carrera militar a ejercer cargos de gobierno y justicia, que seguían teniendo, por supuesto, una función claramente militar. Sus cualidades como buen gestor habían quedado claras al archiduque Alberto, por entonces gobernador de los Países Bajos, quien optó por él para un cargo de mucha responsabilidad como era el gobierno de Calais, en un contexto en el que la alta oficialidad española del ejército de Flandes competía abiertamente por ocuparlo, con el agravante que Rivas no había estado presente en el asedio (Esteban Estringana, 2012, pp. 286-290). Fue una buena elección, ya que el maestre el gobernador ejerció sus funciones con gran eficacia tanto entonces como durante su mandato en Cambrai, sabiendo mediar entre los diversos intereses y agentes tanto locales como imperiales (Ruiz Ibáñez, 2003, pp. 110-114; y en prensa, cap. 3).

Las promociones del gobernador Rivas se apoyaron en su capacidad de hacerse visible ante las autoridades españolas en Flandes y en la corte del rey. Una vez que fue nombrado como gobernador de Calais escribió a Felipe II ofreciendo sus servicios y devoción, y a don Martín de Idiáquez suplicándole que le favoreciera y que presentara sus méritos a don Juan de Idiáquez. Rivas pensaba que el regreso a la corte del secretario Esteban de Ibarra iba a facilitar su visibilidad a ojos del soberano<sup>5</sup>. Posteriormente, también mantuvo correspondencia personal con don Diego de Ibarra<sup>6</sup>, sobrino de Esteban, y un prestigioso ministro real que había jugado un papel muy importante en la última década del siglo XVI en los negocios reales de Flandes y Francia<sup>7</sup>. Rivas

---

<sup>4</sup> AGS 1631 sin número, 2 de septiembre de 1612, consulta de parte, “el maestre de campo don Juan de Ribas”. El castellano de Cambrai se situaba en la jerarquía militar sólo tras el capitán general, el maestre de campo general, los generales de la caballería y la artillería, y los castellanos de Amberes y Gante. Sobre la importancia política del cargo baste recordar que el sucesor de Rivas, otro veterano de Flandes el valenciano don Carlos Coloma, fue promovido cuando ocupaba la función de virrey de Mallorca.

<sup>5</sup> AGS sección de Estado Francia (en adelante Ek) 1599 fº 10 y 11, 7 de julio de 1596, Calais.

<sup>6</sup> Nota de 8 de julio de don Diego de Ibarra, seguramente al duque de Lerma, de 8 de dentro de AGS E 2748 sin número, 25 de octubre de 1612, consulta de parte, “Por el Cpp<sup>an</sup> don Diego Salzedo”.

<sup>7</sup> La visión global más completa sobre la intervención española en Francia es la Vázquez De

se intentaba apoyar en el paisanaje, ya que estos ministros procedían sobre todo de Vizcaya y Álava, de donde era oriunda parte de su familia. Años después sus dos sobrinos, Diego IV y Tomás II de Rivas, afirmarían que el padre de ambos, Diego II, había ejercido en varias ocasiones de alcalde ordinario de Vitoria y de diputado general de la Provincia de Álava. Diego IV recordaba también otros lazos familiares con la administración real: su abuelo el contador Andrés Martínez de Ordanza<sup>8</sup>, o sus otros dos tíos como el referido alférez Tomás de Rivas, y fray Francisco de Rivas que fue confesor del príncipe Felipe (IV) y que pasó posteriormente en este cargo con Ana de Austria cuando la infanta casó con Luis XIII y “murió elegido obispo de Ciudad Rodrigo”. El propio Diego IV había hecho su carrera durante quince años ayudando en los papeles oficiales a don Antonio de Aróstegui, secretario del rey, y aunque sólo disfrutó un año de sueldo, al menos esta posición sí le permitió estar, él y su familia, relativamente bien situados a la hora de pedir mercedes a los consejos reales<sup>9</sup>.

El principal apoyo que tuvo Juan de Rivas fue su servicio. Según los memoriales de sus sobrinos había sido el personaje más prominente de la familia, y parece claro que lo había sido por sus méritos propios. Una vez establecido en 1602 como gobernador de Cambrai, cargo al que accedía tras la larga y eficaz interinidad del teniente Juan de Pelegrín<sup>10</sup>, Rivas se relacionó de forma fluida con los diversos poderes locales (Magistratura y Cabildo Eclesiástico) y mesuró bien su posición entre Valladolid, Madrid y Bruselas. Por un lado, mantuvo relaciones excelentes con el archiduque Alberto, ahora soberano junto a su esposa Isabel Clara Eugenia de los Países Bajos, y, por otro, cuando en 1607 se dio cuenta de la amenaza que suponía a la autoridad regia las demandas de restitución de la villa por el arzobispo, escribió directamente al

---

Prada, 2004.

<sup>8</sup> El contador había muerto en San Lúcar de Barrameda, pero fue enterrado en Vergara donde poseía una capilla; Fernández Conti, 2000, pp. 272-273.

<sup>9</sup> AGS E 2721 sin número, 27 de junio de 1621, consulta de parte, “por don Thomas de Rivas y Ondaça”; AGS E 2785 sin número, 4 de abril de 1623, consulta de parte, “Por don Diego de Ribas”. Sin embargo, en el listado de Diputados generales de Álava no aparece en <<https://web.araba.eus/documents/105044/865083/Aro+Berria-Edad+Moderna+Diputatu+Nagusiak-Diputados+Generales.pdf/2565afd7-fc3c-a29b-6ad4-84758769210e?t=1549283392997>>, por lo que su ocupación debió de ser con carácter interino. De hecho, el 31 de diciembre 1606 el diputado general, Luis de Salvatierra, marchó a Madrid en teoría a tratarse una dolencia dejando nombrado a Diego II de Rivas, lo que provocó una protesta de la Junta, aunque ésta acabó por admitir sus atribuciones; Sánchez Cuesta, 2015, pp. 202-203.

<sup>10</sup> AGS E 1793 sin número, consulta de parte, 25 de septiembre y 2 de octubre de 1604, “Capp<sup>n</sup> Juan Pelegrin”; Pelegrín había sustituido tras su muerte en el cargo al maestro de campo don Sancho Martínez de Leyva.

rey. Como había hecho en 1596, en esta carta reiteraba sus servicios y méritos, al tiempo que, esta vez de manera mucho más detallada, narraba sus propias acciones, daba una visión completa de la política local y ofrecía argumentos al poder real para rechazar las peticiones del prelado. Una hipotética pérdida de la plaza para la Monarquía implicaría devaluación de su propio oficio y un deservicio a su señor, así que, al crecer en 1611 la presión para la restitución de la villa al arzobispo, el castellano elaboró una serie de informes en los que cuestionaba la justicia de las reivindicaciones del arzobispado. Para forjar sus argumentos Rivas recurrió, como seguramente no lo haría ninguno de los otros gobernadores de Cambrai a la opinión del Magistrado municipal, pero, inteligente, supo tamizarlas y ocultar aquéllas basadas en el discurso de soberanía popular que, en realidad, eran contraproducentes para su señor<sup>11</sup>.

No es de extrañar que los juicios se acumularan sobre su persona reconociéndolo un oficial eficaz, leal y valiente, tanto en guerra como en paz. Su fuerte posición institucional quedaba clara cuando aplicaba justicia ejecutando a brujas o a conspiradores franceses, cuando reforzaba las murallas de las ciudades o cuando negociaba en nombre del archiduque con los Estados provinciales del Cambrésis. Para marcar su preeminencia y su función iba acompañado por veinte alabarderos que cobraban 80 escudos al mes, y, para reforzar su gestión, podía atribuir hasta 40 escudos mensuales en una serie de entretenimientos elegidos por él mismo<sup>12</sup>. Sin embargo, esta posición preeminente basada en el mérito y en el oficio resultaba muy paradójica respecto a las posibilidades de consolidar socialmente a su familia.

Como tantos “soldados particulares”, Rivas había seguramente usado parte de lo que había heredado para sostener su carrera. Era algo típico: mientras que los primogénitos perseguían consolidar el capital político y patrimonial local, otros vástagos se incorporaban al servicio directo al rey, buscando ampliar un capital de servicio que debería revertir en la familia. Fuera estrategia consciente, práctica social aceptada o simple casualidad, el esquema aparece reiterado en muchas ocasiones, pero, por eso mismo, forzaba a construir un proyecto patrimonial propio para estos soldados y para sus familias nucleares. Es fácil constatar el contraste entre la alta posición ocupada por gobernadores, castellanos y corregidores de capa y espada, frente a la relativa debilidad en que

---

<sup>11</sup> AGS E 2289 fº 37, 24 de febrero de 1607, Bruselas, Juan de Rivas al rey; Ruiz Ibáñez, 2003, pp. 171-177.

<sup>12</sup> AGS E 262 fº 53, 16 de abril de 1616, consulta de oficio, “proponiendo personas para el gobierno de Cambray”, información de Agustín Messia quien también había sido castellano de Cambrai.

quedaban sus herederos. Rivas no iba a ser diferente, y su caso puede resultar paradigmático de los riesgos que se corrían.

Las propiedades que pudiera acumular este maestro de campo y gobernador iban a venir sobre todo de los ingresos directos por los sueldos y mercedes regios, pero también por las oportunidades de enriquecimiento que la dinámica militar podía aportar en forma de saqueos, rescates, préstamos a sus soldados y al rey, corrupción o disfrute de monopolios como el de las tabernas dentro de las Ciudadelas. Rivas da la sensación de que generalmente antepuso el servicio regio a otras consideraciones, sobre todo si se constata lo discreto de sus bienes en 1596, pero no por ello dejó de buscar con el mismo ahínco mejorar su posición personal y ubicar bien a sus hijos.<sup>13</sup>

Una vez elegido castellano de Cambrai su entrada principal debía ser el sueldo de 150 escudos (de 50 placas) mensuales. A ella se fueron sumando otras gracias regias en forma de un pago complementario de 2.000 escudos anuales realizado desde la partida de gastos secretos<sup>14</sup> y, como a tantos veteranos, de la recepción de una renta anual vitalicia en Italia que fue creciente con los años, desde 200 hasta 800 ducados<sup>15</sup>. Su reconocimiento social alcanzó su punto culminante cuando se le otorgó el hábito de la Orden de Santiago en 1613, dignidad que él mismo apoyó poco antes para un compañero de armas, el capitán Diego Salcedo<sup>16</sup>. Sin embargo, pese a que tales mercedes honraban a su familia, en principio no eran hereditarias, lo que generaba el problema de la continuidad de la posición socio-institucional de los hijos de los que debían su posición más a su mérito que a su origen. Para intentar transferir a las familias y dejarlas bien asentadas, los oficiales del rey tenían cuatro vías complementarias: traspasar sus mercedes a sus hijos en vida, aprovechar sus cargos para

---

<sup>13</sup> En 1608 se le denegó permiso para ir a la Corte (como “es persona de los de servicio... no le han dado licencia para venir a España... por la falta que allí haría”) a reclamar nuevas mercedes, por lo que su causa fue defendida por don Diego de Ibarra, que había sido comisionado por el archiduque Alberto. Sin embargo, el Consejo de Estado constató “que Juan de Ribas castellano de Cambray tiene uno de los mejores y mas descansados cargos que ay por alla y *esta rico* pero merece que VM<sup>d</sup> se acuerde de haçelle mr<sup>d</sup>”; AGS E 2744 sin número 13 de septiembre de 1608, consulta de parte “por las personas encomendadas del señor archiduque y señora Ynfanta por medio de don Diego de Ybarra”.

<sup>14</sup> AGS E 262 f<sup>o</sup> 53, 16 de abril de 1616, consulta de oficio, “proponiendo personas para el gobierno de Cambray”, información de Agustín Messia.

<sup>15</sup> AGS E 1645, sin número, 5 de mayo de 1593 (aunque la consulta sobre Rivas es de 1596-1598), “R<sup>on</sup> de 4 consultas de Estado”.

<sup>16</sup> AGS E 2748 sin número, 25 de octubre de 1612, consulta de parte, “Por el Cpp<sup>an</sup> don Diego Salcedo”; 13 de junio de 1613 en una consulta de parte “el capitan Don Diego de Salcedo”; y 28 de septiembre de 1613, consulta de parte, “por el capitan don Diego de Salcedo”; AGS E 2785 sin número, 4 de abril de 1623, consulta de parte, “Por don Diego de Ribas”.

promocionarlos, hacerlos receptores de su capital de prestigio y testar en ellos sus bienes.

Gregorio Martínez de Lezama era un viejo camarada de armas de Rivas desde los lejanos días de la campaña del Peñón y sitio de Malta. Durante su gobierno de Calais había sido su sargento mayor y como tal le siguió acompañándolo en el de Cambrai. Martínez de Lezama solicitó al rey en 1607 que los cien ducados que le había dado de renta en Nápoles se doblaran y que se le pagaran los atrasos de su sueldo. El objetivo del sargento mayor era poder casar dignamente a las dos hijas que ya tenía en edad de tomar estado. Para la mayor, Francisca Nabasques y Lezama, pedía que se le pasara doblada la renta vitalicia en Nápoles<sup>17</sup>. Debió de conseguirlo, pues pocos años después insistía sólo en la petición del pago de los atrasos de su sueldo para poder dotar a su segunda hija pues “no tiene con que remedialla si no es con esto”. El Consejo de Estado vio la petición con buenos ojos y, en principio, le fue librada la cantidad, 1.452 escudos de 50 placas y 3,66 placas sobre la pagaduría de la Ciudadela de Cambrai, aunque aún en noviembre de 1617 no se le habían satisfecho efectivamente el dinero<sup>18</sup>. La práctica de traspasar mercedes en principio vitalicias a los hijos parece que era bastante usual, así que no es sorprendente que Rivas hiciera lo propio en 1612, solicitando que los ochocientos ducados que tenía en Nápoles se repartieran a partes iguales entre sus dos sus vástagos, el capitán Diego III de Rivas y su hermana Isabel de Rivas. El Consejo de Estado acogió también con benevolencia esta petición considerando que si lo pedía era “por no tenerles que dar otra cosa”, y lo estimó “por cosa muy justa diciendo q p<sup>a</sup> p<sup>sonas</sup> tales son las rentas”<sup>19</sup>.

La fluidez, siempre relativa y siempre limitada, de las gracias regias dentro de la familia se completaba con la capacidad de promocionar a los suyos. Gobernadores, corregidores, secretarios y jueces de todo tipo usaban sus cargos para introducir a sus parientes en el servicio de la administración regia, una forma de nepotismo que habitualmente se asumía como natural, incluso como un medio de remuneración de los servicios de aquellos veteranos que habían alcanzado posiciones de responsabilidad. En torno al capitán general de

<sup>17</sup> AGS E 1800 sin número, 26 de abril y 1 y 24 de junio de 1607, “Gre<sup>o</sup> Martinez de Lezama sargt<sup>o</sup> Mayor de Cambray”.

<sup>18</sup> AGS E 1678 sin número, Madrid, 27 de julio de 1612, Felipe III a Alberto de Austria; AGS E 1679, sin número, 29 de enero de 1617, consulta de parte al duque de Lerma, “Gregorio Mz de Lizama sargento mayor de Cambray”; sin número, 29 de noviembre de 1617, consulta de parte, “Gregorio Martinez de Lizama sargento mayor de Cambray”.

<sup>19</sup> AGS 1631 sin número, 2 de septiembre (citas) y 18 de noviembre de 1612, consultas de parte, “el maestro de campo don Juan de Ribas”, incluyendo la carta de apoyo enviada por el archiduque Alberto desde Marienmont a Felipe III el 5 de octubre de 1612.

Cambrai se detecta una pequeña constelación de protegidos. Su sobrino, hermano de Diego IV y Tomás II, el alférez Juan II de Rivas debió de hacer su carrera bajo la sombra de su tío, aunque ello no le excluía de los peligros del servicio militar al rey, como comprobaría él mismo, dado que falleció relativamente joven. Más suerte tuvo don Diego III, el hijo del maestro de campo, quien se alistó como soldado en 1603, con una ventaja de 10 escudos, en marzo de 1611 pasó a ser alférez del castillo de Cambrai y en 1616 alcanzó el grado de capitán sirviendo siempre en la guarnición de su padre<sup>20</sup>. Don Juan también buscó ubicar a su hija, a la que dotó en 1614 con 8.000 florines, en este mismo espacio de seguridad, control y promoción, eligiendo como su teniente y yerno a otro veterano, el capitán Cosme de Torres<sup>21</sup>. Queda claro que el capitán general de Cambrai usó de forma coherente su ubicación sobre la administración real para reforzar la carrera de los suyos.

La tercera vía de mejora de los herederos, la recepción del capital de servicio como facilitadora del acceso a las gracias regias, también estuvo muy presente a la hora de argumentar las peticiones al rey. Parece que, en principio al menos, la reivindicación de los servicios estaba limitada sólo a una parte de los sucesores, quizá a aquellos que preservaban el apellido o que habían sido hechos herederos explícitos de los servicios al rey (Ruiz Ibáñez, 1997). Algo parecido pasó en el caso de Rivas: las apelaciones de amparo al rey por sus hijos serían comunes a ambos vástagos<sup>22</sup>, pero después, bien por una ruptura entre los hermanos, bien por considerarse que correspondían sólo al primogénito, desaparecen estas alusiones en las propias de la familia Torres Rivas. No

---

<sup>20</sup> Don Diego debió de incorporarse como soldado hacia 1607, y después fue escalando rápidamente los grados hasta llegar a capitán bajo la autoridad última de su padre; AGS E 1756 sin número, 6 de febrero de 1618, "El capitán Juan de Ribas".

<sup>21</sup> AGS E 262 fº 48, 9 de marzo de 1616, Bruselas, el marqués de Guadaleste a Felipe III "Cosme de Torres es buen soldado y pues Ribas lo escogio assi para esto como para cassalle con su hija debe de ser persona que sabra dar quenta"; AGS E 1651 sin número, ni fecha pero de 1617, consulta de parte, "el capº Cosme de Torres"; AGS E 2780 sin número, 6 de septiembre de 1618, Madrid, consulta de parte, "Lo que piden los testamentarios del Capitan Cosme de Torres". Torres se alistó como soldado en 1586, había llegado a Flandes en 1593 con el tercio de don Agustín Messía y se había distinguido como ayudante del tercio de Diego Durango en el asedio de Ostende. Los 8000 florines equivalen a 3020 escudos de 50 placas, y es muy probable que tal cantidad, que puede ser expresada de forma orientativa en la documentación, corresponda en realidad a los 4.000 escudos que se indica que entregó como dote y que eran a cobrar sobre las deudas por atrasos de sueldo que el rey tenía con él y que aparecen referidos en AGS E 1654 sin número, 1616, "el maestre de campo Juan de Rivas castellano que fue de Cambrai y su quenta".

<sup>22</sup> "Deja a mi hermana y a mi sin hazienda pero muy onrrados por aber mereçido ser sus hijos"; AGS E 262 fº 51,8 de marzo de 1616, Cambrai, don Diego III de Rivas a Felipe III.

obstante, en el caso de los Rivas no iban a ser únicamente sus hijos quienes buscaran ser compensados por los servicios y pérdidas del viejo soldado, pues el prestigio y el honor que había adquirido don Juan fue un referente constante en las peticiones de sus sobrinos, o, mejor dicho, en las de las de su sobrino Diego IV que aprovechó su posición de proximidad a los ministros del rey para intentar acceder a nuevas gracias<sup>23</sup>.

Pero la forma más obvia para garantizar la recepción por parte de la familia de los bienes que el veterano había reunido gracias a sus andanzas y méritos era, lógicamente, la herencia vía testamento. Por lo visto hasta ahora queda claro que Rivas era alguien solvente, inteligente, entusiasta y eficaz, pero da la sensación de ser sólo parcialmente calculador, no habiendo logrado ampliar su entramado familiar mucho más allá del ámbito que él mismo controlaba en torno a la Capitanía general de Cambrai. Lo que estaba a punto de desencadenarse a principios de la Cuaresma de 1616 mostraría la débil posición en que había dejado a su familia. Todo ello tendría que ver con su testamento, si bien para comprender su significado hay que definir cuál era el valor de este tipo de documentos en el ejército de Flandes a finales del siglo XVI y principios del XVII.

## *2. El testamento de don Juan de Rivas y la práctica testamentaria*

La situación en que quedó la familia del maestre de campo iba depender de la validez en 1616 del testamento que realizó en 1596, cuando se temía un ataque inminente sobre Calais. La durabilidad de este documento, nunca revocado hasta donde sabemos, resultó decisiva para romper la política de promoción familiar que tan cuidadosamente había establecido el maestre de campo, lo que nos lleva a reflexionar sobre el sentido mismo de la escritura de las últimas voluntades y su relación con las apuestas socio-institucionales.

---

<sup>23</sup> El hermano menor, don Tomás II, que buscaba estudiar en Salamanca recibió una pensión de 200 ducados que no le fue confirmada hasta 1623; mientras don Diego IV fue propuesto a incorporarse como continuo a la administración real; AGS E 2721 sin número, 27 de junio de 1621, consulta de parte, “por don Thomas de Rivas y Ondarça”; AGS E 2785 sin número, 4 de abril de 1623, consulta de parte, “Por don Diego de Ribas”. En una solicitud de 1623, don Diego III introduce un tema que no se había movilizad hasta entonces, la herencia negativa de su padre en forma de deudas particulares, lo que resulta un tanto extraño; como compensación el capitán, que por aquel momento ya tenía 24 años de servicio y estaba casado, pedía como compensación por las mismas ventajas (sueldos reforzados) para sus hijos Juan Bautista y Francisco de Rivas, concediéndole una sola el Consejo, y únicamente a partir que el niño tuviera edad de servir; AGS E 2785 sin número 22 de noviembre de 1623, Madrid, consulta de parte, ‘el capp<sup>n</sup> Diego de Rivas’.

Como es bien sabido hay una amplia bibliografía sobre los testamentos debida en gran parte a la historia cultural posterior a la década de 1960. El testamento expresa, en un documento privado de repercusión pública, la situación, cultural y espiritual, de la persona y sus proyecciones familiares y patrimoniales. Ambos elementos son coincidentes pues, si por un lado hay un deseo de garantizar una buena muerte, invirtiendo en lo sagrado<sup>24</sup> y poniendo al alma “en carrera de salvación”<sup>25</sup>, por otra, responde por parte del testador, a la necesidad de ordenar, según su voluntad y en lo permitido por las leyes, el destino y la distribución de sus bienes para cuando falte procurando el bienestar de sus familiares. En todo caso, en la Edad Moderna (Martir Alario, 2015, p. 309) el testamento se encuentra ya regulado con caracteres casi definitivos, reconociéndose legalmente una diversidad de formas: un testamento escrito (*in scriptis*) que podría ser abierto o cerrado ológrafo, escrito de puño y letra del testador, el testamento abierto (llamado *nuncupativo*) y el testamento oral que se reservaba para la situación de peligro inminente de muerte. La exigencia de testigos fue variando en su número pero, en general, el testamento abierto requería la intervención de al menos tres testigos, y de siete en el cerrado.

La última voluntad para los soldados tendría un sentido jurídico especial. Los riesgos de la vida de campaña y la imposibilidad que esta situación conlleva de testar en las formas ordinarias,, justifican que desde el derecho romano y a través del derecho castellano del Fuero Juzgo, el Fuero Real<sup>26</sup> y, sobre todo en *Las Partidas*<sup>27</sup>, la regulación del testamento militar haya incluido normas especiales para quienes lo otorgan ante el inmediato peligro de una acción de guerra (Díez Gómez, 1962, p. 13)<sup>28</sup>. El testamento militar ha tenido históricamente el carácter de extraordinario y privilegiado, consistiendo su

<sup>24</sup> Por usar el término propuesto por Di Stefano y Maldavsky, 2018.

<sup>25</sup> Señala Sánchez Domingo (2014) que el concepto cristiano de la muerte como separación natural de cuerpo y alma vigente hasta el siglo XIV- la muerte desdramatizada- cambió de manera trascendental durante la crisis bajomedieval. La muerte “deja de ser percibida como algo natural y comienza a ser sentida como un tránsito terrible y espantoso”.

<sup>26</sup> *Fuero Juzgo*, 2.5.12, recogiendo la Ley 13, Título 5, Libro 2 del *Liber Iudiciorum*. En el *Fuero Real*, V. Libro 3, título 5, Leyes 9 y 12.

<sup>27</sup> El precedente justiniano es recogido por *Las Partidas* (6. I.I) que definen el testamento como una “disposición, o testimonio por el que manifiesta el hombre su última deliberada voluntad, a fin de que después de muerto se observe y cumpla”.

<sup>28</sup> *Las Partidas* (2.21.24) reconocían a quienes estuviesen “en hueste, o en mandadería del rey” [testamento de caballeros] la posibilidad de hacer testamento o manda “en la guisa que ellos quisieren, maguer non sean todas aquellas cosas y guardadas que deben ser puestas en los testamentos de otros omes,” e incluso, hallándose en peligro de muerte, de palabra ante dos testigos.

excepcionalidad en los supuestos admisibles de otorgamiento, en una reducción cardinal de las formalidades normalmente exigidas por la legislación civil para su otorgamiento y, en menor medida, a su contenido, coincidente en gran parte con el Derecho común. Aunque en general condicionado a la imposibilidad de testar en forma ordinaria y a la circunstancia de hallarse el testador en campaña o en inminente acción de guerra, el “fuero de guerra” ha llegado en algunos momentos a constituirse en una modalidad “ad personam” que los militares podían otorgar por el hecho de serlo, pero, en general, ha mantenido su carácter restringido. Al mismo tiempo, las nuevas formas testamentarias desplazan al testamento militar que va cayendo en desuso, debido sobre todo al auge de los testamentos por comisario y, sobre todo, tras la pragmática de Felipe II de 1566 inserta en la *Nueva Recopilación* que, al autorizar una forma de testar tan fácilmente asequible cual es la que se hace ante siete testigos, vecinos o no del lugar, privó en buena medida de su anterior utilidad al testamento militar<sup>29</sup>.

Dentro de los testamentos militares ha merecido desde el derecho romano una regulación especial el otorgado en peligro inminente de muerte, traducida en la dispensa del cumplimiento de los requisitos y formalidades ordinarios en consideración a la imposibilidad o la extraordinaria dificultad de cumplirlos. Esta imposibilidad sería considerada posteriormente como temporal, de modo que el Derecho prevé su ineficacia, sin necesidad de revocación del testador, cuando se sale de esa situación, esto es, cuando el testador se salva y ya es posible confeccionar el testamento con todos sus requisitos y formalidades, e incluso cuando se fallece con ocasión de la misma, queda el testamento sin eficacia, caduca, si en un plazo determinado no se procede a su formalización.

Enmarcan el testamento de Rivas dado en 1596, de una parte, el derecho castellano sustantivo común, integrado por la *Nueva Recopilación* de Felipe II, de 14 de marzo de 1567, que derogaba las leyes que no estuvieran en él recopiladas, excepto de los denominados *Derecho supletorios*, las *Partidas* de las que se había publicado en 1555 una nueva edición con las glosas de Gregorio López y la *Ordenanza* dada por Alejandro Farnesio en Bruselas en 13 de mayo

---

<sup>29</sup> Díaz Alonso, *op.cit.* pp.17-19. La definitiva ampliación del fuero llegaría con el *Decreto* de Fernando VI de 25 de marzo 1752 en la *Novísima Recopilación*, Ley V, Tit.XXI, Lib.X, que hubo de ser restringido por la Orden de 19 de junio de 1764, disponiendo que conocieran los tribunales ordinarios cuando el causante no fuera militar, aun cuando hubiera militares interesados en la sucesión. Los “individuos del fuero de guerra” verían de nuevo reconocido el privilegio de otorgamiento del testamento militar por su simple condición de tales con las *Ordenanzas* de Carlos III de 22 de octubre de 1768, facultando a los militares para otorgarlo dónde y cuándo lo tuvieran por conveniente, y en todo tiempo. El privilegio fue aún ampliado por una *Real Cédula* de 24 de octubre de 1778.

de 1587 (Moreno Casado, 1961, pp. 445 y 449)<sup>30</sup>, sobre el fuero de los que sirven en el Ejército y cumplimiento de sus testamentos, Esta última constituía una reglamentación que conservaba los privilegios propios del testamento militar, regulando con detalle la función de los Auditores de guerra y su intervención en los testamentos otorgados y previendo el destino que había de darse a los bienes de los militares fallecidos abintestato<sup>31</sup>, con el objeto de evitar, señala la *Ordenanza*<sup>37</sup>, “los abusos que ha auido hasta aqui en lo de la ropa, deudas y acciones de los soldados que en este felicissimo exercito se mueren abintestatos”. La disposición dictada por Felipe II en 1566 recogida en la *Nueva Recopilación* establece que el militar al hacer testamento debe observar la misma formalidad que los que hacen testamento ordinario “pues no tiene razón de ser que el militar se exprese en otra forma (...)”. La *Nueva Recopilación*, publicada con carácter oficial como único cuerpo vigente del Derecho Regio Castellano, dedica el título IV de su Libro 5 a la regulación del testamento y sus distintos modos de formulación, con una reglamentación muy parecida a la prevista en los *Ordenamientos de Alcalá* y *Leyes de Toro*, lo que supone una reafirmación a la regulación establecida en *Las Partidas* en líneas generales. La propia *Ordenanza* de Farnesio pone a salvo este régimen, señalando que los militares se sujetarán:

a las leyes y derecho comun y las ordenes, vandos, costumbres, privilegios y constituciones de guerra [...] que no es razon que por andar de una provincia o

---

<sup>30</sup> El papel de los Auditores de Guerra en la tramitación testamentaria se recogería posteriormente en una Real Cédula de 28 de abril de 1739 sobre Testamentos Militares y sería objeto del decreto de 9 de Junio de 1742 de Felipe V, sobre conocimiento de los autos de inventario, partición y abintestato de los bienes de Militares, entre las Jurisdicciones militar y ordinaria, confirmado por Fernando VI en 1752. La inobservancia de disposiciones anteriores y la distinta interpretación de diversos preceptos de la Ordenanza General del Ejército motivarían el decreto de Carlos III de 3 de Octubre de 1776, y Cédula del Consejo de Guerra de 18 del mismo “sobre el modo de proceder en el conocimiento de las testamentarías y abintestatos de los individuos del fuero de guerra que fallecen en España e Indias”.

<sup>31</sup> Imponiendo a quienes hubieran asistido a su muerte la obligación de dar noticia de ello “a los Maestres de campo o Governadores de los tercios o de los presidios, “los quales, con intervencion de los Auditores dellos, seran obligados a hazer luego poner y tomar por fee inventario ante escrivano, todos e qualesquier bienes muebles y acciones de los tales difuntos abintestat, embiando del la copia al Auditor general”. A éste correspondía decretar la venta y distribuir el producto a las personas con derecho a la herencia, La *Ordenanza* establecía asimismo que no se admitieran las deudas que se pretendieran contra los así fallecidos que no pudieran probarse “por firma o obligation in scriptis del difunto o otra provança legitima y bastante, conforme a derecho”. Posteriormente En 1626 una Real Cédula de Felipe IV de 5 de noviembre concedería fuero militar a las Guardias Viejas para las particiones de herencia.

tierra a otra ayan de mudar a cada paso de leyes ni costumbres, ni tampoco conviene a la autoridad de la disciplina militar que los soldados esten sugetos a las leyes y costumbres de la provincia en que hazen la guerra" (*Ordenanza* 23).

La *Ordenanza* del duque de Parma añadía una importante misión a los testamentarios: la de exhibir y presentar los testamentos en los que habían sido nombrados ante el Auditor General o, no siendo posible, a los Maestres de Campo y Auditores de sus tercios:

38. [...] para que los vean, aprueven y otorguen por buenos y validos, si los hallaren ser tales, y vaya el escrivano a hazer y tomar el inventario de los bienes y ropa que huviere, y tomen orden de dichos juezes, para la distribution dellos . A los quales testamentarios mandamos v ordenamos que dentro del año ayan de dar su cuenta con pago de lo por ellos recebido, cobrado e pagado por ante el dicho Auditor general o de quien por el hiziere el oficio, para que, lo que restare liquido, con orden y intervencion suya se provea a los herederos o acreedores de dichos difuntos, corno de razon e justicia

Los testamentos en riesgo inminente de una acción de guerra podían otorgarse con liberación de la mayoría de los requisitos y solemnidades que generalmente se exigían a los instrumentos testamentarios. Los militares en campaña podían en este singular caso, como es el asedio que se temía sobre Calais, otorgarse de palabra, pero la intervención de al menos dos testigos permanece en toda la tradición jurídica como un requisito mínimo necesario para autenticar el testamento, asegurar su conservación y poder proceder posteriormente a su adveración y protocolización. El capitán Hernando de Isla, pocos meses antes que Juan de Rivas, y justo cuando iba al asalto de la misma villa de Calais por el ejército español, lo otorgó ante tres testigos, así que difícilmente podía Rivas, quien conservaba en su poder testamentos en los que él mismo figuraba como albacea, ignorar un requisito tan importante cuya inobservancia podría arrastrar la ineficacia del propio testamento. El procedimiento era el siguiente: ante los testigos se presentaba la carta cerrada en la que el testador declaraba que se contenían en ella sus últimas voluntades, y solo sobre este punto podrían posteriormente declarar sobre si el documento dudoso era el que ellos habían visto en el momento del otorgamiento, pero no sobre su contenido. Podían existir variaciones en la práctica en cuanto a la observancia de esta norma respecto del número de testigos, pero difícilmente justificarse la ausencia total de ellos cuando la ciudad no estaba sitiada, y no llegaría a estarlo.

El Miércoles de Ceniza de 1616 el castellano de Cambrai sufrió un ataque repentino. Quizá atendido por el doctor Jean Hanon, un cambresino que servía como médico en la guarnición desde 1604<sup>32</sup>, el viejo soldado no se recuperaría. La agonía había sido tan rápida que don Juan murió sin poderse confesar. Pese a la falta de sacramento, la opinión general sobre el destino de su alma era más bien optimista, dado que Rivas era conocido por ser un soldado particularmente devoto que, según su hijo, se reconciliaba muy a menudo, lo que corroboraba el marqués de Guadaleste que recordaba que “bivia tan ajustadamente que todos los domingos comulgava y Vigilias de la Virgen y de Apostoles”<sup>33</sup>. Otra cosa distinta era la compleja situación en la que dejaba a su familia.

En un memorial presentado en mano por su hijo Diego III de Rivas ante el Consejo de Estado se resumía la situación testamentaria del maestro de campo en 1616. Cuando, hacia veinte años, don Juan tomó el gobierno de Calais su situación respecto a la Pagaduría general del ejército de Flandes estaba equilibrada, ni se debía, ni se alcanzaba (reclamaba) una cantidad significativa al rey. Las necesidades defensivas de su nuevo destino le forzaron a adelantar diversas cantidades, con lo que para octubre de ese mismo año ya tenía de atrasos a su favor un total de 855 escudos de oro. Fue en ese momento cuando hizo un testamento en el que, seguramente ignorando si debía o era deudor, decidió dejar “a VM<sup>d</sup> en primer lugar por heredero de todo lo que tenía anteponiendo a VM<sup>d</sup> a su Alma e hijos”. Esta cláusula iba a pesar de forma decisiva en el futuro de su familia.

El de 12 de octubre de 1596 es un testamento otorgado ante el temor del “sitio que se aguarda sobre esta villa”<sup>34</sup>, debido a la proximidad de la armada angloholandesa, lo que le dispensaría observar ciertas formalidades. El otorgamiento del testamento ante lo que Rivas creyó ser un peligro inminente

---

<sup>32</sup> AGS E 1678 sin número, 28 de mayo de 1616, consulta de parte, “el doctor J<sup>o</sup> Hamon”, con una petición apoyada por carta de Rivas.

<sup>33</sup> AGS E 262 f<sup>o</sup> 24 y 25, 3 de marzo de 1616, Bruselas, Ambrosio Spínola y el archiduque Alberto a Felipe III; f<sup>o</sup> 48, 9 y 8 de marzo de 1616, Bruselas, el marqués de Guadaleste (cita textual) y don Diego III de Rivas a Felipe III.

<sup>34</sup> El testamento militar realizado durante una batalla asalto o combate y en general en cualquier caso de peligro próximo de acción de guerra pervive en el *Código Civil* español vigente (artículo 720 CC). En este caso, podrá otorgarse testamento de palabra ante dos testigos, pero queda ineficaz si el testador se salva y, aunque no se salvase, si no se formaliza ante el Auditor de guerra o funcionario de justicia que siga al ejército procediendo después en la forma prevista en el propio Código Civil. La norma ha figurado en nuestra legislación desde la *Real Cédula* de Felipe V de 28 de abril de 1739, pasando en época de la codificación al proyecto de 1851 (art.576) y a los textos posteriores.

de muerte condiciona todo su clausulado. Sin embargo, sería erróneo pensar que se trata de un testamento confeccionado de forma precipitada. De hecho, contiene un detallado inventario de los bienes que integran su hacienda y de las cantidades que se le adeudan o tiene en su poder pertenecientes a otras personas, así como previsiones en relación con los que se hallan a su servicio, sus hijos y su madre; pero, sobre todo, está cuidadosamente redactado para ajustar cuentas con el rey, a cuyo servicio ha dedicado su vida, entremezclando las cuestiones patrimoniales, la reivindicación de los servicios prestados y la súplica en relación con el cuidado de sus hijos y madre y del cumplimiento mismo de las disposiciones de las que depende la salvación de su alma.

El gobernador de Calais dejó un testamento cerrado o *in scriptis*, es decir, trató de ajustarse a una forma testamentaria en la que el contenido no es conocido por los testigos presentes en su otorgamiento, quienes se limitarían a poner su firma en el documento en el que se les aseguraba que se contenía la última voluntad del testador. Sin embargo, parece que no hay testigos, ni Auditor u otro fedatario en el acto de otorgamiento del testamento del castellano de Calais. Ningún oficial o facultativo, ningún compañero de armas está presente en este acto, o al menos no se indica en la documentación, aunque no hay que olvidar que no se conserva el original y que tal información pudo no ser incluida en el dossier por considerarla superflua una vez que se reconoció su validez. En todo caso, da la sensación que Rivas redacta y autoriza por sí mismo su última voluntad, ordena sus disposiciones, lo cierra, lo sella y, presumiblemente, lo envía después a sus testamentarios, o encarga que les sea enviado.

La ausencia de fedatario y de testigos ponía en riesgo la validez y eficacia del instrumento testamentario, pues impediría en su momento que persona alguna pudiera aclarar cualquier duda acerca de si le vieron escribir y sellar el documento y si realmente pertenecía a Rivas. La norma general para el testamento cerrado, como el que Rivas afirma otorgar, quedaba establecida conforme a la ley 3ª de las de Toro de 1505: “pero en el testamento cerrado que en latín se dice *in scriptis* mandamos que intervengan , a lo menos, siete testigos con un Escrivano, los quales hayan de firmar encima de la escritura del dicho testamento, ellos y el testador, si supieren y pudieren firmar, si no supieren y el testador no pudiere firmar, que los unos firmen por los otros de manera que sea ocho firmas y mas el signo del Escrivano”, bajo sanción de que los testamentos y codicilo si no tuviesen dicho solemnidad de testigos “mandamos que no hagan fee. ni prueba, en juicio, ni fuera del”.

El testamento parece, en principio, un documento ordinario, pues contiene las formulas y responde en parte al contenido habitual en los de la época:

incluye en su primera parte (cabeza) sitúa su profesión de fe<sup>35</sup>. Sigue la presentación del testador, refiriéndose a su lugar de nacimiento y filiación y, en ausencia de escribano y de testigos él mismo realiza un acto principal del testamento: el juicio de su capacidad testamentaria afirmando encontrarse “bueno y sano y sin ning<sup>a</sup> enfermedad y en todo mi jui<sup>o</sup> tal qual mi señor me lo dio”, para dejar constancia a continuación del cargo que ocupa al servicio de su majestad como gobernador de Calais y de las circunstancias en que se otorga el testamento, ante el peligro de un asedio inminente.

La segunda parte del testamento es la más amplia. Denominada habitualmente en los formularios “mandas y legados”, acoge las disposiciones sobre sepultura y sepelio, mandas pías y forzosas (Guilarte Zapatero, 1946)<sup>36</sup>, declaración de deudas de bienes y disposiciones relacionadas con la sucesión de estos. El gobernador no olvida disponer lo necesario a favor de su alma, pero tampoco desatiende a sus criados. Las principales disposiciones, en cambio, se destinan a situar a sus familia, Aquí el documento empieza a ser singular: a la hija mayor –que nunca es nombrada como propia- de “Juana mi criada que fue y al press<sup>te</sup> es mujer de Jorge Ayvar” 1.600 florines; mientras que sus dos hijos legítimos recibirían cada uno 8.000 florines. El objetivo de estas donaciones era instituir rentas, la primera en Flandes y las otras dos en España, para garantizar sus vida y estado. A su madre, Isabel de Valenzuela, le dejaba otros 1.500 florines “para que dellos aga su voluntad”<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> “En nombre de la santísima Trinidad padre hijo y espíritu santo tres personas y un solo dios verdadero<sup>o</sup> y tomando por interçersora a la Santisima Madre de los Angeles nr<sup>a</sup> s<sup>a</sup> la Virgen Santisima Maria mi verdadera patrona y abogada q le suplico lo sea siempre”. Una amplia variedad de estas y otras fórmulas empleadas en los testamentos militares en el s. XVIII usando como fuentes los expedientes del Monte Pío Militar del Archivo General Militar de Segovia puede encontrarse en Gil Muñoz, 1989-90.

<sup>36</sup> El trabajo estudia a través de varios instrumentos testamentarios las mandas forzosas en favor de las Ordenes religiosas de la Trinidad y de la Merced. Señala el autor que estos privilegios se fueron ampliando progresivamente en beneficio de otras instituciones pías análogas, e incluso a otros fines no estrictamente religiosos, como las obras de interés público o las dotes para el casamiento de huérfanas.

<sup>37</sup> A Diego (III), para se le da que “se entretenga estudiando”; a Isabel, para que le haga crecer “en un monestr<sup>o</sup> o casa prinçipal a donde este guardada con la custodia que es raçon asta que sea de hedad de tomar estado y el que yo desçeo es que sea monja”. Rivas instituye a sus hijos herederos recíprocos en las cantidades donadas para el caso de cualquiera de ellos falleciera sin haber tomado estado y sin hijos, disponiendo que, si ambos murieron sin hijos, “lo herede mi madre ysabel de valençuela o sus herederos los hijos de mis hermanas Mari de Rocas y Catalina de Rivas”. Más allá del encargo genérico a sus testamentarios, Rivas no nombra tutores o curadores a sus hijos menores, sino que le basta con indicar dónde y cómo han de ser criados.

Es muy interesante que Rivas no designe tutores o curadores a sus hijos, a pesar de ser menores, limitándose a indicar dónde y cómo han de ser criados. Aún lo es más que no instituya a sus hijos herederos en su testamento, siéndolo forzosos, lo que puede entenderse en el contexto de la deuda que Rivas cree tener con el Rey, pues antes es pagar que heredar, pero rompe las reglas del derecho sucesorio castellano. Así pues los hijos de Rivas no son designados herederos en el testamento ni se les atribuye por otro título la cuota legítima<sup>38</sup> que, desde el Derecho Romano, constituía una parte de la herencia, y que necesariamente habría de dejarse a cierta clase de herederos entre ellos los descendientes, y se hallaba sustraída a la libre disposición del testador. Si en la estructura familiar castellana de la Edad Moderna, el cabeza de familia debe cuidar y proveer a ésta, ello es especialmente cierto en relación con los hijos menores por los que el testador ha de velar para después de su muerte como parte de una patria potestad<sup>39</sup> concebida como *officium*, que representa para el padre una serie de compromisos y obligaciones que la distinguen de una potestad plena. Como ha señalado Gacto Fernández (Gacto Fernández, 1984, p. 38), la base jurídica sobre la que se asienta la estructura de relaciones familiares resulta muy estable y es heredera, en cuanto a Castilla, de la propia del Derecho Romano justiniano a través de las *Partidas*. Rivas ignora por completo a sus hijos en su herencia, salvo por unas mandas de dinero el cual no alcanzaría a los 4/5 de la herencia (como legítima larga, incluido el tercio de mejora) que en principio le correspondían según derecho sucesorio castellano del siglo XVI.

Si los hijos no son herederos, al menos sí deberían quedar protegidos por las rentas establecidas, pero tampoco éstas estaban estas seguras. El gobernador expresa explícitamente en el testamento su temor de que todos estos pagos quedaran comprometidos, dado que realmente no sabía si debía o alcanzaba al

---

<sup>38</sup> Cual fuera esa parte o cuota de la herencia resultaba sin embargo discutible. Por un lado, el Fuero Real fijaba la legítima de los descendientes los cuatro quintos del caudal hereditario, quedándole al testador solo 1/5 de libre disposición. Por otro, las Partidas fijaban el importe de la cuota legitimaria en función del número de hijos: un tercio de la herencia si no llegaban a cinco y la mitad cuando eran cinco o más. En la práctica parece haber prevalecido la regulación del Fuero Real, confirmada por las Leyes de Toro. De los cuatro quintos que constituían la legítima, dos tercios debían ser distribuidos por igual entre hijos y nietos, pudiendo mejorar a su voluntad a aquel o aquellos en el tercio restante. La quinta parte que no formaba parte de la legítima era de libre disposición para el testador, pero no podía dejarla al hijo o hijos ya beneficiados por la asignación del tercio de mejora, lo que sí permitieron en cambio las Leyes de Toro consolidándose así en Castilla a partir de 1505, señala Gacto (1984, p. 56), la impropriamente denominada “mejora de tercio y quinto”.

<sup>39</sup> La *potestas* paterna incluye la posibilidad de sancionar a los hijos mediante la privación de la posibilidad de obtener bienes por vía sucesoria, a través de la desheredación que, sin embargo, había de basarse en causas tasadas.

rey y ese va a ser el punto central del testamento, pues Rivas desgrana de forma cuidadosa su

Hacienda [que] es todo lo que tengo arriba dicho y mas la que de presente tengo en esta vill<sup>a</sup> que en tapiçeria camas vestidos plata ropa blanca quatro cavallos y otras cosas de menaje y muebles lo qual a mi parecer valdra astas dos mil felipe [escudos de 50 placas] si se escapare de manos de los enemigos

Pero, ¿esa hacienda bastaría para pagar sus, supuestas, deudas con el rey? Rivas no lo sabía, aunque para 1616 quedaba claro que en 1596 el deudor era el soberano, y no el soldado. Pero en ese momento la incerteza del gobernador le llevará a ir mucho más allá. No era infrecuente que en los testamentos de los soldados comenzasen ajustando las cuentas con el rey, disponiendo el testador que se cobre su sueldo atrasado, y que de él se descuenta (o que se perdonen) la parte que le adeuda al rey. La operación se salda como una simple compensación de manera que el testador percibe la diferencia a su favor, que es la que se distribuye como herencia. Este el caso del referido testamento del capitán Isla, otorgado solo seis meses antes del de Rivas. Sin embargo, la incluida por Rivas dista de ser una simple cláusula de compensación de deudas y créditos. La duda de Rivas acerca del estado de su cuenta con el Rey contempla todo el testamento y motiva sus cláusulas, más allá incluso de lo patrimonial.

La primera operación ordenada por Rivas es la liquidación de su herencia. El maestre de campo manifiesta ser su voluntad que, en primer lugar, se reúnan y vendan todos sus bienes, y, con el producto de la venta, se cumplan todas las disposiciones del testamento, incluido el pago de sus deudas y las mandas. Lo que restase, sumado a lo debido por el rey, había de entregarse al soberano, pues:

es mi vol<sup>d</sup> que se venda y junte con la demas hacienda y después quede todo ello junto se aya cumplido y pagado las mandas y otras cosas que dexo ordenado en este estamento es mi volu<sup>d</sup> que lo que restare y todo lo que su Mag<sup>d</sup> me deviere de sueldos o gastos que puedo aver hecho en su serviçio publicas o secretas o de qualquiera manera que sea lo aya y herede su Mag<sup>d</sup>

Esta expresión final, “lo aya y herede su Mag<sup>d</sup>” es la que sin duda precisa interpretación. Lo que deja Rivas al Rey en primera instancia es una cantidad de dinero para la satisfacción de una deuda cuya existencia considera incierta y, en caso de ser cierta, de cuantía no determinada (pero que evidentemente juzga inferior al valor de sus bienes) y que se compone de dos partes: de un lado, el

activo resultante de deducir de la venta de los bienes que en ese momento posee el importe de las disposiciones y mandas ordenadas en el testamento y valoradas económicamente en el mismo y, de otro, el crédito que Rivas tiene contra el Rey compuesto por los sueldos que éste le adeuda y por los gastos que en su servicio ha realizado el gobernador de Calais de su propio peculio, es decir, un legado en metálico para satisfacer una deuda incierta del que forma parte un legado de crédito. Es la suma de la venta de sus bienes y de lo que alcanza al rey lo que en primera intención de Rivas puede satisfacer la deuda y empatar las cuentas con su soberano. Tengase en cuenta que en la terminología de la época, la expresión heredero no tenía necesariamente el sentido de sucesor a título universal que el derecho actual le atribuye.

Obsérvese que Rivas no hace heredero al Rey en todos sus bienes, presentes y futuros, sino en una suma concreta que ya le pertenecería: lo que reste de su herencia tras el pago de deudas y mandas y lo que el propio rey le debiere por sueldos o gastos hechos por Rivas en su servicio. En principio, el rey es nombrado heredero, sí, pero no haciéndolo destinatario de una liberalidad que abarca la totalidad de sus bienes, presentes y futuros, sino de una cifra tasada, el sucesor de una cantidad determinada, cuya composición señala Rivas y que el rey ha de afectar a una finalidad concreta para cumplir la voluntad testamentaria, la de satisfacerse de un crédito que tendría contra Rivas, en cuanto los biens basten para satisfacer una deuda. Y bastando, nada más habría que heredar.

Pero el testamento no acaba ahí. El gobernador da un giro inesperado al documento y vuelve sobre el ajuste de las cuentas con el soberano adoptando ahora el documento el carácter de una misiva personal al rey, pues teme que quizás los bienes y cantidades dispuestas resulten insuficientes y no quiere partir de esta vida adeudando a su señor terrenal. En juego están no solo las cuestiones patrimoniales, sino la salvación de su alma, como el mismo expresa, su propia posición, su prestigio y la situación en que pudieran quedar sus hijos. Y entonces cambia la disposición que acaba de realizar con el fin de afectar más dinero al pago de la deuda y de entregar al rey una cantidad mayor. Para asegurar la suficiencia de las cantidades de las que le hace heredero, Rivas sacrifica las mandas y deja solamente a salvo el cumplimiento de sus compromisos ordenando que todo lo demás lo pongan los testamentarios en manos del rey:

y por que no se cierto si con esto su mag<sup>d</sup> quedara satisfecho deseando la salvacion de mi alma y posponiendo para ello todas las cosas del mundo digo y es mi voluntad que por quitarme de toda duda como yo no puedo ni se claramente si devo mas o menos a su mag<sup>d</sup> que es mi vol<sup>d</sup> que toda mi haçienda

junta después de aver pagado lo que devo y a mis criados lo que les mando, que tanvien es deuda, todo lo demas enteramente se ponga los señores mis testamentarios en manos de S.A. serenísima

¿Qué disposiciones está anulando Rivas?. En principio, todas aquellas que no procedan de deudas, principalmente las mandas, incluidas las establecidas en beneficio de sus hijos, cuya efectividad queda sujeta a la condición de que no resultase necesario su importe para cubrir la deuda. Consciente del desamparo en el que deja a éstos, a quienes no había designado herederos, suplica al rey que les ampare, pero ahora no por la vía del respeto a su derecho a recibir la donación establecida en su favor, sino “en forma de limosna” y “en pago de mis servicios y heridas”, pues afirma no tener más patrimonio ni sus hijos y madre otra cosa con que vivir. Pide entonces el gobernador al rey que puedan gozar de las mandas que les hace, al menos en parte, aunque solo esto se pueda cumplir de su testamento. Teme pues Rivas que el rey podría privarles de ellas, tomar incluso esas cantidades para satisfacer su deuda si los bienes inicialmente dispuestos no eran suficientes.

El testamento pierde aquí la claridad que hasta entonces tenía y la voluntad de Rivas se expresa de manera más personal, pasa al terreno de la súplica para colocar el destino de su familia en manos del rey. Y no sólo el de su familia. También su alma pasa a depender de la benevolencia regia, dado que sólo a través de ésta podrán realizarse las mandas piadosas que ha encomendado. Rivas hace al rey arbitro de su entero testamento, pues, una vez cobrada su deuda, le encomienda, si así lo estima conveniente, disponer también del remanente, aunque sugiriendo el destino que podría dar a esa cantidad, según su importe, siempre bajo decisión del rey que pasa a ser el principal testamentario y la razón misma tras las disposiciones del testamento. No son los testamentarios, ni siquiera el propio testador, es el rey quien rige el testamento de Rivas a través del manejo de la cuenta, pues será él, su administración en realidad, quien decida si el dinero se va a poder emplear en la voluntad del soldado. Todo lo cual lleva al clímax de este fluctuante documento cuando él mismo, llevando su razonamiento incluso más allá, instituye al soberano como su heredero. Esta acción se inscribe dentro de una lógica de don y contra don: don Juan espera que ante tal sacrificio el rey sea espléndido si no caritativo, que su gracia desborde el servicio y el sacrificio hecho<sup>40</sup>. Es en esa esperanza encomienda al soberano

---

<sup>40</sup> Desde Marcel Mauss son clásicas las reflexiones, desde la historia, el derecho o la antropología, sobre el sentido de la gracia y de una economía moderna basada en principios diferentes a los del mero intercambio de bienes; baste recordar aquí el trabajo aquí el texto

a mis hijos Di<sup>o</sup> de Rivas y Ysabel de Rivas y a Ysavel de Valençuela mi madre suplicandole como yo lo hago umildisimamente que por la passion de n<sup>ro</sup> señor JesuXp<sup>o</sup> ... [que] en forma de limosna se sirva en pago de mis servicios y heridas y que al cabo de tantos años como no me allo con otra açienda ni la tengo de patrimonio ampare estos dos hijos mios y a mi madre que no tienen otra cossa con que vivir aciendome merced de aquellas mandas que les ago puedan goçar dellas o de la parte que S.A. mandare y que ni mas ni menos se pueda cumplir lo que en todo mi testamento hordeno y otrosi supc<sup>o</sup> y otro si sucpc<sup>o</sup> a S.A. Serm<sup>a</sup> [el archiduque Alberto de Austria] se sirva de açer merçed a que pueda libremente goçar de morir con este contento y que mi anima no pene por lo que en el progresso de mi vida pueda ser a cargo a qualesquiera personas que sea y para esto pido y suplc<sup>o</sup> a S.A. Serm<sup>a</sup> por la misericordia de Dios me perdone y de lugar para que del restante de mi hazd<sup>a</sup> después de cumplir mi testamento si S.A. se sirve dello se agan limosnas y obras pias en descargo de mi conciencia y en caso que S.A. se sirva de açerme esta mc<sup>d</sup> podrán los señores mis testamentarios añadir lo que les pareçiere a mis dos hijos Diego y Ysavel de Rivas y a mi madre ysavel de Valençuela y dar mil felipes al cap<sup>n</sup> Diego Ortiz para que con ellos acuda a quien le soy en cargo y obligaçion de mayor suma la qual persona el conosse y en cumplimiento de esta oblig<sup>n</sup> queda a su cargo y confiança en caso que S.A. Serem<sup>a</sup> lo permita hussando con mi anima de su grandísima clemençia y magnanimidad y de la resta harán los señores mis testamentarios las limosnas y obras pias que les pareçiere en estos estados

Para intentar apoyar esta súplica Rivas había buscado aliados en la corte. Los testamentarios de don Juan de Rivas eran personas muy bien situadas: el confesor dominico del archiduque Alberto, el licenciado Juan de Frías del consejo de Estado de Flandes, el maestro de campo Manuel de Vega Cabeza de Vaca y el capitán Diego Ortiz, un viejo compañero de armas. En todo caso, la armada angloholandesa no atacó Calais, la vida siguió su curso y ese documento durmió silente por dos décadas, pendiendo como una espada de Damocles sobre las esperanzas de la familia Rivas

---

preclaro de Hespanha, 1993.

### 3. *El proceso*

Tras la muerte de don Juan la administración militar buscó si había dejado últimas voluntades, constatando que el gobernador de Cambrai no había ni anulado ni sustituido su testamento de 1596 por lo que aquél, ese en el que hacía al rey su heredero por delante de su alma e hijos, pasaba a tener pleno valor. Así que se recuperó el documento y se aplicó en toda su textualidad. Si don Juan de Rivas había querido hacer al rey heredero, ese iba a ser el destino de los bienes del viejo soldado, quedando inoperativas sus esperanzas de que tal sacrificio se compensara con una mayor merced real. Si alguien buscó discutir su validez o su eficacia, el intento fue vano. Muerto Felipe II, sería Felipe III el receptor legítimo de los bienes del difunto, de todos sus bienes, no sólo de los que hubiera tenido en 1596, sino los que acumuló hasta 1616. El archiduque Alberto encargó de hacer inventario al superintendente de la justicia militar Pedro Pecquius quien identificó las propiedades actuales del capitán, que incluían: 7000 escudos situados sobre la casa financiera de Bernardo y Antonio de Cuellar, los bienes personales del capitán general (muebles, algún dinero y joyas, de las que destacaban varias cadenas de oro) y, sobre todo, los 15.101 escudos de oro (35.615 florines) que alcanzaba al tesoro regio por sueldos impagados. En principio, todos pasarían a ser heredad del rey. Por el momento, el hijo y el yerno de don Juan conservaron en depósito el dinero de contado que tenía (4.692 florines 12 placas) y las joyas de oro y plata a la espera de recibir órdenes de la administración real. Parte de los bienes muebles del finado se vendieron en almoneda en Cambrai y Bruselas y sus ingresos pasaron, como correspondía, a manos del depositario general del ejército, Melchor de Espinosa.

La familia inmediata de don Juan había quedado espantada y desposeída. Seguramente fueron los primeros sorprendidos por la existencia y la validez de un testamento de hacía veinte años, así que intentaron al menos, y de forma literal, salvar los muebles y obtener alguna compensación de la prodigalidad del patriarca. El capitán Cosme de Torres ante el Consejo de Estado el 12 de agosto de 1617 solicitó en nombre de su esposa los bienes muebles y posesiones personales del difunto. Frente a esta situación don Diego III pidió licencia para desplazarse a España, 9 de agosto de 1617, y presentar a su vez su caso ante el Consejo de Estado, aunque su aspiración era recuperar también la deuda del rey con su progenitor. De camino para Madrid pasó por París y logró una carta de apoyo de la reina Ana de Austria para su padre Felipe III. El Consejo se reunió los días 3 de noviembre de 1617 y 26 de mayo de 1618. Las peticiones de restauración condicionada de la herencia a los familiares procedían de muy

altas instancias. El mismo archiduque Alberto y Ambrosio Spínola suplicaban que se le restituyeran a don Diego III los bienes personales de su padre asumiendo que algo más habría de heredar en España. El Consejo, en primer lugar se pronunció por hacerlo sólo con el hijo, ya que doña Isabel de Rivas ya había recibido su dote en su momento, pero, finalmente, se acordó dividir las propiedades en tres partes, y entregar dos de ellas al varón y una a su hermana<sup>41</sup>.

Don Diego III, que había prolongado el permiso de ausencia de los Países Bajos, pidió y obtuvo que se le diera licencia para volver, conservando sus sueldos no cobrados y el mando de su compañía<sup>42</sup>. Peor suerte tuvo su cuñado, cuya estancia en la Corte, además de buscar defender la recuperación de las propiedades personales de su sueldo, había tenido como objetivo obtener un nuevo destino para su propia carrera una vez que había llegado el nuevo castellano de Cambrai y había terminado su tenencia. Torres quería avanzar en su carrera contando con el apoyo del archiduque Alberto; así que el paso lógico era conseguir una castellanía, concretamente la de Orbetello en los Presidios de Toscana<sup>43</sup>. Sin embargo, Torres cayó gravemente enfermo y en *artículo mortis* escribió a Felipe III pidiendo merced para su joven hijo, don Juan de Torres, y protección para su esposa, Isabel de Rivas, e hija, doña Anna de Torres. En su testamento se incluía la condonación de 1.500 ducados sobre la deuda que con él tuviera el rey por sus sueldos atrasados. El Consejo concedió una ventaja de 4 escudos al joven don Juan y cordó transferir los 1.500 ducados a doña Anna<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Toda la documentación para este párrafo y los anteriores aparece recogida en un amplio dossier que acompaña a AGS E 1654 sin número, 12 de agosto de 1617, consulta de parte, “el Cap<sup>n</sup> Cosme de Torres Teniente del Castillo de Cambray”, 3 de noviembre de 1617, consulta de parte, “El cap<sup>n</sup> don Diego de Ribas” [primera cita textual], y 29 de mayo de 1618, consulta de parte, “Por los herederos del mr<sup>o</sup> de campo J<sup>o</sup> de Rivas”. En el dossier se incluyen certificaciones diversas y muy ricas: a) la que acompaña la carta de 2 de mayo de 1618, Diste, el archiduque Alberto a Felipe III, con los gastos hechos sobre la casa mortuoria, b) la “R<sup>on</sup> de la pret<sup>on</sup> de los hijos del mr<sup>o</sup> de Campo”, c) “R<sup>on</sup> de los servicios del Maestre de Campo Juan de Ribas difunto presentados por el Cap<sup>n</sup> don Diego de Rivas su hijo y los suyos”, d) un certificado del contador Gonzalo Guerra sobre los atrasos al maestro de campo de 2 de marzo de 1617, e) 13 de agosto de 1616 y 12 de agosto de 1617, Bruselas, Alberto de Austria a Felipe III, f) 28 de agosto de 1617, Ambrosio Spínola a Felipe III, g) 19 de septiembre de 1616, París, Ana de Austria a Felipe III; h) la “Copia del testamento de don Juan de Rivas debajo del cual murió” de 12 de octubre de 1596.

<sup>42</sup> AGS E 1654 sin número, 3, 7 y 12 de julio de 1618, consulta de parte, “Por el capp<sup>an</sup> don Diego de Rivas”; AGS E 2780 sin número, 12 de julio de 1618, Madrid, consulta de parte, “capitan don Diego de Ribas”

<sup>43</sup> AGS E 1651 sin número, ni fecha pero de 1617, consulta de parte, “el cap<sup>n</sup> Cosme de Torres”.

<sup>44</sup> AGS E 2780 sin número, 6 de septiembre de 1618, Madrid, consulta de parte, 2Lo que piden los testamentarios del Capitan Cosme de Torres”.

Las dos décadas que van de 1596 a 1616 cambiaron drásticamente el significado del testamento de don Juan de Rivas. En el primer momento el alcance regio podía parecer incierto y muy limitado, así que la preocupación de Rivas, un jefe de guerra que se encaminaba a una batalla que al final nunca se produjo, era dotar de un mínimo a sus hijos y salvaguardar la vejez de su madre. Durante esas dos décadas, el maestre de campo desarrolló una política adecuada para consolidar la posición de sus vástagos, lo que parecía mucho más fácil ahora que podía, en tiempo de relativa paz, orientar en su provecho su pequeña administración en el Cambrésis. Si en su testamento su deseo era que su hija entrara en religión, posteriormente comprendió que al casarla con un soldado que andaba sus huellas podría sostener, siempre bajo la seguridad de la Ciudadela de Cambrai, su propio progreso social. Para el futuro, sin embargo, los alcances reales y sus títulos ante los Cuéllar eran decisivos para dotar de liquidez, o al menos de crédito, a cualquier proyecto de ascenso o consolidación social. Entre ambas cantidades ascendían a más de 22.000 escudos de oro, pero cerca de dos tercios se habrían de perder para la familia.

Según acordó el Consejo de Estado, lo único que se reintegró a los hijos de don Juan fueron los bienes personales del gobernador, quedando para el rey el alcance. En las consultas no se hacía, intencionadamente, referencia explícita a los 7.000 escudos de los Cuéllar (de hecho están tachados en la consulta para confundirlas con los bienes personales) con lo que se supone que debieron quedar para los hijos, de igual forma que no queda claro si las mandas de don Juan se asumieron por el rey, como su heredero, por sus hijos, o pasaron al olvido. En palabras del Consejo se hizo “lo que se debía hazer”<sup>45</sup>, frase que todo y nada dice.

En todo caso, esto no menoscaba el elemento más importante para este artículo, como es que don Juan hizo un testamento que al no ser revocado ni anulado zapaba de manera casi catastrófica su propio proyecto de promoción social. Las razones para explicarlo se nos escapan, aunque creemos que hay que desechar la idea de que el prominente contexto social de sus testamentarios bloqueara cualquier cambio o codicilio. El gobernador estaba en su derecho de modificar sus últimas voluntades, lo que parecía más urgente aún, dado que no existía la posibilidad de que el papel hubiera pasado desapercibido, pues debió de enviar copias a los cuatros testamentarios y éstos o bien las conservaron o, presumiblemente, alguno las registró. Entonces, ¿por qué no cambiarlo? Se pueden avanzar tres explicaciones muy humanas: simplemente olvidó que había testado o pensó que el viejo documento carecía de valor, retrasó un nuevo

---

<sup>45</sup> AGS E 1654 sin número, 3, 7 y 12 de julio de 1618, consulta de parte, “Por el capp<sup>an</sup> don Diego de Rivas”.

testamento y le sorprendió la muerte antes de poder rehacerlo, o quizás en 1616, al igual que en 1596, no llegaba a tener plena conciencia de su balance con el rey. Fueren cuales fueren las razones, la falta de revocación nos sitúa ante la ejecución de un testamento otorgado veinte años antes en circunstancias extraordinarias (el sitio previsto sobre la ciudad) y con una motivación específica, la de liquidar una deuda actual sin esperar acumular más patrimonio y bienes y, lo que es más importante, en la posible presuposición de que su testamento no estaba dictado para los años venideros, sino para abrirse y cumplirse en los próximos días.

Las desventuras de la familia de Rivas hay que entenderlas en el contexto del mecanismo de pagos del ejército de Flandes y de las prácticas testamentarias de los soldados respecto a los atrasos que acumulaba el rey con ellos. En principio, la administración de la caja del ejército era ejemplar y muy moderna, fundada en un sistema de control que tenía tres brazos: la pagaduría, la contaduría y la veeduría. Las cuentas que llevaban los pagadores eran revisadas para obtener el visto bueno por los otros dos servicios, lo que garantizaba la transparencia, e incluso, frente a la sospecha de falta de celo por parte de estos oficiales de la pluma, el rey podía despachar una visita como hizo en la década de 1590 para revisar toda la documentación.<sup>46</sup> De esta forma se podía calcular cuánto se había pagado a cada soldado u oficial a lo largo de toda su carrera y cuánto se le debía, en una operación denominada fenecimiento de cuentas que se producía bien cuando el soldado moría, bien cuando obtenía licencia para retirarse o pasar a otro escenario bélico, bien cuando, hartado de no saber de sus sueldos ni en sueños, se amotinaba y exigía se le pagaran en buena moneda sus alcances.

Gracias a la legendaria archivera Isabel Aguirre Landa hoy conocemos mucho mejor la sección de Contaduría Mayor de Cuentas II del Archivo General de Simancas. En ella reposan los papeles enviados a España de la visita de 1594-1602, pese a la herrumbre del tiempo y a los destrozos de la ocupación napoleónica. Son legajos y legajos de cuentas verificadas, analizadas, autorizadas o rechazadas que incluyen desde todo el ejército de Flandes a simples expedientes personales. Esta fuente, sin embargo, se debe tomar con prevención, dado que incluye los pagos que se registraron, pero nada confirma sobre los que se realizaron, lo que se puede ver distorsionado por todas las prácticas denunciadas por la tratadística clásica por las que oficiales de la pluma y del ejército se coludían para inflar el número de combatientes de las unidades y así embolsarse los falsos salarios, una práctica a la vez común y marginal.

---

<sup>46</sup> Parker, 1986 pp. 150-155; Esteban Estringana, 2002 y 2003; Thompson, 2000; Lefèvre, 1932.

Lo que se verifica sin problema para estas cuentas es el retraso en las pagas. Esto condenaba a los soldados a pedir préstamos sobre sus sueldos y a vivir sobre la población. Era un fenómeno que también afectaba a los oficiales y, de forma contundente, a los gobernadores de plazas. Se consideraba que un buen castellano debía tener el puesto que se le daba en buen estado defensivo y que, para ello, tendría una serie de ingresos locales que se completarían con el dinero que le enviaría la pagaduría del ejército. La no recepción del numerario no eliminaba o disminuía la responsabilidad política del gobernador del que se esperaba que implicara su crédito particular para conseguir la liquidez necesaria (Grê Ponce, 2015). El propio Rivas, durante su gobierno en Calais, envió a vender una de sus amadas cadenas de oro para intentar conseguir algún dinero con el que da de comer a sus hambrientos soldados<sup>47</sup>. Esto implicaba un continuo juego de préstamos, atrasos y aclaraciones que quedaban al descubierto a la hora de ajustar cuentas con el rey<sup>48</sup>, más aún cuando en los gobiernos fronterizos los castellanos debían resolver con imaginación las urgencias de la guerra, el espionaje y la inseguridad militar (Ruiz Ibáñez, 2012, pp. 92-94).

Si en condiciones normales se constata la dificultad, o al menos el retraso, para acceder a los bienes del difunto, esta situación podía complicarse mucho más si surgía cualquier problema y, resulta obvio, si hay algún tipo de situación que sea conflictiva es la testamentaria. Los pleitos se podían suceder entre deudores y/o beneficiarios y arrastrarse por décadas, como el que se desarrolló tras la muerte en 1594 del famoso coronel Francisco Verdugo, gobernador de Frisia y cronista de Flandes<sup>49</sup>. Era frente a estas circunstancias que resultaba muy eficaz contar con un sistema garantista por parte de las autoridades regias. En la última década del siglo XVI se había reforzado el control sobre los

<sup>47</sup> Archives Générales du Royaume/Algemeen Rijksarchief de Bruselas (AGR/AR en adelante), Secrétairerie d'État et de la Guerre/Secretarie van State en Oorlog 18 f° 102, 10 de junio de 1598, Bruselas, orden de pago.

<sup>48</sup> Entre el 15 de diciembre de 1603, dado que se le habían fenecido sus cuentas antes de tomar posesión de la Ciudadela de Cambrai, y su muerte el 17 de febrero de 1616, Rivas debía haber cobrado como gobernador lo que incluía el sueldo de alabarderos y entretenidos: 39.438 escudos, más otros 12.038 y 47 placas por los 2.000 escudos de ayuda de costa hasta que quedaron suspendidos por la Reforma General de 1609, lo que se sumaba a otras pequeñas ayudas, siendo todo 51.476 escudos y 47 placas; de los que recibió un total 33.230 escudos 36 placas, en los que se incluían descuentos como los derechos de los secretarios, el pan de munición, la contribución que cada militar debía entregar para el Hospital, y los 4.000 escudos dados sobre su sueldo como dote de su hija; AGS E 1654 sin número, 1616, "el maestre de campo Juan de Rivas castellano que fue de cambray y su cuenta".

<sup>49</sup> AGR/AR Tribunaux Militaires 10 sin número, 1606, Bruselas, edicto de Ferdinand de Boisshot, auditor general del ejército.

testamentos por parte de la administración para lograr que se cumpliera la voluntad de los militares difuntos. En 1574 ya se había comprometido por el gobierno que los atrasos serían adjudicaciones a los herederos de los soldados y para 1596 se acordó que los bienes de los finados no pudieran ser apropiados por el clero (Parker, 1986, pp. 215-217).

Los pasos para la cobranza de un testamento pueden quedar claros a través del caso de la herencia del capitán Hernando de Isla. Habiendo decidido participar como aventurero, y no con su compañía, en el asalto a la brecha de la Ciudadela de Calais hizo su testamento el 15 de abril de 1596, y en buena hora lo hizo, pues murió peleando poco después (Coloma, 1948, p. 126). Su testamentario, el alférez Juan de Pina, presentó el documento el 2 de mayo al licenciado Diego de Arredondo Bracamonte, auditor general del ejército y le pidió ante testigos que hiciera justicia. Una vez aprobado el testamento los pagos y mandas contenidos en él se hicieron en principio por el testamentario. A su cargo, pero bajo la autoridad del auditor general, se hicieron dos almonedas de sus propiedades muebles una casi inmediatamente a su muerte en Calais y la otra en Bruselas (7 y 9 de mayo de 1597). En febrero de 1597 el alférez Pina fue requerido a entregar todos los bienes al depositario general, así que dio cuentas de sus gastos, pagos y de los dineros recibido, encargándose a partir de ese momento el depositario de completar las mandas y entregar la herencia a su heredera, en este caso María de Aliaga, religiosa en Granada<sup>50</sup>.

Para un grupo muy importante de los combatientes su principal patrimonio era la deuda que tenía con ellos el rey, lo que se convertía en un capital que se podía transmitir. La contabilidad de la infantería española entre años 1594 y 1600 muestra que este dinero, bien fuera en la hora final, bien en otro momento se podía usar para invertir en lo sagrado en forma de limosnas a establecimientos religiosos (Ruiz Ibáñez, 2013, pp. 113-131, p. 121), lo que derivaba la deuda del rey hacia los hombres a otro soberano aún mayor que él.

La administración real no tenía inconveniente, tras el proceso correspondiente, en reconocer la justicia de la deuda del rey hacia los herederos de sus servidores, como hizo con doña María de Valencia que fue legitimada para cobrar el sueldo de su marido “el capitán Bernard hasta el día de su muerte”, pero otra cosa bien diferente era pagarlos<sup>51</sup>. Los alcances de los soldados podían llegar a ser de un montante muy considerable, lo que colocaba en situación compleja a la ya de por sí muy presionada pagaduría real. Cuando falleció el también maestro de campo don Luis del Villar dejó un alcance sobre

<sup>50</sup> AGR/AR TM 24, “Testamento y ynbentarios y almonedas y q<sup>tas</sup> de los b<sup>s</sup> que quedaron del d<sup>unto</sup> capitan Her<sup>do</sup> de Ysla”.

<sup>51</sup> AGR/AR TM 22, 24 de julio de 1604.

su sueldo de 11.000 escudos. Todos estaban de acuerdo que era una deuda justa y que el rey debía pagarlo. Otra cosa era dónde, cuándo y cómo podía satisfacerse a sus hijos esa suma. En principio se estipuló que se les darían mensualmente 500 escudos sobre las provisiones que se enviaban desde la Península al ejército de Flandes, pero su comandante, Ambrosio Spínola, pidió que se buscara otra caja donde satisfacerlo, dado que el dinero que llegaba ya venía muy justo y aún más comprometido. El Consejo de Estado debatió sobre si subir la provisión mensual en 2000 ducados para pagar de ahí a los huérfanos del viejo soldado, y, si no, que se sacaran de 1000 en 1000 del dinero que se enviaba ordinariamente. La respuesta del rey hizo volver la situación a su punto de origen, al decidir que se pagaran según lo estipulado, de 500 en 500, pero sin perjudicar al dinero que se mandaba mensualmente, algo que no dejaba de ser imposible<sup>52</sup>.

El caso de los Rivas por muy extremo que resulte, no fue excepcional. Don Agustín de Herrera era otro duro veterano que había alcanzado una posición parecida a la de don Juan, pero él como castellano de la Ciudadela de Gante, y que moriría en 1612. Su viuda era Valeria de Tassis hija de Leonardo I de Tassis, maestro general de postas del Sacro Imperio. Don Agustín dejó importantes deudas a su mujer que tuvo que vender sus joyas, plata y muebles, pero lo peor fue cuando el hombre de confianza del castellano, el alférez Ortiz

con quien trataba de ordinario sus cosas, el qual estando yndispuesto declaro que visto un testamento que avia hecho el difunto 17 años en que perdonava a VM<sup>d</sup> todo lo que le deviese hasta su muerte y buscando los papeles que tenia le hallo que contiene que si pareçiese deverle alguna persona o soldados cosa alguna se le perdonava porque su intención fue darselo p<sup>a</sup> hazer servicio a VM<sup>d</sup> y si alguna cosa le deviese VM<sup>d</sup> hasta su muerte se lo perdonava assi mismo que esto se deja entender que proçedio de su mucha Xptiandad y la ultima vez que estuvo en España suplico al rey nr<sup>o</sup> Sr que esta en gloria le hiziese m<sup>d</sup> y le perdonase si en alguna cosa le pudiese ser en cargo y su M<sup>d</sup> respondio qe estaba enterado de sus largos y particulares servicios”

Al igual que Rivas en 1596, Herrera en 1595 no sabía si debía a su señor o era debido por él, y perdonó a sus deudores, empezando por el mismo rey. El soberano no era instituido heredero, pero los efectos eran parecidos. La familia recibiría las cargas hacia la administración regia, pero no recibiría la justicia de los atrasos. Doña Valeria reclamaba que la administración real fuese

---

<sup>52</sup> AGS E 2775 sin número, 21 de febrero de 1613, consulta de parte, “Por los hijos del Ma<sup>o</sup> de Campo Luys del Villar”.

comprensiva con un libro de gastos en el que el castellano había apuntado las ayudas (socorros) que daba a sus soldados de su propio peculio pero en nombre del rey y que montaba un total de 700 escudos. El archiduque, que conocía el estado en que quedaba la familia, insistió en que, pese a la cláusula de perdón de deudas del testamento, ésta en concreto sí se le debía pagar, pues había sido para servicio del rey. Curiosamente el Consejo lo que propuso para mostrar la gratitud del rey fue que se le pagara lo que se le debía de sueldo hasta su muerte, es decir 3.279 escudos y 3,33 placas<sup>53</sup>. Como resultaba natural, el proceso resultó lento, aunque parecía en principio seguro el pago<sup>54</sup>. No sería así, pues mientras se negociaba esto en Madrid, el Tribunal de Cuentas en Flandes dio una resulta por la que se paralizó la paga, reclamando explicaciones sobre los gastos hechos por Herrera para mejorar la defensa de su Ciudadela en 1596. En la cuenta dada por castellano los contadores no admitían el cargo de 1.328 escudos y ordenaban congelar su sueldo hasta que los satisficiese. Don Agustín había protestado en su momento afirmando que esas libranzas las había hecho en cosas de confianza y sin hacer demasiadas formalidades por lo que dio una relación jurada. El Consejo de Estado, salvo don Pedro de Toledo que pidió que se buscaran los papeles, suplicó al rey que se quitara la audición.

El gobierno se veía siempre en la tensión de proteger a las familias de sus servidores y administrar unos recursos que faltaban cruelmente. Al menos, los parientes legítimos de figuras notables como los grandes castellanos, podían esgrimir su capital de servicio para obtener pequeñas ayudas. Parece que a principios de 1620 había un intento por dotar de medios de subsistencia a viudas e hijas de soldados conocidos, como fue el caso de doña María de Mendoza, hija de don Alonso de Mendoza, castellano de Cambrai entre 1596 y 1597, quien obtuvo una pequeña renta de 300 ducados que primero se le situó en Italia en 1620, pero después se le pasó a la Armada de Dunquerque<sup>55</sup>.

El cálculo y la vocación de servicio se entremezclaban en los razonamientos de soldados y consejeros. Ni todos eran tan en apariencia inconscientes como Rivas, ni tan en apariencia generosos como Herrera. El capitán Hernando de Isla al hacer sus cuentas frente al otro mundo estimaba que su números cuadraban, pues los 500 escudos que le debía el rey de sueldos, se compensaban con “los otros tantos que le soy en cargo”<sup>56</sup>. Pero una cosa quedaba clara a estos

<sup>53</sup> AGS E 2770 sin número, 24 de abril de 1608, consulta de parte, “sobre lo que escribe el Sr archiduque Alberto por doña Valeria de Tassis, viuda del castellano Agustín de Herrera”.

<sup>54</sup> AGS E 2775 sin número, 9 de agosto de 1613, consulta de parte, “por doña Valeria de Tassis viuda”.

<sup>55</sup> AGS E 2782 sin número, 12 de mayo de 1620, consulta de parte.

<sup>56</sup> AGR/AR TM 24, “Testamento y ynventarios y almonedas y q<sup>tas</sup> de los b<sup>s</sup> que quedaron del

veteranos que habían vivido con notable flexibilidad, como era la necesidad de someterse a un derecho que apenas si controlaban y que por sistema parecía ponerse en su contra. Hay que considerar también la idea de que los soldados, desesperados por su propia experiencia de cobrar los atrasos y de que sus herederos lo hicieran, emplearan éstos como una forma de crédito que invertían, bien en la salud de sus almas, bien en un ejercicio de don respecto al rey que reforzaba su capital de servicio con un soberano que, agradecido, se vería movido a gratificar a los desheredados, reforzando su incorporación en la administración regia y reconociéndoles una honra mayor.

#### 4. Conclusiones

Si la lógica de Rivas en 1596 era esperar que el premio que habrían de alcanzar sus hijos sería mayor que la renuncia que el mismo hacía, la realidad resultó decepcionante. Ciertamente en 1616 el rey hizo merced a don Diego III y a doña Anna, pero esta gracia se hizo con los propios bienes del maestre de campo, propiedades que el rey entregaba graciosamente a los dos hijos, lo que facilitaba al soberano presentarse como pródigo y magnánimo a costa de la hacienda de unos Rivas a los que premiaba con su propio dinero. Peor aún era que esto agotaba la necesidad de dar otros premios y permitía a la hacienda regia embolsarse la deuda que tenía con el maestre de campo sin necesidad de dar compensación alguna. Para la familia era un desastre.

Los actores sociales responden a dinámicas diversas que no se agotan en una lógica maximizadora de recursos y posibilidad. El azar, el error, la deriva, la pereza, las expectativas diversas y una percepción subjetiva de la realidad dan lugar a conductas que pueden parecer erráticas o contraproducentes. Un nuevo testamento hubiera sido en el caso de Rivas casi una necesidad. Al margen de las variaciones en el patrimonio del gobernador Rivas y en su cuenta con el rey, resulta difícil asumir que esperara que pudieran cumplirse sus disposiciones de 1596, que se motivan y se explican solo por el temor de una muerte inminente. Algunas de las mandas ya no podían ejecutarse en 1616, los hijos eran ya mayores, su madre quizás había fallecido. ¿Vivirían los criados y personas a quienes deseaba favorecer? ¿Querría aún ser enterrado en una Iglesia de los alrededores de Calais? ¿Hubiera deseado destinar las mandas y obras pías dirigidas a las mismas instituciones religiosas?, ¿No querría Rivas favorecer ahora a otras personas, sus criados actuales, las iglesias y religiosos de Cambrai? ¿Le resultaba indiferente el lugar de enterramiento?. Sus

---

<sup>d</sup>unto capitan Her<sup>do</sup> de Ysla”.

testamentarios ¿Podrían ejecutar su encargo? Quizás, si es que sobrevivían, sí en los aspectos patrimoniales pero difícilmente en lo referente a asegurar el futuro de sus hijos, ya mayores, que constituía la encomienda fundamental del albaceazgo de los consejeros del rey.

Obviamente, el sentido mismo del testamento había periclitado hacía tiempo. En 1616 estaba claro quién debía a quién. Lo que había sido un ejercicio preventivo de protección frente a una hipotética deuda tenía ahora resultados catastróficos. Lo alambicado del testamento de Rivas y la fórmula elegida no podía ser más caballeresca, entregarse a la voluntad del rey, y menos eficaz. El mecanismo natural para hacer efectiva la deuda, si esta hubiera existido en 1596, hubiera podido ser un legado de deuda *-legatum debiti-*, conforme al concepto de legado como instrumento de creación -o de liquidación- de situaciones obligatorias con eficacia *post mortem*, más amplio que el de disposición directa de bienes a título singular. En el legado de deuda el testador deja a su acreedor en testamento precisamente aquello que le debe, de modo que recibe como legatario lo que tenía derecho a recibir como acreedor. Más que una liberalidad, implica el cumplimiento de una obligación<sup>57</sup>. Como Rivas no sabe si debe, el legado hubiera debido actuar alternativamente como legado de deuda, para el caso de resultar deudor del rey y como legado de perdón o liberación de deuda (*legatum liberationis*) para el caso de que resultase, una vez ajustada la cuenta, acreedor del mismo y le legase lo que el rey le debía, renunciando a su derecho a cobrar el crédito y liberándole así de su deuda.

Pero Rivas eligió hacerlo heredero o más exactamente, decidió saldar su deuda, si la había, por el mecanismo de nombrar al rey heredero universal. y en esa condición en principio sucesor en la totalidad de sus posiciones jurídicas patrimoniales, activas y pasivas y, por lo tanto, de sus bienes y de sus deudas, aunque se trata de una designación contraída a unos bienes, los que constituyen en ese momento su hacienda y a un fin, el de que con tales bienes el rey, en primer lugar, se cobrase la deuda y, de exceder el valor de los bienes de su importe, que se respetasen las mandas. Al llamar a su herencia al rey lo que Rivas ignora es el saldo, aunque conoce que existen créditos y deudas recíprocos que hubiera sido lógico compensar dejado el remanente, de haberlo, a sus herederos. La complejidad de un legado así dispuesto unido a otras razones pudo aconsejar a Rivas la designación de heredero absoluto.

La de los Rivas es una historia que muestra tanto los intentos de consolidación familiar de un proyecto meritocrático como las dificultades que

---

<sup>57</sup> Aunque en rigor las deudas no puedan ser objeto de una disposición singular, sino que son transmisibles *mortis causa* solo a título universal, formando parte de la herencia; Ossorio Serrano, 1985, pp. 941 ss.

éste podía implicar. Al centrar su apuesta de promoción social en la administración regia, los oficiales reales se veían constreñidos a un ámbito muy competitivo en el que la continuidad generacional se veía muy dificultada. Otras familias que diversificaron su apuesta administrativa quizá pudieron tener un éxito mayor, al poder cambiar su identidad y multiplicar su inversión social; pero lo que muestra el caso de los Rivas es que los proyectos sociales en el fondo dependen de personas cuyas decisiones, conscientes o no, jalonan sus éxitos y sus fracasos.

### 5. Bibliografía

- Coloma, Carlos (1948 [1625]) *Las guerras de los Estados-Bajos, desde el año de 1588 hasta el de 1599*. Madrid: Atlas.
- Di Stefano, Roberto - Maldavsky, Aliocha (2018) *Invertir en lo sagrado: salvación y dominación territorial en América y Europa (siglos XVI-XX)*. Santa Rosa: EdUNLPam.
- Díez Gómez, Aurelio (1962) 'El testamento militar español', *Revista Española de Derecho Militar*, 14, pp. 9-70.
- Esteban Estringana, Alicia (2002) *Guerra y finanzas en los Países Bajos Católicos. De Farnesio a Spínola (1592-1630)*. Madrid: Ediciones del Laberinto.
- (2003) 'Autopsia del despacho financiero: ejecución y control de pagos en el tesoro militar del Ejército de Flandes (siglo XVII)', *Obradoiro de historia moderna*, 12, pp. 47-78.
- (2012) 'Cabos de guerra: satisfacción de la oficialidad y eficacia bélica en el Ejército de Flandes, entre los siglos XVI y XVII', en Pardo Molero, Juan Francisco - Lomas Cortés, Manuel (eds.), *Oficiales reales: los ministros de la Monarquía Católica, siglos XVI-XVII*. Valencia: Universitat, pp. 265-293.
- Fernández Conti, Santiago (2000) 'Martínez de Ondarza, Andrés', en Martínez Millán, José (dir.), *La Corte de Carlos V, III, Los Consejos y los consejeros de Carlos V*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, pp. 272-273.
- Gacto Fernández, Enrique (1984) 'El marco jurídico de la familia castellana en la Edad Moderna'. *Historia. Instituciones. Documentos*, 11, pp. 37-66.
- Gil Muñoz, Margarita (1989-1990) 'Un estudio sobre mentalidades en el Ejército del siglo XVIII (La actitud ante la muerte a través de los testamentos de los

- oficiales en el reinado de Carlos III)', *Cuadernos de Historia Moderna*, 10, pp. 121-145.
- Grê Ponce Dennis (2015) *La Moral y la Guerra. Los cronistas de Flandes: expresión de la cultura política de la Monarquía Hispánica (siglos XVI y XVII)*. Universidad de Murcia: tesis de doctorado inédita.
- Guilarte Zapatero, Alfonso M<sup>a</sup> (1946) 'Legados piadosos en el antiguo derecho castellano', *Revista Crítica de Derecho Inmobiliario*, n<sup>o</sup> 221, pp. 603-612.
- Hespanha, António Manuel (1993) *La Gracia del Derecho: economía de la cultura en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales y Políticos, 1993.
- Jiménez Estrella, Antonio (2012) 'Mérito, calidad y experiencia: criterios volubles en la provisión de cargos militares bajo los Austrias', en Pardo Molero, Juan Francisco - Lomas Cortés, Manuel (eds.), *Oficiales reales: los ministros de la Monarquía Católica, siglos XVI-XVII*. Valencia: Universitat, pp. 241-246.
- Lefèvre, Joseph (1932) 'Le Tribunal de la Visite (1594-1602)', *Archives, Bibliothèques et Musées de Belgique*, 5-6, pp. 65-85.
- Martir Alario, María José (2015) *Los testamentos en los formularios notariales castellanos del siglo XVI*. Granada-Almería-Jaén: Ilustre Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y Ciencias de Granada.
- Moreno Casado, José (1961) 'Las Ordenanzas de Alejandro Farnesio, de 1587', *Anuario de Historia del Derecho Español*. 31, 1961, pp. 431-448.
- Ossorio Serrano, Juan Miguel (1985) 'El legado de deuda'. *Anuario de Derecho Civil*, pp. 941-978.
- Parker, Geoffrey (1986 [1972]) *El Ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659. La logística de la victoria y la derrota en las guerras de los Países Bajos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Ruiz Ibáñez, José Javier (1997) 'Familias de servicio, servicios de familia: sobre el origen linajudo de la participación en la administración militar de la Monarquía. Murcia (1556-1626)', en Casey, James - Hernández Franco, Juan (eds.), *Familia, Parentesco y Linaje*. Murcia: Universidad, pp. 165-176.
- (2003) *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo. La soberanía entre la práctica y la teoría política. Cambrai (1595-1677)*. Rosario: Prohistoria, 2003.
- (2012) *Laberintos de Hegemonía. La presencia militar de la Monarquía Española en Francia a fines del siglo XVI*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

- (2013) 'La misión jesuita en Calais: entre espiritualidad militar y proyección imperial de la Monarquía Hispánica (1596-1598)', en Zúñiga, Jean-Paul (ed.), *Negociar la obediencia. Autoridad y consentimiento en el Mundo Ibérico en la Edad Moderna*. Granada: Comares, pp. 113-131.
- (en prensa) *Non auro sed Ferro. Las formas de la hispanofilia a fines del siglo XVI en el Norte de Francia*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Sánchez Cuesta, Juan José (2015) *Relaciones internas de la Hermandad de Álava. Crisis durante los siglos XVI y XVII*. Universidad Nacional de Educación a Distancia: tesis de doctorado inédita.
- Sánchez Domingo, Fernando (2014) 'El testamento castellano en el siglo XVI: institución jurídica al servicio de la muerte', en Campos y Fernández de Sevilla, Francisco Javier (coord.), *El mundo de los difuntos: culto, cofradías y tradiciones*. San Lorenzo del Escorial: Ediciones Escorialenses, pp. 942-943.
- Thompson, Irving A. A. (2000) 'L'Audit de la guerre et de la paix: avant et après Vervins', en Labourdette, Jean François - Poussou, Jean-Pierre - Vignal Marie-Catherine (eds.), *Le traité de Vervins*. París: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, pp. 391-415.
- Vázquez De Prada, Valentín (2004) *Felipe II y Francia (1559-1598). Política, Religión y Razón de Estado*. Pamplona: Eunsa.

## 6. Curriculum vitae

Antonio González Valverde (Murcia, 1964) doctor en Derecho, Premio Extraordinario de Doctorado y Profesor Asociado de Derecho Civil de la Universidad de Murcia desde 2005. Autor o coautor de 25 publicaciones sobre derecho sucesorio (especialmente sobre comunidades de herederos y partición de la herencia), derecho de familia, jurisdicción voluntaria y aspectos históricos de las instituciones de derecho privado. Colaborador en Másteres en Derecho de la U.E, Derecho de Familia y Sucesiones y en el Programa de Doctorado en Investigación en Derecho de la Universidad de Murcia. Investigador en 3 proyectos de investigación de la Agencia Estatal de Investigación, para la que ha actuado como evaluador desde 2006. Es Director de la Agencia de Ciencia y Tecnología de la Región de Murcia.

José Javier Ruiz Ibáñez:

(Yecla, 1968) especialista en Historia política en la temprana edad moderna. Doctor en 1994 y profesor de la Universidad de Murcia desde 1998. Ha sido

profesor invitado en la propia EHESS (2004 y 2014) y El Colegio de México (2009). Coordinador general de Red Columnaria y responsable de los Proyectos *Hispanofilia*. Ha escrito doce libros como autor entre los que *Las dos caras de Jano. Monarquía, ciudad e individuo*. (1995), *Felipe II y Cambrai* (1998 y 2003) y junto a Robert Descimon, *Lo franceses de Felipe II* (2005 y 2013). Ha publicado un centenar de artículos y capítulos de libro, entre ellos tres en *Annales HSS* (2000, 2014 y 2020) y uno en el *Journal of Modern History* (2009). Es correspondiente de la Academia Mexicana de la Historia.

© Copyright: Author(s).

Gli autori che pubblicano con *RiMe* conservano i diritti d'autore e concedono alla rivista il diritto di prima pubblicazione con i lavori contemporaneamente autorizzati ai sensi della

Authors who publish with *RiMe* retain copyright and grant the Journal right of first publication with the works simultaneously licensed under the terms of the

“Creative Commons Attribution - NonCommercial 4.0 International License”



Il presente volume è stato pubblicato online il 30 giugno 2021 in:

This volume has been published online on 30th June 2021 at:

<http://rime.cnr.it>

CNR - Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea  
Via Giovanni Battista Tuveri, 128 - 09129 Cagliari (Italy).  
Telefono | Telephone: +39 070403635 / 070403670.  
Sito web | Website: [www.isem.cnr.it](http://www.isem.cnr.it)



